UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPH

VERÔNICA KARINA IPÓLITO

É PERMITIDO PROIBIR: O DOPS E A REPRESSÃO AOS COMUNISTAS NO NORTE DO PARANÁ (1945-1953)

MARINGÁ
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

VERÔNICA KARINA IPÓLITO

É PERMITIDO PROIBIR: O DOPS E A REPRESSÃO AOS COMUNISTAS NO NORTE DO PARANÁ (1945-1953)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Política e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Priori

MARINGÁ
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

I64e

Ipólito, Verônica Karina
É permitido proibir : o Dops e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953) / Verônica Karina Ipólito. -- Maringá : [s.n.], 2009.
178 f. : il. color., figs.

Orientador : Prof. Dr. Angelo Priori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, 2009.

1. PCB. 2. Anticomunismo. 3. Repressão. 4. Polícia política - Paraná. 5. Dops - Paraná. I. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História. II. Título.

CDD 21.ed. 981.62

VERÔNICA KARINA IPÓLITO

É PERMITIDO PROIBIR: O DOPS E A REPRESSÃO AOS COMUNISTAS NO NORTE DO PARANÁ (1945-1953)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Política e movimentos sociais.

Aprovado em _____

BANCA:

Prof. Dr. Angelo A. Priori
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Milton C. Costa (Unesp-Assis)

Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz (UEM)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu grande pai e amigo.

Aos meus pais, Benedito e Rosa, importantes referenciais na minha vida, ofereço a vocês este momento, na esperança de retribuir um pouco do muito que fizeram por mim.

A minha irmã, Maria,
pelo incentivo, parceira e amor em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Na trajetória de nossas vidas, existem pessoas que deixaram marcas profundas em nossas mentes e corações. Pessoas que em algum momento nos dedicaram carinho, atenção e nos transmitiram conhecimentos que jamais serão esquecidos. A estas pessoas, que considero especiais, gostaria de agradecer por todos os momentos em que estiveram comigo e dividiram alegrias, tristezas, conquistas, angústias e preocupações.

Ao professor Angelo Aparecido Priori, não somente pela orientação, mas pela paciência, dedicação e incentivo durante esses anos de convivência.

Aos professores Milton Costa e Sidnei J. Munhoz, membros da banca de qualificação e defesa, pelas valiosas sugestões ao trabalho.

À Giselle, secretária do PPH, pela disponibilidade e atenção.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que subsidiou a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Carla, Elaine, Hortência, Lisandro, Márcio, Paulo, Rodrigo e as minhas amigas, Silvia e Suelem, pelos momentos em que compartilhamos experiências e trocamos informações.

À Nathalie e Vânia, grandes amigas do tempo de graduação.

Ao Adenauer, pela motivação e companheirismo.

À jornalista Teresa Urban, pelo empréstimo de material de grande valia para a pesquisa.

A toda a minha família, pelo apoio incondicional, confiança e dedicada atenção.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos, afeto e minha eterna gratidão.

“Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”

(Bertolt Brecht)

É PERMITIDO PROIBIR: O DOPS E A REPRESSÃO AOS COMUNISTAS NO NORTE DO PARANÁ (1945-1953)

Resumo

Esse trabalho investiga o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da Polícia Política paranaense – Dops/PR, bem como sobre o imaginário policial em relação aos comunistas no período compreendido entre os anos de 1945 a 1953. Durante esses anos, o estado do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra, como foi o caso da "Revolta de Porecatu" (1948-1951), e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de legalização do Partido Comunista Brasileiro e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos. É posto em discussão os discursos políticos e institucionais que agiam como fatores explicativos na luta contra o comunismo, como, por exemplo, a influência da polícia política estadunidense sobre o aparato policial brasileiro, a repressão a militantes comunistas no governo de Eurico Gaspar Dutra e a promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1953. Parte do pressuposto de que, a democratização após o período getulista foi marcada pelo recrudescimento das políticas anticomunistas que atinge seu auge com a proscrição do PCB em 1947. Para a confecção do trabalho, foram utilizadas fontes de natureza jornalística, entrevistas, depoimentos, fundos de documentos (Fundo Dops e Fundo DPS) e legislação do período. A abordagem da pesquisa deu destaque a política ressaltando o seu papel nas relações de poder, levando em conta as ideologias, valores, tradições e cultura dos atores sociais envolvidos nos movimentos. O trabalho considera o anticomunismo como um conjunto de idéias que impõe a dominação. Por isso, entendemos ser esse um período contraditório, onde na teoria havia liberdade, mas na prática o poder do Estado inibia direitos de decidir e agir.

Palavras-chave: Partido Comunista; anticomunismo; repressão; polícia política; Dops.

IT IS PERMITTED TO FORBID: THE DOPS AND THE REPRESSION TO THE COMMUNISTS IN THE NORTHERN PARANÁ

Abstract

This work investigates the anti-communism's impact over the institutional dynamics of the Paraná's Political Police – Dops/PR, as well as over the police's imaginary towards the communists in the period between the years 1945 to 1953. During these years, the state of Paraná was branded by the effervescent organization of the rural workers, mainly synthesized by the fighting for land, as it was the case of the "Revolt of Porecatu" (1948-1951), and by a daily political struggle in the cities, be it by political debates by the end of the Second War, the process of legalization of the Brazilian Communist Party and its subsequent proscription or in constant urban social movements. They are discussed the political and institutional speeches that acted as explanatory factors in the fighting against communism, for instance, the influence of the U.S. political police on the Brazilian police's apparatus, the crackdown on the communist militants during the government of Eurico Gaspar Dutra and the promulgation of the National Security Act of 1953. It parts of the assumption that the democratization after the "getulista" period was branded by the resurgence of anti-communists policies that reach its peak with the proscription of the PCB in 1947. For the work's making, they were used journalistic sources, interviews, reports, documents' funds (Dops Fund and DPS Fund) and legislation of the period. The research's approach has highlighted the politics emphasizing its role in power relations, taking into account the ideologies, values, traditions and culture of the social actors involved in the movements. The work considers the anti-communism as a set of ideas that imposes the domination. Therefore, we believe that this is a contradictory period where there was freedom in theory but in practice the power of the State inhibited the rights of deciding and acting.

Keywords: Communist Party; anti-communism; crackdown; political police; Dops.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Panfleto comunista relatando a ação imperialista na Guerra da Coréia.....	50
Quadro 2	Artigo de Flavio Ribeiro.....	60
Quadro 3	Panfleto em comemoração ao 1º de maio.....	75
Quadro 4	Panfleto de propaganda anticomunista.....	87
Quadro 5	Panfleto de propaganda anticomunista.....	101
Quadro 6	Panfleto convidando a população a participar do Apelo de Estocolmo.....	106
Quadro 7	Livro produzido pelos militares justificando a "moral da luta anticomunista".....	108
Quadro 8	Panfleto de divulgação do Congresso Estadual Pró-Paz.....	119
Quadro 9	Documento da Embaixada Norte-americana no Rio de Janeiro.....	122
Quadro 10	Material subversivo apreendido na Região de Londrina.....	133
Quadro 11	Radiograma informando a derrota dos posseiros e camponeses em Porecatu.....	157
Quadro 12	Panfleto de propaganda anticomunista.....	177
Quadro 13	Panfleto de propaganda anticomunista.....	178

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANL	Aliança Nacional Libertadora
Cedpen	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
CEIC	Comitê Executivo da Internacional Comunista
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CTB	Confederação dos Trabalhadores no Brasil
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DHBB	Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
Dops	Delegacia de Ordem Política e Social
Dops-PR	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná
DPM	Divisão de Política Marítima, Aérea e de Fronteiras
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
DPT	Divisão de Polícia Técnica
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação)
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Funrural	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IC	Internacional Comunista
LSN	Lei de Segurança Nacional
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
ONU	Organização das Nações Unidas
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Partido Comunista

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCB-PR	Partido Comunista Brasileiro do Paraná
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
SIS	Special Intelligence Service/Serviço Especial de Inteligência
Tiar	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UGTM	União Geral dos Trabalhadores de Maringá
UGTs	Uniões Gerais dos Trabalhadores
UJC	União da Juventude Comunista
UJC-PR	União da Juventude Comunista do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTL	União dos Trabalhadores de Londrina

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	**ENTRE A "SUBVERSÃO" E A "ORDEM": A AMEAÇA VERMELHA**.....	28
1.1	Discussão bibliográfica: garimpando a historiografia acerca das transformações no campo da política e dos movimentos sociais.....	31
1.2	O PCB no contexto brasileiro – 1945.....	40
1.3	A caminho da legalidade.....	52
1.4	"A ilegalidade mata" ou a legalidade torna o partido preso a uma realidade que nunca foi a dele?.....	62
1.5	O Manifesto de Agosto de 1950.....	68
1.6	O PCB, os trabalhadores e o movimento sindical.....	71
2	**PARA ALÉM DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: A POLÍCIA POLÍTICA, AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS DOCUMENTOS DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA NO BRASIL**.....	82
2.1	A Escola Superior de Guerra e a sua influência na polícia política.....	97
2.2	A Campanha do Petróleo.....	102
2.3	O Movimento dos Partidários da Paz.....	104
3	**A POLÍCIA POLÍTICA PARANAENSE: ÓRGÃO REPRESSOR OU NORMATIZADOR?**.....	125
3.1	Histórico da polícia política no Brasil: organização, articulação e aplicação de normas à sociedade.....	125
3.2	Traçando estratégias: os projetos da polícia política para garantir a segurança nacional.....	128
3.3	A Doutrina de Segurança Nacional: antecedentes.....	130
3.4	A organização da polícia política no Estado do Paraná.....	135
3.5	A presença da polícia política na Revolta de Porecatu.....	140
3.6	A relação do Manifesto de Agosto de 1950 com o caso de Porecatu.....	149
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	FONTES.....	163
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como proposta central a análise da ação da polícia política (Dops) e a atuação dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB)[1] na região norte do Paraná, no período de 1945-1953. Procuramos abordar os principais procedimentos de controle social e repressão formulados pela Delegacia de Ordem Política e Social, contra os comunistas na região norte do Paraná, bem como, levar em consideração a estrutura institucional da Dops, buscando entender como eram montadas as operações de vigilância, censura e repressão contra militantes e movimentos sociais.

O período 1945-1953, no Estado do Paraná, foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra, como foram os casos da "Guerra de Porecatu" (1948-1951) e a "Revolta do Sudoeste" (1957), na década de 1950 e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra Mundial, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos.

A atuação da polícia política neste período configura-se ainda pelo controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem social estabelecida. A idéia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresenta-se mais eficaz. Entidades ou instituições - cinemas, teatros, clubes, meios de comunicação, bares, bordéis etc - passam a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial, sejam porque agregam um número significativo de indivíduos, sejam porque atuam como formadores de opinião, ou por adotarem uma postura contrária ao regime, atentando ainda contra a moral e os bons costumes.

---

[1] De 1922 a 1960, o nome correto era Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. No entanto, em fins da década de 1940, a oposição alega que o nome Partido Comunista do Brasil, sugeria uma extensão do Partido Comunista Internacional (comandado pela União Soviética) no país. Nesse sentido, acreditava-se que o partido não defendia os interesses brasileiros, mas os interesses internacionais. Em 1960, o PCB, buscando retornar à legalidade, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro e a sigla continua a mesma. Nesse mesmo ano, dividiu-se em duas alas: a dos *"reformistas"*, que pretendiam mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro, visando a obtenção de uma situação eleitoral legal e convencer o Tribunal Superior Eleitoral de que o partido era verdadeiramente nacionalista por natureza e não um instrumento da União Soviética, como havia afirmado o Tribunal em 1947, quando da proscrição do PCB; e a ala dos *"revolucionários"*, que queriam manter a radicalização implantada no Partido desde o Manifesto de Agosto de 1950. A partir da cisão do PCB, foi criado em 1962 um novo partido, denominado, nesse momento em diante, de Partido Comunista do Brasil. Portanto, a partir de 1962 teremos dois partidos comunistas: o tradicional e objeto de nossa análise, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outro, o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), criado em 1962 e fruto da cisão de 1960.

O fim do Estado Novo e o início da democratização não deixaram dúvidas de que o Brasil não era o mesmo da Revolução de 1930. O modelo de substituição das importações praticado pelo Estado Novo criou uma nova realidade brasileira, fazendo com que o país alcançasse o capitalismo industrial. Essas alterações modificaram o contexto político nacional, onde os trabalhadores urbanos ganham maior importância. As reformas implantadas por Vargas inauguraram uma fase da expansão dos direitos sociais, com a introdução e melhoramento da legislação social, nas áreas sindical, trabalhista e previdenciária. O que marcou essa transformação foi a passagem de um sistema de base agro-exportadora para uma sociedade urbana e industrial. O Estado voltou-se para o fortalecimento de uma indústria de base, sendo o agente primordial da modernização econômica.

Mas, ao lado dessas mudanças substantivas no país, o regime adotou uma série de medidas repressivas. Vargas adquiriu poderes excepcionais, a ponto de extinguir os partidos políticos, dissolver o Parlamento e limitar as liberdades políticas. A repressão policial se tornou constante ainda mais quando o comunismo foi eleito *inimigo potencial*. Com essas práticas, Vargas buscou diminuir a autonomia dos estados, para que esses não ficassem vulneráveis a penetração de ideologias revolucionárias. Procurou ainda, ampliar o sistema de vigilância e os métodos coercitivos com relação aos suspeitos. Consolidando o inimigo nos primeiros dias do novo regime, o Estado negou qualquer eficácia a algum tipo de solução política e iniciou a prática de soluções físicas. Seguindo sua lógica, fazia-se necessário o uso de instrumentos de violência para assegurar a ordem e garantir sua própria existência.

Por isso, delimitamos nossa pesquisa aos anos de 1945 a 1953 por se tratar de um momento contraditório. Com o fim do Estado Novo em 1945, inaugura-se um período de democratização, a qual possibilitou ao PCB, dois anos de legalidade (1945-1947). A Constituição de 1946 garantia a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência, crença e de defesa mediante qualquer acusação, mas não era colocada em prática. Símbolo dessa inaplicabilidade foi a promulgação, em 1953, da Lei de Segurança Nacional, que centralizava ainda mais o controle da sociedade civil nas mãos do Estado.

Marcado pelo fim tanto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quanto da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o ano de 1945 foi palco inaugural do período de democratização, momento acolhido para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Mesmo com essas expectativas, a volta da democracia significava também o retorno ou a permanência da *invenção de direitos*, a qual implicava a necessidade de seu cumprimento, que por sua vez dependia da participação e organização dos trabalhadores.

No âmbito político os antecedentes não eram nada animadores. Após o levante comunista de 1935, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional[2], a Constituição deixou de vigorar e o país tomou a direção do fechamento do sistema político, culminando com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura. Partidos políticos foram proibidos, declarou-se a censura à imprensa, liberdades públicas foram contidas, as tendências de oposição de diferentes tons foram reprimidas com mão-de-ferro, por fim, o poder centralizou-se na Presidência da República e estabeleceu-se a prática de governar por meio de decretos-lei.

No entanto, o aparato repressor não é um legado de Vargas. A censura no Brasil remonta a tempos coloniais. Em 1547, sob a ordem do Infante D. Henrique, publicou-se uma lista de livros proibidos, inaugurando o controle e a repressão na divulgação de idéias. Essa herança foi sendo mantida e institucionalizada nos anos precedentes. As Delegacias de Ordem Política e Social, também objeto de pesquisa nesse trabalho, surgem na década de 1920 e sua principal função era vigiar os opositores do Estado e evitar a formação de movimentos operários. A partir de então, a prática da vigilância tornou-se rotina e os inimigos do país variavam de acordo com o governo e a conjuntura mundial do momento.

Pode-se afirmar que tanto no campo trabalhista quanto no ideológico, o Estado Novo foi sinalizado pela opressão política, arbitrariedade patronal, deterioração nas condições de vida e perda de direitos. Enquanto o empresariado recebia apoio contra tudo que taxavam como “atos indesejáveis”, estavam livres da fiscalização dos órgãos públicos e dos sindicatos, os trabalhadores reclamavam da estreiteza da lei[3], limitada apenas a algumas categorias

---

[2] Promulgada em 4 de abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional definia crimes contra a ordem política e social. Sua finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, sem as garantias processuais. Foi seguida da Lei de segurança Nacional de 1938, decreto-lei 431 de 18 de maio de 1938, na qual foram diminuídas ainda mais as condições de defesa dos acusados: prazo, quantidade de testemunhas, tempo para os depoimentos, etc.

[3] Conforme Maria Celina D’Araújo, na década de 1930 Vargas promulgou uma série de medidas e leis trabalhistas, como a carteira profissional (1932), a lei de férias (1933), acidente de trabalho (1934), salário mínimo (1940), dentre outras. No entanto, somente os trabalhadores filiados aos sindicatos oficiais poderiam usufruir os direitos garantidos por essas leis. Foi um duro golpe para os sindicatos que resistiam ao controle do Estado, pois, diante dessas condições, ficava difícil concorrer com os sindicatos oficiais. Para dar sustentação financeira a essa vasta rede sindical que foi sendo gerada no primeiro governo Vargas, foi criado o Imposto Sindical – Lei 2.377 de 1940. Também conhecido como Contribuição Sindical, essa lei estipulava que, uma vez por ano, cada brasileiro empregado, sindicalizado ou não, era obrigado a dar um dia de seu salário, descontado na folha de pagamento. Esse dinheiro era recolhido pelo Ministério do Trabalho e repassado somente aos órgãos trabalhistas oficiais, quais sejam, sindicatos locais, as federações estaduais e as confederações nacionais. Em suma, sindicalizados ou não, deveriam contribuir com o imposto, mas só os filiados aos sindicatos oficiais (que nessa época, girava em torno de 3% dos trabalhadores de todo o país) tinham os direitos garantidos estabelecidos por lei. (D’ARAÚJO, 2003, p. 228-235).

profissionais – cerca de 3% dos trabalhadores de todo o país[4] –, enquanto que o pagamento do imposto sindical, instituído por Vargas em 1940, era obrigação de todos os trabalhadores.

Além do mais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), presente de Vargas aos trabalhadores em 1943 e ostentada como "a mais avançada legislação social do mundo", beneficiou apenas uma minoria urbana. Os trabalhadores rurais ficaram à margem desse processo. Somente em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214[5], de 03 de março, o homem do campo passou a receber garantias trabalhistas como o trabalhador da área urbana. Estrategicamente, essa extensão dos direitos trabalhistas não incluiu os trabalhadores do campo porque esses eram a maioria no país. E como a preocupação de Vargas era desenvolver o setor industrial, o fato da legislação contemplar os trabalhadores urbanos, tornou-se atrativa aos olhos de quem morava no campo. Então, muitos desses migraram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. Em contrapartida, os que permaneceram no campo ficaram sem o amparo de uma legislação que garantisse seus direitos.

Nesse contexto, o PCB, posto na ilegalidade após participar da insurreição de 1935 ao lado da Aliança Nacional Libertadora na luta para depor o governo, tenta se reorganizar e volta a atuar no início dos anos de 1940 com uma participação ativa no combate ao nazi-fascismo e na luta pelas liberdades democráticas. Conquista a legalidade em 1945, procurando ser um partido de massas, maleável e democrático. Os comunistas se revelaram ágeis na organização de vários Comitês Populares e Democráticos. Nas cidades, procuravam discutir temas como habitação, instrução e saúde públicas, custos dos gêneros de primeira necessidade, etc. Criaram ainda os comitês profissionais, os quais tinham a função de atuar em sindicatos, pois o partido não fazia parte da diretoria dessas agremiações.

É nessa década também que o "Partidão" começa a se engajar na luta pela questão agrária, que ganhou forças, principalmente no período de sua legalidade, entre os anos de 1945 a 1947. É inegável que a sua principal preocupação sempre foi o movimento operário, muito embora houvesse interesse do partido em organizar o campesinato. Mas o empenho por essa questão só foi despertado, na prática, em fins da década de 1940, quando houve sinais de

---

[4] D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

[5] Dentre outros benefícios, o Estatuto do Trabalhador Rural instituiu um plano previdenciário ao trabalhador do campo. Em seu título *Dos serviços sociais*, foi criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), custeado por uma contribuição de 1% incidente sobre o valor dos produtos agropecuários, a ser recolhida pelo produtor quando da primeira comercialização.

agitação no norte do Paraná, envolvendo brigas pela posse da terra. Essa agitação, conhecida como Revolta de Porecatu (1948-1951) – e que também iremos trabalhar – iniciou as atividades do PCB no campo. Daí em diante houve uma seqüência de conflitos nos quais o PCB iria atuar como a "Revolta do Sudoeste"(1957), também no Paraná; "Trombas e Formoso" em Goiás; "Demônios de Catulé" em Minas Gerais e "Santa Fé do Sul", em São Paulo.

No entanto, no dia 7 de maio de 1947, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o PCB é colocado na ilegalidade, contradizendo a Constituição de 1946. Considerada por muitos como símbolo da democracia, consagrando as liberdades previstas na Constituição de 1934, a Constituição de 1946, marcou para a história a recuperação da liberdade e a restituição dos órgãos democráticos. Diante desse paradoxo, procuramos interpretar a prática do sistema democratizado, interpretando a aplicação dessa Carta de maneira dualística. De um lado, para assegurar os direitos e de outro, para limitar o pluralismo político. Desse modo, trabalharemos com a perspectiva de que a repressão, em termos, continuou, chegando a adotar formas superiores de violência, exemplificadas na intensificação da repressão aos movimentos sociais, e em particular às organizações políticas de esquerda.[6] Por isso, uma de nossas pretensões foi trabalhar o fato de que esse momento não era tão democrático quanto se pensava.

A Lei de Segurança Nacional de 1953 confirma essa hipótese. Afinal, se estávamos mesmo em um período democrático, por que houve a necessidade de elaborar mais uma Lei de Segurança Nacional? Formulada inicialmente com o anteprojeto de 1947, a LSN de 1953 só foi promulgada pelo Congresso a 5 de janeiro de 1953, no segundo governo Vargas, sob a vigência da Constituição de 1946. Essa lei definia crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e também contra a ordem política e social. Em outras palavras, veio arrematar as leis de 1935 e de 1938, as quais, respectivamente, definiam crimes contra a ordem política e social e crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social.[7]

---

[6] Sobre a repressão enérgica experimentada pelo país no governo de Eurico Gaspar Dutra, consultar: MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos*: revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 6, p. 41-59, 2002.

[7] É importante ressaltar que muitos países criaram legislação semelhante à Lei de Segurança Nacional aplicada no Brasil. Essas leis tinham a função de proteger o país e foram criadas com o objetivo de contribuir na defesa contra os inimigos externos. Mas, contradizendo a regra, as Leis de Segurança Nacional eram utilizadas contra inimigos internos.

Paralelo a esse problema, nos propomos a analisar os principais métodos de fiscalização e de coerção arquitetados pela Delegacia de Ordem Política e Social contra os comunistas na região norte do Paraná, procurando apresentar a estrutura institucional da Dops, examinando os meios utilizados por esse órgão para vigiar, censurar e reprimir os militantes comunistas e os movimentos sociais que esses promoviam ou participavam.

Procuramos trabalhar a ação da polícia política no Paraná, como estudo de caso, a fim de pensarmos a contradição na qual um Estado, dito efetivamente republicano e democrático, utiliza-se de uma organização policial capaz de legitimar e amparar práticas comuns em regimes autoritários, principalmente com relação aos militantes e simpatizantes do comunismo. Os comunistas eram considerados os principais inimigos do Estado nesse momento. A eles reputava-se a responsabilidade pela ação e existência da polícia política. Como doutrina, o comunismo questionava os preceitos do capitalismo, dos seus ideólogos e, fundamentalmente dos representantes da burguesia. Além do mais, tentaram se organizar internacionalmente, com o objetivo de mudar o mundo de acordo com as suas visões políticas, sendo por isso, considerados uma ameaça a ser combatida, ainda mais após a tentativa por eles ensaiada de tomar o poder no país em 1935.

Nesse sentido, pensar a República no Brasil, no período aqui proposto (1945-1953), requer ponderar as práticas voltadas ao interesse público, na medida em que, as autoridades – influenciadas ou não por organismos externos ou internos – visam transmitir a imagem na qual, enquanto governantes, estariam contribuindo para uma vida social, livre e democrática.

As relações do Estado brasileiro com os movimentos de esquerda, e particularmente com o comunismo, bem como as formas e instituições de repressão, são temas amplamente estudados pela academia brasileira. Muito se tem escrito sobre o PCB, mas essas análises se detêm a uma perspectiva nacional, se preocupando em expor seus antecedentes e realizações, privilegiando apenas o eixo Rio-São Paulo. E mesmo assim, foram poucos os que conseguiram vislumbrar o universo de interesses ocultos nas entrelinhas da História. Se formos fiéis a autores como José Antônio Segatto[8], Gregório Bezerra[9], Astrojildo Pereira[10] e muitos outros, veremos que as abordagens circundam, no campo da militância política. Além

[8] SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981; SEGATTO, José Antonio. *PCB*. Memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982.
[9] BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
[10] PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

desses trabalhos, outros, como os de Gildo Marçal Brandão[11] e Ronald Chilcote[12] não privilegiam as abordagens regionais, as diferenças e semelhanças de um Estado para outro e sua comparação em âmbito nacional.

Como se trata de primeiras produções sobre o partido no Brasil, é natural que essas abordagens sejam produzidas por militantes, incluindo ativistas políticos de esquerda e também jornalistas ou advogados ligados de alguma forma ao movimento comunista.

De certo modo, várias produções, principalmente a militante, privilegiam uma descrição cronológica dos feitos do partido. Descrevem o movimento e as organizações em que ele esteve presente, como greves, congressos, lançamentos de publicações, fundações de associações, organização política, hegemonia nos movimentos sindicais e populares, sempre sob uma perspectiva nacional. São raros os trabalhos que se propõe a analisar o PCB e sua relação com a polícia política nacional nos estados. Até mesmo a produção militante deixa a desejar. Poucos dirigentes comunistas estaduais transcreveram suas experiências. Quando muito, a prática militante desses dirigentes estão registradas em depoimentos concedidos a vinte ou vinte e cinco anos do auge de sua militância no partido.

Essa ausência de uma trajetória historiográfica é infelizmente uma realidade no Paraná. Embora haja abundante material de pesquisa – documentos, reportagens, depoimentos, etc – poucos se debruçaram sobre o tema e sistematizaram a experiência do PCB-PR.

O pouco que se sabe é que o PCB passou a existir no Paraná após 1930, mais precisamente depois de 1945, quando da I Conferência Estadual que levou à direção do partido no Paraná os comunistas como: Meireles, Walfrido Soares de Oliveira, Dario, Jacob Schmidt e outros, que construíram a história do partido no estado. A situação é mais crítica ainda quando nos referimos ao norte do Paraná. O que se conhece sobre a atuação do PCB nessa região, é apenas direcionado à Revolta de Porecatu, onde os militantes tiveram um importante papel na luta dos camponeses pela permanência da posse da terra. Nomes de muitos comunistas também aí se popularizaram: Manoel Jacinto Correa, Newton Câmara e Flavio Ribeiro são apenas alguns exemplos. Sem falar nos militantes reconhecidos nacionalmente, e que também estiveram deliberando o episódio, que são o caso de Gregório Bezerra e João Saldanha.

---

[11] BRANDÃO, Gildo Marçal. *Esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997; BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 23-34, fev. 1997.

[12] CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Assim, é evidente a falta de uma história dos partidos no Paraná, principalmente com relação ao PCB. Uma história que contemple as várias especificidades da atuação do PCB nas diversas regiões do estado. Nesta perspectiva, pretendemos contribuir para essa ausência, direcionando o estudo do partido no Paraná com o cotidiano da polícia política paranaense.

Analisando-os como atores sociais, observamos ainda a identificação dos principais grupos, movimentos e instituições sociais que mais tiveram suas atividades influenciadas pelo Partido Comunista e controladas pela Dops-PR.

Um dos princípios norteadores dessa investigação, é a concepção de que o político não só emerge, como se justifica através do conjunto das atividades humanas. Portanto, o campo político pode ser notado na esfera das relações sociais. Dessa forma, ao propormos analisar as ações sociopolíticas construídas coletivamente, por integrantes de diferentes classes e camadas, acreditamos que esses são capazes de formar um organismo político de força social na sociedade civil. Se o objeto da análise dos movimentos sociais é o homem em sociedade e as suas diversas formas de ação, a política se destaca pelo fato desses movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder. De tal modo, procuramos levar em consideração as vivências ideológicas, os valores, as tradições e a cultura, bem como o arcabouço socioeconômico e político-autoritário em que esses personagens sociais estão inseridos.

Em seu processo de renovação, a História Política, antes centrada nos grandes nomes, nos grandes eventos e confeccionada em torno de fatos e datas e, sendo por isso, considerada linear e factual, incorpora, aos poucos, métodos e técnicas das ciências sociais. Transformação inaugural atribuída, principalmente, por meio dos integrantes da Escola Marxista Inglesa[13], que agruparam novas temáticas, dentre as quais se destacam o enfoque antropológico e os estudos no campo da história cultural, fazendo com que, a História Política se distancie do modelo rankeano[14]. Sendo assim, a aproximação da história política com a história cultural, foi imprescindível para a historiografia, pois permitiu a compreensão de uma certa realidade a partir da influência das práticas culturais sobre os modos de exercício do poder.

---

[13] Formado por um grupo de historiadores vinculados ao Partido Comunista Britânico, essa Escola era composta por alguns dos nomes, que ao longo do século XX, compunham o rol dos mais renomados historiadores ingleses: E.P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, George Rude, Dorothy Thompson, Royden Harrison, Maurice Dobb e Dona Torr.

[14] Entende-se aí o paradigma tradicional da história, desenvolvido e aplicado por Leopold von Ranke. Esse modelo preconiza os grandes feitos dos grandes homens, uma história "vista de cima", na qual as abordagens se baseavam em estudos biográficos de estadistas, monarcas generais e sempre fundamentada em documentos oficiais.

Dessa forma, não há como estabelecer fronteiras no campo do político. O político confunde-se com o que é público e comunica-se com a maioria dos outros domínios. De acordo com Rémond[15] "o político não tem fronteiras naturais". O político estabelece um diálogo e não se sobrepõe a outros aspectos sociais. Nesse sentido, o político se fundamenta também nas representações, no imaginário popular, como ressaltou Rosavallon[16], é o "lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo".

Paralelo a isso, também houve transformações no campo da historiografia sobre movimentos sociais. Já a partir dos anos de 1950, pode-se dizer que ocorreu uma renovação temática na historiografia inglesa[17]. Essa mudança se baseou na junção de reflexões historiográficas do marxismo com representações simbólicas dos movimentos da época do objeto em estudo – a exemplo do que viria a acontecer no âmbito da História Política na década de 1970. Tal método, como uma crítica à ortodoxia marxista, não se restringiu somente à academia, mas também teve influências nas formulações da prática revolucionária.

Nesse sentido, avaliamos o prisma subjetivo da polícia política paranaense, estabelecendo um ponto de contato entre o político, o social e o cultural. Trata-se de analisar os principais procedimentos de controle social e de repressão elaborados pela Delegacia de Ordem Política e Social, contra os comunistas, na região norte do Estado do Paraná, entre os anos de 1945-1953. Considerando, para isso, o cotidiano da polícia política, não somente como aparelho repressor do Estado e órgão cumpridor das leis de ordenamento da sociedade – no caso a Lei de Segurança Nacional – , mas, sobretudo, como setor especializado no qual a trama de relações e estrutura corporativa é capaz de identificar os principais grupos, movimentos e instituições sociais que mais tiveram suas atividades controladas e investigadas pelo Dops no período definido.

Assim, acreditamos que a Nova História Política, bem como as transformações historiográficas no campo dos movimentos sociais, tiveram uma grande atuação ao restaurar a escrita da história, pois só através dessas renovações metodológicas temos a oportunidade de

---

[15] RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 442-443.

[16] É para o próprio autor, uma questão de *cultura política*; ou seja, é a forma de como as representações políticas populares se dão culturalmente. Cf. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v. 15, nº 30, p. 9-22, 1995, p. 12.

[17] DE DECCA, Edgar. Rebeldia e revolução na história social. In*:* BRESCIANI, M. S. (Org.). *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 13-29.

reconstruir tramas, símbolos e ações vivenciados pelas massas que realmente operaram no processo.

Ao observarmos as práticas dos comunistas e trabalhadores urbanos e rurais, nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Resistindo à política de coação e tradicionalmente instituída, politizaram as questões do cotidiano na busca de direitos igualitários em um momento tido como "democrático". E isso, de certa forma, foi resultado não só das próprias ações dos trabalhadores, mas também de sua interação com outros agentes. Ambos mostraram que havia recantos do real desconhecidos pelo discurso estabelecido e não explícitos no palco da vida pública. Formaram, então, um espaço público além do sistema de representação política.

Analisando os submundos do imaginário comunista e anticomunista, tivemos a pretensão de compreender os comportamentos políticos dos policiais da Dops-PR. Desde o início da Era Vargas, em 1930, houve a intensificação do papel da polícia política, preocupada em combater as "ideologias exóticas" como o fascismo, nazismo, integralismo e comunismo. Partindo dessa finalidade, a agenda nacional procurou extinguir esses ideários do mapa, se preocupando em exterminar, principalmente, o comunismo. Essa vigilância abrangeu todas as esferas. O indivíduo deixou de ser representado como figura suprema da sociedade, a qual passou a ter a nação como justificativa de sua existência. A exclusão de direitos políticos objetivava a manipulação do silêncio mediante a aceitação de leis impostas pelo poder estatal. Desse modo, o uso da violência conferia ao governo administrar todos os assuntos humanos.

Nessa época, Vargas já havia exercido maior controle sobre as oligarquias regionais através de várias delegacias que aí foram instaladas, a fim de manter o domínio não só nos grandes centros urbanos, mas também no interior do país. Vivia-se um momento no qual a "lógica da suspeição"[18] era a regra. Assim, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), construiu relações de cooperação com as unidades regionais, as Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), a fim de perseguir, fichar e reprimir os suspeitos de infringir a ordem imposta pelo governo. Essas alianças persistiram no pós-1945, ainda mais intensas do que nunca. A Dops, como fração da polícia política em nível estadual e instrumento contrário à propagação de idéias revolucionárias, seguiu medidas administrativas metódicas, da mesma maneira que apoiou o discurso ordenador e saneador articulado pelo regime oficial. Por meio da "lógica da suspeição" se manteve atenta, buscando, sempre que possível apreender a literatura

[18] "Lógica da suspeição": todos os indivíduos estavam "sujeitos" à subversão e, era papel do DOPS investigar e fichar os "suspeitos" de praticar a perturbação da ordem pública.

"perigosa" – considerada pelo órgão como principal arma na propagação de ideologias exóticas – e, enquadrar, na respectiva lei, seus mentores intelectuais. Nessa perspectiva, todo indivíduo que atentasse o controle da sociedade continuaria sendo um suspeito em potencial.

Em sua prática diária de vigilância, controle e repressão, a polícia política coletou inúmeras informações a respeito de como se dava o aparato investigativo da época. Armazenando uma quantidade enorme de dados sobre cidadãos considerados subversivos à ordem, a polícia política, nesse sentido, contribuiu, em particular a todos os pesquisadores em geral, pela importância e riqueza desses acervos. Assim, com esse material, nos preocupamos, através dos arquivos produzidos pela Dops, compreender o olhar da polícia política sobre o "inimigo número um da nação": os comunistas.

Somente a partir da década de 1990, com o movimento de democratização e como conseqüência, do "direito da informação", foi habilitado o processo de abertura e disponibilidade à consulta pública de boa parte dos acervos estaduais da polícia política. Os Fundos do Arquivo Público do Estado do Paraná[19] – parte do nosso arsenal de fontes nesse trabalho – cobrem 69 anos de atuação da Dops no Estado[20]. Os dados, organizados entre fichas e pastas, contam com cerca de 692.546 documentos, entre jornais, revistas, panfletos, filmes e assemelhados. Para a nossa pesquisa, essa documentação, se caracteriza por sua natureza diversa, e por isso mesmo, composta de processos judiciais, relatórios, procedimentos da Dops, documentos elaborados pelo PCB e periódicos da época, trazem no seu bojo, elementos ricos para a compreensão não só dos movimentos sociais em si, mas da atuação dos camponeses e trabalhadores urbanos, dos organismos repressores e da ação dos militantes comunistas na região norte do Paraná. O acervo compreende documentos datados de 20 de maio de 1920 até o ano de 1989, momento em que foram registradas as últimas anotações em fichas ou pastas.

Também foram objetos de nossa análise, alguns documentos provenientes do Arquivo Pessoal de Teresa Urban. Militante comunista nos anos 1960, Teresa Urban atuava como jornalista, realizando uma série de entrevistas com vários integrantes do PCB na década de 1980. Dentre essas entrevistas, se destacam, principalmente, aquelas de militantes envolvidos na Revolta de Porecatu. Além do mais, no seu acervo, encontramos documentos da Embaixada Norte-Americana no Brasil, importantíssimos para analisar a interferência dos

---

[19] Os documentos pertencentes a DOPS/PR foram transferidos ao Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, de acordo com o decreto nº 577, de 11 de julho de 1991.

[20] A cronologia do acervo abrange o período de 20/05/1920 até 1989, ano em que foram registradas as últimas anotações em fichas e pastas. COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. *Cadernos da UPT*. Curitiba, UPT, ano 1, n. 1, 1993.

Estados Unidos no país, e sobretudo, conciliar seus interesses e apoio dado aos governantes para que eliminassem os comunistas do mapa. Com esses documentos, podemos notar o diálogo constante que a Embaixada mantinha com as autoridades policiais estadunidenses, nos quais eram repassadas todas as informações referentes ao comunismo.

Além de todas essas fontes, nos utilizamos ainda de microfilmes do jornal *Voz Operária*, provenientes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Fundo DPS). Mesmo se referindo a região norte do Paraná, esses documentos se encontram no Rio de Janeiro, pois aí era sediado todo o aparato policial em vigor no Brasil. Desde a sua fundação, a polícia política monopolizava o controle e repressão em âmbito nacional a partir de órgãos de segurança instalados na então capital da República. Por meio deles se estabelecia uma ação articulada com as polícias políticas federais e dos demais estados na luta contra os "atentados da ordem política e social".

Os acervos do Fundo DPS cobrem os anos de 1918 a 1983, contando com cerca de 670 metros de documentos escritos e aproximadamente 200.000 negativos, cópias e ampliações de fotos individuais dos suspeitos e detidos, ampliações de fotos temáticas e de eventos. Assim como o Arquivo Público do Paraná, a DPS surpreende pela variedade de fontes disponíveis à pesquisa, como correspondências, panfletos, documentos pessoais e materiais bélicos. Dentre as evidências também podemos encontrar sindicâncias sobre pessoas, levantamentos de antecedentes políticos, inquéritos, fichas de controle de tramitação de indivíduos, entre outros. Nossa pesquisa nesse acervo, se restringiu a documentação de natureza jornalística.

Porém, ao interpretar os documentos, temos que atentar para o contexto em que o mesmo foi produzido, observando "presença onde há ausência". Procuramos notar as distintas interpretações pessoais do acontecimento, apresentado no relato, como símbolos a serem desvendados. O fundamental, é "tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso"[21]. Trata-se, portanto, de buscar os significados nas relações que se repetem sistematicamente entre as diferentes versões.

A fim de atingirmos nosso objetivo, faz-se necessário estudar, inicialmente, a inserção histórica do PCB. Para isso, entendemos ser preciso apresentar um quadro teórico-metodológico que abranja o lugar do político e, por conseguinte, a sua atuação e implicância nos movimentos sociais. Buscamos, a partir de então, no primeiro capítulo, percorrer a

[21] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 22.

trajetória do PCB no Brasil e suas repercussões nos diretórios paranaenses, dando enfoque, sobretudo no recorte temporal justificado pela pesquisa – que é de 1945 a 1953. Nesse período, especificamente em 1945, o PCB conquista a legalidade e se transforma num grande partido de massas. Adquire consciência de que as liberdades democráticas poderiam ampliar o espaço para a ação e o adiantamento de sua organização política. Nesse meio tempo, procuramos demonstrar que o partido, como uma medida preventiva com relação à possível proscrição, faz algumas concessões com tendência a diminuir drasticamente o grau de radicalidade, que sempre foi a marca principal do PCB. Acabou, por fim, desagradando tanto os militantes quanto os governantes, sendo, já em 1947, arremessado na clandestinidade.

Procuramos ainda no primeiro capítulo, enfatizar a iniciativa do PCB-PR na formação das Ligas Camponesas (em 1945-1946) entre os trabalhadores rurais no norte-paranaense. Esse incentivo evoluiu para o desenvolvimento de projetos de sindicatos e uniões. Tanto na área rural quanto na urbana, o planejamento dessas entidades permitiram o direcionamento da classe através da organização de base e consequentemente em uma aproximação entre partido e movimento operário e camponês. No entanto, veremos que os sindicatos do setentrião paranaense não eram tão fortes ou simplesmente inexistiam, abrindo espaço para que o PCB atuasse livremente na região e fundasse, no início dos anos de 1950, as “uniões gerais dos trabalhadores” (UGTs).

No segundo capítulo, enfatizaremos a influência da polícia política estadunidense sobre a polícia política nacional e, por conseqüência, sobre as autoridades policiais paranaenses, procurando atentar para o fato de que essa interferência permitiu a assimilação, por parte da polícia, do imaginário anticomunista. Pretendemos explicitar que o medo da expansão do “credo vermelho” foi fator importante, senão primordial, para a constituição desse setor especializado das forças policiais e para a instalação de programas de reestruturação e reformas institucionais com vistas ao controle político da sociedade. Além disso, nesse capítulo também trabalhamos com a reação comunista, manifestada em campanhas e organizações que tiveram seus desdobramentos no Paraná. Por meio dessa reação, procuramos explorar as expressões do imaginário anticomunista no meio policial, destacando a onipresença, quase sempre constante, do aparato policial norte-americano na relação e estipulação de medidas competentes à polícia política brasileira. Enfatizamos os principais interesses de autoridades norte-americanas no treinamento policial e interferência nas decisões dos diretórios policiais estaduais. Acreditavam que o combate ao comunismo, somente seria viável por meio da modernização, internacionalização e coordenação de planejamento, monitoradas pelas operações de serviços estadunidenses. Mas veremos que

outros interesses ocultavam os verdadeiros objetivos da polícia política norte-americana no Brasil, muito embora interesses nacionais também compactuavam com a cassação do PCB.

Demonstraremos também que as campanhas a favor do monopólio nacional do petróleo, pela paz mundial, dentre outras lideradas pelo PCB, resultaram em uma repressão brutal no governo do general Dutra. Se levarmos em consideração o número de militantes comunistas executados, nos surpreenderemos em constatar que no período 1946 a 1951 o índice de vítimas fatais superou as estatísticas do governo de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, a repressão aos militantes do "Partidão" desmistifica o caráter democrático desse período, reforçando o uso da coerção física e autoritária da polícia política no combate ao comunismo.

No terceiro capítulo, analisaremos o papel da polícia política enquanto organismo cumpridor da função de normatizar e regular a vida social. Por isso, buscamos expor o histórico da polícia política no Brasil, sua organização, articulação e aplicação de regras à sociedade como um todo. Assim, achamos imprescindível fazer um apanhado da Doutrina de Segurança Nacional, teoria que fundamenta a jurisdição responsável por essa vigilância. Com esse quadro geral, trabalhamos a organização da polícia política no Paraná, suas esferas de atuação e sua participação na Revolta Camponesa de Porecatu (1948-1951). Veremos pois, quais eram os planos do PCB para a região litigada e, sob a ótica de dirigentes estaduais do partido, observaremos o que esses personagens achavam da postura radical, retomada pelo PCB com o Manifesto de Agosto de 1950 e a relação que este tinha com o movimento.

A questão da terra em Porecatu envolvia vários grupos e interesses distintos que ora se opuseram, ora se complementavam. Os trabalhadores rurais queriam um pedaço de terra que garantisse o sustento de suas famílias. No entanto, sem esses o PCB não poderia experimentar, na prática, a política de radicalização adotada após a proscrição de seu registro. O plano comunista era resistir a desapropriação, lutar pela posse da terra e, em seguida, instaurar um regime de "comunismo rural". Já para a polícia política, os militantes comunistas se aproveitavam da ingenuidade dos camponeses e os usavam como fantoches para tentar derrubar o governo. Mostraremos que esse evento complexo foi a primeira experiência do PCB em luta armada no campo e atraiu os olhos dos órgãos da imprensa de todo o país para o norte do Paraná.

Assim, trabalharemos no âmbito do imaginário, do cotidiano da polícia política, não somente como aparelho repressor do Estado e órgão cumpridor das leis de ordenamento da sociedade, mas, sobretudo, como setor especializado no qual a trama de relações e estrutura

corporativa é capaz de identificar os principais grupos, movimentos e instituições sociais que mais tiveram suas atividades controladas e investigadas pela Dops no período definido.

1 - ENTRE A "SUBVERSÃO" E A "ORDEM": A *AMEAÇA VERMELHA*

A partir de 1943 o PCB inicia um processo de crescimento, registrando inclusive, um acréscimo considerável no número de militantes. O fluxo do movimento antifascista permite ao PCB se reorganizar e participar do movimento de massas. Antes mesmo da democratização o partido já encontra efetiva aceitação popular, atraindo muitos setores de trabalhadores urbanos e rurais e seduzindo intelectuais de significativa representatividade.

Em 1945, ainda com Vargas no poder, o PCB vai se reafirmando como uma grande organização política. Nos anos de 1946 e 1947, já na legalidade, o partido passa a defender uma política de união nacional, chegando a opinar na elaboração da Constituição de 1946 que teria vigência até 1964. Nessa ocasião, os representantes comunistas defenderam o direito de greve e a autonomia sindical. A presença desses representantes também foi decisiva na Comissão de Educação e Cultura, onde se opuseram a todos os modos de censura.[22]

Mesmo com essas manifestações democráticas garantidas pela Constituição de 1946, o que vemos nesse momento é uma continuação de práticas repressivas, principalmente no âmbito cultural. Exemplo disso foi a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas, criado em 1946 por um decreto do então presidente Eurico Gaspar Dutra. O objetivo era separar a censura, em nome da moral e dos bons costumes, da censura política, a qual anteriormente, fora exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no período do Estado Novo. No entanto, nunca antes da Ditadura Militar, os censores trabalharam com tanta insistência. Se tinham dúvida, vetavam. A intenção era, na verdade, "civilizar" os brasileiros, considerados em sua maioria ingênuos e despreparados.

Assim, apesar de se tratar de um período considerado "democrático"[23] para a maioria dos estudiosos, acreditamos que o autoritarismo não está circunscrito apenas em momentos históricos determinados, como o Estado Novo, de 1937-1945 e o Regime Militar, entre os anos de 1964-1985. Exemplo disso, seria a preocupação dos aparelhos estatais de repressão, em conceber a maioria da população, sobretudo as camadas inferiores, como um "campo propício para a propagação de idéias subversivas". A certeza de que o trabalhador ingênuo seria persuadido pelas milícias comunistas, deixava ambos sob a mira policial.

Um curto período de liberdades democráticas, entre 1945 a 1947, foi resultado, segundo essa visão, de modificações profundas no âmbito social brasileiro, dado o momento

---

[22] SEGATTO, op. cit, 1982.

[23] Nos referimos ao período entre os anos de 1945-1964.

de desenvolvimento econômico e debate político em relação à modernização e auto-suficiência da indústria nacional. Já em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados e houve também o fechamento de sedes e entidades vinculadas ao partido em todo o país. Nesta ocasião, tanto o partido como as associações e imprensa vinculadas a ele, foram reprimidas. No governo Dutra (1946-1950), há uma cobrança maior quanto à manutenção da ordem e segurança pública, ameaçada pela eclosão de movimentos sociais. A presença de organismos de segurança norte-americanos torna-se constante. Desde os anos 1930, o padrão de interferência dos Estados Unidos nas organizações policiais brasileiras altera-se e assume formas mais indiretas e politicamente mais visíveis.

De certa forma, como afirmou Martha Huggins[24], o "propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às polícias latino-americanas foi o de atuar como mecanismo para ganhar controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários e não o de fomentar a difusão da democracia". Contrariando assim a justificativa do governo norte-americano, que argumentava se tratar de uma campanha em prol a profissionalização das ações policiais, contribuir para a diminuição de práticas corruptas e violentas e colaborar para o respeito dos direitos humanos nos países latino-americanos.

Já para os integrantes da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), a questão sempre era vista pela ótica ideológica. Segundo esse órgão, os membros da esquerda, sobretudo o PCB, influenciava a mentalidade dos trabalhadores urbanos e rurais considerados alvos fáceis de manipulação. Além disso, argumentavam que o partido defendia a greve a "qualquer custo", incitava os "sindicatos paralelos" e organizações de base, fomentavam revoltas no campo, atacavam as demais correntes e não evitava um confronto aberto com a polícia[25]. Assim, para a polícia política, o "perigo" estava naqueles que conduziam bandeira vermelha, foice, martelo ou enxada[26].

Nesse sentido, Martha Huggins[27] afirma que toda ação policial é política. Resgatando os estudos de Charles Tilly, a autora assegura que a habilidade de controle e hegemonia de um governo é firmada por sua capacidade de proteger contra a violência de um perigo, que muitas vezes é criado pelo próprio Estado. Uma "chantagem protecionista" organizada pelo Estado

---

[24] HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América. São Paulo: Cortez, 1998. p. 22.

[25] NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano*: tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 60.

[26] Cf. CARNEIRO, M.L.T; KOSSOY, B.. (Org.) *A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 2003. p. 25.

[27] HUGGINS, op. cit., p. 229-230.

existe “na medida em que as ameaças contra as quais um governo protege seus cidadãos são imaginárias ou então, conseqüências de sua própria ação. Esse tipo de ‘proteção’ resulta freqüentemente em uma consolidação de controle estatal.” Assim, a “grande ameaça” criada era o progresso comunista.

Como repressores, os homens da polícia política, incluindo a paranaense, juntamente com o governo, eram contrários às transformações sociais, atribuindo regras à sociedade em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional. Com o intuito de interferir no imaginário político, o Estado procurou aplicar o “saneamento ideológico”,[28] tentando administrar o universo simbólico dos grupos subalternos. Em caso de reações “revolucionárias”, acionava-se a Dops. Esse órgão tinha por objetivo principal, impedir a heterogeneidade de pensamento, buscando domesticar as massas e silenciar os agitadores, considerados “potencialmente perigosos”. Apontava-se o suspeito como “inimigo-objetivo” e caso ele infringisse as regras policiais, era enquadrado em crime político.

Muito se tem comentado na historiografia sobre o papel da Delegacia de Ordem Política e Social. No entanto, esses trabalhos falam da atuação dos militares nos principais eixos do período: São Paulo e Rio de Janeiro,[29] e até mesmo, algumas obras trazem como tema o intercâmbio com a polícia política internacional[30]. Outros, por sua vez, são produções dos próprios arquivos, com o objetivo de divulgar o seu acervo documental.[31]

No Paraná, também se tem utilizado muito o setor Dops-PR do Arquivo Público do Estado do Paraná, que foi disponibilizado ao público pelo decreto-lei nº 577, do governo do Estado, de 11 de julho de 1991. Mas não se tem produzido muita coisa sobre a instituição da polícia política paranaense em si. Alguns trabalhos pioneiros como o artigo de Adolpho Mariano da Costa[32], traz um pouco da história do arquivo no Estado. Ultimamente, alguns trabalhos acadêmicos[33], têm feito um aparato geral da Dops-PR, por incluir em suas pesquisas

---

[28] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 335-339.

[29] Cf. BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na boca do sertão*: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2003; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997; CARNEIRO, op. cit.

[30] Cf. HUGGINS, op cit.

[31] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

[32] COSTA, op. cit.

[33] Cf. ATHAIDES, Rafael. *Zu studienzwecken in Paraná*: a ação do círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007; KIMURA, Rosangela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (1930-1950)*: de cores proibidas

documentação relacionada a polícia política, mas, geralmente, trazem como objeto as políticas imigratórias, muito embora também tratem de questões político-ideológicas, como é o nosso caso nessa pesquisa. São raras as publicações que analisam a ação da polícia política (Dops) frente à atuação dos militantes do PCB na região Norte do Paraná[34].

1.1. Discussão bibliográfica: garimpando a historiografia acerca das transformações no campo da política e dos movimentos sociais

Muito se tem escrito sobre o PCB e a repressão que o assolava. Mas essas análises se detêm a uma perspectiva nacional, se preocupando em expor seus antecedentes e realizações, privilegiando apenas o eixo Rio-São Paulo. E mesmo assim, foram poucos os que conseguiram vislumbrar o universo de interesses ocultos nas entrelinhas da História. Se formos fiéis a autores como Gildo Marçal Brandão, Dulce Pandolfi, Ronald Chilcote e muitos outros, veremos que as abordagens circundam, em sua maioria, no campo da militância política, não privilegiando as abordagens regionais, as diferenças e semelhanças de um Estado para outro e sua comparação a nível nacional.

Por isso, não há dúvidas que o Paraná necessita, urgentemente, de uma reformulação no que tange à história dos partidos políticos, e em especial, do PCB-PR. Dado a dura repressão sofrida pelo partido, a qual era justificada por seu caráter oposicionista – diferencial mediante outras agremiações – e sua atuação, quase sempre restrita aos bastidores, mas que, apesar de relegado à proscrição, repercutia na realidade social, e por isso mesmo, se constituía num "perigo eminente", o que, por vezes, impediu o PCB de sistematizar, através de todo o seu acervo, a vivência do partido na realidade que se formava em cada Estado, em especial, no Paraná. É significativo, apesar da limitação imposta pelo sistema repressor, o número de material produzido, tendo em vista a posição quase sempre opositora do partido que politicamente, criou e controlou estruturas sindicais, urbanas e

---

ao perigo amarelo. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

[34] Cf. PRIORI, Angelo A. *A Revolta Camponesa de Porecatu*: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2000. Esse trabalho traz um capítulo específico (*Capítulo 6: O campo da luta armada: ação e reação.)* sobre a atuação do PCB na revolta de Porecatu, tendo em vista que não podemos falar de organização comunista no norte do Paraná sem abordarmos esse movimento. E também: GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha*: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Esse trabalho propõe como tema a tese de que a maioria dos líderes comunistas, a nível nacional e também no Paraná, pertenciam à elite, tanto intelectual quanto econômica.

rurais em diversas regiões do Paraná, sobretudo no norte do Estado, porém, elas não estão em um plano organizado sistematicamente. Assim, a ausência desse tema na historiografia, principalmente no que se refere a estudos regionais e a forma como estão compostas as fontes, são fatores que nos despertou interesse em trabalhar com o tema.

A partir de uma abordagem historiográfica pautada em recentes descobertas no campo da história política e na nova concepção sobre movimentos sociais, pretendemos explorar os submundos do imaginário policial e de seus procedimentos no combate ao comunismo. Em relação às mudanças historiográficas, podemos dizer que os anos de 1960-70 foram significativos nessa transformação. O deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais produziu um tipo de revisão historiográfica que acabou privilegiando os estudos sobre movimentos sociais, cultura e grupos minoritários. Nos anos de 1980, a substituição da revolução pela democracia fez com que as atenções se voltassem para a história política. "Se o tema da revolução suscitou um estudo aprofundado das estruturas e relações econômicas e sociais, o tema da democracia pressupõe conhecimento mais aprofundado do mundo da política."[35]. Nos compete, dessa forma, apresentar um tutorial do referencial por nós adotado para o procedimento da pesquisa, conceituando alguns termos.

Já a partir dos anos de 1950, pode-se dizer que houve uma renovação temática sobre os movimentos sociais na historiografia inglesa[36]. Essa mudança, se baseou na junção de reflexões e debates historiográficos do marxismo com representações simbólicas dos movimentos da época. A nova concepção tratou de reconstruir a teoria dos estudos históricos através da "análise da luta de classes" não somente sob a ótica de uma "história vista de baixo", mais do que isso, sob as lentes de "uma história vista de baixo para cima"[37]. Nesta perspectiva, historiadores marxistas britânicos, desde os anos de 1960, buscaram, além de uma renovação metodológica, apreender a história da organização das classes populares em termos de suas lutas e ideologias, por meio da chamada "História Social".

Esse grupo não compactuava com a concepção do modelo base-superestrutura e a preponderância do aspecto econômico na análise da totalidade social. Harvey Kaye[38], ao analisar esses historiadores, reforça a crítica levantada por eles em relação aos historiadores

---

[35] CAPELATO, M. H. R. . Historia Política. Historiografia Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. n.17, p. 161-165, 1996, p. 161.

[36] Cf. DE DECCA, op. cit.

[37] O que significa uma história vista na relação do proletariado com a burguesia, observada no contexto da luta de classes. Cf. KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas britânicos*: un análisis introductorio. Zaragosa: Universidad, Prensas Universitarias, 1989, p. 201.

[38] KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas britânicos*: un análisis introductorio. Zaragosa: Universidad, Prensas Universitarias, 1989, p.204.

estruturalistas. Segundo o autor, ao fazer uma análise histórica, em uma perspectiva macroeconômica, tendo como ponto inicial a economia, os historiadores estruturalistas eliminam a "consciência, a ação e a dimensão política das relações humanas", incapacitando uma base instrumental que se ajuste ao estudo da história vista de baixo. Outro problema apontado por Kaye, seria o deslize dos estruturalistas ao consignar a economia como fator preponderante de categorização da classe. Tentam confeccionar, nesse sentido, uma forma de *teoria da determinação de classe*, na qual vêem a história como produto de embates (entre favorecidos e desfavorecidos), e que portanto, sem a luta de classes não haveria história.

Contrapondo esse determinismo, os historiadores marxistas britânicos – e nesse caso, demos maior ênfase a Edward Palmer Thompson[39] – não pensam a classe como categoria balizada por poderes econômicos e como produto do desenvolvimento de forças produtivas, mas, como um fenômeno social que se dá historicamente, num tempo e espaço determinado. As classes, como diz Thompson, se constituem na luta. A consciência de classe se desenvolve no interior da própria classe, na medida em que seus membros vão identificando semelhanças e diferenças:

> As classes sociais não antecedem, mas surgem na luta [...] surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classes: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob certas condições que são 'dadas'.[40]

Dessa forma, para Kaye, ao dar destaque às experiências de vida cotidiana, Thompson[41] – e outros historiadores marxistas britânicos, como Hobsbawm,[42] também citado pelo autor – tem contribuído para levar os estudos históricos além das ações das elites. Além de historiador, Thompson também foi militante. Sua adesão ao socialismo, teve o intuito de revitalizar o marxismo, sobretudo o britânico. Na prática, Thompson foi um defensor ativo dos movimentos sociais, e um dos exemplos desse seu engajamento foi nos anos de 1980,

---

[39] THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[40] THOMPSON, op. cit., 1981, p. 121.

[41] THOMPSON, op cit., 1981, p. 121.

[42] HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HOBSBAWM, Eric J. N. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

quando o historiador participou do movimento antiarmamentista europeu[43]. Para Müller,[44] em termos teóricos, Thompson cooperou em "redefinir uma análise da luta de classe que fosse mais apropriada para a compreensão da história da classe trabalhadora britânica". O que não impede, no entanto, a aplicação de sua metodologia nos movimentos sociais de outros países.

Segundo Kaye[45], os historiadores marxistas britânicos não se baseiam somente nas experiências das classes baixas, mas insistem que essas classes, mais do que meras vítimas, têm sido participantes ativos na formação da história.[46] Ainda nessa perspectiva, de acordo com Hobsbawm[47], a História Social não pode ser tratada como algo isolado, porque – e até mesmo Kaye[48] partilha desta opinião –, as relações sociais de produção são simultaneamente econômicas, políticas, culturais e morais. Neste aspecto há uma crítica aos marxistas estruturalistas que viam a classe como pré-determinação das relações econômicas de produção.

A reviravolta metodológica de grande marco foi no ano de 1978, quando Thompson[49] publica *A Miséria da teoria*, em resposta ao estruturalismo althusseriano que ameaçava propagar pela historiografia inglesa[50]. Althusser defendia o modelo marxista estrutural como sendo único e inquestionável. Segundo Thompson, esse instrumental teórico transformaria o marxismo numa espécie de dogma. Para ele, essa teoria, assim como a história, precisa se manter em desenvolvimento. Foi pensando nisso que Thompson elaborou nesta mesma obra, argumentos para desmontar essa vertente, organizando um novo método mais flexível e específico ao campo: a "lógica histórica".

De acordo com Thompson[51], o objeto do conhecimento histórico compreende "fatos" ou "evidências" dotadas de existência real. Mas, apesar disso, o conhecimento histórico não deixa de ser "provisório e incompleto" – porque sempre haverá algo a mais a ser descoberto sobre o objeto de estudo em questão – e "limitado" – pelo padrão de questionamentos e

---

[43] MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, p. 153-185, 1997.

[44] MÜLLER, Ricardo G.. Razão e Utopia: Thompson e a História. *Diálogos*, Maringá, v. 6, p. 231-235, 2002, p. 232.

[45] KAYE, op. cit.

[46] Para Kaye, os historiadores marxistas britânicos, não foram os únicos nem os primeiros a trabalhar com a história "vista de baixo". Walter Benjamin, por exemplo, foi um dos intelectuais, que antes dos marxistas britânicos, também apontou caminhos para o desenvolvimento dessa perspectiva. (KAYE, 1989, p. 208-209).

[47] HOBSBAWM, op. cit., 1998.

[48] KAYE, op. cit.

[49] THOMPSON, op cit., 1981.

[50] Muito embora, já havia o debate entre Thompson e os estruturalistas britânicos desde o início dos anos de 1960.

[51] THOMPSON, op cit., 1981, p. 49-53.

problemática lançada pelo historiador ao documento. No entanto, mesmo com todas essas delimitações, o conhecimento histórico *não pode* ser concebido como "inverídico", pois se fundamenta no levantamento de hipóteses, as quais podem ou não ser confirmadas através do diálogo com as fontes, confeccionadas em um passado que realmente existiu.

Contudo, várias críticas recaíram sob a metodologia de Thompson. Richard Johnson[52] por exemplo, afirmou que seu erro foi reduzir a classe e formações sociais a relações entre grupos desprezando o aspecto econômico. Para Johnson as relações entre grupos se apóiam nas relações sociais de produção, e Thompson pecaria por representar os processos econômicos de forma simbólica, caindo em uma análise "culturalista"[53]. Perry Anderson[54] (1964), outro crítico de Thompson, apesar de reconhecer a abrangência política de seu trabalho, diz que o autor erra ao afirmar que a história é um conhecimento aproximado, não atribuindo a ela a condição de ciência.[55]

Thompson procura em seus estudos sobre o século XVIII, principalmente em sua obra, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*[56], dar consistência a "cultura" plebéia, partindo do pressuposto de que a consciência e os costumes tradicionais foram muito ativos durante este século, e que dentre estes costumes alguns seriam recentes e trariam reclamações por novos direitos[57]. Portanto, muitas das reclamações atuais possuem uma herança no passado, muito embora, a maioria dos protestos responda a questões presentes.

No Brasil contemporâneo, os movimentos sociais podem ser conceituados mais em termos de uma teoria de ação coletiva do que como fruto de "luta de classes" no sentido estrutural da expressão. E também entendemos que isso se aplica no período estipulado nesse trabalho (1945-1953). Nesse sentido, os movimentos sociais podem ser definidos como práticas comuns à coletividade, dentre as quais, normas, interesses e valores racionais

---

[52] JOHNSON, Richard. (Ed.). *Making Histories*: studies in History writing and politics. London: Hutchinson, 1982.

[53] Segundo Jonhson, os "culturalistas" se distanciam do método de Marx e fazem uma opção pela experiência em detrimento da teoria. Mas, como demonstrou Sidnei Munhoz (op cit. p. 05), Thompson deixa claro em seu capítulo sétimo de *A miséria da teoria*, que seu instrumental de trabalho não envolve uma dependência da teoria à experiência, mas compete ao historiador constatar a sustentabilidade de seu modelo analítico.

[54] ANDERSON, Perry. Origins of the present crises. *New Left Review*. London, n.23, Jan./Feb. 1964.

[55] Anderson não entendeu que para Thompson, conhecimento aproximado – impossível verificação empírica, seria, em sua concepção, um estado normal de toda a ciência. (MUNHOZ, 1997, p. 06).

[56] THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobretudo no capítulo 2, intitulado de *Patrícios e Plebeus*.

[57] MUNHOZ, op. cit.

determinam o resultado da ação coletiva. Ao analisar a dimensão cultural e onde a ação popular se edifica, entendemos que a "ênfase na transformação cultural como elemento da estratégia dos movimentos sociais não estava confinada à sociedade civil como um lugar privilegiado da política, mas estende também ao Estado e a institucionalidade política".[58]

O que houve então, já no contexto dos movimentos sociais que iremos trabalhar – como a Revolta de Porecatu, a Campanha do Petróleo, o Movimento dos Partidários da Paz e muitos outros – foi uma ampliação do campo de reivindicação, muito embora isso não seja suficiente para mudança. No entanto, como veremos, a simples luta sindical, por exemplo, não agrupa uma ampla categoria popular em uma forma estável. A adequação de uma representatividade histórica que dê conta de todas as aspirações dos operários, dos camponeses e da massa trabalhadora em geral, exige a constituição de um movimento político. Da percepção política e insistência de organização que se vai lapidando o nascimento de um novo movimento político, no qual, os atores sociais divulguem seu profundo interesse de libertação nacional e denuncie a irresponsabilidade e passividade de lideranças políticas, tal como fizeram – ou pelo menos tentaram fazer – os partidários do PCB. Diante de sua proscrição, e sem legitimidade legal que os autorizasse a agir, foram se organizando em outras legendas partidárias, dando continuidade ao seu trabalho militante, expresso em várias campanhas em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950.

Sendo assim, é impossível, dentro do campo dos movimentos sociais, uma discussão que não cobre do historiador suas posições políticas, sobretudo se os debates se situarem na fronteira entre a *política* e a *ideologia*. Nesse sentido, os historiadores marxistas contribuíram para que o exame dos movimentos sociais adquirisse prestígio na década de 1970. Até então, o historiador só poderia elaborar questionamentos se fundamentasse a teoria, juntamente com o objeto de estudo, de acordo com sua filiação política. Esse caminho, geralmente levava à ortodoxia, debilitando a formulação de novos problemas e minando as discussões no interior desse campo de análise.

Diante desse quadro, o marxismo explorou e incorporou diferentes métodos em sua teoria na década de 1970. Novos temas e problemas renovaram os estudos sobre os movimentos sociais, trazendo ao debate marxista questões pouco exploradas e até desconhecidas. A contenda deixou de ser puramente econômica e incorporou uma análise

[58] DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 61-101.

entre sujeito/estrutura na esfera do objetivo/subjetivo. A historiografia européia agrupou ao debate, análises comparativas de sociedades tradicionais e sua resistência à mudança.

Trata-se aqui, de buscar na renovação da historiografia dos movimentos sociais fundamentos que sustentem as observações expostas. O recorte temporal escolhido nessa pesquisa, representa o momento que foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra, como foram os casos da *Guerra de Porecatu* (1948-1951) e a *Revolta do Sudoeste* (1957), na década de 1950 e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição, ou dos constantes movimentos sociais urbanos.

A atividade da polícia política naquele período configura-se ainda pelo controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem social estabelecida. A idéia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresenta-se mais eficaz. Todos os campos da vida social passam a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial, sejam porque agregam um número significativo de indivíduos, sejam porque atuam como formadores de opinião, ou por adotarem uma postura contrária ao regime, atentando ainda contra a moral e os bons costumes.

Para a Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), os integrantes do PCB influenciavam a mentalidade de trabalhadores urbanos e rurais para que lutassem pela ampliação e extensão dos direitos trabalhistas. Comícios em praça pública e a distribuição de panfletos tornavam os assuntos políticos próximos da população. Reivindicações no campo e nas cidades, como aumento salarial, aplicação do salário mínimo etc, tiveram influência de folhetins distribuídos ao público. Movimentos sociais, como o de camponeses a fim de impedir a desapropriação de terras – no caso da Revolta de Porecatu – também contou com o apoio dos comunistas. Como aparelho repressor e ordenador da sociedade, a Dops elegeu os comunistas como inimigos a serem combatidos pelo fato de pregarem um discurso de ameaça à supremacia do Estado. Alegavam que os membros do PCB desejavam instaurar o comunismo, e que os trabalhadores seriam os instrumentos utilizados para que se pudesse alcançar esse objetivo.

Já para os integrantes do PCB, os trabalhadores deveriam resistir as ordens impostas pelo governo e reivindicar por um sistema que lhe assegurasse efetiva participação democrática. Acreditavam que “a própria gravidade da conjuntura tendia a aumentar o

descontentamento popular e provocar um maior interesse das massas pela participação política e impelir a luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses".[59]

Os integrantes do PCB eram os responsáveis pela politização das ações sociais no campo e nas cidades. Mas isso não significa dizer que os trabalhadores não participaram dessas lutas. A questão é que não era preocupação desses personagens atuar na esfera da política atribuída ao Estado e as instituições e pelas disputas por sua conquista ou conservação.[60] E, até sobre esse ponto de vista, os comunistas não poderiam operar como um partido ativo em sociedade se não houvesse reivindicações por parte da massa. É essa demanda social que garante a aceitação do partido político e a propagação de sua ideologia, já que ambos encontram sintonia na realidade.[61]

A luta dos camponeses, trabalhadores urbanos e rurais eram, respectivamente, pela terra[62], pela extensão da CLT (1943) ao campo[63] e ampliação dos direitos trabalhistas nas áreas urbanas. Portanto, não reivindicavam o poder, mas sua ação não deixava de ser política, muito embora não se limitasse ao campo institucional. Esses atores sociais levaram sua experiência para a ação.

Temos que nos remeter novamente a Thompson ao falarmos de tradições e da força da política popular. Nesse sentido, Thompson[64] implica a ação humana como condicionante, opondo-se aos economistas e historicistas que a relegavam ao esquecimento:

> Temos assim [...] uma cultura tradicional que é ao mesmo tempo rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente

---

[59] ALMEIDA, L. F. R. . Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: Antonio Carlos Mazzeo; Maria Izabel Lagoa. (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2003, v. 1, p. 115-116.

[60] O que poderia ser definido como *macropolítica*.

[61] Sobre a relação no campo político de demanda social com a realidade Cf. BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 57-98.

[62] Sobretudo no caso da Revolta de Porecatu (1948-1951). Os camponeses queriam a posse da terra não pelo seu valor capital, mas sim com o intuito de ter em mãos a sua fonte de trabalho e sustento. Cf. PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A. ; ZANIRATO, Silvia Helena (Org.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005, p. 155-191; HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias*: resistência, rebeldia e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

[63] Cf. PRIORI, Angelo. *O protesto do trabalho*: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

[64] THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

> na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas ("modernização" e "racionalização"), mas sim a inovação de um processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo e alguns deles se baseiam em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais" (grifo do autor).

Thompson faz referência as diferentes formas de manifestações de lutas de classe. Para ele, o estudo da classe não deve se restringir a sindicatos e organizações socialistas, mas contemplar a política popular, tradição, rituais, conspiração, etc[65]. Nesse sentido, ao analisarmos os trabalhadores, comunistas, agentes policiais e políticos, devemos estar atentos aos componentes de cada grupo, que dividem o mesmo conjunto de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores e que se congregam na medida que definem sua ação e consciência em relação a um outro grupo de pessoas. Trata-se, portanto, de examinar as modalidades particulares de reelaboração das experiências dos trabalhadores e a configuração dos padrões de ação coletiva, questionando a forma de como esses movimentos sociais abriram novos espaços políticos.

Ao analisarmos a esfera do imaginário coletivo, levando em conta as tradições, experiências e práticas cotidianas, tal como propôs Thompson, podemos dizer que, durante todo o período de 1945 a 1953, a Dops via a ação comunista como agravante da ordem social. Isso aumentava ainda mais os motivos de controle e repressão desse órgão à massa, mas esta coerção não os intimidou a se organizarem em busca de direitos comuns a todos os trabalhadores. Entretanto, o objetivo da polícia política era claro: impedir qualquer levante e propagação de idéias revolucionárias seria o antídoto para a permanência da paz social. Mas para a Dops os meios não justificam os fins: qualquer movimento contestador contra o discurso político imposto seria ferir o estatuto da ordem social, por isso, os responsáveis diretos (neste caso, pela revolta armada) deveriam ser punidos se persistissem no ato.

Sobre essa questão, Cornelius Castoriadis[66], ao desenvolver a associação entre o mundo da produção e o mundo da política, acredita que a sociedade determina suas próprias leis, e que por isso é autônoma. Mas, apesar dessa liberdade de ação, ele menciona que os

---

[65] Cf. MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, p. 153-185, 1997, p. 05.

[66] CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 77-78.

indivíduos, mesmo agrupados em uma categoria, não conseguem fazer a transformação de forma independente:

> Buscar um ator que pudesse personificar esse projeto – um homem, um partido, uma teoria ou mesmo uma 'classe' – seria ainda desconhecer as exigências criadas pelo desenvolvimento social-hitórico, pela ampliação e aprofundamento agora exigidos de qualquer atividade revolucionária. O projeto revolucionário tornou-se de tal ordem que ele não terá nem sentido, nem realidade, se a esmagadora maioria dos homens e das mulheres que vivem na sociedade contemporânea não chegarem a assumi-lo e a fazer dele a expressão ativa de suas necessidades e de seus desejos. Não há salvador supremo; e nenhuma categoria particular tem a seu encargo o destino da humanidade (grifo do autor).

Dessa forma, pode-se dizer que há uma espécie de troca de favores. Para a Dops, por exemplo, os comunistas utilizavam os setores trabalhistas como instrumento para a derrubada do poder e instauração de sua doutrina. O convencimento da população, dado pelo discurso comunista de promessa na conquista de direitos trabalhistas e impedimento de desapropriação das terras, agradava a massa, interessada nessas ações. Em troca, o partido recebia adeptos ao comunismo e apoio da maior parte da população. Nesse sentido, os trabalhadores necessitavam da ideologia comunista para respaldar sua luta, ao passo que, o PCB precisava do apoio das massas estimulando-as contra o governo central, a fim de pressioná-lo para a legalização do partido e a liberdade de oposição, cada vez mais restrita com as limitações impostas pelas Leis de Segurança Nacional.[67] Assim, se os movimentos sociais refere-se à ação dos homens na história, podemos dizer que o projeto comunista[68] trouxe um sinal de uma luta concreta contra a "exploração".

1.2. O PCB no contexto brasileiro – 1945

A conjuntura não só brasileira, como internacional do fim da Segunda Guerra Mundial, estava envolta de conturbações. O bloco dos Aliados, integrava, entre os "grandes", os Estados Unidos, Inglaterra e URSS, contando com o apoio de outros países, inclusive do Brasil. Ambos lutaram na guerra com o objetivo de excluir do mapa os estados fascistas e

[67] No momento do pós-guerra, o controle da sociedade civil encontrava fundamento nas respectivas Leis de Segurança Nacional dos anos de 1935 – que definia crimes contra a ordem política e social –, na de 1938 – a qual definia crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social – e o anteprojeto de 1947 –, o qual definia crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e a ordem política e social.

[68] Cf. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

nazistas. Mas havia uma contradição. O Brasil, apesar de estar do lado dos que afrontaram os Estados totalitários, também era governado por um ditador desde 1937[69]. Para Luís Reznik[70], a atitude deliberada e consciente em 1942, quando o governo brasileiro resolveu se aliar aos Estados Unidos na guerra, é um exemplo de que o "Estado Novo estava se autotransformando".

Nas décadas de 1940 e 1950, esteve em voga no campo das idéias, uma política que entende a industrialização como caminho para o desenvolvimento, sendo ela fomentada com capital nacional, assegurando uma parceria com a iniciativa privada e estrangeira sob controle do Estado. Procurou-se, nesse sentido, direcionar o investimento de recursos estatais à implantação de indústrias. Algumas delas já haviam sido criadas no Brasil desde a crise de 1929 com o descrédito no mercado mundial resultante com o "Crash" da Bolsa de Nova York. Isto levou os países a se fecharem economicamente e a construírem mecanismos para se auto-suprirem.

Este quadro se intensificou ainda mais no período da Segunda Guerra Mundial, momento em que os países se preocuparam em buscar o desenvolvimento de forma planejada. As grandes potências da época atendiam as demandas de sustentação para o conflito, deixando de ofertar seus produtos no mercado mundial, e ainda assim, estes eram insuficientes para atender as necessidades da guerra. Deste modo, os países que incentivaram a criação de indústrias nacionais, mesmo através de empréstimos estrangeiros, como foi o caso do Brasil, passaram a exportar seus produtos e a consumir mercadorias nacionais com a ausência de produtos estrangeiros no mercado, gerando um período de euforia econômica que se assimilara ao desenvolvimento do país. Com isso, a economia agrário-exportadora ia perdendo espaço a um impulso crescente de vendas dos produtos industrializados, ou seja, aos poucos, o centro econômico do país se desloca do campo para a cidade.

No plano político, desde 1937, os militares passaram a ser os principais intermediadores da ordem social e da política de desenvolvimento nacional do Estado Novo.

---

[69] Maria Luiza Tucci Carneiro (1999, p. 334) ressalta que várias foram as evidências que demonstravam a simpatia de Getúlio Vargas pelo regime fascista. Segundo a autora, Vargas considerava o fascismo um modelo político a ser imitado nos aspectos que os caracteriza: "a idéia de um Estado forte, a personificação do poder central, a crítica à democracia parlamentar, a luta contra a pluralidade de partidos, o combate às 'idéias exóticas', a adoção de uma política imigratória anti-semita, o emprego de mecanismos de controle social e político (DOPS) e de legitimação (DIP). Enfim, o resultado foi um Estado que não sabia conviver com as diferenças, fossem étnicas, políticas ou culturais. Assim, herdamos do Estado Novo uma cultura amordaçada, lapidada e corroída pela erosão característica das ditaduras modernas."

[70] REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.102

Após a repressão aos setores de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, o Estado e as Forças Armadas tornaram-se difíceis de distinguir. “Mais do que a defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. Esse ator militar parecia distante do idealizado agente social tímido e seguro, que precisava ser exaltado a ocupar um lugar na política”.[71]

Os acontecimentos externos, principalmente os da conjuntura internacional foram essenciais ao término do regime. Pressões e influência direta dos Estados Unidos também contribuíram para a deposição de Vargas.[72] A perspectiva era que a interferência, não só no Brasil como nos Estados da América Latina, garantisse os interesses estadunidenses através da “segurança interna do país onde as forças armadas fossem fracas e envolvidas demais na política, ou até mesmo inexistentes; os norte-americanos criaram forças policiais cuja primeira lealdade seria para com os Estados Unidos”.[73] Na década de 1930 a “ajuda” à América Latina passou a ser indireta, já que os Estados Unidos se pôs em defesa da política de “boa vizinhança”. Desde então as formas de penetração se tornaram praticamente invisíveis. Por meio de tratados e acordos, para troca de suspeitos e informações, o país interessado podia pedir ajuda ao FBI para montar seu serviço secreto.

Essa forma de influência, a qual Martha Huggins[74], chama de “internacionalização pela porta dos fundos”, foi muito praticada durante o período de Getúlio Vargas. A colaboração entre a polícia política brasileira e a embaixada norte-americana no embate ao comunismo era tamanha que a Dops do Rio de Janeiro permitia o acesso a documentos que negava inclusive a seu próprio Ministério das Relações Exteriores. Esse intercâmbio, feito principalmente pelos agentes do FBI contribuiu para organizar e centralizar as forças policiais na América Latina já no momento anterior à Segunda Guerra Mundial, sobretudo no Brasil.

O ambiente internacional do pós-guerra só veio a calhar o receio do crescimento comunista. As duas potências saídas do conflito representavam, respectivamente, o bloco ocidental capitalista e o bloco oriental socialista. Isso acrescentou o temor de uma revolução social, sob a ótica política dos governos ocidentais capitalistas: o “espectro do comunismo”,

---

[71] MARTINS FILHO, J. R. . As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). *Teoria & Pesquisa*, [S.l], v. 14, p. 101-135, 2005, p. 105.

[72] Como visto posteriormente ao período em questão, a Igreja registrou que já havia nesse momento, uma espécie de complô entre os Estados Unidos e as Forças Armadas brasileiras: “Setores afinados com os Estados Unidos passam a conspirar para a deposição de Getúlio, contando, para isso, com os mesmos militantes que comandaram toda a repressão durante a ditadura. Vargas é deposto logo após o fim da guerra, em outubro de 1945, num Golpe de Estado comandado pelo General Góes Monteiro.” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 54).

[73] HUGGINS, op. cit., p. 31.

[74] Ibid., p. 54.

movimentando recursos e fomentando políticas de exclusão que extinguissem e impedissem o surgimento de organizações comunistas. Desde fins da década de 1910, os governos ocidentais mantinham políticas próprias contra esse inimigo. Tanto é que no Brasil, "a 'conspiração comunista de 1935', relembrada e potencializada constantemente desde então, foi o mote principal para o golpe de 1937, que aglutinou em torno de Vargas diversos setores, em particular, militares, industriais, parcela da *intelligentzia* e oligarquias tradicionais".[75] A inovação do pós-guerra foi uma política conflituosa, representada por colisão entre governos, ideologias, pactos militares, características as quais pintavam o contexto da Guerra Fria.

Como afirmou Maria Luiza T. Carneiro[76], "de acordo com as necessidades de cada momento político, Vargas metamorfoseava seu discurso, que de autoritário foi se transformando em populista". Assim, Vargas assume o processo de democratização, cede às pressões e tenta se manter por mais tempo no poder. Acompanhando o crescimento do movimento democrático, que interessava ao partido, o PCB, terá um rápido desenvolvimento, sobretudo no período entre 1942 a 1945:

> De cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinqüenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte[77]. O rápido crescimento mostra a importância do movimento comunista e seu papel como oposição à política ditatorial do Estado Novo. Importa menos o fato da palavra de ordem de 'União Nacional', ser anunciada como política de apoio ao governo, o básico é que o Estado Novo não pode impedir a ação comunista nas manifestações de rua (...). Além de que, a partir de 1942 ressurge toda uma linha de publicações e de editoriais, e ao lado das publicações panfletárias ilegais aparecem livros e revistas de caráter permanente e legal. É natural que o processo seja lento, metódico e cauteloso, mas muitas das casas editoriais da época da legalidade do PCB (1945) nascem nestes anos obscuros e difíceis.[78]

Após ter vivido um momento de declínio no operariado e ter permanecido clandestino no período de 1937 a 1945[79], com sua liderança na prisão ou no exílio, o comunismo ainda era

---

[75] REZNIK, op. cit., p.19.

[76] CARNEIRO, 1999, p. 334.

[77] Podemos constatar algumas divergências quanto ao número de ativistas comunistas no auge vivido pelo PCB em 1947. Prestes (1982), em entrevista, fala em 150.000. Leslie Bethell (1996), faz referência a 180.000. Já Moisés Vinhas (1982), Eliezer Pacheco (1984), Leôncio Basbaum (1976) e J. A. Segatto (1982), insistem em 200.000 inscritos. Diante desse quadro, podemos afirmar que talvez haja uma superestimação no número de ativistas. No entanto, é inegável que realmente houve um crescimento quantitativo de filiados no momento em que o partido estava legalizado.

[78] SEGATTO, op cit., 1981, p. 48.

[79] De acordo com Ronald Chilcote (op. cit., p. 86), principalmente durante os anos de 1939 a 1944, "toda esquerda foi perseguida pelo governo que despediu funcionários, professores, jornalistas e outros que mantinham

visto publicamente como uma forte força militante, mesmo com sua posição cautelosa nos anos finais da ditadura de Vargas. Assim, de um lado, Vargas estava aceitando a abertura política, caso contrário, seu governo estaria ameaçado e a sua deposição seria inevitável. E de outro, o PCB e sobretudo suas lideranças[80], estavam apoiando o governo de Vargas, pois acreditavam, que se ele se mantivesse no poder o processo de democratização estaria assegurado. Tanto que o movimento democrático atinge seu ápice no ano de 1945:

> Em 28 de fevereiro o governo decretou Ato Adicional nº 9, fixando prazo de noventa dias para a marcação das eleições presidenciais, para os governos dos Estados e para as legislativas. Em 18 de abril é conquistada a anistia que, embora limitada pois os anistiados não conseguiram ser reincorporados às suas antigas funções civis ou militares, libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio; sendo conquistada plena liberdade de organização partidária, inclusive para o PCB.[81]

O Partido, diante dessa "brecha democrática", passa a se aglutinar mais e até membros que se afastaram retornam ao PCB[82]. Após 23 anos de existência, quase sempre clandestino, o PCB conquista a sua legalidade tornando-se uma grande agremiação de massas e em condições de igualdade aos demais partidos que integravam o quadro político brasileiro.

Desde o seu nascimento, em 1922, até sua legalização definitiva, em 1985, ele teve menos de três anos e meio de legalidade plena. Fundado por alguns poucos comunistas, na maioria oriunda do movimento anarquista, o PCB surge em conseqüência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas. Essa conjuntura é marcada por um momento de crise do movimento operário, dado pela incapacidade política e ideológica dos anarquistas e socialistas, que dirigiam o esse movimento até então. A partir de 1929/1930, o PCB passa a incorporar as teses da Internacional Comunista, como a dos países coloniais e semicoloniais e procura adapta-las ao Brasil. Agrupará também, neste momento, muitos militares e ex-

---

vínculos com os comunistas ou pró-comunistas. Os líderes de grupos marxistas foram encarcerados, exilados ou afastados de qualquer atividade. Uma burocracia sindical, formada pelo Ministério do Trabalho e as diretorias sindicais, manipulavam o apoio da massa trabalhadora através da concessão de benefícios em troca do controle governamental sobre as atividades sindicais. Não se permitia aos operários e sindicatos, o direito de negociação coletiva e as greves e *lock-outs* eram proibidas."

[80] "Como disse Luís Carlos Prestes, [líder do movimento comunista de 1935]: 'sua saída do poder [refere-se a Vargas], neste instante seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a união nacional'". (GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 46).

[81] SEGATTO, op cit., 1981, p. 49.

[82] É o caso dos elementos divergentes, como Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira.

militares – entre os quais Luís Carlos Prestes. O militante José A. Segatto[83], ao analisar a história do PCB afirma:

> [Em 1935] o PCB tem participação importante e de vanguarda na *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), amplo movimento de massas de caráter antifascista, antilatifundiário e antiimperialista, mas que após poucos meses de vida legal é posto, pelo governo, na ilegalidade. Em seguida o partido desespera-se e parte para o aventureirismo golpista, através de uma quartelada fracassada. Nos anos seguintes sofrerá dura perseguição e violenta repressão, acabando praticamente, por desestruturar-se. Apesar de todos esses problemas , o PCB terá, nestes anos, um crescimento razoável, tanto na classe operária como na pequena-burguesia, consolidando-se de forma definitiva. De 1942/43 em diante reorganiza-se e tem presença ativa e importante no combate ao nazi-fascimo e na luta pelas liberdades democráticas. Em 1945 conquista a legalidade e transforma-se num grande partido de massas flexível e democrático.

A partir de junho de 1945 instalam-se sedes em todos os Estados e em agosto do mesmo ano é instalado o Comitê Nacional. Como disse Brandão, o Partido se torna num fator de fortalecimento da ordem política democrática, "não só porque atrai para a luta política, setores que, na sua ausência, tenderiam a optar por métodos de ação direta e insurrecionais, como também porque a sua participação legitima essa própria ordem e força seus adversários e aliados a ideologizar, para competir eleitoralmente."[84]

O crescimento do PCB é visível. Num espaço de curto tempo, as poucas centenas de militantes contabilizados em 1942, tornam-se 50.000 em 1945, chegando a atingir mais de 150.000 nos anos seguintes, o que estimula a pulverização de células comunistas por todo o país:

> Simultaneamente, organiza 500 células no Rio de Janeiro; 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês em São Paulo; 123 comitês em Porto Alegre e muitos outros nos diversos Estados. Algumas de suas células ou unidades de base de organização partidária, chegaram a contar com cerca de 2.000 membros , como as da central do Brasil, do Arsenal da Marinha ou do Funcionalismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.[85]

No Paraná, a exemplo do que estava acontecendo no Brasil, a organização do partido se dava por meio de células nos grandes centros; sindicatos e associações; diretórios municipais; comitês distritais e por fim, o Diretório Regional. Em todos esses níveis de poder eram eleitos

---

[83] SEGATTO, op cit., 1981, p. 112.

[84] BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 23-34, fev. 1997, p. 25.

[85] SEGATTO, op cit., 1981, p. 51.

secretariados. Estes, possuíam a função centralizadora e eram responsáveis pela execução das deliberações do coletivo. Essas deliberações eram compostas por reuniões de bases (por local de trabalho e estudo), plenárias, plenos municipais e estaduais; e quando havia condições, também se reuniam todos os militantes de diversos setores, nos chamados ativos setoriais.[86]

Fica evidente que o partido político, como afirmou Serge Berstein,[87] foi e continua sendo, nas democracias emergentes, "elementos de mobilização das massas, de seleção das elites, de difusão de ideologias, em suma, de estruturação social". Mas mesmo no interior do partido havia uma certa hierarquização. Ao pesquisar o Partido Social-Democrata Alemão, *a priori*, concebido como o mais democrático dos partidos políticos, Michels[88] percebeu que seus militantes desejavam ser conduzidos com firmeza, o que propiciava um clima de idolatria em relação à liderança do partido, dando origem a oligarquia. Concordando com Michels, o próprio Berstein[89] (1996: 84) afirma que "o poder dentro do partido político pertencerá então sempre à elite dirigente e a existência de um partido, mesmo que se suponha democrático, é incompatível com a democracia".

Apesar do objeto de estudo de Michels ser o partido alemão, Ronald Chilcote[90] compartilha dessa tese e concorda com ele na aplicação dessa teoria ao PCB, partindo do ponto de defesa da democracia parlamentar, mas encarando os partidos "como essencialmente 'aristocráticos' em sua origem e objetivos, já que são forçados a usar as massas." Nessa perspectiva, Chilcote chega a afirmar que há no interior do PCB uma coligação burguesa, na medida em que os partidos vão atraindo novos integrantes e modificando seus princípios e metas. Na luta pelo poder, o PCB transformou-se de partido revolucionário dos trabalhadores em partido burguês, "tornou-se mais competitivo do que revolucionário e mais harmonioso do que heterogêneo; e buscou coalisões e alianças em sua determinação de aumentar o número de seus membros e de conseguir um papel proeminente no sistema eleitoral".[91]

Como em todos os outros partidos, há uma hierarquia que se firma em sua organização. De acordo com Bourdieu[92], o campo político é o local em que se exprime a

---

[86] Cf. GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha*: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 51.

[87] BERSTEIN, op. cit., p. 93.

[88] MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

[89] BERSTEIN, op. cit., p. 84.

[90] CHILCOTE, op. cit., p. 25.

[91] Ibid, p. 26.

[92] BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 163-207.

força da luta, a qual tem como fim a conquista do poder. Contudo, nessa rede também há uma divisão social do trabalho político, as quais são dadas economicamente. Nesse sentido, muitas pessoas atuam nesse âmbito com o objetivo de conquistar uma base material para seu próprio benefício. O campo político, nessa perspectiva, é composto pelos *mandatários* – os políticos –, e pelos *mandantes* – eleitores (a massa, propriamente dita), que delegam os pedidos. Bourdieu[93] também afirma que os políticos só atendem a população visando acatar seus próprios interesses, chegando a igualar a representação partidária a um campo especializado, o que denominou de "mercado da política":

> Monopólio de produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política de instrumentos próprios e de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.

Os políticos passam a deter total autonomia, podendo definir o que deve ser pensado ou não. Isso, para o autor, limita o universo do discurso político. Porque neste caso não há um diálogo, mas um discurso fabricado pelos profissionais da política, no qual o discurso torna-se limitado e dirigido de acordo com interesses particulares.

Nesse sentido, o partido faz uma representação da classe. O que assegura sua perenidade são a formulação de demandas coletivas. São nos partidos de esquerda que ocorre maior concentração de capital político ou de poder em um grupo, mesmo em partidos como os comunistas. Portanto, podemos dizer que os camponeses e trabalhadores urbanos, por formularem demandas coletivas, não eram simplesmente vítimas políticas com vistas a atender o aumento quantitativo dos apoiadores do partido. Camponeses, operários, trabalhadores rurais e afins não dirigiam as rédeas da política local, porque não compreendiam o funcionamento do sistema, o seu *modus operandi*. Esse aspecto é denominado, segundo Bourdieu, de "apolitismo". Assim sendo, a atuação no interior do PCB norte-paranaense era dada por pessoas letradas, na maioria, profissionais liberais[94].

Podemos concordar com Bourdieu quando afirma que o afastamento dos agentes sociais propicia a concentração de interesses políticos nas mãos de alguns. No entanto, para

---

[93] BOURDIEU, op. cit., p. 171.

[94] Como o caso de Newton Câmara (médico) e Flavio Ribeiro (advogado e jornalista), ambos líderes do PCB no norte do Paraná, com ampla atuação na região de Londrina.

se tornar um político é necessário se adequar ao meio, decifrar os discursos e ser apto ao debate. E o PCB, de certa forma conseguiu fazer isso. Foi, praticamente, dessa popularização do partido que resultou o medo da polícia política. Temiam uma adesão em massa aos princípios comunistas, então começaram a atacar o PCB, afirmando que a população estava sendo vítima de uma estratégia do partido. Nessa perspectiva, para a Dops, os comunistas utilizavam os setores trabalhistas como instrumento para a derrubada do poder e instauração de sua doutrina. O convencimento da população, dado pelo discurso comunista de promessa na conquista de direitos trabalhistas e impedimento de desapropriação das terras, agradava a massa, interessada nessas demandas. Em troca, o partido recebia adeptos ao comunismo e apoio da maior parte da população. Como afirmou Angelo Priori[95] a respeito da Revolta de Porecatu (1948-1951), no norte do Paraná:

> Para esses organismos de segurança e repressão, o movimento dos camponeses em defesa de suas posses de terras fazia parte da estratégia do Partido Comunista para instaurar na região uma experiência de 'comunismo rural'. Por isso o PCB havia deslocado o 'seu centro de propaganda' e uma 'parcela de seus militantes' para aquela região, já que ali 'encontraram terreno propício para a realização dos seus intentos'. No entanto, a linguagem dessas instituições para tratar os sujeitos sociais e os acontecimentos era meramente policial, sem nenhuma definição especial. Para a polícia, tanto a militar como a especializada, os posseiros eram apenas 'agitadores', e o litígio não passava de um 'caso', cuja presença comunista era evidente e por isso deveria ser combatido e eliminado.

Bourdieu chega a afirmar que não existem diferenças entre esquerda e direita: os partidos só têm existência relacional. Ou seja, o compromisso político é moldado pelas vontades da população. É na verdade, de acordo com o autor, uma estratégia dos partidos para não perderem o apoio da massa, atraída pelo discurso. Muitas vezes, a luta passa a ser entre os profissionais da política. Dentro desse campo, apesar de haver um conluio, há também desentendimentos, fruto de visões diferentes de mundo e das representações sociais. Essas são, por exemplo, pontos de vista divergentes entre esquerda e direita.

Parte representativa da coletividade norte-paranaense, nesse caso, as elites e classes médias, viviam a alegria do desenvolvimento econômico e da modernização da sociedade. Além do mais, como conseqüência da perspectiva de desenvolvimento dinamizado que privilegiava os anseios de determinados grupos sociais em detrimento da expansão do campo dos direitos democráticos[96], a sociedade preencheu-se de desigualdades e contradições. Isto

---

[95] PRIORI, op cit., 2005, p. 161.

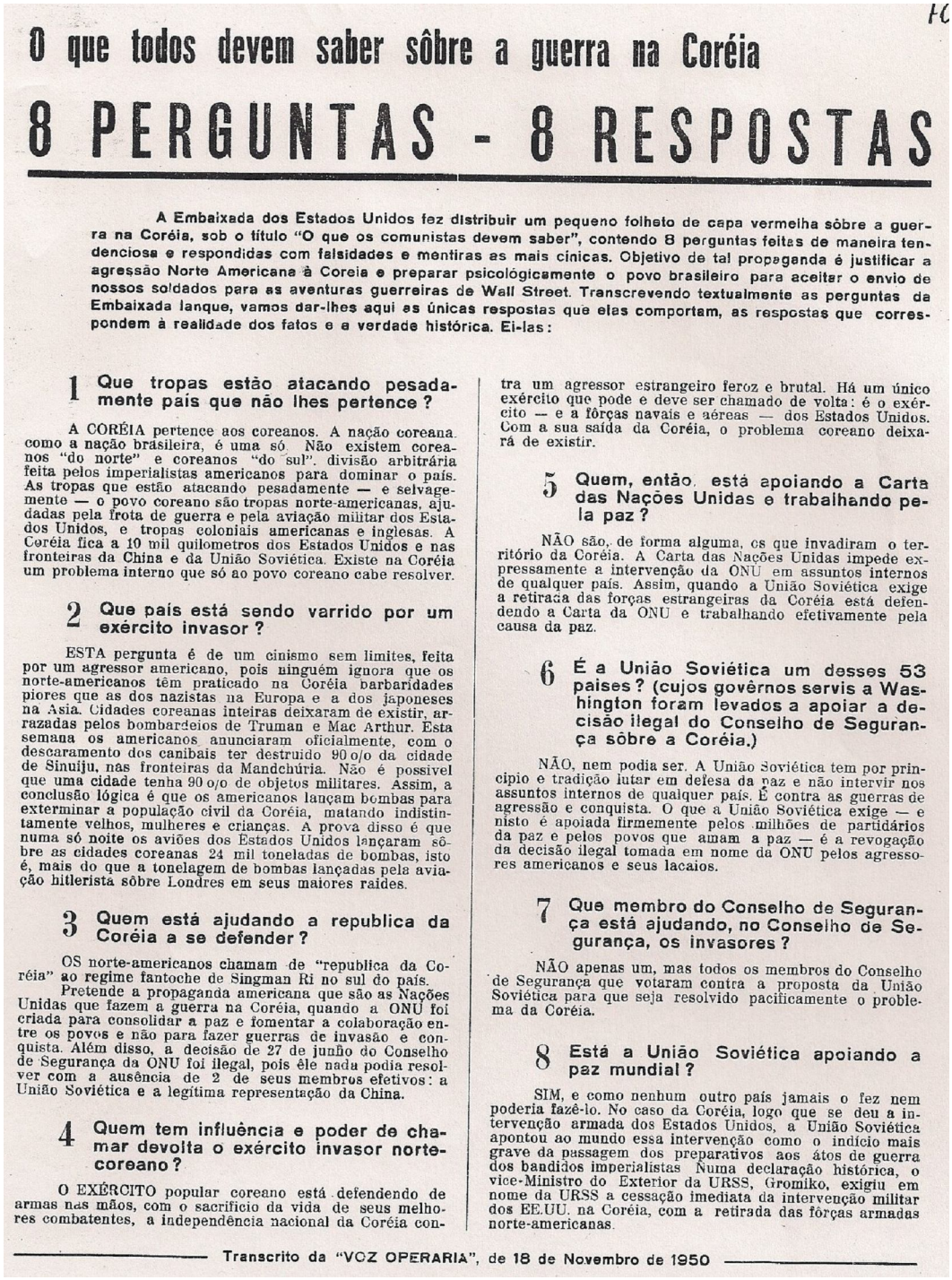
[96] Direitos democráticos atribuídos com a Constituição de 1946.

era evidente por conta das tensões de terras pelo interior do Paraná, durante o período, bem como de problemas presentes nos espaços urbanos, como o inchaço das cidades, a carestia e a ampliação da pobreza.

No discurso pecebista não só as questões do contexto paranaense ou brasileiro estavam em pauta. A exemplo do PCB em nível nacional, os acontecimentos internacionais também se encontravam na ordem do dia. Em 1950, uma das maiores preocupações do partido no cenário mundial era a Guerra da Coréia.[97] Nesse caso, procuravam mobilizar a opinião pública, realizando conferências em prol da paz e também defendendo o fim da interferência norte-americana no conflito. Para o PCB, essa interferência alimentava a guerra e a repressão. Os governos do sul da Coréia, puderam fazer uso de seu "complexo de medo" entre as massas para justificar as suas regras arbitrárias, a opressão política e a injustiça social. Os sul-coreanos que protestassem contra a ditadura poderiam ser colocados sob suspeita e acusados de comunismo. O movimento trabalhista era frágil a tal acusação. Já a ditadura do Norte, recorreu várias vezes ao "complexo do perigo ianque"[98], como arma ideológica para mobilizar as massas e justificar todo tipo de opressão. Na ilustração a seguir, temos um exemplo de panfleto comunista, no qual o assunto abordado é a Guerra da Coréia:

[97] A Guerra da Coréia começou no dia 25 de junho de 1950 e se estendeu até 25 de julho de 1953. O combate opunha a Coréia do Sul e seus aliados – que incluíam os Estados Unidos e o Reino Unido –, à Coréia do Norte – apoiada pela República Popular da China e pela antiga União Soviética. O resultado foi a manutenção da divisão da península da Coréia em dois países, que perdura até os dias atuais.

[98] LIM, Jie-Hyun. Guerra da Coréia. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Coord.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2004, p. 398-399.



O que todos devem saber sôbre a guerra na Coréia

8 PERGUNTAS - 8 RESPOSTAS

A Embaixada dos Estados Unidos fez distribuir um pequeno folheto de capa vermelha sôbre a guerra na Coréia, sob o título "O que os comunistas devem saber", contendo 8 perguntas feitas de maneira tendenciosa e respondidas com falsidades e mentiras as mais cinicas. Objetivo de tal propaganda é justificar a agressão Norte Americana à Coreia e preparar psicológicamente o povo brasileiro para aceitar o envio de nossos soldados para as aventuras guerreiras de Wall Street. Transcrevendo textualmente as perguntas da Embaixada Ianque, vamos dar-lhes aqui as únicas respostas que elas comportam, as respostas que correspondem à realidade dos fatos e a verdade histórica. Ei-las:

1 Que tropas estão atacando pesadamente país que não lhes pertence?

A CORÉIA pertence aos coreanos. A nação coreana como a nação brasileira, é uma só. Não existem coreanos "do norte" e coreanos "do sul". divisão arbitrária feita pelos imperialistas americanos para dominar o país. As tropas que estão atacando pesadamente — e selvagemente — o povo coreano são tropas norte-americanas, ajudadas pela frota de guerra e pela aviação militar dos Estados Unidos, e tropas coloniais americanas e inglesas. A Coréia fica a 10 mil quilometros dos Estados Unidos e nas fronteiras da China e da União Soviética. Existe na Coréia um problema interno que só ao povo coreano cabe resolver.

2 Que país está sendo varrido por um exército invasor?

ESTA pergunta é de um cinismo sem limites, feita por um agressor americano, pois ninguém ignora que os norte-americanos têm praticado na Coréia barbaridades piores que as dos nazistas na Europa e a dos japoneses na Asia. Cidades coreanas inteiras deixaram de existir, arrazadas pelos bombardeios de Truman e Mac Arthur. Esta semana os americanos anunciaram oficialmente, com o descaramento dos canibais ter destruido 90 o/o da cidade de Sinuiju, nas fronteiras da Mandchúria. Não é possivel que uma cidade tenha 90 o/o de objetos militares. Assim, a conclusão lógica é que os americanos lançam bombas para exterminar a população civil da Coréia, matando indistintamente velhos, mulheres e crianças. A prova disso é que numa só noite os aviões dos Estados Unidos lançaram sôbre as cidades coreanas 24 mil toneladas de bombas, isto é, mais do que a tonelagem de bombas lançadas pela aviação hitlerista sôbre Londres em seus maiores raides.

3 Quem está ajudando a republica da Coréia a se defender?

OS norte-americanos chamam de "republica da Coréia" ao regime fantoche de Singman Ri no sul do país.

Pretende a propaganda americana que são as Nações Unidas que fazem a guerra na Coréia, quando a ONU foi criada para consolidar a paz e fomentar a colaboração entre os povos e não para fazer guerras de invasão e conquista. Além disso, a decisão de 27 de junho do Conselho de Segurança da ONU foi ilegal, pois êle nada podia resolver com a ausência de 2 de seus membros efetivos: a União Soviética e a legítima representação da China.

4 Quem tem influência e poder de chamar devolta o exército invasor norte-coreano?

O EXÉRCITO popular coreano está defendendo de armas nas mãos, com o sacrifício da vida de seus melhores combatentes, a independência nacional da Coréia contra um agressor estrangeiro feroz e brutal. Há um único exército que pode e deve ser chamado de volta: é o exército — e a fôrças navais e aéreas — dos Estados Unidos. Com a sua saída da Coréia, o problema coreano deixará de existir.

5 Quem, então, está apoiando a Carta das Nações Unidas e trabalhando pela paz?

NÃO são, de forma alguma, os que invadiram o território da Coréia. A Carta das Nações Unidas impede expressamente a intervenção da ONU em assuntos internos de qualquer país. Assim, quando a União Soviética exige a retirada das forças estrangeiras da Coréia está defendendo a Carta da ONU e trabalhando efetivamente pela causa da paz.

6 É a União Soviética um desses 53 paises? (cujos govêrnos servis a Washington foram levados a apoiar a decisão ilegal do Conselho de Segurança sôbre a Coréia.)

NÃO, nem podia ser. A União Soviética tem por princípio e tradição lutar em defesa da paz e não intervir nos assuntos internos de qualquer país. É contra as guerras de agressão e conquista. O que a União Soviética exige — e nisto é apoiada firmemente pelos milhões de partidários da paz e pelos povos que amam a paz — é a revogação da decisão ilegal tomada em nome da ONU pelos agressores americanos e seus lacaios.

7 Que membro do Conselho de Segurança está ajudando, no Conselho de Segurança, os invasores?

NÃO apenas um, mas todos os membros do Conselho de Segurança que votaram contra a proposta da União Soviética para que seja resolvido pacificamente o problema da Coréia.

8 Está a União Soviética apoiando a paz mundial?

SIM, e como nenhum outro país jamais o fez nem poderia fazê-lo. No caso da Coréia, logo que se deu a intervenção armada dos Estados Unidos, a União Soviética apontou ao mundo essa intervenção como o indício mais grave da passagem dos preparativos aos átos de guerra dos bandidos imperialistas Numa declaração histórica, o vice-Ministro do Exterior da URSS, Gromiko, exigiu em nome da URSS a cessação imediata da intervenção militar dos EE.UU. na Coréia, com a retirada das fôrças armadas norte-americanas.

Transcrito da "VOZ OPERARIA", de 18 de Novembro de 1950

Quadro 1: Panfleto comunista relatando a ação imperialista na Guerra da Coréia.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Dops/PR. Pasta 1486, caixa 178. PCB – Londrina (1946-1957).

Num dos principais órgãos de propaganda do partido em âmbito nacional – o jornal *Voz Operária* – é constante a preocupação com a Guerra da Coréia. Além desse jornal, o PCB mantinha informativos de âmbito estadual e regional (como a *Imprensa Popular, Hoje, Notícias de Hoje, Folha de Goyas, etc*). O principal jornal dos comunistas no Paraná era a *Tribuna do Povo*, que servia de instrumento organizador do coletivo partidário, pois era a veia principal entre os que decidiam as políticas e orientações gerais do PCB e quem as colocava em prática nas mais diversas cidades do Paraná, inclusive no norte do Estado. O sensacionalismo exacerbado era a marca desses instrumentos de propaganda. Observe como era a versão da *Voz Operária* a respeito da Guerra da Coréia:

> Os americanos fazem pressão cada vez maior para arrancar o sangue e a vida de nossos filhos para a sua guerra de rapina. Querem 20 mil brasileiros para a Coréia e já ocupam o nosso solo sagrado. Os créditos de guerra votados ou em marcha no Congresso, a alteração da Lei do Serviço Militar, a pregação guerreira feita oficialmente no Exército, como prova o discurso do general Cordeiro de Farias, o grito histérico da imprensa venal que pede a guerra e o estado de sítio, são algumas das demonstrações do servilismo da ditadura ante o governo de Truman, ao qual tudo cede criminosamente. Uma séria ameaça sobre o nosso povo. A essa ameaça acha-se diretamente ligada, como medida de guerra, a ordem de prisão preventiva fascista decretada contra o grande Prestes.[99]

Nessa edição especial do 53º aniversário de Luís Carlos Prestes, a imprensa comunista atribuía ao Estados Unidos a culpa da prisão do líder comunista. Vivendo na clandestinidade logo após o cancelamento do registro do PCB em 1947, Prestes logo lançou um manifesto rompendo com a política da união nacional, apresentando novas orientações a serem seguidas pelos comunistas. Essas disposições foram confirmadas em maio de 1949 pelo comitê central do partido e divulgado ao público em agosto de 1950, com a assinatura do líder comunista, ficando conhecido como *Manifesto de Agosto*. O novo programa atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, propondo ainda a formação de uma frente democrática de libertação nacional, que deveria reger a luta das massas até formas "mais altas e vigorosas, inclusive choques violentos com as forças de reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo poder e à libertação nacional". Mas, no interior do PCB não houve apoio unânime em relação a efetividade desse programa. Na prática, as orientações não seriam implementadas. Ainda em 1950, foi expedido um mandato de prisão preventiva contra Prestes, e por isso, todos os

[99] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundo DPS. Jornal Voz Operária, ed. 03 de jan. 1951.

jornais de cunho comunista, sobretudo aqueles de circulação nacional, promoviam uma campanha em prol a liberdade de seu líder, culpando não só o governo, mas o "imperialismo norte-americano" pela prisão do mesmo.[100]

1.3. A caminho da legalidade

A campanha pela democratização do Brasil vinha ganhando corpo desde 1942, principalmente com a declaração do estado de guerra à Alemanha e a Itália. No dia 22 de fevereiro de 1945, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, rompeu a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ao publicar uma entrevista de José Américo de Almeida[101] a Carlos Lacerda, na qual, primeiro exigia a realização de eleições e o retorno às liberdades democráticas. Alguns dias após a publicação, Vargas promulgou o Ato Adicional de 28 de fevereiro[102], no qual, mediante emenda a Constituição de 1937, anunciava a realização de eleições para a presidência da República, os Congressos, os governos e as assembléias legislativas estaduais. Já em fevereiro, foi lançada a candidatura de Eduardo Gomes a presidência da República, apoiado pelos opositores do regime estadonovista. Em março, o general Eurico Gaspar Dutra foi confirmado como ministro da Guerra e candidato à presidência, sendo apoiado pelos getulistas.

No dia 15 de março de 1945, o jornal *O Globo* publicou o documento de Prestes, que significou sua primeira manifestação pública diante daquela situação, depois de estar preso durante nove anos. Nesse documento, o líder comunista mostrava que era necessário apoiar o governo Vargas para ajuda-lo a eliminar o nazismo, afirmando: "Se a democracia foi estabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição

---

[100] DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 25 abr. 2008. A partir daqui nos referiremos ao Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro como DHBB.

[101] José Américo de Almeida foi apresentado em 1937 como candidato dos partidos governistas à presidência da República, com grandes chances de vitória, mas o golpe de estado de 10 de novembro, ocorrido naquele ano, impediu a campanha eleitoral. Já em 1945, José Américo foi eleito senador pela Paraíba. Publicou vários livros, dentre os quais o romance *A Bagaceira*, destacado por muitos como marco inicial do romance regionalista do modernismo brasileiro.

[102] Como relata Bandeira: "Em 28 de fevereiro de 1945 Vargas assina a Lei Complementar nº 9, também chamada de Ato Adicional, reconhecendo que já havia no Brasil condições para o funcionamento dos órgãos representativos, e promulgou em 28 de maio o Código Eleitoral [Decreto nº 7.586], também conhecido como Lei Agamenon, autorizando a criação e o funcionamento dos partidos políticos e fixando em 2 de dezembro daquele ano as eleições. Vargas também concedeu a anistia a todos os presos políticos". BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e integração na América Latina*: Brasil, Argentina e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 204.

dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país".[103] Com Prestes fora da prisão, o partido se aglutina, e, neste momento, até os elementos divergentes de São Paulo (como Caio Prado Júnior, por exemplo), e do Rio de Janeiro (Astrojildo Pereira), retornam ao PCB.

Seguindo os passos do líder comunista, alguns dirigentes no norte do estado alertavam o perigo eminente do nazi-fascismo. Dentre esses, destaca-se o advogado e jornalista Flavio Ribeiro, que segundo a verificação ideológica levantada pela Dops, advogava a favor das questões jurídicas do Partido Comunista, sendo considerado um dos "líderes vermelhos e grande agitador no norte do Paraná".[104] Colunista do jornal *Diário da Tarde*, Flavio Ribeiro, em artigos escritos em 1945,[105] retrata a luta mundial antifascista e propõe um caminho para alcançar a verdadeira democracia:

> Todos os povos marcham no sentido da democracia. Elegem governos populares, liquidam as remanescentes do nazi-fascismo, onde ele se fez sentir com maior força, depuram suas instituições e consolidam seus regimes democráticos, dando-lhes novas bases econômicas, políticas e sociais, a fim de evitar a eclosão de novas perturbações no futuro.

Nesse sentido, em sua visão, o trajeto para o progresso e a solução para a crise política, econômica e social não pode ser mérito das lideranças, mas sim de grupos, como o PCB, o qual, de acordo com sua perspectiva, representa os anseios populares. Para Flavio Ribeiro[106], a extinção dessas crises, não se dá, pura e simplesmente, através da substituição dos governantes, mas sim por meio da elaboração de uma Constituição que priorize o direito dos trabalhadores:

> A justa solução para a atual crise do país não reside na simples mudança de homens no poder. De há muito foi superada a etapa da política desenvolvida em torno de nomes, acirradora das paixões pessoais, distanciadas das reivindicações mais sentidas da classe operária e do povo, unicamente ligada aos interesses de indivíduos ou grupos. E esse objetivo só será conseguido mediante a consolidação de novos e decisivos passos no sentido da democracia, através da União Nacional, assegurada por uma Assembléia Constituinte livremente eleita, capaz de elaborar a Carta Constitucional que reclama a Nação.

---

[103] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 25 abr. 2008.

[104] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1216, cx 341 - Flávio Ribeiro.

[105] Ibid., Recorte do jornal "Diário da Tarde" 31/08/1945.

[106] Ibid.

Mas, enquanto uns lutavam pela deposição de Vargas, outros o defendiam, até mesmo o líder nacional do partido. A posição de Prestes, em apoiar Vargas, contrariando os demais militantes, provocou uma cisão no interior do partido na época da democratização. Silo Meireles e outros partidários romperam com o PCB, preferindo apoiar a candidatura de Eduardo Gomes. Muitos opositores do Estado Novo tampouco entenderam como Prestes, que fora preso e tivera sua mulher deportada para a Alemanha nazista, podia naquele momento apoiar Vargas. Esse apoio, no entanto, persistiu em nome da tese da união nacional, e, embora não tenha significado uma atuação conjunta entre comunistas e "queremistas", chegou até mesmo a admitir a possibilidade de adiantamento das eleições presidenciais.

Contrariando a versão de que houve cisão no PCB, por conta do apoio concedido a Vargas pelo líder do partido, Dulce Pandolfi[107] afirma que era o desejo de *todos* os comunistas a formação de uma Assembléia Nacional e a elaboração de uma nova Constituição, desde que Vargas estivesse no comando da República:

> Segundo os comunistas, o primeiro passo para a implantação do regime democrático deveria ser a instalação de uma Assembléia Nacional, eleita com o objetivo exclusivo de elaborar uma nova Constituição. Findos trabalhos constitucionais, e já na vigência de uma nova Carta Magna, o passo seguinte deveria ser a eleição do Presidente da República, dos governadores e das câmaras legislativas estaduais. Em última instância, essa proposta implicava que Vargas permanecesse na Presidência da República ainda por um longo período.

Com divergências internas ou não, o PCB decidiu lançar um candidato próprio às eleições presidenciais. O engenheiro Yedo Fiúza, que não pertencia ao partido, foi o escolhido. Em setembro, o PCB requereu sua legalização ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que lhe foi concedido dois meses depois. Durante esse período de tramitação, Vargas foi deposto por militares no dia 29 de outubro. Esse movimento, responsável pela deposição do Estado Novo, fez um "arrastão" na sede do PCB e prendeu alguns comunistas, levando Prestes a pedir asilo político na embaixada do México.[108]

---

[107] PANDOLFI, Dulce C.. *Camaradas e companheiros*: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 140-141.

[108] Muito embora, sua filha, Anita Prestes, contraria esta informação dizendo que Prestes não havia pedido asilo político a nenhuma embaixada, mas teria permanecido clandestino. Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

No dia 2 de dezembro de 1945, foram realizadas eleições para a Presidência da República. Foram três candidatos que disputaram a eleição presidencial: o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela frente de oposição a Vargas reunida em torno da União Democrática Nacional (UDN); o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD), liderado pelos interventores estaduais durante o Estado Novo, e mais tarde pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual era formado principalmente por trabalhadores urbanos filiados a sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho; e Yedo Fiúza, lançado, como vimos, pelo PCB, que contava com o apoio das camadas médias e populares das grandes cidades brasileiras.

O general Eurico Dutra acabou vencendo as eleições de dezembro de 1945 contando com 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes conseguiu 35% e Yedo Fiúza, 10%. Mas é importante ressaltar os resultados significativos obtidos pelo PCB nessas eleições:

> Com pouco tempo para se lançar no pleito, o partido obteve resultados surpreendentes. Seu candidato à presidência, Yedo Fiúza, recebeu cerca de 10% dos votos, 'vencendo' as eleições em cidades operárias importantes como Santos, onde angariou 42% dos votos. O grande êxito se deu na escolha para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 15 deputados, sendo 9 operários. Brasil afora, o PCB obteve saldos eleitorais significativos em cidades com forte presença operária.[109]

Desde a época em que deu parecer favorável ao processo de democratização com Vargas, Prestes passou a defender a elaboração de uma nova constituição, ainda com Vargas no poder. Essa posição do líder comunista, fortalecia o movimento *Queremista*, que defendia a promulgação de uma constituição antes das eleições de 2 de dezembro. Porém, uma Constituinte com Vargas não era do agrado de alguns grupos que desejavam a saída deste do poder. Os militares, os industriais, a classe média, os oligarcas, a Igreja Católica, começaram a ficar assustados. Primeiramente, havia o fato da possível continuidade, que há algum tempo já tinha deixado de ser interessante para uma grande parte da sociedade brasileira e também para o interesse dos Estados Unidos no Brasil. "Segundo, o fato de que Vargas estava se aproximando muito dos movimentos operários e do PCB (na verdade o PCB estava se aproximando mais de Vargas do que o inverso)".[110]

---

[109] NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano*: tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 185.

[110] REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei*: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética, p. 28.

O fato é que poucos dias após a posse de Dutra, em fevereiro de 1946, instalou-se a Constituinte. Diferentemente do que aconteceu em 1891 e 1934, a Constituinte de 1946 não recebeu anteprojeto que embasasse suas deliberações. Os seus representantes tiveram que elaborar um projeto e o regimento interno a ser submetido à aprovação no plenário. Em seguida, organizou-se a comissão, a qual tinha por tarefa formular o projeto constitucional:

> A comissão elaboradora do projeto compunha-se de 37 membros, dos quais 19 do Partido Social Democrático (PSD), dez da União Democrática Nacional (UDN), e dois do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os pequenos partidos – Comunista Brasileiro (PCB), Republicano (PR), Libertador (PL). Democrata Cristão (PDC), Republicano Progressista (PRP) e Popular Sindicalista (PPS) – foram contemplados com um representante cada.[111]

Essa comissão, ao contrário do que ocorrera nas constituições anteriores – as quais tiveram comissões compostas de representantes dos estados –, foi constituída sob um critério até então exclusivo: o da representação dos partidos nacionais, proporcionalmente ao número dos seus deputados e senadores. Até esse momento a República desconhecera os partidos nacionais. Nos regimes de 1891 e 1934, as eleições ocorriam por meio dos partidos estaduais. De inspiração totalitária, a Constituição de 1937 extinguia os partidos que renasceram através de sua legislação eleitoral, editada em 1945[112], mas já então com o caráter obrigatório de partidos nacionais.

O clima de democratização, que teve seu ápice em 1945, se confirmando em 1946, gerou um período de tensões. Desde 1945, a proposta de desestimular as manifestações econômicas dos trabalhadores, defendida pelo PCB, não encontrou ressonância no operariado. No interior do partido, a opção defendida pela liderança de amenizar as manifestações populares, encontrou resistência entre os militantes. Assim, alguns sindicalistas comunistas assumiam a autoria de movimentos grevistas.[113]

---

[111] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/43661.asp>. Acesso em: 27 abr. 2008.

[112] Refere-se à promulgação da Lei Constitucional nº 9 (de 28/02/1945), a qual já nos referimos anteriormente. Esta lei fixava o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições e determinava a elaboração de uma lei eleitoral.

[113] Como foi o caso de Hércules Corrêa. Cf. CORRÊA, Hércules. *A classe operária e seu partido*: textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Habilitado a governar por decreto enquanto a Constituinte não finalizasse seus trabalhos, no mês de março de 1946, o governo baixou a lei 9.070[114], que praticamente proibia as greves. Em meio ao cenário de democratização, a polícia política, simultaneamente, passou a reprimir movimentos, assembléias, piquetes e etc:

> Se no ano de 1946 a vigência de um clima razoável de debate democrático impediu que a lei fosse aplicada em todo seu rigor, não há dúvida que em todos os meses posteriores à sua promulgação, a repressão aumentou sistematicamente, até atingir o clímax em maio de 1947 [...]. O governo de Dutra, que em nenhum momento ofereceu qualquer elemento político ou salarial de negociação para a classe trabalhadora, mais a estrutura sindical corporativa e o aparato repressivo, foram os principais responsáveis pelas dificuldades do movimento operário e sindical do período. Mas as orientações político-sindicais adotadas pelas lideranças políticas junto ao movimento tiveram também relação com as vicissitudes, muito embora tivessem muitas vezes intenções de aperfeiçoá-lo, e apesar de ter conseguido às vezes faze-lo crescer.[115]

Dado a alteração da postura do PCB em relação as manifestações da classe operária, desde janeiro de 1946, o que estava gerando fissuras dentro do partido era, principalmente, a defesa ao desestímulo das greves. Isso, na verdade, era uma estratégia para evitar que o governo e o empresariado os associassem a "desordem" num momento em que defendiam a "união nacional". No âmbito da política sindical, Prestes, já em 1945, no Pleno do Comitê Nacional do Partido, explicava a importância de negar apoio as greves no início de sua eclosão. Em sua avaliação, Prestes afirmava que as empresas nacionais não tinham como competir com empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Em caso de greve, as empresas estrangeiras tinham condições de resolver a questão, ao passo que as empresas nacionais

---

[114] Diante da onda de greves que crescia desde a democratização em 1945, tendo como ponto de partida o baixo nível dos salários, congelados desde 1943, Dutra, já em 15 de março, aprovou um decreto-lei que tendia a suprimir o direito de greve, ou tornar a greve uma forma inócua de pressão dos trabalhadores. O Decreto-Lei 9.070 garantiu a continuidade da legislação sindical de orientação corporativista, sobretudo na medida em que, pouco adiante, a Constituinte legislou com grande fluidez sobre as questões do mundo do trabalho, deixando intacto o sistema de tutela dos sindicatos pelo Estado, como observou Luiz Werneck Viana. A tendência observada na legislação foi acompanhada por medidas repressivas aplicadas através do Ministério do Trabalho: a suspensão de eleições e as intervenções em sindicatos e o fechamento do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que levou à criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), fechada por seu turno no ano seguinte. (DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp.> Acesso em: 27 abr. 2008).

[115] MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização* (Brasil 1945/1950). São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 58-59.

acabariam quebrando por não ter essa estabilidade. Citando Stalin, Prestes afirmou que o PCB:

> deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas [...] se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural, em virtude da crise econômica e depois de tantos anos de reação, foi, e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta coluna, serviríamos, inconscientemente a estes, e cometeríamos o maior de todos os crimes contra nosso povo.[116]

Já em 1945[117], o PCB reforçava a participação dos operários na estrutura sindical, mas afirmava que o sindicato deveria ser, primordialmente, um instrumento de mobilização política, a fim de consolidar o projeto de União Nacional. Seguindo sua linha política, os comunistas e seu partido, impunham aos trabalhadores o símbolo da tranqüilidade e da ordem. O medo da volta ao fascismo e a debilidade do regime eram fatores acionados para inibir manifestações na defesa de melhores salários.

Luiz Reznik[118], chega a afirmar que em 1945, a queda de Vargas poderia ser creditada à sua maior liberalização em relação aos sindicatos e à maior aproximação com a agitação da massa queremista. Tanto que, o cancelamento do registro do PCB, em 1947, foi acompanhado do fechamento de uma central sindical e da intervenção de inúmeros sindicatos trabalhadores, demonstrando o forte anticomunismo presente na agenda do mundo ocidental – e brasileiro – no pós-guerra.

Mas, Hercules Corrêa,[119] militante na época, descreve em suas memórias, que o Partido Comunista era erroneamente interpretado como "manipulador de sindicatos", pois para ele, o sindicato é uma força além de qualquer partido político:

> Não represento os sindicatos no Partido. Sou um militante do Partido atuando nos sindicatos. O sindicato tem autonomia e todas as vezes que atuei manipulando a atividade sindical em função do Partido, deu errado. Isso não interessa ao sindicato nem ao Partido, deu errado [...]. Tanto assim que a repressão sobre o governo vem com a mesma violência sobre o movimento sindical. Esse foi um erro que cometemos. Da mesma forma, houve muita identificação entre a atuação do Partido Comunista Brasileiro e o movimento sindical. Digo a vocês que houve uma manipulação numa direção e noutra. Uma das críticas que merecemos daqueles que pesquisam e que estão escrevendo sobre a história do movimento operário e sindical é essa. Estou

[116] PRESTES apud MARANHÃO, op cit.,1979, p. 60.

[117] Medida impulsionada principalmente pela promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no final do Estado Novo, em maio de 1943, a qual reordenou a legislação social e sindical criada anteriormente.

[118] REZNIK, op. cit.

[119] CORREIA, Hércules. *A classe Operária e seu Partido.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 92.

> disposto a dizer isso amanhã, numa assembléia sindical. Dizer que errei. E ao fazer isso, não estou prejudicando o Partido nem a mim mesmo. Estou simplesmente dizendo aos meus companheiros de trabalho e de luta que esse é um erro que eles não devem repetir. Pois a existência do sindicato vai além do momento em que se transforma a sociedade capitalista. Ele continua existindo e precisa existir, porque os trabalhadores não se organizarão nunca, todos eles, em partidos políticos. Então terão que expressar seus interesses gerais e específicos através de uma coisa que será o movimento sindical, o qual expressa interesse dos trabalhadores que um partido político, por mais que lhe seja vinculado não consegue expressar. O movimento sindical deve conservar a autonomia frente aos partidos e frente ao Estado, seja capitalista ou socialista. Esse é um problema muito importante no processo de fazer avançar a consciência dos trabalhadores. Devemos ter todo o cuidado para que isso não ocorra. E o que estou dizendo é válido para comunistas, trabalhistas ou qualquer outros 'istas' que houver por aí.

No entanto, pode-se dizer que essa regra não era cumprida a risca no norte paranaense. Ao contrário dos eixos Rio - São Paulo, espaços vastamente contemplados pela historiografia, na região setentrional do Estado, a proliferação dos ideais revolucionários se dava, primeiramente, através da imprensa escrita, o que significa, que a contenção determinada pelo partido não se aplicou totalmente a região. Exemplos disso, são os artigos publicados em 1945, no jornal Diário da Tarde[120] principalmente por Flavio Ribeiro, citado anteriormente. Títulos como "Saída democrática", "Demonstração de unidade", "Consolidação da paz", "Solução justa", "Crítica construtiva" e "Marcha para a democracia", demonstram que em seus trabalhos, havia a preocupação de tornar pessoas comuns em agentes politicamente ativos, os quais reivindicassem uma nova Constituição que defendesse a liberdade de escolha.

Conforme podemos ver na imagem, o artigo de Flavio Ribeiro, pede a convocação de uma Assembléia Constituinte. Segundo ele, com o fim do Estado Novo houve uma abertura democrática limitada. A democracia, para Flavio Ribeiro, só irá se concretizar quando for sancionada uma Constituição democrática que amplie a participação popular na política:

[120] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1216, cx 341 - Flávio Ribeiro.

Estado do Paraná

Recorte do Jornal "DIARIO DA TARDE" 23/8/45

Saida Democratica

FLAVIO RIBEIRO

Uma politica de principio não realizada em tôrno de homens ou da simples troca de homens no poder, está a indicar que a unica saida democratica para a atual crise politica que enfrentamos, é a imediata convocação de uma Assembléia Constituinte.

Sem essa base verdadeiramente democratica e que surge como o fator de maior segurança para o desenvolvimento do processo de democratização, as perspectivas do retôrno do país á sua normalidade constitucional ficam presas ás contingências do problema da sucessão presidencial, com candidaturas apresentadas á revelia do povo, do alto para baixo, cheias de contradições internas e transformadas em fonte de intranquilidade, pela maneira demagogica e não rara violenta como a campanha politica vem sendo conduzida.

A marcha para a democracia acelerou-se nestes ultimos meses. Decisivos passos foram dados nesse sentido. Anistia aos presos politicos, restabelecimento das liberdades populares, promulgação do Codigo Eleitoral, fixação da data das eleições presidenciais, constituem, sem duvida, fatores positivos e que impulsionaram aquela marcha.

No entanto, certos fatores negativos ainda a embaraçam.

Os escombros anti-democraticos da Carta de 37 o Ato Adicional n.º 9, a propria maneira como foi colocado o problema de nossa reestrutração institucional, os restos meio vivos meio mortos do fascismo, a rearticulação do integralismo, agora sob novas roupagens, em realidade dificultam o normal desenvolvimento do processo de democratização.

O povo já compreendeu essa situção sabe que a solução pura e simples do problema presidencial, com a simples substituição de um governo de fato por outro governo de fato, sem garantias expressas de uma Constituição verdadeiramente democratica, não terá forças para a definitiva liquidação moral, politica e social dos remanescentes do fascismo.

Dai a indiferença do povo pelas candidaturas apresentadas e dai porque o povo quer a Constituinte, unica saida democratica para a crise politica.

Quadro 2: Artigo de Flavio Ribeiro.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Dops/PR. Pasta 1216, cx 341 - Flávio Ribeiro. Recorte do jornal Diário da Tarde, 25 ago. 1945.

Também a imprensa alternativa, como comícios em praça pública e a distribuição de panfletos, tornava os assuntos políticos próximos da população. Reivindicações no campo e nas cidades, como aumento salarial, aplicação do salário mínimo etc, tiveram influência de folhetins disseminados ao público. Nesse sentido, comícios eram divulgados não só para contestar a questão trabalhista, mas também para promover o debate sobre o contexto mundial, procurando deixar a população atualizada sobre os últimos acontecimentos.

A partir de janeiro de 1946 a direção do partido alterou a sua postura em relação aos movimentos do operariado. Como reconheceu Prestes: "A má compreensão da luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto a Golpes Militares levou-nos a uma certa passividade".[121] Diferente de 1945, Prestes, neste momento, não estava preocupado com a desordem que poderia causar as manifestações populares. Passou a reconhecer a importância da luta dos trabalhadores na defesa de seus salários e de uma melhor qualidade de vida[122]. E não só. Já em 1951 manifestava uma preocupação internacional:

> É nestas lutas [greves] que se pode organizar a classe operária nas empresas e por setores profissionais e reforçar as uniões sindicais nos municípios e Estados, criando uma ampla base de massas para a C.T.B. É nestas lutas que os comunistas devem mostrar concretamente às massas o caráter de classe do governo de Getúlio, sua identidade com o de Dutra, sua submissão ao imperialismo ianque e apontar corajosamente o caminho das lutas revolucionárias por paz, pão, terra e liberdade, pelo governo democrático popular. É nestas lutas que poderemos tornar mais rapidamente conhecido o Programa de Frente Democrática de Libertação Nacional e estruturar em todas as empresas e concentrações operárias os seus comitês.[123]

Para complicar a situação do PCB, mediante os governistas e as forças militares, foi publicada uma afirmação de Prestes, no jornal comunista *Tribuna Popular*, de 16 de março

---

[121] PRESTES apud PANDOLFI, op cit., p. 161.

[122] Segundo Pandolfi (op. cit., p. 147-168), como conseqüência desse apoio, só nos dois primeiros meses de 1946 ocorreu mais de 60 greves contra apenas 12 registradas durante todo o decorrer de 1945. O que demonstra a força de base que o PCB exercia sobre as massas, sobretudo o proletariado. Presença que não era sentida no campo. Para Pandolfi (op. cit., p. 161-162), o que explica esse desestímulo do partido é o fato de que "a pequena votação obtida pelo PCB no mundo rural era justificada tanto pela fraca ligação do partido com as massas camponesas, quanto pelas precárias condições econômicas e sociais do país. O forte predomínio do latifúndio semifeudal acentuava as distorções. Entretanto, os comunistas acreditavam que através do embate parlamentar era possível golpear a estrutura 'latifundiária semifeudal', realizando por meios pacíficos uma reforma agrária tão necessária para o progresso do país".

[123] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. *Jornal Voz Operária*, 10 de fev. 1951, p. 11.

de 1946, na qual, durante uma discussão entre os funcionários da Justiça, afirmou sobre sua posição caso houvesse uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, dizendo que:

> Faríamos como o povo da resistência francesa, o povo italiano, que se ergueu contra Pétain e Mussolini; combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer resistência em nossa pátria contra um governo destes, retrógrado, que quisesse a volta ao fascismo [...]. Se algum governo cometesse este crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional.[124]

O Caminho da legalidade do PCB, que mal havia sido aberto e explorado, começava a se tornar numa trilha cada vez mais estreita e perigosa. Começavam a prever nuvens negras em dias sombrios pela frente. Tornou-se comum, neste momento entre os militantes, o amargo sentimento de que haviam sobreestimado a liberal-democracia.

1.4. "A ilegalidade mata"[125] ou a legalidade torna o partido preso a uma realidade que nunca foi a dele?

A grande repercussão que tiveram as afirmações de Prestes foram utilizadas para demonstrar que o PCB era um órgão de representatividade soviética no Brasil. A linguagem simbólica-ideológica dos militares e das forças governistas, associando o PCB com a URSS, começou a ser feita desde 1946, quando entrou em pauta uma determinação da nova Lei de Segurança Nacional, que permitiria reformar compulsoriamente os militares "que pertençam a partidos antidemocráticos". Explícito o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, governado naquele momento por Harry Truman, o rompimento das relações com a União Soviética em outubro de 1947, tem como conseqüência interna, a ilegalidade do PCB e a cassação dos mandatos dos congressistas comunistas. A partir daí, o Exército foi se envolvendo mais intensamente e abertamente na luta contra o PCB, chegando a colocar todas

---

[124] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. *Jornal Tribuna Popular*, 16 mar. 1946.

[125] Referência ao título do artigo de Gildo Marçal Brandão (1997), no qual o autor trabalha com a questão da longevidade do período ilegal ao qual o PCB esteve exposto. O autor parte da hipótese, de que, por ser um partido ligado às classes populares, o PCB sempre foi uma "carta fora do baralho" no jogo dos partidos políticos, justamente por representar a mudança, era ignorado pela oposição e pelos governantes, o acesso ao sistema político-eleitoral, jamais foi dado de graça. Não há aqui uma crítica ao autor, mas sim uma complementação ao seu título, no sentido que, o partido tentou adotar uma postura moderada, mas como representante legítimo das massas, não se adequou às regras oriundas "de cima", de todo o sistema político.

as localidades militares brasileiras em prontidão no dia em que o registro do partido foi cancelado.

Acusando os militantes comunistas e afins de "agentes de Moscou", já nos últimos dias de março de 1946, Edmundo Barreto Pinto, deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encaminhou o pedido de cassação do registro do PCB, alegando que este era uma extensão do partido internacional comandado por Moscou, estimulador da luta de classes, antidemocrático, e que seria favorável à União Soviética, no caso de uma guerra com o Brasil.

Sob todas essas acusações, o registro do PCB foi cancelado em 7 de maio de 1947, após instauração de sindicância determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Iniciou no Congresso a discussão sobre a proscrição dos mandatos dos parlamentares comunistas:

> O cancelamento do registro do PCB e a cassação do mandato de seus representantes eleitos para o Congresso e para as assembléias estaduais, bem como a perseguição aos comunistas, correspondiam a luta em que se digladiavam os dois grandes blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Foi o período em que correspondeu ao início da chamada Guerra Fria. A medida em que se intensificava a luta entre esses dois grupos, o Brasil se alinhava ao lado dos Estados Unidos, enquanto o PCB se colocava ao lado da União Soviética.[126]

Simultaneamente, em 8 de julho de 1946, foi instalada a III Conferência Nacional do PCB. Todos os presentes reafirmaram a defesa das conquistas democráticas de 1945. Discutiram-se as possibilidades de luta contra os resquícios de fascismo que ainda marcavam o governo, a busca da união nacional, o aumento dos salários e a revogação de leis antidemocráticas. Na luta pela união nacional, recomendou-se ainda, que os comunistas se dedicassem na campanha pela paz, desenvolvessem esforços por uma atitude democrática do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), pela aproximação com a URSS e as nações democráticas e contra as guerras imperialistas. Na conferência, Prestes manifestou a necessidade de transformar os débeis sindicatos em associações livres e soberanas, ampliar a sindicalização em massa e lutar pela unidade e liberdade sindical. O líder comunista ainda se referiu à situação das massas rurais, dizendo que era preciso assegurar aos camponeses as posses da terra, melhores contratos de arrendamento e condições de trabalho dignas.

O PCB alegava que o movimento das massas poderia reverter o quadro de intensa exploração operária. As restrições à legislação trabalhista, como a suspensão de direitos

---

[126] DHBB, CPDOC-FGV Disponível em: <http://www. cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp.> Acesso em: 6 maio 2008.

(férias, mobilidade de emprego, aumento autorizado da jornada de trabalho, etc), acaba gerando um ambiente de extrema insatisfação e propício a manifestações. O quadro de carestia se agravou ainda mais com a alta do custo dos gêneros e com a crise no abastecimento.

Em Jaguariaíva, no nordeste do Paraná por exemplo, agentes da polícia política, enviam informações ao delegado geral da Dops, em 7 de agosto de 1946, afirmando a ocorrência de uma manifestação popular que reivindicava a falta de "banha"[127]. A firma Matarazzo que fornecia o produto encerrou o seu abastecimento, alegando escassez do mesmo. Mas, ela própria continuava fornecendo a mercadoria para os comerciantes, o que deixou a população enfurecida, a ponto dos próprios funcionários da fábrica, alegando também atrasos na remuneração, aderirem à greve:

> A ameaça de greve e invasão, por parte do povo, foi motivado pela falta de banha, bem como pela falta de pagamento aos operários da firma Matarrazzo, que viam-se obrigados a retirar banha, afim de apurar algum dinheiro. Esta banha, vendiam aos comerciantes locais que a vendiam em Itararé e Piraí-Mirim, ficando a praça sem aquele alimento, sendo este o motivo pelo qual o povo ameaçara de invadir os depósitos da firma Matarrazzo. Havia de fato, falta de banha pela escasses de porcos, por isso a firma só fornecia banha aos comerciantes, com os quais havia firmado contratos, porém agora já está fornecendo aquele produto, de acordo com um entendimento havido entre a firma com o Prefeito e o Delegado. Os operários também foram atendidos e estão recebendo seus vencimentos.[128]

E segue no documento o balanço feito pelos agentes da Dops para averiguar a presença de adeptos do PCB entre os funcionários, os quais, naturalmente, seriam responsabilizados pelo levante:

> Apuramos ainda, que entre os 700 operários da firma Matarrazzo, somente 3 são comunistas declarados: Aleixo João Brugeff, russo, Antonio Benedito Apolinário, brasileiro e Nil Nikunsuk, polonês. Ainda são conhecidos como comunistas: João Oleako, André Puchetre e Nicolau Puchetre, feroviários. Não existe uma celula comunista distinta, naquela cidade e as reuniões dos elementos acima citados são feitas óra numa e óra noutra residência.[129]

Quando o processo judicial de cassação do registro do PCB foi aberto, a direção do partido não deu muita importância. Prestes em suas conferências, como a que fez na Casa do

---

[127] Gordura de porco, usada na alimentação.

[128] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1489, caixa 178, Dossiê: Partido Comunista do Brasil - PCB geral do PR.

[129] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1489, caixa 178, Dossiê: Partido Comunista do Brasil - PCB geral do PR.

Estudante, tranqüilizou os militantes comunistas. De acordo com Jacob Gorender,[130] que ali se encontrava, o líder comunista havia afirmado que "a cassação era inviável, o processo judicial partia de inexpressivo grupelho fascista, a burguesia 'progressista' não tinha interesse em tamanho disparate etc." Essa atitude de passividade da própria direção do PCB, para Gorender, foi uma das causas que facilitou a derrocada do partido. Diante de tão autorizada apreciação, a militância do PCB "se acomodou nas tarefas rotineiras e deixou de promover uma campanha de protestos de massa contra a cassação. Ainda na manhã de 7 de maio de 1947, dia do julgamento, Prestes estava seguro de que a sentença confirmaria o registro.". Por três votos a dois o PCB tinha o registro cassado e novamente voltava a ilegalidade. Houve uma correria para retirar fichários, arquivos e destruir papéis comprometedores. Em janeiro de 1948 seguia-se a cassação dos parlamentares comunistas.

Para Gildo Marçal Brandão[131], a proscrição do PCB era evidente, pois a presença legal desse partido, que além de societário era de base operária, com forte liderança popular e independente do Estado, contrasta com o passado anterior do próprio partido, se constituindo "um elemento complicador e, naquela altura, provavelmente incompatível com o compromisso então engendrado entre uma ordem política liberal e uma estrutura sindical corporativa." E acrescenta que:

> É mais realista atribuir o esvaziamento do partido após 1948 à perda da legalidade e, complementarmente, à política isolacionista e sectária que adotou, maximizando os efeitos negativos da nova situação. Do mesmo modo, o deslocamento dos votos potencialmente comunistas para o Partido Trabalhista Brasileiro, fenômeno que estaria na base do notável crescimento deste [...] não compensou e, em boa parte, reforçou os efeitos e as implicações da cassação do registro eleitoral do PC.

José Antônio Segatto[132] afirma que os motivos que levaram ao cancelamento do PCB, seguiam a ordem de uma conspiração internacional, comandada pelos Estados Unidos. Com a Guerra Fria e o início dos "conflitos" entre EUA e URSS, inaugurou o período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos quanto nos países a ele ligados. Para Segatto, a caça aos comunistas já era prenunciada desde 1946, quando Winston Churchill, lança a expressão "cortina de ferro", num discurso feito em Fulton, nos Estados Unidos. Com essa declaração, estava explícita a preocupação em separar os países capitalistas dos

---

[130] GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. 3. ed.São Paulo: Ática, 1987, p. 21.

[131] BRANDÃO, Gildo Marçal. op. cit., p. 24.

[132] SEGATTO, op cit.,1981.

socialistas. De acordo com o autor, é sob comando estadunidense que em 1946 o governo Dutra e diversos setores da classe dominante começam a fechar o cerco com a finalidade de isolar o PCB e barrar seu crescimento. Tanto que, o fechamento do partido já havia sido tramado desde o início do governo de Eurico Gaspar Dutra. Em março de 1946, um telegrama do encarregado de negócios da embaixada americana no Rio de Janeiro, avisa ter sido preparado um decreto que tomasse as devidas providências para extinguir o órgão representante do comunismo no Brasil:

> A polícia política já elaborou uma lista dos mais proeminentes comunistas e seus endereços, e já recebeu instruções para fazer preparativos para vende-los imediatamente após a promulgação do decreto – se ele vier a ser assinado.[133]

Desde então, os comunistas passam a ser ainda mais perseguidos pelo governo e pela polícia política. A Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB são fechadas e todo o material que armazenavam (como arquivos e fichários) foram apreendidos. Foi aprovada no Senado, em outubro do mesmo ano a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho decreta o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e intervém em 143 sindicatos em 1947, e em 400 até o final do governo do General Dutra. Nessa época, o governo "rompe as relações diplomáticas com a União Soviética e no dia 7 de janeiro de 1948, os parlamentares comunistas têm seus mandatos cassados. Ainda no início de 1948, a polícia invade e depedra as redações dos jornais comunistas: da *Tribuna Popular*, no Rio, de *Hoje*, em São Paulo, de *O Momento*, na Bahia, da *Folha do Povo*, de Recife, e do *Jornal do Povo*, de Maceió, entre outros."[134]

Dulce Pandolfi,[135] assim como Segatto, acusa as "elites governamentais", de planejar um complô contra os comunistas. Mas, ao contrário de Gorender, diz que o partido reagiu, tanto passiva como ativamente, ao processo de ilegalidade. Para a autora, os comunistas tinham como objetivo principal a luta pela manutenção da legalidade do partido. Por isso, insistia-se na utilização de recursos legais de luta, e a ordem era para que tolerassem qualquer tipo de provocação. Mas, ativamente, apostavam nas contradições existentes no interior do governo, principalmente entre os "democratas" e os "fascistas", esses últimos tidos como minoritários. Os comunistas diziam que era preciso mobilizar as massas para

---

[133] NATHIONAL ARCHIVES apud SEGATTO, op cit., 1981, p. 5.
[134] SEGATTO, op. cit., 1981, p. 58-59.
[135] PANDOLFI, op. cit.

revelar as más intenções do fascismo que caracterizavam alguns quadros do governo, e retirá-los dos cargos que ainda ocupavam.

Independente ou não de o PCB ter tido seu registro cancelado em virtude de conspiração internacional ou de ameaça ao poder das elites governamentais, é importante ressaltar que o partido possuía uma característica *sui generis*. O PCB, enquanto agremiação política, foi impedido de funcionar legalmente, mas os militantes e/ou políticos que o compunham estavam liberados a continuar atuando na vida política, nada os impedindo de que utilizassem outras legendas para concorrer às eleições e até mesmo a possibilidade de criarem outros partidos para congregar simpatizantes e novos membros. Isso era um privilégio, perto da situação vivida no Estado Novo, em que ser comunista era crime de violação da Lei de Segurança Nacional.

O mesmo caso se aplicava aos sindicatos. Aqueles que foram relegados à clandestinidade eram apenas os sindicatos de orientação comunista, substituídos por representantes do chamado "sindicalismo legal". Havia dois caminhos para os sindicalistas do PCB: ou tentavam fazer política nesses sindicatos, seguindo as normas do sindicalismo oficial, ou caíam numa espécie de "ostracismo político".[136]

Assim, pode-se dizer que houve, de acordo com Gildo M. Brandão,[137] uma "semiclandestinidade". O partido atuou nos bastidores. Apesar de, desde o seu nascimento, em 1922, até sua legalização definitiva em 1985, ele ter tido menos de três anos e meio de legalidade plena[138]. Esteve presente nas discussões importantes, mesmo tornando os comunistas como coadjuvantes do processo, pois sempre eram acompanhados pelo presidente Dutra:

> À semelhança da maioria dos partidos comunistas europeus e dos principais latino-americanos, o brasileiro nunca esteve na primeira divisão do jogo político, nem mesmo quando emerge, no final da última guerra, com o prestígio da resistência ao fascismo e à ditadura estadonovista; mas constitui importante força política, mesmo nas piores fases da sua história, sendo o seu papel nas lutas contra as ditaduras e pelo desenvolvimento democrático do país maior do que estava disposto a reivindicar na época, ou do que seus aliados e inimigos estavam dispostos a lhe conceder

[136] GONÇALVEZ, op. cit., p. 35.

[137] BRANDÃO, op. cit., p. 26.

[138] Segundo o levantamento de Dario Canale (1986, p.84), foram três meses e meio em 1922 (de 7/4/1922 a 5/7/1922 excluído), seis meses em 1924 (de 1o/1/1924 a 5/7/1924 excluído), sete meses e meio em 1927 (de 1o/1/1927 a 12/8/1927 excluído) e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18/4/1945 a 7/5/1947 excluído). O total dá 41 meses (1.247 dias, quase 5 por cento dos seus 22.952 dias de vida). No entanto, Brandão (1997, p. 26) complementa que é preciso distinguir ilegalidade com perseguições ocasionais (1922/35, 1947/56, 1979/84), ilegalidade com clandestinidade estrita (1935/45, 1964/79) e períodos de legalidade de fato (1956/64).

> subseqüentemente. Além disso, os comunistas influenciaram certas decisões políticas e econômicas governamentais, ainda que tenham sido geralmente excluídos do processo formal de tomada de decisão.

Após a cassação, as ordens da organização internacional comunista foram radicalizadas, já que o objetivo principal era avançar os processos revolucionários apoiados pelo bloco soviético na disputa geopolítica pelo mundo, no sentido de reforçar o campo soviético em detrimento da política de frentes democráticas anteriormente aplicada. A nova orientação enfatizava a questão da terra, da necessidade de preparação para a revolução proletária e a exploração do capitalismo norte-americano. Em resumo, o PCB declarou guerra ao governo Dutra, o que o deixava marcado ainda mais pela oposição e pelos componentes do governo. A partir desse momento, iniciou-se a organização de lutas camponesas por todo o país, as quais se estenderam pelos anos de 1950 e 1960, inclusive com a organização de diversos levantes operários e camponeses. Eclosões de agitações[139] sociais passaram a ocorrer por todo o Brasil. Essa postura radical adotada pelo partido está mais bem expressa no Manifesto de Agosto de 1950.

1.5. O Manifesto de Agosto de 1950

Em 1950 a direção do PCB consolidou uma virada a esquerda. O Manifesto de Agosto de 1950, foi uma espécie de desabafo e ao mesmo tempo, autocrítica à ilegalidade em que o Partido foi colocado pela Justiça Eleitoral – ou pelo presidente Dutra, como muitos acreditavam. Mediante a indignação, o Manifesto de Agosto propôs a constituição de uma *Frente Democrática de Libertação Nacional*, a qual seria conduzida por meio de um *Exército Popular de Libertação Nacional*. Prestes, afirmava que com esse documento, chamaria o povo a luta e os despertaria para a "revolução". Segundo Prestes[140], os efeitos da luta já estavam ocorrendo no país:

> Dois movimentos guerrilheiros são instalados no país como conseqüência do Manifesto de Agosto: o primeiro em Porecatu, no Paraná, que se prolongou por mais de um ano e só foi terminar quando as terras foram entregues aos camponeses; o segundo foi em Formoso, no interior de Goiás, onde a paz só foi celebrada no governo Jango, por iniciativa do governador Mauro Borges, que resolveu distribuir terras aos camponeses. os guerrilheiros , camponeses se recusaram a depor armas, mesmo após a distribuição dos títulos das terras;

[139] Nos ateremos apenas à Revolta de Porecatu, movimento ocorrido no norte do Paraná e que está nas limitações do tempo e espaço proposto na pesquisa.
[140] MORAES; VIANA, op. cit. p. 125.

> o local onde o armamento estava guardado só foi descoberto em 66, após o Golpe Militar de 64, por um grupo da Polícia Federal. Foi a época em que o Partido adotou a política mais stalinista e rígida de toda sua existência: o Comitê Central deliberava com quem os militantes iriam se casar; era proibido falar com trotsquista na família, tinha que sair imediatamente de casa, na cadeia, o comunista não podia sequer declinar o seu nome e profissão.

Os comunistas pretendiam derrubar o governo através desses movimentos localizados. Como de praxe, a relação do presente com o passado, assume lugar importante nos partidos comunistas, exercendo um forte papel em suas intervenções políticas. Essa característica foi marcante durante esse período no PCB, pois estavam tentando livrar-se do passado reformista[141] e, nesse caso, o Manifesto de Agosto seria o instrumento para a tomada do poder. O exemplo da tentativa comunista de chegar ao governo em 1935 não deveria ser esquecido. Nesse sentido, pode-se dizer que com esse manifesto o partido tenta readquirir uma linha revolucionária de orientação para a luta armada. Partindo desse ponto, somente o proletariado, sob a direção do seu partido de vanguarda, poderia efetivamente dirigir o processo revolucionário através da formação de uma Frente Democrática Nacional. "Sua base seria constituída 'pela força indestrutível da aliança operário camponesa', à qual deveriam aliar-se outros setores da sociedade, inclusive a burguesia nacional, disposta a 'apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo, contra o latifúndio e os restos feudais'".[142] Para o militante Hércules Corrêa[143], a radicalização do PCB após o período em que se manteve legal, teve início com o Manifesto de 1948[144]:

> [...] Você pega a orientação do Partido, que começou com o Manifesto de Janeiro de 48 que ficou muito mais porra-louca com o Manifesto de Agosto de 50. Todos nós tínhamos que cumprir muitas tarefas terríveis [...]. Era a greve pela greve. Dessas maluquices que dão em certas organizações revolucionárias, onde a greve tem que existir porque é um problema de auto-afirmação.

---

[141] Como mencionada anteriormente,já a partir de 1945, o PCB mudou sua contra-ofensiva revolucionária, por uma atitude "pacifista", como uma espécie de "tática" para conseguir a legalização de sua legenda.

[142] PANDOLFI, op. cit., p. 174.

[143] CORRÊA, op. cit., p. 63.

[144] Em 28 de janeiro de 1948, Prestes lançou um manifesto – conhecido como Manifesto de Janeiro -, no qual faz uma dura autocrítica da atuação do Partido no seu breve período de legalidade. Afirma o documento: "Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras... Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista." (BUONICORE, [S.l.], não paginado).

Tendo como fundamento o Manifesto de Janeiro de 1948 e o de Agosto de 1950, a política estreita que o PCB adota, conflita com a realidade brasileira e com a própria experiência das lutas de massas dos seus militantes. Nesse sentido, o PCB subestimará as ações legais, alimentando, uma política intensamente clandestinizante e sectária, tendo por base, uma concepção golpista do processo político e revolucionário, acentuando, por sua vez, o isolamento a que foi submetido. Diante desse quadro, o refluxo de militância seria óbvio: ao que tudo indica, nos finais de 1950, o contingente do partido era dez vezes menor do que fora em 1947.

O Manifesto de Agosto, por exemplo, trazia no seu bojo preocupações de combate à exploração, de praxe, totalmente oposicionista. Como afirma Ronald Chilcote[145], a luta seria dirigida principalmente contra o imperialismo norte-americano e não contra o imperialismo em geral; somente as grandes propriedades rurais seriam confiscadas, já que o programa reconhecia agora que os pequenos fazendeiros e camponeses com posses não deveriam ser necessariamente condenados como contra-revolucionários; a nacionalização da empresa privada se limitaria às empresas e ao capital vinculados aos "imperialistas norte-americanos", ao passo que as empresas nacionais seriam protegidas, e finalmente, o partido estimulava uma aliança da classe operária com os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional "controlada pelo proletariado e pelo partido comunista".

Ensaiando o retorno aos princípios do liberalismo, o governo alinhou-se de vez com os Estados Unidos e com o anticomunismo interno, chegando a romper as relações diplomáticas com a União Soviética[146]. Tentando criar um clima propício ao investimento estrangeiro no Brasil, o governo Dutra buscou transmitir uma idéia de compromisso com o projeto norte-americano e com a doutrina liberal. Dutra planejava uma estratégia de segurança para atrair investimentos dos Estados Unidos. A partir daí, o Brasil se abre ao capital internacional.[147] Mas, como menciona Ricardo Maranhão,[148] apesar desse momento ser conhecido como democrático, pode-se dizer que houve algumas exceções. No que tange à esfera social, por exemplo, o autor argumenta que existiu uma "carência de expressão e organização livre e autônoma das demandas classistas específicas da sociedade civil". Segundo ele, em conjunto

---

[145] CHILCOTE, op. cit., p. 113.

[146] Rompimento diplomático que perduraria até 1962.

[147] Tanto é que desde meados dos anos de 1940 houve o debate entre liberais e nacionais desenvolvimentistas. Os primeiros eram favoráveis à abertura da economia brasileira ao capitalismo internacional, ao passo que, os últimos defendiam um desenvolvimento autônomo e exclusivamente nacional, sem interferência de capital estrangeiro.

[148] MARANHÃO, op. cit.

com o modelo democrático-liberal, veio à dificuldade de organizações sociais e formações politicamente mais expressivas. Houve uma deficiência enorme em se desenvolver um movimento sindical operário autônomo e decisivo politicamente em que o operariado pudesse caminhar por conta própria as suas reivindicações. “Isso foi característico de um profundo desvio em relação às formas democráticas de organização, marcando as instituições pela persistência de uma legislação sindical corporativa, herdada da ditadura estadonovista e subordinada ao sindicalismo do Estado”.[149]

No entanto, temos que salientar que não é pelo fato de o governo brasileiro estar comprometido com os Estados Unidos e seu capital privado, que a repressão aos movimentos operários não pode ser vista como mera conseqüência do interesse brasileiro em criar um clima favorável ao capital norte-americano. Renato Arruda de Rezende,[150] afirma em seu trabalho, que a repressão ao movimento operário ocorreu mais pelo interesse das classes dominantes brasileiras em controlar esses trabalhadores que estavam lutando para se verem livres da tutela do Estado e também estavam se organizando a nível nacional:

> Isso preocupava alguns setores poderosos, até porque a organização desses trabalhadores estava se concretizando em greves, levando o Brasil a uma grande quantidade delas no ano de 1946. Portanto, era importante podar esse crescimento, muito mais por uma questão de poder interno, de disputa entre esses dois agrupamentos de classes, do que por criar um ambiente favorável às empresas norte-americanas; [...]. Podemos afirmar que o capital privado norte-americano se beneficiou com a repressão, mas não podemos concordar que esta ocorreu somente para agradar a esse capital.

Da mesma forma, o fechamento do PCB, em maio de 1947, não pode somente ser associado ao contexto da Guerra Fria, mas também às disputas internas do poder. Muito embora, como veremos adiante, as relações com os Estados Unidos contribuíram, e muito, para que essa perseguição acontecesse.

1.6. O PCB, os trabalhadores e o movimento sindical

Em conjunto as campanhas, como do movimento pela paz e pelo monopólio nacional do petróleo, é estimulada pelo PCB uma importante atividade entre os trabalhadores rurais, em continuidade ao trabalho de formação das Ligas Camponesas, iniciado em 1945-1946, em vários locais do país. Desse modo, a militância do PCB passou a organizar os

[149] MARANHÃO, op. cit, p. 07.
[150] REZENDE, op. cit. p. 41-42.

assalariados em sindicatos. Em pouco tempo, já se contavam com mais de 50 sindicatos espalhados, principalmente, nos principais Estados do país. Essas organizações, que exigiam direitos assegurados pela CLT, como o pagamento do salário mínimo e das férias, não foram reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Segundo Segatto[151], isso se deveu à "pressão das forças reacionárias do campo e da cidade. Assim, a maioria dos sindicatos não pode subsistir".

Em nível nacional, e evidentemente na área urbana, a partir de 1951 os militantes comunistas começam a reagir contra o bloqueio imposto pela linha política. Tal reação no partido foi conseqüência da sua volta aos sindicatos, na aliança com os getulistas e em medidas concretas de construção do PCB nas empresas. É nesse momento em que ocorre a greve dos bancários em São Paulo, inaugurando o processo de grandes greves no país.[152]

Desde 1947 até por vota de 1950, a conjuntura foi marcada pelo rompimento do chamado pacto político, que tentou cristalizar-se no final do governo Vargas. O resultado foi a exclusão das massas no jogo político, ainda que essa participação estivesse acontecendo de maneira dependente. A tentativa de inclusão desses setores populares, agenciada por Vargas, foi repentinamente interrompida por Dutra. Em seu governo, Dutra promoveu intervenções nos sindicatos mais ativos, houve o encerramento das organizações intersindicais paralelas – o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores no Brasil (CTB) – e a proscrição eleitoral do PCB, ícone político da esquerda e considerado o partido das massas.

Além do mais, a coligação das classes proprietárias brasileiras, principalmente da burguesia industrial, com a política antiproletária do governo e a comunhão de idéias sobre a ilegalidade do PCB, impossibilitou a ação dos comunistas de implementarem a "união nacional", tão defendida por seus militantes entre os anos de 1945 e 1946. Também nesta época, a Guerra Fria acirrou ainda mais a perseguição contra os comunistas e, por conseguinte, contra os movimentos operários. Como visto anteriormente, diante das ameaças de uma nova guerra, o governo Dutra e seus aliados resolveram apoiar os Estados Unidos, colaborando para seu esforço de guerra contra a URSS.

---

[151] SEGATTO, op. cit., 1981, p. 67.

[152] Essa atitude e forma de atuação são confirmadas com a Resolução Sindical de 1952, que introduziu novas e importantes correções na orientação sindical do PCB, e contribuiu muito para o fortalecimento dos comunistas e de suas posições nos sindicatos, possibilitando o aumento de sua influência no movimento operário. Permaneceram, ao mesmo tempo, vários elementos da política geral, os quais levaram muitos militantes a ter uma certa resistência com relação à unidade sindical e também a adotar uma atitude de distância dos sindicatos, federações e organizações trabalhistas. (SEGATTO, op. cit, 1981.).

O Manifesto de Janeiro de 1948, mencionado neste capítulo, sendo a guia-base para os comunistas até 1950, já dizia que a luta pelas reivindicações necessárias dos trabalhadores deveria ser organizada no interior de entidades sindicais já existentes ou, onde isso não fosse possível, dentro de novas organizações criadas nos locais de trabalho.[153]

No norte do Paraná a situação era um pouco distinta. A força e atuação da organização sindical eram praticamente escassa, no máximo, restrita às cidades. No campo, a coordenação profissional, política e sindical se davam por meio de ligas camponesas, presentes no fim da década de 1940 e início dos anos de 1950. Porém, tanto o surgimento quanto à volatilização das ligas camponesas – por volta de 1951, ano em que havia encerrado os conflitos camponeses na região de Porecatu –, deixaram dúvidas. Será que elas surgiram impulsionadas somente pela Revolta de Porecatu? E será que a delimitação temporal do conflito justifica seu curto período de existência?

Ao que tudo indica, a repressão policial e militar foi um dos principais motivos tanto pela dispersão do movimento, quanto pela extinção das ligas camponesas, por volta de 1951.[154] Mas essa ação e nem o discurso anticomunista das autoridades governamentais, não conseguiram desestruturar a organização do PCB na região. É óbvio que houve perseguições, acusações e prisões a militantes ou simpatizantes do comunismo no norte do Estado, mas nada que arruinasse o desempenho e popularidade do partido.

Não há evidências confiáveis, pelas fontes pesquisadas, para se afirmar que antes de 1950 existia alguma organização sindical no norte do Paraná. Essa organização vai se lapidando a partir do momento em que o PCB migra da posição contrária às greves, propalada nos anos de 1945-1946, para uma linha de aceitação das mesmas, e até mesmo da participação de uma forma variada dos movimentos – não só em agitações que envolvem o operariado, mas também na atuação do partido nas áreas rurais, com o campesinato e trabalhadores do campo. Como afirma Ricardo Maranhão[155], as mudanças radicais na postura do PCB devem ser encaradas em seu contexto. Portanto, de meados da década de 1940 até o

---

[153] PRESTES, Luiz Carlos. *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista*. Revista Problemas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 18-42, abr. 1948. Segundo Buonicore (2000, não paginado), cabe destacar dois aspectos nesse ponto: "A indicativa de formação de associações profissionais estava vinculada à impossibilidade de atuação nos sindicatos existentes sob a intervenção do Ministério do Trabalho. A fórmula proposta é a constituição de associações profissionais por local de trabalho e não por região ou categoria profissional. Não visavam assim, concorrer com a representação sindical oficial existente".

[154] Lembrando que nos anos de 1950 o PCB começa a organizar sindicatos de trabalhadores rurais, diminuindo a interferência das ligas camponesas nessa área.

[155] MARANHÃO, op. cit., p. 14.

ano de 1950, “a questão da democracia e as grandes possibilidades reais da prática política e sindical que a marcaram, permitem a discussão ampla do problema da autonomia sindical, no contexto da organização da luta reivindicatória.” Assim, é inegável que a cassação do registro do PCB, bem como da marcante repressão aos trabalhadores, não tenha influenciado as medidas extremas tomadas pelo partido nesse momento. Ainda mais com o Manifesto de Agosto de 1950, documento que pode ser considerado o “divisor de águas” dessa posição do PCB, pois foi o desabafo do partido mediante o cancelamento de seu registro eleitoral, corporificado – especificamente no Paraná – na luta armada, nas ligas camponesas e nos amotinados de Porecatu.

A imagem a seguir, é um panfleto do Comitê do Partido Comunista do norte do Paraná, em comemoração ao 1º de maio. Não identificamos a data do documento. Provavelmente ele seja de 1950 ou 1951, o que sugere, conforme exposto acima, que somente após 1950 houve organizações sindicais no setentrião paranaense:

SALVE 1.º DE MAIO

TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO!

O COMITÉ DE ZONA DO NORTE DO PARANÁ DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL se dirige a todos os trabalhadores da cidade e do campo, chamando-os a unir fileiras na luta por seus direitos e reinvindicações, ao comemorarmos mais uma vez esta data tão cara a todos os trabalhadores.

Enquanto na União Sovietica e nas Republicas populares, o 1.o de Maio é de fato um dia de festa para os trabalhadores, que já tem o poder governamental nas mãos, nos países capitalistas, o 1.o de Maio é um dia de luta, de choques sangrentos com a policia e de assassinatos dos trabalhadores que procuram comemorar a sua data dentro das gloriosas tradições dos herois de Chicago.

No Brasil tambem os trabalhadores têm sido impedidos de comemorar o 1.o de Maio, pois os governos de tatuiras e tubarões enchem as ruas de policiais e metralhadoras proibindo toda e qualquer manifestação popular.

Era essa a situação no governo passado de Getulio, continuada por Dutra e retornada no atual governo de Getulio.

Basta ver a programação oficial das comemorações do 1.o de Maio, para que todos os trabalhadores compreendam que continuam sem liberdade de monifestação, com os sindicatos nas mãos dos pelegos traidores, com o dinheiro do infame imposto sindical servindo para as farras e banquetes de patrões e falsos dirigentes sindicais, ao mesmo tempo que a policia e o Ministerio do Trabalho procuram impedir a organização independente dos trabalhadores do campo e da cidade e tentam esmagar toda a luta dos trabalhadores por seus direitos e reivindicações.

COMPANHEIROS!

O Brasil atravessa uma situação extremamamente grave.

A classe dominante do país, os grandes burgueses e latifundiarios, agentes do imperialismo americano, aprovaram na Conferencia dos Chanceleres de Washington, todas as resoluções de interesse do imperialismo americano, visando arrastar o Brasil á guerra e entregar as nossas riquesas minerais aos trustes e monopolios ianques.

A Delegação enviada por Getulio, cumprindo as suas determinações, aprovou as resoluções que mandam criar dentro do exercito brasileiro, unidades especiais prontas para embarcar a qualquer momento para onde desejar o imperialismo americano. É o sangue de nossa juventude que o imperialismo americano deseja, afim de aumentar os seus grandes lucros! E' a vida de 40 mil brasileiros que corre perigo imediato!

É o luto a rondar 40 mil lares brasileiros!

As outras resoluções aprovadas visam entregar o petroleo, o manganês, as areias monaziticas, o ferro e outros matériais estrategicos aos trusts ianques, ao mesmo tempo que pretendem desencadear uma onda de terror em todo o país, com o objetivo de esmagar toda a resistencia que surgir ao cumprimento dessas resoluções infames e vergonhosas.

Todas essas concessões aos seus patrões americanos feitas por Getulio e seu bando, ocorrem justamente quando é pior a situação de miseria da classe operaria e das massas trabalhadoras do campo, quando os salarios são congelados e os preços de todos os produtos sobem sem cessar, quando os trabalhadores do campo não têm direito a 8 horas de trabalho nem as ferias, não recebem o repouso remunerado, não têm direito à terra em que trabalham e não têm direito a organizarem-se para a defeza de suas reivindicações.

Onde estão, portanto, as promessas de Getulio? Nós comunistas, sempre dissemos que Getulio não era em nada diferente de Dutra, sempre afirmamos que Getulio representava os mesmos latifundios e grandes capitalistas.

Os fatos estão mostrando que tinhamos razão e que Getulio quer apenas enganar os trabalhadores que ainda confiam nele para levar o país á guerra e garantir mais e mais lucros aos seus parceiros de governo.

COMPANHEIROS!

Neste momento de tanta gravidade para a vida e o futuro do nosso povo, o que precisamos fazer, todos os patriotas e democratas, é unir nossas forças numa ampla Frente Democratica de Libertação Nacional, capaz de impôr vontade do povo e derrotar a politica de traição nacional de Getulio, abrindo caminho para a formação de um governo democratico e popular que lute pela paz e contra a guerra imperialista, que entregue a terra a quem trabalha, que garanta o desenvolvimento economico do Brasil e as liberdades democraticas, que melhore as condições de vida das massas trabalhadoras, que dê ensino gratuito e cultura para o povo e crie um exercito popular de libertação nacional.

Que este 1.o de Maio seja o marco inicial da luta da classe operaria e dos trabalhadores do campo pela conquista de uma vida melhor.

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO!
VIVA O 1.o DE MAIO!
ABAIXO A GUERRA IMPERIALISTA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL!
VIVA LUIZ CARLOS PRESTES!

Comité de Zona do Norte do Paraná
DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Quadro 3: Panfleto em comemoração ao 1º de maio, organizado pelo Comitê da Zona Norte do PCB.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Dops/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

De 1950 em diante, apresenta-se uma atitude deliberadamente moderada, ao menos, organizada. No lugar de lutas armadas, ligas camponesas e insurreições urbanas, temos o desenvolvimento de projetos de sindicatos e uniões, o que "permite a análise da direção da classe através da organização de base", e como conseqüência, a reposição de relacionamento entre partido e movimento operário e camponês. Em agosto de 1950, o comitê Nacional do PCB emite uma resolução sobre o trabalho sindical, a qual estipula as novas tarefas dos comunistas na coordenação do movimento trabalhista. A manifestação do partido mediante a causa sindical, aparece atrelada a palavra "organização":

> Os militantes comunistas precisam redobrar os esforços para multiplicar esses laços entre o Partido e as massas trabalhadoras, organizando-as, unindo-as e dirigindo-as na luta contra a fome, pela Paz e contra a arma atômica, pela independência nacional e um Governo Democrático Popular. Uma tarefa de todos os instantes dos militantes comunistas é a organização das fileiras da classe operária nos locais de trabalho, a organização dos assalariados agrícolas nas fazendas e vilas e a luta pelas unidades das fileiras do proletariado em âmbito local, regional e nacional. É um dever de honra de cada militante organizar sem desfalecimentos as lutas da classe operária contra a carestia de vida, por melhores salários, contra a assiduidade de 100 por cento e o infame atestado de ideologia.[156]

Os comunistas, apesar de criticarem a estrutura sindical, não abandonaram a diretiva da atuação do partido nessas organizações, no sentido de tentar reconquistá-los. Como menciona Buonicore,[157] "[...] o fundamental para os comunistas era a organização por local de trabalho e as lutas pelas reivindicações econômicas imediatas dos trabalhadores." Portanto, não deixaram de intervir no arcabouço sindical. Queriam reformá-lo no sentido de democratizá-lo. Para eles, isso só seria possível com a extirpação do imposto sindical, principal mecanismo de manutenção dos pelegos nas direções dos sindicatos. Assim, para os comunistas, sem a intervenção direta do Ministério do Trabalho, a garantia de eleições livres para as direções sindicais e o fim do imposto sindical seriam condições básicas para a efetiva liberdade dos sindicatos. E isso era retratado nos órgãos de propaganda comunistas do norte paranaense. Uma reportagem de fim de página do jornal *Momento*, de Londrina, edição de 29 de abril de 1951, diz:

---

[156] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1486, caixa 178 – PCB Londrina (1946-1957). As tarefas atuais dos comunistas para a organização, a unidade e as lutas da classe operária.

[157] BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, [S.l.], v. 7, n. 12/13, 2000. Não paginado.

> Praticamente não existe organização sindical em Londrina. Os poucos organizadores existentes estão em mãos de dirigentes que apenas cuidam de seus interesses políticos ou não contam com opinião de quem quer que seja, ou ainda pela natural desconfiança dos operários, muitos dos quais vindos de outras cidades e já conhecedores de que sejam os sindicatos de onde vieram ultimamente que surgem como ninhos de 'pelegos' membros da classe negociatas e aventureiros que se suplementaram e vivem a tripa forra, sustentados pelo infame imposto sindical, incapaz portanto, de atuarem como verdadeiros instrumentos de lutas de classes, atentos as suas reivindicações mais sentidas, legítimos porta-vozes de seus [ilegível] e aspirações por uma vida melhor e mais digna. Isto não quer dizer, no entanto, que os organismos já existentes sejam liquidados e abandonados pela classe. Ao contrário, a atitude da classe, e o ingresso em massa nos sindicatos contentem fundar outros, lutar pela abolição do infame imposto sindical, livrar os sindicatos das garras do Ministério do Trabalho, dando-lhes organização livre, pois os sindicatos só a classe operária pertencem e não precisam da interferência de quem quer que seja, lutar por aumento de salários e contra a carestia de vida, a fim de transforma-los em poderosos instrumentos de luta, de unificação e de organização da classe.[158]

No campo a situação não era diferente. Como praticamente não existiam sindicatos especializados para tratar das questões trabalhistas na área rural, a solução apontada pelos comunistas era a formação de ligas camponesas. Num panfleto de 23 de abril de 1951, tendo como público alvo os posseiros, colonos e peões de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas, os comunistas defendiam a pulverização de ligas camponesas em núcleos menores, com o intuito de atender a todos, sem exceção. Como no caso dos sindicatos, as Ligas estariam sob o comando do partido. Isso significa, que apesar de ter sua sede em Londrina, núcleo principal de suas ações, os comunistas também agiam no interior, com o mesmo objetivo: o de tomar as rédeas da organização trabalhista no norte do Estado:

> Por isso, companheiros, não devemos vender e nem dar as nossas posses e nem fazer nenhum acordo individual. Devemos organizar uma liga camponesa ou uma comissão de Reivindicação em cada água ou fazenda e através das comissões de reivindicações e das ligas camponesas exigir do governo e dos fazendeiros o cumprimento dos nossos direitos e reivindicações [...].[159]

Desde 1948, os militantes e alguns líderes trabalhistas se organizaram e fundaram a União dos Trabalhadores de Londrina (UTL), a qual, segundo o jornal *Momento*, edição de 29 de abril de 1951, contava com 104 sócios e era presidida por Felippo Foggia. Inclusive,

---

[158] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1486, caixa 178 – PCB Londrina (1946-1957).
[159] Ibid.

essa edição do jornal convida os camponeses para que eles também possam se integrar a UTL:

> Concluindo, pelas declarações de Foggia, por nosso intermédio, dirigiu um apelo a todos os operários e camponeses de Londrina, no sentido de que entrem em massa para a UTL, além de reforça-la como organismo de classe de maneira a transforma-la rapidamente num poderoso organismo de unificação de classe.[160]

De acordo com Osvaldo Heller da Silva,[161] o frágil desenvolvimento econômico das cidades do setentrional paranaense, justifica o fato de não haver nessa região, grupos interessados em compor uma organização que representasse os anseios dos trabalhadores a nível sindical e profissional. Em paralelo, a ausência de órgãos coordenadores específicos para cada caso – por exemplo, sindicatos rurais e urbanos –, levou o PCB a ter o "monopólio" da situação. Assim, o PCB atuou de forma mista na região, abrangendo tanto os trabalhadores do campo, quanto os da cidade. E dessa junção, surgiram, no início da década de 1950, organizações denominadas de "uniões gerais dos trabalhadores".

Conforme aponta o resultado das investigações feitas no norte do Paraná, referente à atuação dos "agentes do PCB" na região, para a polícia política, essas iniciativas comunistas não passavam de estratégias de sublevação, e as propostas de organização do PCB foram responsáveis por desenvolver "um programa de agitações, entre os trabalhadores [...] no norte do Paraná".[162] Londrina foi a cidade escolhida para sediar essas articulações, as quais se estenderiam para centros urbanos próximos, como: "Nova Fátima, Cornélio Procópio, Maringá, Ibiporã, Rolândia, Apucarana, Cascavel, Marialva, Jacarezinho e outras." O relatório aponta ainda que, os militantes comunistas após fixarem as bases, "com o recrutamento do elemento camponês", no episódio de Porecatu, passaram "ao trabalho de agitação mais profunda, já então reforçado pela atuação dos elementos locais", dentre os quais, os advogados, Flavio Ribeiro e Jairo Regis. Odilon Madeira, Valdevino Madeira, José Onofre Borges, dentre outros, também se destacaram na manifestação embrionária do movimento sindical no norte do Estado.

---

[160] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1486, caixa 178 – PCB Londrina (1946-1957).

[161] SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz*: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006, p. 121.

[162] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1466b, caixa 173 – PCB (1956-1958).

Assim, o documento acusa que já no início dos anos de 1950, havia organizações comunistas no âmbito sindical, mas que essa coordenação, só tomou características de defesa à causa trabalhista nos idos de 1954, ano em que o documento foi escrito. Portanto, o movimento de sindicalização do norte do Paraná, para a polícia política, surgiu "na cidade de Londrina, onde, no escritório do advogado Flavio Ribeiro, começavam as primeiras reuniões."[163]

Dessa forma, o próprio aparato policial reconhece a inexistência, antes de 1954, de uma organização sindical, especialmente direcionada para cada campo profissional. Até esse momento, as "uniões gerais de trabalhadores", ocuparam o papel de organização sindical, acoplando trabalhadores rurais e urbanos. Tais organizações contavam entre seus associados, os citadinos, trabalhadores da construção civil e da indústria, empregados do comércio e do setor bancário, funcionários públicos, pequenos proprietários do comércio e também, com a participação de integrantes do meio rural, como "colonos, assalariados agrícolas, trabalhadores por empreitada, posseiros, parceiros, arrendatários e proprietários."[164]

Há aí, a congregação do "trabalhador" no sentido amplo, incorporando empregados de diversos tipos, produtores autônomos e dependentes, bem como pequenos empreendedores que investiam na área, a qual ainda estava em fase de colonização. As "uniões gerais de trabalhadores" não tinham – ou pelo menos afirmavam não ter – fins lucrativos e ortodoxia ideológica: "não tem caráter político-partidário, nem religioso, podendo fazer parte dela todas as pessoas que desejarem, uma vez provada sua condição de trabalhador assalariado, artesão ou camponês"[165], muito embora, os comunistas eram os principais agrupadores dessas organizações, às quais surgiram por iniciativa do PCB. Embora essas associações se garantissem como grupos irrestritos e defensores gratuitos dos direitos dos trabalhadores, afirmavam que, "as pessoas de outras categorias ou condições sociais, que desejarem contribuir com seus serviços ou financeiramente para o êxito da

---

[163] Sobretudo com relação à organização sindical para com os camponeses e trabalhadores do campo. As autoridades policiais do Estado acreditavam que com a penetração das idéias comunistas nas fazendas próximas de Londrina, "onde as 'organizações de base' do PCB já haviam atingido elevado índice de preparação", com os movimentos ruralistas de fins da década de 1940 e início dos anos de 1950, o que havia facilitado as reuniões de camponeses, com o "pretexto de melhor defenderem seus direitos, se congregarem em uma 'associação', que posteriormente seria transformada em um 'Sindicato Rural'" (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1466b, caixa 173 – PCB (1956-1958)). Logo, em janeiro de 1954, após várias sessões no Grêmio Recreativo londrinense, inaugurou-se as primeiras ações sindicalistas dos partidários do PCB em âmbito rural, resultando na criação do "Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina."

[164] SILVA, op cit, p. 121.

[165] Ibid, p. 121.

mesma, serão aceitos na qualidade de sócios beneméritos,"[166] o que contradiz a carência de taxas para uso de seus serviços e benefícios.

Um exemplo seria a da União Geral dos Trabalhadores de Maringá (UGTM). Em troca dessa colaboração, propunham defender os reclames do operariado, no sentido de "melhorar suas condições de vida, trabalho, liberdade, saúde e educação", lutar pela instalação de uma "cooperativa de consumo popular que atenda seus associados a fim de oferecer-lhes gêneros de primeira necessidade a preços mais baratos dos comuns", conceder planos de assistência médica e hospitalar a seus associados, conforme o desenvolvimento da organização, oferecer assistência jurídica "na medida do possível", trabalhar pela "criação de cursos de alfabetização para adultos gratuitamente", dentre outros benefícios sociais e trabalhistas.[167]

A primeira associação do gênero das "uniões gerais de trabalhadores", foi a União dos Trabalhadores de Londrina (UTL), fundada em 30 de julho de 1948.[168] Em meados da década de 1950 e dos anos de 1960, esses organismos foram sendo criados em várias cidades do setentrião paranaense, como Maringá, Campo Mourão, Cabirú, Nova Esperança, Paranavaí, Loanda, Goioerê, Querência do Norte e Cascavel. De acordo com Osvaldo Heller da Silva,[169] se comparadas, o nível de atividades políticas entre as UGTs de Londrina, Maringá e Campo Mourão, veremos que "enquanto a primeira se consagrava essencialmente a festividades e à confraternização entre os associados, a segunda fiscalizava a aplicação das leis trabalhistas e a terceira envolvia-se com freqüência em conflitos agudos pela posse da terra."

Em que pese a essas matrizes – embora menos radicais do que as ligas camponesas – compartilhavam de objetivos, que em sua essência eram semelhantes: o de apoiar os trabalhadores – tanto agrícolas quanto urbanos – e camponeses na defesa de suas reivindicações e aprofundar, de forma contínua, a implantação comunista no norte do Paraná, construindo a base do que viriam a ser os sindicatos, sobretudo na esfera rural, embora houvesse distinções entre as UGTs de cada cidade.

Diante desse quadro e após um curto período de legalidade, o PCB confirmou sua oposição mediante as autoridades governamentais e policiais. Por outro lado, se reafirmou

---

[166] SILVA, op cit, p. 121.

[167] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 556 a, caixa 62 – Programa e objetivos da União Geral dos Trabalhadores de Maringá (UGTM).

[168] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Pasta 1486, caixa 178 – PCB Londrina (1946-1957).

[169] SILVA, op. cit., p. 127-128.

como importante grupo contestador, projetando organismos de força revolucionária (ligas camponesas, uniões de trabalhadores, sindicatos...), adotando uma política radical e um discurso cujo objetivo principal era atender os interesses da massa trabalhadora. Ao mesmo tempo em que se tornou ilegal, o PCB transformou-se num dos principais representantes de esquerda em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950.

2 - PARA ALÉM DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL: A POLÍCIA POLÍTICA, AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS DOCUMENTOS DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA NO BRASIL

A Lei de Segurança Nacional foi fundamentada por um conjunto de idéias comumente denominada de Doutrina de Segurança Nacional. Sua influência foi marcante no Exército brasileiro, sobretudo pela relevância no treinamento profissional e ideológico dos militares, tanto aqueles de alta patente quanto os dos importantes tecnocratas da burocracia do Estado. Um instrumento importante para compreendermos essa associação entre Doutrina de Segurança Nacional, Lei de Segurança Nacional e Exército, é conhecermos a forma de agir do aparato policial-militar. Isso porque, além de contribuir para a expansão da doutrina a outros centros de treinamento de civis e militares, as esferas político-militares, em especial, a Escola Superior de Guerra (ESG), acrescentaram em seus ensinamentos, uma visão ampla de segurança nacional. Evoluiu "de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico".[170]

Os militares, no imediato pós-guerra, receavam um conflito de proporções a uma nova guerra mundial entre os dois blocos de países – capitalistas e socialistas. Duvidavam da capacidade das Nações Unidas, de intervir e amenizar as relações entre os mesmos, sobretudo entre soberanias conflitantes. Tão logo, temiam a eficiência do direito internacional em mediar possíveis relações colidentes entre os países. Diante disso, a definição do conceito de *segurança nacional*, assumiu características novas e extremamente complexas.

Curiosamente, os comunistas também temiam a possível eclosão de um novo conflito. Atentavam para as percas humanas, caso isso viesse a acontecer, ao contrário dos militares, que se viam no direito de arbitrar as relações internacionais e com isso evitar a guerra com medidas drásticas e enrijecimento das leis repressoras. Veja um panfleto comunista, no qual, a característica central baseia-se em apelações humanitárias:

> Paz, SIM! Guerra, NÃO! São muitas as famílias paranaenses que tem seus filhos sepultados [...]. Esses jovens e gloriosos brasileiros deram sua vida para que o povo brasileiro e todos os povos viessem gozar de uma paz duradoura. Honremos a sua memória e seu sacrifício, lutando para preservar

[170] ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 34.

> a paz. Não queremos que as mães paranaenses e de todo o Brasil derramem suas lágrimas. Levantemo-nos contra a Terceira Guerra Mundial! Podemos e devemos ganhar a grande batalha da paz![171]

A preocupação dos militares era tamanha a ponto de conseguirem a aprovação de Vargas para que Marcondes Filho – Ministro da Justiça na época –, Dutra e Góes Monteiro examinasse o problema das eleições. Marcondes Filho apresentou a Dutra o esboço do ato convocatório pelo sistema corporativo[172], mas Dutra recusou a proposta. Após várias reuniões, os três decidiram que a Constituição de 1937 deveria ser modificada a fim de permitir a convocação de eleições. Em fevereiro, portanto, o governo baixou o Ato Adicional ou Lei Constitucional nº 9, o qual, além de modificar vários parágrafos da Carta de 1937, fixava o prazo de 90 dias para marcar a data das eleições para a presidência da República. Inicia-se aí, como mencionou Maranhão[173], a "concretização da abertura democrática." Mas que para José Antônio Segatto[174] foi o resultado da luta pelas liberdades democráticas. O curto tempo de permanência legal do partido para este autor, se deve às pressões da classe dominante e a influência da Guerra Fria, justamente pelo fato de que "o PCB insere-se na luta democrática procurando dar-lhe uma direção radical e conseqüente, visando inverter o

---

[171] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038 – Congresso Estadual Pró-paz.

[172] Vargas não se empenhou em dispor de um sistema corporativo semelhante ao fascista, previsto na Carta de 1937, com exceção da estrutura trabalhista. Mas, em contraposição, o aparato estatal cresceu em complexidade, com a criação de vários órgãos com o objetivo de racionalizar a economia e a administração, formar e controlar a opinião pública, exercer funções de repressão. Em alguns casos esses órgãos vinham do período anterior, como por exemplo, o Departamento Nacional de Propaganda (mais tarde, denominado de Departamento de Imprensa e Propaganda), encarregado de realizar a propaganda do Estado Novo, tanto interna quanto externa ao país e de estabelecer censura à imprensa. Tanto é que, o Código de Imprensa, publicado em 1937, tornava ilegal qualquer referência desrespeitosa às autoridades públicas. Em entrevista concedida em 2001, ao jornal *O Estado de São Paulo*, Jens R. Hentschke (2001) afirma que elementos autoritários e corporativistas não foram introduzidos no Estado Novo. Muito pelo contrário, são características da História do Brasil desde o seu início. O historiador Raimundo Faoro (1979), em *Os Donos do Poder*, por exemplo, revela detalhes do papel importante que o Estado desempenhava na economia brasileira demonstrando que uma classe *dirigente burocrático-patrimonialista* dispunha do monopólio sobre o poder e se comportava como árbitro da Nação e como detentora da soberania. Dando ênfase à demasiada ação corporativista no âmbito do trabalho, Kazumi Munakata (1984, p. 62), em *A legislação trabalhista no Brasil*, assegura que desde fins da década de 1920, a investida patronal organizou projetos políticos que tinham como finalidade à *dominação burguesa*, comportando, simultaneamente, a concepção de que o *"bem-estar da população, inclusive da classe operária, dependia do desenvolvimento industrial"*. Para o autor, a questão central é que desde essa época, o corporativismo sufocou a iniciativa reivindicatória dos trabalhadores, tornando-os figurantes passivos na arena política. Ao fazer isso, o *Estado corporativista* – concebido como árbitro entre o empregador e trabalhador – visava transmitir a impressão de que as leis e medidas sancionadas beneficiavam ambas as partes. Mas, para Munakata, essa era uma estratégia de predomínio da elite, a qual, segundo o autor, nunca deixou de atuar nos bastidores do poder.

[173] MARANHÃO, op. cit.

[174] SEGATTO, 1981, p. 112.

processo histórico reacionário e autoritário do país." Todavia, ao "pôr em prática esta política, o PCB, nem sempre soube salvaguardar a autonomia política e teórica da classe operária, absorvendo em muitos casos concepções políticas liberais ou então fazendo concessões demasiadas à classe dominante."

De início, o clima generalizado de aceitação de todas as correntes políticas obrigou os militares mais direitistas a adotar posições de cunho democráticas. Até mesmo o general Dutra, tão empenhado em cassar o PCB em 1947, aderiu à preleção em favor das liberdades. Em 31 de dezembro de 1944, Dutra afirmou num discurso que a nação ansiava "por se embriagar do ideal de liberdade e das esperanças de um mundo onde operem a lei e a justiça", e referindo-se aos soldados brasileiros, mencionou que eles estavam "vertendo o sangue e dando a vida, não por uma ordem material, que se alcança facilmente, mas por uma ordem íntima e de consciência que só se obtêm através da segurança dos instrumentos do direito."[175]

Ao se candidatar oficialmente em março de 1945, Dutra, em sua primeira entrevista como candidato oficial, defendeu o retorno a legalidade constitucional, através de eleições livres e diretas, propôs medidas de proteção a classe trabalhadora, dar novos rumos a economia, a liberdade de opinião, o estreitamento da relação com os Estados Unidos e a ligação com a União Soviética. Amparou também em seu discurso a anistia para os condenados por crimes políticos, a qual Getúlio já havia se referido, em entrevista, um mês antes, de modo simpático, mas arredio, pois atribuía a decisão ao futuro parlamento.[176]

No âmbito militar, a partir de 1946 – ano em que Dutra foi eleito – ocorreram várias mudanças, principalmente no Exército, no qual a "organização, treinamento e armamento foram ajustados ao modelo norte-americano"[177]. Ao contrário do que Dutra havia dito, o Exército brasileiro se aproximou muito mais dos Estados Unidos e de sua influência. Muito embora essa aproximação tenha iniciado antes de sua gestão, precisamente em 1941, quando o Brasil passa a comprar material bélico do Exército estadunidense, afastando-se cada vez mais do Exército alemão.

Já em 1942, marcando essa justaposição, é firmado um acordo político-militar secreto entre os dois países. Por meio deste, forma-se duas comissões militares conjuntas, uma localizada em Washington e outra no Rio de Janeiro, as quais tinham por objetivo

---

[175] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp.> Acesso em: 06 jun. 2008.

[176] Ibid.

[177] MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, p. 67

compartilhar estratégias de defesa para o Nordeste e elevar a capacitação das Forças Armadas Brasileiras.[178]

Além do mais, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), contribuiu, em boa medida, para o reatamento dos dois exércitos, já que todo o seu processo de criação se remete, fundamentalmente, à iniciativa americana. Isso porque o governo dos Estados Unidos, via o envio das tropas da FEB para a Segunda Guerra Mundial, como mecanismo importante para aumentar a influência sobre as Forças Armadas Brasileiras, sobretudo no pós-guerra.

Tudo isso, sustenta, *grosso modo*, que os militares teriam feito a união entre a Doutrina de Segurança Nacional e a geopolítica anterior a ela, formulando dessa forma, a base científica e doutrinária necessária para legitimar a aplicação dos objetivos de um Estado autoritário e militarista, concretizado em 1964, mas que já se criava em momento prévio, no período conhecido como "interregno democrático". Apesar de tratar um período póstumo ao da pesquisa aqui enfatizada[179], Eugenio Vargas Garcia[180] reforça a tese de transmissão doutrinária praticada pelos Estados Unidos:

> A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), nascida nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria e do antagonismo Leste-Oeste, teria sido simplesmente 'exportada' para o Brasil e demais países latino-americanos, ao passo que a Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada no National War College, teria sido o resultado de entendimentos diretos entre militares brasileiros que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial, e seus colegas norte-americanos. Com isso, o conceito de national security, adotado nas escolas militares no Brasil, juntamente com a ideologia anticomunista e a estratégia de contenção do poderio soviético (dominante em um mundo de confrontação global bipolar ou, como se dizia, de 'guerra total'), teria fundamentado, a partir de 1964, as políticas estratégicas do novo regime e, na linha ideológica do Brasil como 'baluarte do Ocidente', padrão de ação diplomática daí decorrente.

É bom lembrar que o anticomunismo norte-americano, surgiu ainda na década de 1920, com o temor da Revolução Bolchevique em seu território[181]. Porém, somente depois de 1940 que as forças anticomunistas se voltaram para a mídia estadunidense. No Brasil, não foi diferente. Como já mencionado anteriormente, é muito mais provável que os Estados Unidos, usasse como estratégia o treinamento das polícias estrangeiras – e dentre elas, a

---

[178] REZENDE, op. cit.

[179] Garcia trabalha com o período de 1961-1989.

[180] GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40, p. 18-40, 1997, p. 22.

[181] Cf. CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais.* São Paulo: Scritta, 1996; BURLINGAME, Roger. *A sexta coluna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

brasileira – como instrumento a fim de ter para si, o controle dos sistemas de segurança interna dos países favorecidos e não o de promover a divulgação da democracia.[182] Assim, não só a propaganda em geral, passou a ser cerceada. Todas as formas de expressão, e por conseguinte, as concepções e ideologias contrárias ao regime eram punidas.

Mas, será que podemos dizer então que as Leis de Segurança Nacional, e em particular, a Lei de Segurança Nacional de 1953, seria resultado da influência e da política de "boa vizinhança" norte-americana?

Como demonstra Martha Huggins[183], a partir de 1930, institui-se uma nova forma de controle estadunidense na América Latina. A "ajuda" passou a ser indireta, já que os Estados Unidos passaram a defender a política da "boa vizinhança" e o "respeito" pela soberania dos demais países do continente. Executando um trabalho minucioso de penetração quase invisível nesses países, a polícia política norte-americana firmava tratados e acordos – para troca de suspeitos e informações – e o país interessado poderia pedir auxílio ao FBI para montar seu serviço secreto. Estava claro que um dos principais objetivos era combater a infiltração comunista. Nesse sentido, a propaganda foi um dos meios utilizados para a popularização dessa luta, como podemos ver no panfleto:

[182] HUGGINS, op. cit.
[183] Ibid.

Quadro 4: Panfleto de propaganda anticomunista.
Fonte: ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives.

A base da polícia política estadunidense, em Washington, mantinha contato com o aparato policial no Rio de Janeiro através da embaixada norte-americana no Brasil. E como de praxe, o tema "comunismo" predominava nas correspondências:

> The Ambassador has the honor to transmit herewith a translation, received from the Embassy's Legal Attaché, of a summary report prepared by the Division of Political and Social Police of the Rio de Janeiro Police Departament, dated March 1949, and relating to "Activities of the Communist Party of Brazil from the time it was closed to the present."
>
> The report outlines, and appraises the results of, Communist strategy and tactics in Brazil since the illegalization of the party, in 1947. It bears out information received from other sources, indicating a decline in Communist strength in Brazil, but appears to be highly optimistic in its prodiction that the Brazillian Communist movement is "estined for the most absolute disintegration, and the day is not far off when that exotic ideology will become the object of the most formal repudlation by the Brazilian people".[184]

Esse relatório é uma transmissão elaborada pelo Departamento de Polícia do Rio de Janeiro, e trata da ilegalização do PCB. Observa-se aí o repúdio e até mesmo a convicção de que os brasileiros possivelmente iriam sentir após a cassação do Partido. Nesse documento, a polícia política tenta resgatar toda a gênese do processo de proscrição do partido, denunciando inclusive, que a legenda partidária havia sido excluída, mas que ainda havia militantes comunistas atuando em outros partidos:

> By decision of the Supreme Electoral Court, the cassation of the registration of the Communist Party of Brazil (PCB) as a political party was decreed on may 7, 1947; therefore, in accordance with law nº 211 of january 7, 1948, the communist members of congress, i.e., one senator and 14 deputies, were deprived of their seats in that body. Two other Communist deputies DIOGENES DE ARRUDA CAMARA and PEDRO POMAR, continued to hold office by virtue of having been elected on the ticket of the Progressive Social Party (PSP).[185]

---

[184] O embaixador tem a honra de transmitir aqui um documento que recebeu da Embaixada Legal, um resumo do relatório elaborado pela Divisão de Polícia Política e Social do Departamento de Polícia do Rio de Janeiro, datado em março de 1949, e relativo às "Atividades do Partido Comunista do Brasil desde o momento em que foi cassado até o presente." O relatório traça, e avalia os resultados das estratégias e táticas Comunistas no Brasil desde a ilegalização do partido, em 1947. Não tem as informações recebidas de outras fontes, indicando um declínio na força Comunista do Brasil, mas parece ser produtivo em relação ao movimento comunista Brasileiro, o qual está "destinado à desintegração absoluta, e não está longe o dia em que essa ideologia exótica tornar-se-á o objeto de formal repúdio pelos brasileiros." (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Departament of State Office of American Republic Affairs, American Enbassy, 18 july, 1949 (CONFIDENTIAL). nº: 832.00B/7-| 849, tradução nossa).

[185] "Por decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) como um partido político foi decretado em 7 de maio de 1947; por conseguinte, em conformidade com a lei nº

No entanto, em relatório de 8 de julho de 1951, os agentes da Dops paranaense,[186] regional de Londrina, demonstram que a reação no Estado não foi nada parecida ao esperado pela polícia política estadunidense há dois anos antes. Afirmam que o PCB estava desrespeitando as ordens do Superior Tribunal Eleitoral, o qual havia retirado os direitos de exercer atividades político-partidárias. Como conseqüência, "tudo isso gerou uma situação complexa, de desajustamento e incompreensão, da qual se apoderou a agitação comunista, agravando o mal e estabelecendo, em toda essa zona, um clima de insurreição e subversão da ordem." Mais do que desordem, o relatório aponta ainda que ao invés de ser tratado com repúdio, – como esperado pelo aparato policial norte-americano no documento de 1949 – os comunistas aproveitaram a situação do cancelamento do partido, para se autopronunciarem como "vítimas" da oposição:

> Não apenas em todo o País, mas em todo o mundo, a propaganda comunista se distingue pela mentira e pelo embuste. No Brasil, especialmente depois que lhe cassaram uma legalidade conferida por distração do Superior Tribunal Eleitoral, serve-se o Partido Comunista de uma série de rótulos, cada qual mais inocente, convergindo todos para a dupla finalidade de iludir os incautos e mascarar suas atividades subversivas, proibidas por lei. Dessa série convém destacar algumas das mais recentes e incisivas mentiras comunistas, tais como a Campanha do Petróleo, a Campanha da Paz (esta como é notório, de caráter internacional e ditada pelo Cominform), a campanha contra o uso de armas atômicas, a campanha anti-ianque, a campanha pelo não envio de problemáticas tropas à Coréia, e tantas outras que seria fastidioso enumerar. Todas elas se entrosam dentro da mesma linha de pobreza de imaginação que caracteriza a agitação comunista.[187]

Mas no próprio relatório preparado pela Divisão de Política e pela Polícia Especial do Departamento de Polícia do Rio de Janeiro, houve constatação da repulsa à proscrição por parte dos partidários do credo vermelho e sua reação ao adotar uma postura mais agressiva, a qual resultou no Manifesto de 1948:

> Immediately after the closing of the Party, its members and directors were thrown in to such a state of aprehension by the new law and by the severe repression from the Political Police that they were forced to proced

---

211 de 7 de janeiro de 1948, os comunistas membros do Congresso, um senador e 14 suplentes, foram privados dos seus lugares em que ocupavam. Dois outros deputados comunistas DIOGENES DE ARRUDA CAMARA e PEDRO POMAR, continuaram a exercer as suas funções em virtude de ter sido eleito na bancada do Partido Social Progressista." (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Departament of State Office of American Republic Affairs, American Enbassy, 18 july, 1949 (CONFIDENTIAL). nº: 832.00B/7-| 849), tradução nossa).

[186] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (DOPS/PR). Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961,1976, 1978, 1981) Pasta: 544d; caixa: 61.

[187] Ibid.

> cautiously, Acting upon instructions contained in a manifesto from their leader, LUIZ CARLOS PRESTES, in the last three months of 1948, Communist agitators began to operate in the open. Abandoning the supposedly pacifist stand they had previously taken, they became agressive, and boldly threatening. This ohange in policy, wich reached its clímax in december, 1948.[188]

É possível notar nesses documentos a desconfiança da polícia política em relação a postura passiva adotada pelo PCB no momento anterior ao cancelamento do partido. Para os agentes de investigação, o PCB forjou sua política doutrinária, reassumindo sua postura em janeiro de 1948, quando Prestes lançou um manifesto[189], o qual rompia com a união nacional e dava uma nova orientação aos comunistas. Esse manifesto, conforme comentado anteriormente, foi confirmado em maio de 1949 pelo comitê central do partido, tornando-se público em agosto de 1950, sendo o mesmo assinado pelo líder comunista e conhecido como *Manifesto de Agosto*:

> O novo programa atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio, o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, propondo ainda a formação de uma frente democrática de libertação nacional, que deveria conduzir a luta das massas até formas 'mais altas e vigorosas, inclusive choques violentos com as forças de reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo poder e à liberação nacional.' Na prática, o programa jamais seria implementado.[190]

Com esse Manifesto, o PCB consolidou uma guinada à esquerda. Foi uma espécie de autocrítica a ilegalidade a qual o partido foi posto pela Justiça Eleitoral – ou até mesmo pelo presidente Dutra, como propalavam alguns. O *Manifesto de Agosto* inaugurou uma *Frente Democrática de Libertação Nacional*. Nele, o partido, ou melhor, Prestes, o líder comunista, afirmava:

---

[188] "Imediatamente após o fechamento do Partido, seus membros e diretores se viram em um tal estado de apreensão pela nova lei e pela severa repressão da polícia política que eles foram forçados a procedimentos cautelosos. Agindo sob instruções contidas em um manifesto de seu líder, LUIZ CARLOS PRESTES, nos últimos três meses de 1948, agitadores comunistas começaram a operar em aberto. Abandonaram a posição pacifista que supostamente tinham tomado anteriormente, e se tornaram agressivos, ousados e ameaçadores". (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Departament of State Office of American Republic Affairs, American Enbassy, 18 july, 1949 (CONFIDENTIAL). nº: 832.00B/7-| 849*)*, tradução nossa).

[189] Importante ressaltar que o manifesto foi expedido no mesmo mês em que o projeto de extinção dos mandatos dos comunistas, de autoria do senador Ivo D'Aquino, foi aprovado pela Câmara e sancionado por Dutra.

[190] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 11 de jun. 2008.

> Nas condições atuais, são as seguintes reivindicações imediatas de nosso povo – a plataforma comum que poderá servir para unir num feito único e poderoso a todas as forças de oposição, quer dizer, contrárias à ditadura, o de unificar a vontade de luta de todos os democratas e patriotas, de todos que não se conformam nem estão dispostos a aceitar o terror policial e fascista do governo Dutra, nem a opressão imperialista de todos que querem a paz, o progresso, a independência do Brasil.[191]

A ênfase revolucionária de Prestes, expressa em sua fala, alcançou seu ápice logo após a proscrição do PCB. No mesmo texto, o líder do partido aponta as principais reivindicações dos comunistas. Entre as quais estão: a defesa da paz, restabelecimento das liberdades democráticas, combate a "ditadura", liberdade sindical, eleições livres nos sindicatos, amplo direito de greve, legalidade do PCB e volta dos parlamentares comunistas, pelo congelamento de preços dos artigos de consumo popular, diminuição de tarifas, aumento geral dos salários, a favor da liberdade ao produtor em relação ao pagamento do imposto de vendas e consignações, defesa da indústria nacional, controle das importações, conservação dos bens naturais do país (petróleo e minérios, etc) contra qualquer concessão estrangeira, nacionalização das empresas "imperialistas" de serviços públicos[192], política externa que privilegie a paz, relações diplomáticas com todos os países livres e "amantes da paz, principalmente os da União Soviética".[193] O jornal *Voz Operária*,[194] traz algumas informações sobre a situação econômica dos trabalhadores brasileiros:

> "A política de inflação crescente, em benefício dos grandes capitalistas e dos negocistas do governo, determina o encarecimento do custo de vida em um ritmo cada vez mais acelerado, a conseqüente baixa catastrófica do salário real que já é de fome para as mais amplas massas trabalhadoras, desde operários e camponeses até as camadas médias que já se encontram em rápido processo de pauperização." Esta constatação do Manifesto é confirmada pelos FATOS:
> - Durante o governo de tubarões chefiado por Dutra, emissões em dinheiro subiram como nunca em toda a história do país. De 17 bilhões 535 milhões de cruzeiros em 1945, a moeda em circulação passou a 20 bilhões 494 milhões, logo no ano seguinte. Em 1949, a desvalorizada moeda em circulação passou a 20 bilhões 494 milhões, logo no ano seguinte. Em 1949, a desvalorizada moeda em circulação atingia 24 bilhões e 45 milhões de cruzeiros! Quer dizer: Dutra emitiu 13 bilhões de papel moeda em 5 anos;
> - Isto significa mais riqueza para os ricos e mais miséria para os pobres [...];

---

[191] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal Tribuna do Povo nº 27, Curitiba, 16 jul. 1949, ano I.

[192] Light e outras.

[193] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN, loc. cit.

[194] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. Jornal Voz Operária. Rio de Janeiro, 03 de jan. 1951.

> E o consumidor, que pagava 470 por um quilo de café em janeiro de 1946, paga hoje 31 cruzeiros, isto é, 600 por cento mais caro. A carne, que, custava 3,50, custa hoje 15 cruzeiros no câmbio negro. Os demais gêneros subiram em proporção semelhante. E finalmente o Congresso de Dutra vota uma lei contra os inquilinos em favor dos proprietários de imóveis, lei de despejos e aumento dos aluguéis.

Neste momento, o imperialismo era identificado com as potências do Eixo, e consequentemente com a sua derrota: "o imperialismo estava de dentes quebrados." Priorizando a democracia em relação à dependência externa, Prestes[195] salienta:

> Num parlamento democrático, será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contatos lesivos ao interesse nacional. Isto não quer dizer que sejamos contrários ao capital estrangeiro, que nas condições do mundo atual ainda pode ser, dentro das limitações da Carta do Atlântico e após as decisões históricas do Teerã e Criméia, um dos colaboradores mais eficientes do progresso e prosperidade dos povos mais atrasados.

Portanto, o apoio a Vargas era de cunho político. Objetivava, por um lado, se adaptar às perspectivas internacionais de apoio aos governos aliados, e por outro, participar da construção da democracia acreditando ser necessária, para isso, uma aproximação com o governo. Isso é perceptível na própria mobilização dos militantes do Partido. Um exemplo disso é o panfleto abaixo intitulado "Ao povo de Londrina",[196] produzido pelos comunistas, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em comemoração do dia do trabalho:

> Não interessam eleições em que não haja o direito de todos falarem o que pensam. Devemos lutar contra a Lei de Segurança, pelas liberdades de organização e de reunião, respeitando os direitos das Organizações populares, Sindicatos [...] constantemente perseguidos pelo ditador Dutra, seus policiais, agentes estaduais e municipais. O glorioso Partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil deve ser declarado legal.

O que marca o fim da década de 1940 e início dos anos de 1950 é um fortalecimento da participação das massas, mesmo que subordinada no processo político, seja pela proscrição do PCB ou pela promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1953. Alguns autores[197] chegam a afirmar que esse período caracterizou-se pelo rompimento do pacto populista, que tentou fixar suas diretrizes em fins do governo Vargas. Foi por isso, considerada,

---

[195] PRESTES apud MARANHÃO, 1979, p. 33.

[196] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1994, caixa 229, doc. nº 124, – Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Londrina.

[197] Como: BUONICORE, op. cit, 2000.

principalmente pela ala esquerdista, uma medida violenta para com os trabalhadores e para com os ditos defensores de seus direitos, no caso, os comunistas.

Temos, portanto, no governo Dutra, o fim da tentativa de incorporação da maior parte da população ao jogo político, devido às limitações impostas por este às organizações trabalhadoras. Além do fechamento e cassação dos mandatos de políticos filiados ao PCB, o governo Dutra, é tido como o principal contribuinte para o encerramento das atividades de grupos intersindicais paralelos, como o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT – e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB. Aliado a isso, o apoio das classes operárias brasileiras a Dutra, inclusive em relação à proscrição do PCB, trouxe por terra a tentativa comunista de estabelecer a "união nacional", tão defendida por eles entre os anos de 1945 e 1946.

Como visto anteriormente, a política de adesão praticada por Dutra em relação a Guerra Fria, foi uma medida a fim de evitar uma nova guerra mundial e a possível propagação do ideário comunista. Isso fez com que Dutra tomasse posição ofensiva em relação à URSS e se aliasse aos Estados Unidos, daí a infiltração desses na política brasileira, sobretudo no âmbito da defesa e policiamento.

Muitos autores[198] atribuem a iniciativa da aproximação do Brasil com os Estados Unidos ao governo de Eurico Gaspar Dutra. No entanto, a adoção de uma posição por parte brasileira já se inicia em 1941, ainda no período de Getúlio Vargas. Este, compreendendo que as forças estadunidenses entrariam na guerra, em virtude da tensão entre os Estados Unidos e o Japão, passou a prestigiar os contatos norte-americanos no Brasil, tanto que sem pensar duas vezes, Vargas assinou em outubro do mesmo ano, na cidade de Washington, o acordo de empréstimo e arrendamento no valor de cem milhões de dólares, o qual vinha sendo negociado desde julho.

Em contrapartida, os norte-americanos apresentaram uma lista de queixas, principalmente em relação à não-utilização de recursos financeiros do Departamento de Guerra, presidido por Dutra. Já em novembro, Vargas defendeu uma política de franca solidariedade continental, impondo, ao mesmo tempo o sufrágio brasileiro aos planos norte-americanos, de estruturar um Exército forte o bastante, a fim de que fosse capaz de executar suas próprias tarefas.

A antecipação dos fatos ocorreu quando Pearl Harbor foi atacada pelos japoneses, o que levou os Estados Unidos a entrar oficialmente em guerra contra o Japão e seus aliados (a

[198] Principalmente aqueles que adotam uma visão mais esquerdista como é o caso de Augusto César Buonicore (2000, 2005).

Alemanha e a Itália). No mesmo dia do ataque a base americana, Vargas manifestou solidariedade brasileira ao governo estadunidense. Roosevelt, por sua vez, pediu a Vargas permissão para o envio de pessoal técnico as bases aéreas de Belém, Natal e Recife. O que se viu, porém, foi o envio de fuzileiros navais armados, fato esse que teve péssimas repercussões entre as forças armadas brasileiras.

Ainda em dezembro, Vargas reforçou o pedido de apoio aos Estados Unidos, exigindo em troca, a disposição de material bélico para o Brasil. Após a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, convocada no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, depois dos Estados Unidos entrarem na guerra, Roosevelt respondeu a Vargas, prometendo-lhe entregar o armamento desejado. O então presidente da conferência, Osvaldo Aranha, em conjunto com Sumner Welles, representante norte-americano, tentaram chegar a um consenso entre os demais países, a fim de que se chegasse a um acordo de rompimento com o Eixo, mas a Argentina se opôs a essa medida. Conseguiu-se apenas a aprovação de um documento que recomendava o rompimento de relações.

Contudo, mesmo no Brasil, o rompimento de relações com os países do Eixo sofreu resistência. Eurico Gaspar Dutra, então ministro do Ministério de Guerra, e Pedro Aurélio de Góes Monteiro[199], chefe do Estado-Maior do Exército (EME), argumentavam que o país não estava suficientemente preparado, em termos bélicos, para uma possível resistência com os países do Eixo. Entretanto, quando do encerramento da conferência, o Brasil decidiu romper as relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e o Japão.

O rompimento de relações diplomáticas com o Eixo trouxe efeitos econômicos e políticos imediatos. Em 1942, o ministro da Fazenda, Artur Sousa Costa viajou aos Estados Unidos com o principal objetivo de apressar a entrega do material bélico norte-americano ao Brasil. Durante a visita, os cargueiros brasileiros *Buarque* e *Olinda* foram bombardeados na costa dos Estados Unidos, incentivando protestos do governo brasileiro ao alemão, por intermédio de Portugal. Dias depois, o *Cabedelo*, mais um navio brasileiro, foi afundado nas Antilhas. Tais ataques geraram descontentamentos em todo o país e motivaram a pressão do governo brasileiro em reduzir o prazo de entrega do material bélico norte-americano.

---

[199] Importante lembrar que Góes Monteiro contribuiu para a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Ainda em 1939, Góes Monteiro foi enviado aos Estados Unidos para uma missão militar, a qual objetivava promover uma integração entre os dois países no momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Essa paulatina aproximação, resultou na declaração de Guerra do Brasil às potências do Eixo, em 1942 e no envio de tropas brasileiras à Itália (FEB), em 1944. Em fins de 1943 afastou-se do comando do Estado-Maior do Exército (EME). Mas reassumiu o Ministério da Guerra em 1945, sendo um dos responsáveis pelo golpe, no mesmo ano, que tirou Vargas do poder.

Em março de 1942, após Sousa Costa assinar um novo acordo, reformando o de 1941, que previa o aumento do crédito destinado à compra de armamentos em duzentos milhões de dólares, mais dois navios mercantes brasileiros, o *Arabutan* e *Cairu,* foram afundados ao longo da costa estadunidense. Acelerando as medidas de segurança, Vargas criou o Conselho de Defesa Nacional, presidido por Osvaldo Aranha. Também pediu ao governo norte-americano que garantisse a segurança no tráfego marítimo entre os dois países. A partir de então, os Estados Unidos começaram a construir bases no Nordeste.[200]

Nota-se aí, que as relações Brasil-Estados Unidos se deram ainda na época de Vargas. Portanto, não podemos cair no simplismo de atribuir toda a causa da interferência norte-americana no país, principalmente no âmbito militar, ao governo de Eurico Gaspar Dutra. Contudo, é inegável que a participação do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados e contra as tropas nazistas, tenha acelerado o processo de degeneração do Estado Novo.

Processo esse, que já estava sofrendo ameaças desde a década de 1930. Os comunistas, socialistas e militares egressos do movimento tenentista, organizaram a Aliança Nacional Libertadora no início de 1935, sob o comando de Luiz Carlos Prestes. A ANL congregou forças em prol do combate ao fascismo e ao governo Vargas. Como forma de reação, Getúlio agiu sem demora, reforçando o aparelho repressivo com a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935. Em junho do mesmo ano ordenou a dissolução da ANL, principalmente em resposta a um manifesto de Prestes em favor da formação de um governo popular e revolucionário.

Vista o fracasso da então conhecida pela historiografia como "Insurreição Comunista"[201] de 1935, o governo Vargas tratou de cuidar para que outra ameaça dessas não voltasse a se repetir, tratando pois de tornar mais rígidas as regras do regime. Em 1936, Vargas decretou estado de guerra em todo o país, passando a dispor de poderes de repressão praticamente ilimitados. Vários parlamentares que se opunham às arbitrariedades e atitudes drásticas cometidas pela polícia, foram atingidos pela repressão. Graças a ajuda do Congresso, Vargas obteve muitas prorrogações sucessivas do estado de guerra, tendo como alvo principal

---

[200] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 21 jun. 2008.

[201] Liderada pelo grupo militar do PCB, a revolta aconteceu nos dias 23, 24 e 27 de novembro em quartéis das cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, sendo dominada pelas tropas legalistas. A repressão foi violenta. Foram detidos centenas de civis e militares, dentre os quais haviam não só comunistas, mas também simpatizantes e integrantes da ANL que não haviam participado do movimento revolucionário e que nem tinham tomado conhecimento do mesmo.

a ameaça comunista. Nesse contexto, o Legislativo aprovou a criação do Tribunal de Segurança Nacional e deu carta branca para o processo quanto aos parlamentares presos.

Em novembro de 1937, Vargas comandou o golpe que instaurou o Estado Novo. Com ele, foi sancionada também a Constituição de 1937[202], a qual dissolveu o Congresso e demais casas legislativas. O próprio documento é de caráter antidemocrático, visto que nunca foi submetido ao plebiscito nacional, conforme previsto em seu texto.

Vale ressaltar que o Estado Novo não foi projetado única e exclusivamente por Getúlio Vargas. Houve, antes disso a aceitação e a adesão das classes dominantes e, sobretudo das forças armadas. Em entrevista a Clóvis Molinari Júnior e Raul Mendes Silva, a socióloga política, Celina Vargas do Amaral Peixoto[203] salienta essa questão, dizendo que "a palavra de ordem de Góes Monteiro "'um Estado forte com um Exército forte', não refletia apenas a influência, que o próprio general admitia abertamente, dos regimes autoritários europeus. Indicava também a predisposição de superar a instabilidade política da década de 1930 e de realizar a modernização do país pela via autoritária."

Essa concepção autoritária teve seu viés marcante e restritivo na liberdade de expressão. Tanto que a censura a comunicação foi se tornando cada vez mais intensa. Em 1940, o governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), principal órgão coercitivo à liberdade de expressão e pensamento até 1945 e um dos responsáveis fundamentais para a legitimação do Estado Novo mediante a opinião pública e pela construção de imagens idealizadas a respeito de Vargas.

Os militares mal escondiam seu descontentamento com a legalização e crescimento do PCB, o qual proclamava ter atingido 200.000 filiados. O PCB, por sua vez, teve uma atitude favorável em face do governo Dutra. Em fevereiro do mesmo ano, Prestes, discursando em uma sessão da Constituinte afirmara que, apesar de terem combatido a candidatura de Dutra – considerada perigosa por eles, em função do comprometimento do general com o Estado Novo –os comunistas estavam "prontos a apoiar todos os atos democráticos do governo". Viam em Dutra "um brasileiro em cujo coração deve existir patriotismo", e acrescentou: "Nós não lhe regateamos aplausos, não regateamos apoio a esse governo para resolver somente os graves problemas desta hora."[204]

---

[202] Ficou conhecida como Constituição *Polaca*, em função de sua semelhança com a constituição autoritária imposta aos poloneses em 1926.

[203] ENTREVISTA de Celina Vargas do Amaral Peixoto a Clóvis Molinari Júnior e Raul Mendes Silva, [S.l]. Não paginado.

[204] DHBB, CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 22 jun. 2008.

Quando da elaboração da Constituição de 1946, vários parlamentares, de diversos partidos protestaram contra o clima repressivo do governo. Sobretudo após a concordância do ministro da Justiça, Carlos Luz, com a Lei de Segurança Nacional. Isso é justificado pelo fato da polícia ter fechado diversas sedes do PCB já em fins de março de 1946, as quais foram reabertas tempos depois.

Dutra procurava, nesse sentido, pôr em prática a sua estratégia de "união nacional", procurando isolar o PCB e obstruir todas as vias que pudessem aliar varguistas e comunistas. Taticamente ou não, realizou-se em 1947, em Petrópolis, a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança do Continente. O presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, estava presente. A reunião aprovou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que ficou conhecido como Tratado do Rio de Janeiro. De acordo com a afirmação de Afonso Arinos de Melo Franco ao *Jornal do Brasil*, de 8 de abril de 1982, os "Estados Unidos pressionaram para a assinatura desse tratado com o objetivo de classificar o comunismo como inimigo externo a ser combatido", o documento estabelece que "um ataque armado de qualquer país contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos", mas, segundo Afonso Arinos, é "nitidamente ideológico", com o fim único de impor na diplomacia interamericana a possível tentativa de violação comunista.

A definição pelos Estados Unidos e, conseqüentemente, a adesão ao seu anticomunismo interno, levou o então presidente Dutra, a romper as relações diplomáticas com a União Soviética, rescisão que se estendeu até 1962. Em maio de 1947, após o fechamento do PCB, o embaixador soviético Suritz, lamentando o fato, retirou-se do Rio de Janeiro. O Congresso Nacional apoiou a ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, especialmente bem recebida pela ala militar, de forte inclinação anticomunista. Tanto que, ao longo de 1947, comprovando o clima repressivo, 143 sindicatos de trabalhadores sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Do total de 944 sindicatos existentes, cerca de quatrocentos sofreram ingerência até o final do governo Dutra.

2.1. A Escola Superior de Guerra e a sua influência na polícia política

O campo militar era considerado muito importante no governo Dutra. Em 1948 o presidente criou a Escola Superior de Guerra (ESG), adotando as normas do National War

College (criado nos Estados Unidos em 1946). A ESG foi formada com o objetivo inicial de oferecer curso de alto comando somente para militares. Resultado da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, sob o comando dos oficiais norte-americanos, conseqüência também da Guerra Fria e da influência dos Estados Unidos, a ESG foi estruturada a partir da substituição do conceito de defesa nacional pelo de "segurança nacional" – a fim de disponibilizar uma segurança interna, compatível com a segurança da nação – e formada na consciência de que o Brasil estava apto a chegar ao nível de potência. Acreditavam que o desenvolvimento estava se dando lentamente, pelo fato de inexistir programas organizados de planejamentos e execução e, por último, a necessidade de aproximar a classe dominante com o aparato militar, de maneira que se pudesse formar uma aliança de política nacional.

Após estágio de preparação, em 1948, e com assessoria de três oficiais norte-americanos, a ESG iniciou seus trabalhos em caráter experimental no ano de 1949. Neste mesmo ano lhe foi concedida uma lei, a qual ampliou a participação em seus cursos para civis, escolhidos, segundo o regimento da escola, entre os oficiais que atuavam no aparato policial, sobretudo aqueles que trabalhassem com a política externa. A ESG foi, segundo Maria Helena M. Alves,[205] a formuladora da Doutrina de Segurança Nacional, a qual, é responsável por abranger, teoricamente, elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Seus formuladores acreditavam que através dessa prática, se poderia permitir o estabelecimento e avaliação das estruturas que compunham o Estado, bem como fornecer elementos para o desenvolvimento de metas e planejamento administrativo, sem invasão externa.

Nesse sentido, o embasamento explicativo para que se aprimorasse a Doutrina de Segurança Nacional por um órgão militar, seria o argumento da "teoria de guerra". Abrigando diferentes perspectivas de guerra – seja ela total, guerra limitada e localizada, guerra subversiva ou revolucionária, guerra indireta ou psicológica –, a Escola Superior de Guerra deu maior ênfase na personificação da "guerra total", por se apoiar na estratégia militar da "Guerra fria", a qual, define a guerra como "total" e "absoluta". Em função de se tratar do embate entre duas potências, a guerra ultrapassa fronteiras e não se restringe apenas

[205] ALVES, op. cit.

aos dois países em conflito. Como cita Moreira Alves,[206] o General Golbery do Couto e Silva já discutia uma estratégia de contra-ofensiva em meados da década de 1950:

> Argumentava ele que a necessidade de uma rede de informações era conseqüência da inevitabilidade da guerra total, uma guerra permanente, cujo corolário seria a guerra subversiva ou revolucionária. Impunha-se desenvolver uma estratégia para neutralizar a infiltração e a guerra psicológica, levadas a efeito pelo inimigo (o comunismo): "propaganda e contrapropaganda, ideologias tentadoras e slogans sugestivos para uso interno ou externo, persuasão, chantagem, ameaça e até mesmo terror". Em conseqüência, a contra-ofensiva precisava dispensar as estratégias militares clássicas, para concentrar-se em novas técnicas de contra-informação e contrapropaganda, desenvolvendo estratégias semelhantes de ação ofensiva. O desenvolvimento de uma nova estratégia em face da 'guerra fria permanente' levaria ao que Golbery já então denominava "Grande Estratégia".

Em contraposição, os comunistas, especificamente, seus órgãos de imprensa no Paraná, a exemplo dos de circulação nacional, argumentavam que por trás de uma estratégia de guerra estadunidense, havia a concepção de promessa em "equipar os soldados de outras nações e as fazer enviar seus rapazes ao campo de batalha".[207] Promessa essa, que não teria fundamento e só contribuiria para a eclosão de uma Terceira Guerra Mundial. Além do mais, frisam as reivindicações de grupos norte-americanos, que se manifestam pela paz, mas que são ignorados pelos governantes. Um estudo realizado pelos protestantes daquele país, como citado no jornal, deixa evidente que o "socialismo soviético e o capitalismo norte-americano podem co-existir em tempo de paz". Além do mais, o relatório,[208] aponta possíveis soluções que poderia evitar uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética:

> Acentua o documento, a necessidade de os Estados Unidos extinguirem as barreiras contra o comércio entre o Oriente e o Ocidente; constituírem uma Alemanha unificada e colocarem o armazenamento da bomba atômica sob o controle da Organização das Nações Unidas.

Nota-se aí, o argumento do PCB de que somente uma minoria, ou seja, os governantes norte-americanos – importante ressaltar que não há acusação em relação aos governantes soviéticos – são favoráveis a manutenção de uma guerra, ainda que não beligerante. O documento, produzido por meio de consultas aos *quakers*, membros de outras entidades religiosas e até mesmo entre os funcionários do Departamento de Estado dos

---

[206] ALVES, op. cit., p. 41.
[207] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal Tribuna do Povo. Curitiba, 11 jun. 1949.
[208] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal Tribuna do Povo. Curitiba, 06 ago. 1949.

Estados Unidos e também com contribuição de líderes soviéticos, foi apresentado ao Secretário de Estado, Dean Acheson e a outras autoridades de renome. O relatório[209] conclui que somente através da mobilização de ambas as partes, se poderá haver um diálogo entre União Soviética e Estados Unidos:

> As várias questões são interdependentes e complexas que precisam ser feitos progressos em extensa frente se quiser chegar a um resultado inteiramente satisfatório. Creio que assim expressamos o desejo de que seja estabelecido um esquema à base do qual as questões ainda pendentes entre os Estados Unidos e a União Soviética possam ser conduzidas a um acordo.

No Brasil, a Igreja se pronunciava de maneira distinta, ainda que as principais frentes anticomunistas fossem o exército e a polícia. De acordo com os documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil, o clero fazia frente opositora ao comunismo, visto que esses iam sempre de encontro as atitudes políticas da Igreja, como em casos específicos de apoio à candidatura de Ademar de Barros[210] ao governo de São Paulo, como mostra o escrito:

> Additional attention has been called to the position of the Commnunist Party by statements of leading members of the Catholic Church. The attack made by Cardinal Dom Carmelo, Archbishop of São Paulo, in connection wich the political alliance of the Partido Social Progressista and the Partido Comunista do Brasil in support of the candidacy of Adimer de Barros for the governoship of São Paulo was particularly strong and has led to much speculation on the possibility of the formation and anticommunist fronts.[211]

O panfleto ilustra a antipatia do comunismo em relação a moral religiosa. Tanto a Igreja quanto a polícia política no Brasil, queriam passar a imagem de que todo comunista seria um ateu e anti-religioso:

---

[209] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal Tribuna do Povo. Curitiba, 11 jun. 1949.

[210] Eleito governador em 1947 com o apoio dos comunistas.

[211] "Complementares chamaram a atenção à posição do Partido Comunista por declarações dos principais membros da Igreja Católica. O ataque feito pelo Cardeal Dom Carmelo, Arcebispo de São Paulo, no contexto político que a aliança do Partido Social Progressista e do Partido Comunista do Brasil em apoio à candidatura de Ademar de Barros para governador de São Paulo foi particularmente forte e tem conduzido a grande especulação sobre a possibilidade da formação de frentes anticomunistas." (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Restricted nº 1432. Registration of Brazilian Communist Party. The Foreingn Service of the United States of America. Rio de Janeiro, january 13, 1947. Reproduced at the National Archives, tradução nossa).

Quadro 5: Panfleto de propaganda anticomunista.
Fonte*:* ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives.

Em virtude da Guerra Fria, surgida em fins da década de 1940, com o lançamento da Doutrina Truman e a partir daí, com o acirramento da disputa político-ideológica e militar entre as duas superpotências do período – EUA e URSS – houve uma alteração significativa nas bases das relações internacionais. O mundo inteiro temia o retorno de uma guerra mundial. As experiências com as armas nucleares, intensificaram ainda mais o medo pelo surgimento de um conflito de âmbito internacional, principalmente pela brutalidade e impossibilidade em calcular suas proporções. Com essa preocupação, o PCB, promoveu uma campanha internacional pelo combate a guerra e ao imperialismo. Mas, qual o real motivo que leva os comunistas a sempre atribuir o papel de inimigo aos Estados Unidos? Falam em diálogo entre esses dois países, mas por que sempre em seus debates, nos órgãos de imprensa,

etc, apresenta-se o país “ianque”, como inimigo e representante-mor do imperialismo contrário aos ideais da sociedade?

2.2. A Campanha do Petróleo

Antes mesmo da deposição de Vargas, em 1945, o coronel João Carlos Barreto, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), assinou um documento que concordava com a participação de capitais privados estrangeiros na indústria do petróleo, desde que fossem empregados em indústrias existentes no Brasil, contrariando dessa forma, a Constituição de 1937. No entanto, essa resolução não teve conseqüências práticas, mas contribuiu, em artigo previsto na Constituição de 1946, para a liberalização de capitais privados estrangeiros na indústria do petróleo. Se por um lado tal medida preocupava os nacionalistas, por outro não atendia aos reais interesses dos grupos petrolíferos estrangeiros.

Em virtude do crescimento rápido do consumo do produto no país em 1947, Dutra criou uma comissão com o objetivo de encontrar alguma solução para o problema, por meio da elaboração do Estatuto do Petróleo. Neste mesmo ano, a oposição nacionalista se organizou para impedir o avanço da intervenção estrangeira, preparando debates e conferências realizadas no Clube Militar. Foi o ápice da Campanha do Petróleo, conhecida mais pelo seu *slogan*: “O petróleo é nosso”.

O Estatuto do Petróleo foi tratado com imparcialidade por Dutra. Neste documento, constavam informações sobre a utilidade pública do produto, ao mesmo tempo em que defendia a inviabilidade da tecnologia nacional para lidar com o mesmo, desagradando aos nacionalistas, adeptos ao monopólio estatal integral.

Dando continuidade ao debate em relação ao petróleo, foi criado em 1948, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Articulando militares, estudantes, intelectuais e outros adeptos, o CEDPEN tomou frente na Campanha do Petróleo, chegando a promover, neste mesmo ano, uma convenção nacional com a finalidade de defender o monopólio estatal para todas as fases da exploração do petróleo. Embasado nessa tese, um projeto foi apresentado ao Congresso no fim de 1948. Embora tivesse sido aprovado pela comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o Estatuto do Petróleo acabou sendo arquivado, ainda que estivesse presente na opinião pública.

A ala nacionalista contava com os pequenos órgãos de imprensa do PCB para fazer com que o debate tivesse repercussão patente. A polícia tentava pela coerção evitar a popularização desses debates, reprimindo as manifestações que os contrariassem. Somente o

prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não sofreu atentado. Entretanto, outros meios de comunicação não tiveram a mesma sorte. A *Tribuna Popular*, por exemplo, foi cercada e invadida em 1948. No ano seguinte, um comício em defesa do monopólio estatal e contra a Lei de Segurança Nacional realizado no Rio, sofreu ataque da polícia política, resultando na morte de uma jovem militante comunista e de 20 pessoas feridas. De acordo com uma afirmação de Prestes, 55 militantes comunistas foram mortos pela polícia no fim do governo Dutra, nas mais diferentes campanhas (como a do petróleo, pela paz e pelo voto em branco nas eleições). Se confirmados, esses dados apontam a maior cifra de militantes do PCB como vítimas fatais da repressão em toda a história brasileira.[212]

Em 1951, o projeto de uma empresa estatal comprometida com a extração e tecnologia petrolífera foi encaminhado ao Congresso. O projeto de uma empresa nacional que se responsabilizasse pela pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo e seus derivados, encontrou dificuldades de consenso entre intelectuais, militares, empresários e políticos, no qual a vitoriosa foi a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, não previsto na versão original do texto.

Também no segundo governo de Getúlio Vargas, o petróleo, enquanto recurso igualmente estratégico em termos econômicos e militares, conduziu a uma posição conciliatória em relação aos interesses dos Estados Unidos. Como visto anteriormente, desde 1947, quando foi posto como objeto de discussão no país, o projeto para exploração petrolífera, apresentado de início pelo governo, respeita interesses internacionais, restringindo o monopólio estatal à propriedade das minas. No entanto, a Campanha do Petróleo, apesar de ter sido esquecida tanto pelo Congresso quanto pelo ex-presidente Dutra, ganha adesão popular e apoio de alguns parlamentares nacionalistas, tornando vencedora a tese do monopólio brasileiro em relação à pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo. Tudo isso foi confirmado em outubro de 1953, quando Vargas assina a lei que cria a Petrobrás para administrar o setor petrolífero do país, sob o regime de monopólio estatal. A partir de então, as relações políticas e econômicas entre esses dois países começam a sentir os primeiros sintomas de crise.[213] Nesse momento, o governo estadunidense reduz a menos da metade os recursos de empréstimo prometidos anteriormente ao Brasil. Pode-se

---

[212] DHBB, CPDOC-FGV Disponível em: <http://www.pdoc.gv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp>. Acesso em: 22 jun. 2008.

[213] Sobre o assunto, C.f.: PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. *Panorama da Era Vargas*. Entrevista a Clóvis Molinari Júnior e Raul Mendes Silva.

dizer, como resposta às limitações impostas pelo governo norte-americano, que Vargas, já em 1954, restringe a remessa de lucros e dividendos para o exterior.

2.3. O Movimento dos Partidários da Paz

Já no início dos anos de 1950, militantes comunistas, de todas as partes do mundo inauguraram várias campanhas, as quais tinham por objetivo comum, salvaguardar a paz mundial. O "Apelo de Estocolmo", como ficou conhecido, era o nome dado a campanha "Por Um Pacto de Paz", a qual, fazia parte do "Movimento pela Paz". Procuraremos nos restringir à campanha em nível de Paraná, o que não torna desnecessário a apresentação de um histórico do movimento no plano internacional e também no âmbito brasileiro.

Aderindo às ordens da União Soviética sob o comando de Stálin – que já em 1947 pronuncia uma nova linha – os partidos comunistas, ao adotar essa perspectiva, se comprometeram em formar uma frente antiamericana, com a finalidade de impor aos norte-americanos uma postura mundial compatível com os interesses soviéticos e que favorecesse a União Soviética na corrida armamentista[214], bem como barrar o desenvolvimento beligerante dos Estados Unidos. Sendo fiel a linha geral proposta por Stálin, a organização dos comunistas promoveu uma campanha que ficou conhecida por "Movimento pela Paz". O arranjo do movimento iniciou-se "em agosto de 1948, quando se celebrou na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e em novembro, na França, o Congresso Nacional dos 'Combatentes da Paz'"[215]. Em "março de 1950, a 'Campanha pela Proibição das Armas Atômicas' foi incorporada ao 'Movimento pela Paz'"[216]. O "Apelo de Estocolmo" tinha por finalidade, coletar milhões de assinaturas, em apoio a paz mundial.

Desde 1947, a União Soviética com uma nova frente antiamericana, objetivava impor aos Estados Unidos um projeto mundial que fosse satisfatório aos interesses soviéticos e que permitisse, em maior amplitude, obter o controle da corrida armamentista, assim como atrasar o progresso do desenvolvimento bélico norte-americano, proporcionando simultaneamente, o avanço das pesquisas nucleares soviéticas. O movimento organizado que obteve maior destaque dentro da nova "linha geral" foi o chamado "Movimento pela Paz". O movimento

---

[214] A Campanha da Paz era uma estratégia soviética para tentar limitar o desenvolvimento bélico dos Estados Unidos. Com isso, a União Soviética teria tempo para ultrapassar os norte-americanos em poderio armamentista. No entanto, a corrida por armamentos acabou complicando as finanças soviéticas.

[215] RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da Paz"*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2003. p. 10.

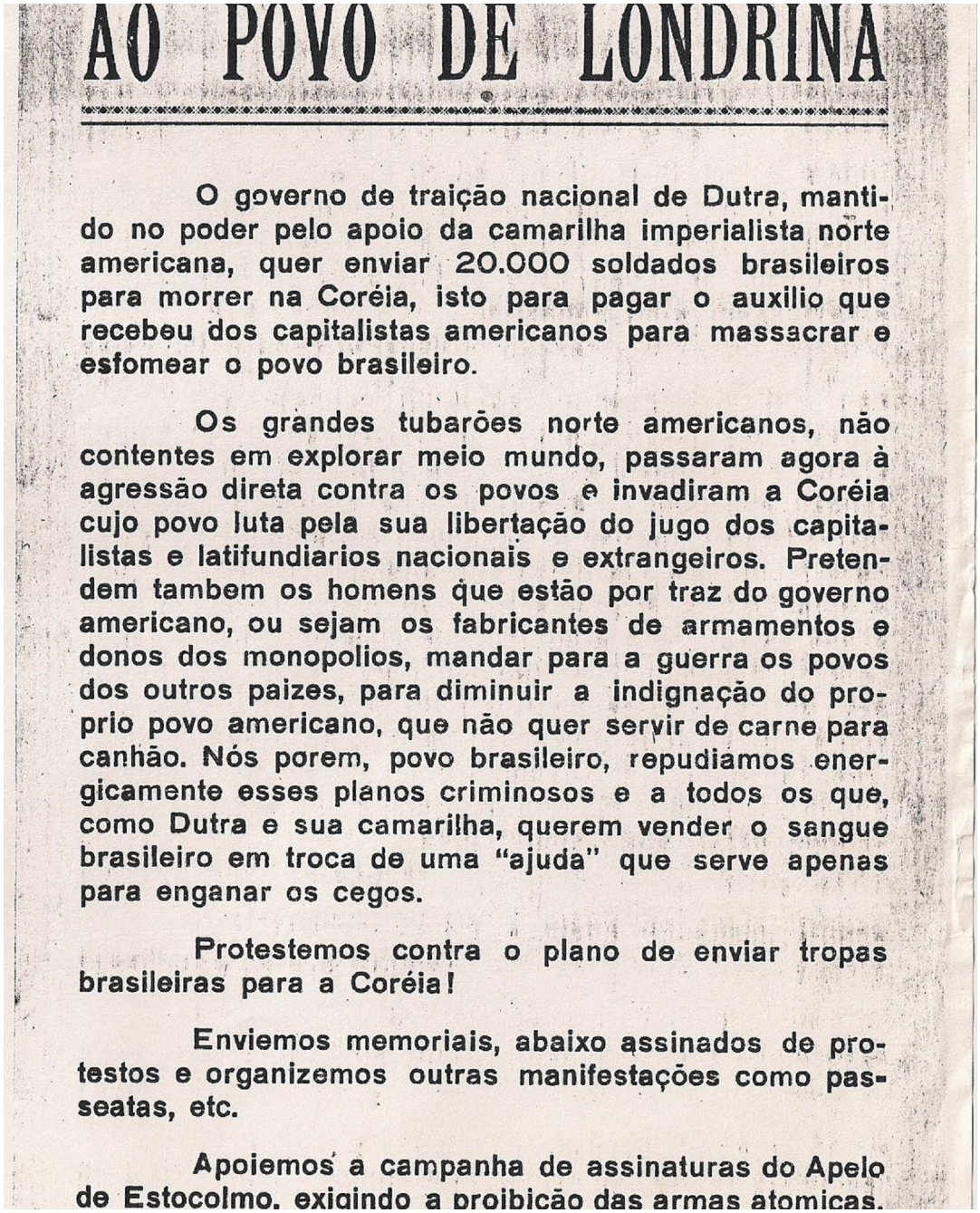
[216] Ibid.

começou em agosto de 1948, quando se celebrou na Polônia, o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e, em novembro, na França, o Congresso Nacional dos "Combatentes da Paz". Somente a partir de fevereiro de 1951, o "Apelo por um pacto de Paz" foi incorporado ao "Movimento pela Paz". O objetivo do apelo era coletar assinaturas, em diversos países para serem enviadas a Organização das Nações Unidas, manifestando, através desse ato, a vontade de milhões de pessoas em todo o mundo favoráveis a paz mundial.

Além disso, o "Movimento pela Paz", contemplava outras campanhas, opondo, por exemplo, a Guerra da Coréia e defendendo o desarmamento geral. Organizavam apelos e protestos contra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, em oposição às armas atômicas e pelo estabelecimento de um pacto de paz entre Estados Unidos, União Soviética, China, Inglaterra e França.

Criado ao final da Segunda Guerra Mundial, ganhando força após a explosão de bombas atômicas sobre o Japão, esse movimento caracterizou-se por ser uma forte organização de massa. Os países que aderiram à campanha pela paz mundial, formaram uma espécie de conselho que se chamou de *Conselho Mundial da Paz*, sendo inclusive reconhecido pela Organização das Nações Unidas. Entre seus fundadores se destacavam alguns artistas, como Pablo Picasso, e no Brasil, Jorge Amado e Cândido Portinari. Estes últimos, juntamente com outras personalidades renomadas, fundaram o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, filiado ao Conselho Mundial pela Paz e dirigido pelo PCB.

A meta inicial, no Brasil, era que se colhesse inicialmente quatro milhões de assinaturas em favor do *Apelo de Estocolmo*, responsabilidade essa atribuída ao PCB (ver: Quadro 6). Toda a movimentação se iniciou em março de 1950 e terminou em setembro do mesmo ano. Seguindo as regras do *Apelo*, cada país se responsabilizou em atingir uma cota de assinaturas, as quais, ao término da campanha, seriam enviadas para o II Congresso Mundial da Paz, a ser realizado em Shefield, na Inglaterra. Dessa forma, competia a cada Partido Comunista, o alcance do número das cotas estabelecidas em seus respectivos países. No Brasil, o PCB não só divulgou a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, como armou uma estratégia na tentativa de angariar mais assinaturas: dividiu o país em três regiões, elencando uma meta de assinaturas a ser atingida em cada uma.



AO POVO DE LONDRINA

O governo de traição nacional de Dutra, mantido no poder pelo apoio da camarilha imperialista norte americana, quer enviar 20.000 soldados brasileiros para morrer na Coréia, isto para pagar o auxilio que recebeu dos capitalistas americanos para massacrar e esfomear o povo brasileiro.

Os grandes tubarões norte americanos, não contentes em explorar meio mundo, passaram agora à agressão direta contra os povos e invadiram a Coréia cujo povo luta pela sua libertação do jugo dos capitalistas e latifundiarios nacionais e extrangeiros. Pretendem tambem os homens que estão por traz do governo americano, ou sejam os fabricantes de armamentos e donos dos monopolios, mandar para a guerra os povos dos outros paizes, para diminuir a indignação do proprio povo americano, que não quer servir de carne para canhão. Nós porem, povo brasileiro, repudiamos energicamente esses planos criminosos e a todos os que, como Dutra e sua camarilha, querem vender o sangue brasileiro em troca de uma "ajuda" que serve apenas para enganar os cegos.

Protestemos contra o plano de enviar tropas brasileiras para a Coréia!

Enviemos memoriais, abaixo assinados de protestos e organizemos outras manifestações como passeatas, etc.

Apoiemos a campanha de assinaturas do Apelo de Estocolmo, exigindo a proibição das armas atomicas.

Quadro 6: Panfleto convidando a população a participar do Apelo de Estocolmo.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Dops/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

No entanto, outras táticas também foram utilizadas pelos comunistas brasileiros, como veremos adiante. Em contrapartida, os órgãos de imprensa anticomunista, ou que

simplesmente não simpatizavam com a doutrina, e também muitos documentos oficiais, denunciavam a Campanha pela Paz e alegavam que esta era parte de um plano soviético, cuja finalidade era expandir o comunismo aos quatro cantos do mundo. Ressaltemos aí, a negatividade da imagem do comunismo nos países ocidentais, principalmente no Brasil, onde a vertente não era nada bem-vinda aos olhos dos governantes e de autoridades policiais. Tanto que, no Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, há referência para um trabalho em conjunto entre os dois países a fim de buscar a efetivação da Paz no mundo de acordo com o que prega a Carta das Nações Unidas, fazendo alusão aí, de que estariam agindo nos moldes da lei, ao contrário dos militantes comunistas, os quais sequer tinham um registro partidário reconhecido pelas autoridades e que, por conseguinte, não teriam quem os representasse legalmente:

> Desejosos de fomentar a paz e a segurança internacionais dentro do quadro geral da Carta das Nações Unidas, por meio de medidas que aumentem a capacidade das Nações devotadas aos propósitos e princípios da Carta, de participar de modo eficaz de entendimentos no interesse da legítima defesa individual e coletiva, em apoio dos ditos propósitos e princípios; Reafirmando a decisão de cooperar plenamente na tarefa de proporcionar forças armadas às Nações Unidas, de conformidade com a Carta, e de chegar a um acordo sobre a regulamentação e a redução universais de armamentos, mediante garantias satisfatórias contra a sua violação; Tendo em vista o apoio que o Governo dos Estados Unidos da América tem prestado a esses princípios, promulgando a Lei de Assistência e Defesa Mútua, de 1949, com as respectivas emendas, e a Lei de Segurança Mútua, de 1951, que dispõe sobre a prestação de ajuda militar às nações que, com aquele país tenham estabelecido ajustes de segurança coletiva;[217]

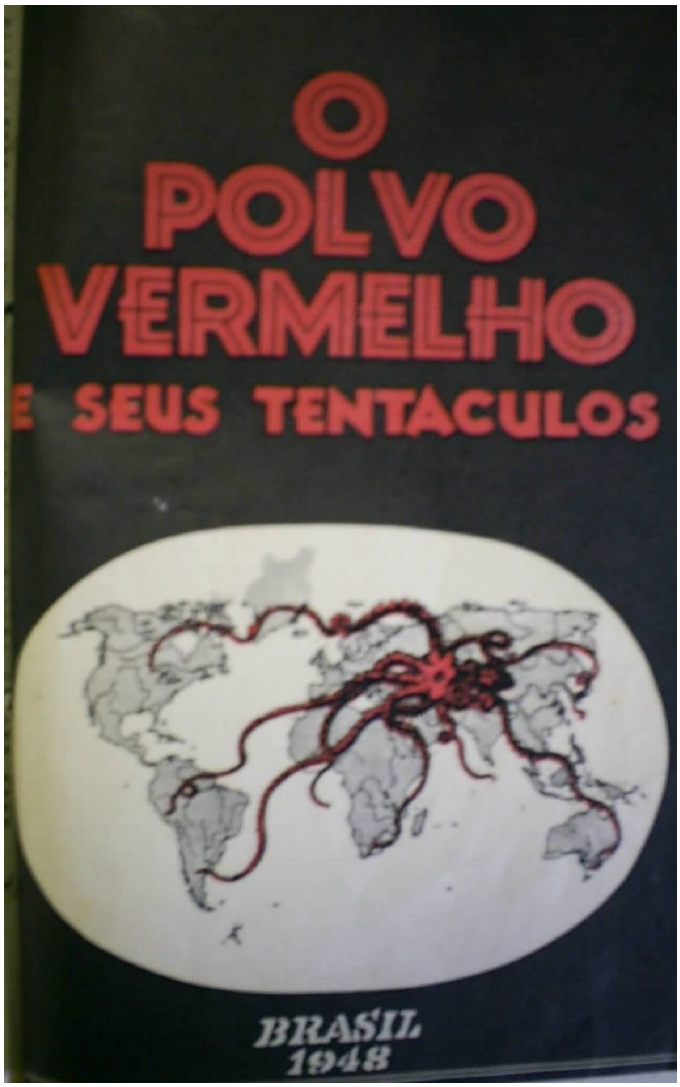
Foram por meio das campanhas de mobilização internacional, como a Campanha pela Paz, que o triunfo do comunismo assustou vários políticos, sobretudo os parlamentares norte-americanos. Sob o ponto de vista dos governantes e da polícia, a ação radical comunista não condizia com as leis que asseguravam a ordem nacional. Em função disso, para a polícia política, a luta contra o comunismo envolvia todos os homens de bem, chegando a ser uma questão patriótica. Enfim, propagavam "o anticomunismo como dever sagrado de cada cidadão digno desse nome".[218] Como podemos observar abaixo, os militares produziram um

---

[217] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - DOPS/PR. Relatórios 1957. Pasta 847, caixa 104. Reprodução do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Quadro comparativo das obrigações. Elaborado pelo deputado Helio Cabral e reproduzido pela Comissão Nacional Contra o Acordo Militar, publicado na Folha da Manhã, de 26 de outubro de 1952.

[218] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 264, caixa 29 – Comitê Comunista Central da Capital (relação de dirigentes comunistas e membros das diversas células do Estado.

livro justificando a “moral da luta anticomunista”, estimulando o leitor a lutar contra essa doutrina e a se precaver contra a sua ação e propaganda:



Quadro 7: Livro produzido pelos militares justificando a “moral da luta anticomunista”.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (Dops/PR). Pasta 264 – caixa 29. *Comitê Comunista Central da Capital*: relação de dirigentes comunistas e membros das diversas células do Estado**.**

O Jornal[219], diário de circulação carioca, havia publicado que era “insuficiente o programa de reabilitação européia para lutar contra o comunismo no campo político”. Admitindo-se o temor de um avanço cada vez maior por parte do comunismo nos países

[219] *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1948 apud RIBEIRO, op. cit., 2003, p. 29-30.

capitalistas, principalmente nos Estados Unidos. O periódico alertava que caso isso acontecesse "existiriam sinais que os dirigentes norte-americanos fariam uma ofensiva política total 'contra o comunismo internacional' admitindo-se ao mesmo tempo os perigos de guerra decorrentes de tal política". Portanto, para o EUA, a principal responsável pelo comunismo e grande motivadora de seu crescimento era a União Soviética. Por isso, os estadunidenses acreditavam que o comunismo deveria ser imediatamente contido, mesmo que para isso fosse necessária a eclosão de uma nova guerra.

Em contrapartida, a União Soviética argumentava que os Estados Unidos estariam, junto com a Inglaterra, planejando um ataque aos países socialistas, tendo como principal alvo a URSS. Seguindo essa linha de raciocínio, a União Soviética procurava demonstrar a diferença entre capitalismo e socialismo, se autoproclamando como a legítima defensora e salvadora do mundo contra o imperialismo norte-americano, o "verdadeiro inimigo".

> De acordo com as informações do Partido Comunista da União Soviética, a política dos países capitalistas era a de preparar uma nova guerra imperialista, lutar contra o socialismo e a democracia e em sustentar, por toda parte, os regimes e os movimentos 'filo-fascistas reacionários' e 'anti-democráticos'. Acreditavam que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o 'campo imperialista' redobrava sua agressividade. Executavam abertamente uma política de agressão, uma política de preparação e desencadeamento de uma nova guerra mundial.[220]

Por isso a União Soviética achava-se no dever de combater o imperialismo com uma campanha antiimperialista, ainda mais sob o temor de uma possível "Terceira Guerra Mundial". Nesse sentido, o Partido Comunista concentrou suas ações em busca de alternativas para a concretização da paz a nível mundial. Como demonstra a reportagem do jornal Voz Operária[221]:

> Outros acontecimentos de repercussão internacional viriam contribuir para a defesa da paz: a assinatura em abril de importantes acordos e tratados entre a União Soviética e a República Popular da China, inclusive para a defesa comum das duas grandes potências contra qualquer agressor imperialista: as novas propostas da URSS na Assembléia Geral da ONU pela redução geral de armamentos e das forças armadas das 5 grandes potências; pela proibição das armas atômicas; pela definição da agressão e caracterização do agressor; [...]. Lutamos em defesa da paz, tratando de levar à prática as resoluções do II Congresso Mundial dos Partidários da

[220] RIBEIRO, op cit., 2003. p. 30-31.

[221] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Fundo DPS. Jornal Voz Operária. Rio de Janeiro, 03 jan. 1951.

> Paz, realizado em novembro último na Varsóvia, e que se conta entre os primeiros acontecimentos políticos do ano de 1950.

No entanto, é importante destacar que mesmo nos Estados Unidos foi preciso um grande esforço para mobilizar a população contra a União Soviética durante a Guerra Fria, pois os soviéticos foram aliados relevantes na luta contra o nazismo, gozando, nesse sentido, de um *status* de prestígio internacional. Dessa forma, não se pode afirmar que o "Movimento pela Paz" foi apenas um chamamento em prol da paz, e que não contou com nenhum apoio da população, que foram criados somente como manobra da URSS para conter o avanço das pesquisas nucleares norte-americanas e espalhar sua revolução comunista pelo mundo, como vão dizer os governos capitalistas, aliados dos Estados Unidos durante a disputa da Guerra Fria.[222]

Em ofício de 1949 ao juiz de direito da Vara Privativa da Fazenda Estadual, João Carlos da Siqueira reclama que mesmo após o cancelamento do PCB ter sido aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, algumas brechas na lei permitiam que os comunistas continuassem atuando no terreno político. Como menciona o item 9 do documento:[223]

> Dado o caráter eminentemente partidário do estatuto eleitoral brasileiro, a cassação do registro importava em proibição de atividades políticas, procedendo-se, em cumprimento ao aresto do judiciário, ao trancamento das diversas sedes e dos diversos organismos políticos do PCB. Decidindo, o Superior Tribunal Eleitoral interpretou o art. 141, principalmente seu § 13, da Constituição Federal. Sob pena de se articular contra a Lei Maior o monstruoso vício de contradição em seus dispositivos mais essenciais, não é possível que agora se invoque, como amparando o partido político extinto, dispositivos constitucionais que asseguram a livre reunião – para fins que já foram definidos como ilícitos, porque de atividades político-partidárias de caráter internacional, subversivo, totalitário e infringente dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Nesse sentido, para a polícia política, os comunistas estavam usando a campanha pela paz como fachada para mobilizar a população contra o governo vigente. A Campanha pela Paz, fundamentada na reunião dos partidários da paz que aconteceu em Estocolmo, capital da Suécia, organizou o *Apelo de Estocolmo*, o qual seria o guia de todas as ações em busca pela paz no mundo. Como visto até agora, no Brasil, o PCB abraçou a causa, mobilizando o Partido no país inteiro, o que deixava muitos dirigentes políticos e militares inquietos. Os

---

[222] RIBEIRO, op. cit.

[223] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038. Congresso Estadual Pró-Paz.

militares, por sua vez, argumentavam que a campanha era mais uma estratégia comunista de retomada da legalidade e tentativa de tomada do poder, como havia ocorrido em 1935. Tratava-se, a nível internacional, de denunciar "ao mundo as manobras comunistas de paz e o estabelecimento na Rússia, de um 'Estado policial' mais pernicioso e hermético que o 'estado totalitário' alemão". Comentando, no dia imediato, à instalação do Congresso de Paris da "campanha pela paz e cultura", o Presidente norte-americano[224] confirma o que foi exposto:

> O Congresso mundial dos partidários da Paz faz parte da série de conferências que se seguiram à assembléia realizada em Breslau, no ano passado e é semelhante, em seus motivos, ao efetuado recentemente em New York. Faz parte dos atuais esforços do Cominform no sentido de propagar que somente a União Soviética é favorável à paz e que todas as potências ocidentais são governadas por fomentadores de guerra. O mesmo grupo de atores se desincumbe de seu papel em Paris, como o fizeram em outros lugares. O Departamento de Estado não tomou qualquer medida para encorajar ou desencorajar o congresso. Nenhum passaporto foi recusado a cidadãos americanos com o fito de impedi-los de assistir a Conferência. Estamos certos de que o Congresso que se realiza em Paris, como o de New York, tornará patente a atitude daqueles que, pretendendo ser homens livres, seguem a linha partidária que lhes foi ditada.

Enquanto "partidários do proibicionismo", as autoridades policiais procuravam hierarquizar as idéias no intuito de "purificar a sociedade". Este ato de "saneamento ideológico" também foi aplicado a imprensa comunista, concebida como veículo de comunicação onde poderia circular idéias rotuladas de "perigosas", e que por isso, deveriam ser cerceados por tramarem contra a ordem imposta.

O clima de tensão e a repreensão aos meios de comunicação aumentaram ainda mais desde 1935, quando foram decretados estado de sítio e censura à imprensa. Esta, foi admitida constitucionalmente após 1937 e com o estabelecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. O DIP só seria extinto em 25 de maio de 1945, dando lugar ao Departamento Nacional de Informações. Aproveitando a brecha, os meios de comunicação anunciavam manifestações, protestos e opiniões sobre assuntos menos tutelados pela repressão. Nesse sentido, "tanto o DIP como o Dops, funcionavam como engrenagens

[224]ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038. Congresso Estadual Pró-Paz.

reguladoras das relações entre Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas imagens."[225]

Caso comum nas fontes produzidas pela Embaixada Norte-americana no Brasil, é uma série de depoimentos de autoridades políticas, bem como de reportagens publicadas em jornais, fazendo uma comparação entre a União da Juventude Comunista (UJC), com outras organizações de jovens, típica de países nazi-fascistas.[226] Como demonstra o Relatório Oficial de Imprensa e de Reação à Criação da União da Juventude Comunista, elaborado pela Embaixada norte-americana, todas as ações do PCB, e em especial, a criação da União da Juventude Comunista é abominada não só pelos órgãos de imprensa não-comunistas, como também pelas próprias autoridades político-militares:

> [...] a number of Cabinet Ministers have made statements to the press condemming the union in unequivocal terms as seditious, illegal and totalitarian.
> Typical of comment which has been appearing every day on the editorial pages of Rio de Janeiro's leading papers is the following:
> O Jornal of March 22, commenting on an appeal sent to President Dutra by a group of Brazilian women urging him to prevent the formation of the UJC, points out dangerous consequences of such an organization wich, it says, has been founded by Prestes along lines similar to those of Hitlerian and Mussolini youth groups. "We cannot hesitate before such a grave occurrence [...]".
> A Manhã of March 27, stressing the danger of planned organizations of Communist youth, devoted its leading article to philosophical review of Marxist teaching. "If Brazil took up arms to fight Nazism, it cannot allow that the enemies of liberty, under another flag, proceed with their inglorius task within our own frontiers".
> The Diario Carioca of april 2 said: "The Communists do not like to be called Totalitarians. They preach democracy and pretend to side with all those who carry the flag of victory in the war against Nazi-Facism. Yet, they imitate everything wich the Nazi-Fascists, and in Brazil, the Integralismo and the 'New State' used to do. The Institution of the 'Communist Youth' is a coarse copy of identical organizations in the regimes wich ruled in Germany, Italy and Brazil".
> The Jornal do Brasil on april 3 wrote editorially: "It is curious that the Communist Party, wich is always showing a mortal hatred of Fascism and Nazism, insists on imitating those ill-omened ideologies in their worst aspects. O JORNAL of the same day urges political parties to take defensive action [...] 'the monstrous coup designed by the 'Quisling' Prestes against the moral integrity of the Brazilian people".

---

[225] CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade- Arquivo do Estado/SEC, 1997, p. 26.

[226] Em especial essa analogia da União da Juventude Comunista, apontada pelas autoridades políticas, tem relação com a *Juventude Hitlerista*, da Alemanha de Hitler, na qual, é construída toda uma imagem positiva associada à militância à causa, ao trabalho e a disciplina. Cf.: LENHARO, Alcir. *Nazismo*: "o triunfo da vontade". São Paulo: Ática, 1986.

> The Minister of War, Air, Marine and Justice contributed to the general outcry against the UJC.
> The Minister of War, General Canrobert Pereira da Costa, on March 31, made a statement in wich he said of the Union: 'Such a development would be an insult [...].
> On April 1 the Minister of the Marine stated that he is in complete accord with his colleague, adding that the UJC is also an attack on the memory of Brazilians who lost their lives at sea during the war.
> The Air Minister, Brigadeiro Armando Trompowsky, said on April 4 that the Air Force jointle with the Army and Navy repels all extremist manifestations and the Minister of Justice, Benedito Costa Neto, told newsmen: "This organization deeply contradicts the democratic spirit of our institutions and cannot have a legal existence. The competent authorities are already taking steps to neutralize it." (Documento do ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Restricted nº 1432. Eclousure nº 5 to despatch nº 2040 from American Embassy, Rio de Janeiro, dated April 9, 1947. Reproduced at the National Archives).[227]

[227] [...] uma série de Ministros fizeram declarações à imprensa condenando a união em termos inequívocos como sendo ilegal e totalitários. Típico de comentário que tenha sido exibido todos os dias sobre as páginas editoriais do Rio de Janeiro em relação aos papéis de liderança que é o seguinte: O Jornal, de 22 de março, comenta sobre um recurso enviado ao Presidente Dutra por um grupo de mulheres brasileiras, exortando-lhe a faculdade de impedir a formação da UJC, salienta perigosas conseqüências de uma tal organização que, segundo ela, foi fundada por Prestes, tão longo, linhas semelhantes aos grupos de jovens de Hitler e Mussolini. "Nós não podemos hesitar perante uma tal ocorrência grave [...]". A Manhã de 27 de março, tem sublinhando o perigo de organizações planejadas da Juventude Comunista, conduzindo o seu artigo dedicado à análise filosófica marxista do ensino. "Se o Brasil assumiu as armas para lutar contra o nazismo, não pode permitir que os inimigos da liberdade, sob uma outra bandeira, possam prosseguir com sua tarefa dentro de nossas próprias fronteiras". O Diário Carioca de 2 de abril, afirmou: "Os comunistas não gostam de ser chamados totalitários. Eles pregam a democracia e, deixando a pretensão de lado, fala a todos aqueles que exercem a bandeira da vitória na guerra contra o nazi-fascismo. Ora, tudo o que eles fazem é imitar os nazi-fascistas, e no Brasil, imitam o Integralismo e o 'Estado Novo'. A instituição do 'Juventude Comunista' é uma grossa cópia idêntica de organizações nos regimes em que governou a Alemanha, a Itália e o Brasil. [...]". O Jornal do Brasil no editorial de 3 de abril escreveu: "É curioso que o Partido Comunista, que está sempre mostrando um ódio mortal do fascismo e do nazismo, insiste em imitar as suas ideologias em seus piores aspectos. O Jornal do mesmo dia intima os partidos políticos a tomar medidas defensivas contra [...] o monstruoso golpe concebido por Prestes contra a integridade moral do povo brasileiro". Os ministros do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e da Justiça contribuíram para o clamor geral contra a UJC. O ministro do Exército, General Canrobert Pereira da Costa, em 31 de março, fez uma declaração na qual ele disse da União: "Tal evolução seria um insulto [...]". No dia 1 abril, o ministro da Marinha afirmou que ele está em plena consonância com o seu colega, acrescentando que a UJC é também um atentado contra a memória dos brasileiros que perderam a vida no mar durante a guerra. O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Armando Trompowsky, declarou em 4 de abril que a Força Aérea, em conjunto com o Exército e a Marinha repele todas as manifestações extremistas. O Ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, disse: "Esta organização profundamente contradiz o espírito democrático das nossas instituições e não podem ter existência jurídica. As autoridades competentes já estão tomando medidas para neutralizá-lo." (Documento do ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Restricted nº 1432. Eclousure nº 5 to despatch nº 2040 from American Embassy, Rio de Janeiro, dated April 9, 1947. Reproduced at the National Archives, tradução nossa, grifos do documento).

Esse documento é um exemplo da reação da imprensa anticomunista, principalmente com relação à existência da UJC. Em contrapartida, diversos panfletos eram "distribuídos pelos militantes nas ruas, em portas de fábricas, colégios, levados de casa em casa, etc., procuravam contradizer a imprensa não comunista, mostrando que a 'Campanha pela Interdição das bombas Atômicas' era apenas uma campanha em favor da paz."[228] E é por isso mesmo que a ira anticomunista se tornou presente entre as autoridades policiais. Nos jornais comunistas, defendia-se a concepção que somente com a iniciativa das democracias populares, em especial da União Soviética, se poderia defender a humanidade, pois os países ocidentais, com destaque aos Estados Unidos, faziam do mundo uma verdadeira cobaia para suas bombas atômicas, não se preocupando com as conseqüências catastróficas que esses experimentos poderiam trazer. Nota-se aí o dilema "bem" *versus* "mal", tão presente no discurso comunista. Segundo Ribeiro[229], até mesmo sobre a bomba atômica, podia-se notar uma dupla imagem sendo divulgada: "nas mãos da União Soviética, a bomba atômica era 'fator de paz e segurança', em mãos norte-americanas, era verdadeiramente a representação do mal, a possibilidade do fim da humanidade."

A União da Juventude Comunista (UJC) era um órgão que atuava com relativa autonomia do centro do partido. No entanto, deveria seguir a doutrina e os preceitos impostos pelo PCB. De acordo com Leôncio Martins Rodrigues[230], em 1946, a Juventude Comunista era composta principalmente de funcionários, porém, sua composição total era de estudantes. No entanto, os jovens que pretendessem militar no partido somente poderiam fazê-lo pela União da Juventude Comunista. Criada em 1927, a Juventude Comunista adquiriu, com o tempo, alguma independência. Os jovens que a compunham não podiam integrar o partido. Gozava, por isso mesmo, de uma certa liberdade, a qual era limitada pelo acompanhamento sistêmico do próprio PCB, com vistas a mantê-los no partido.

Assim como a ação comunista no Paraná era muito intensa, também os jovens atuantes se faziam presentes. Como afirma Gildo Marçal Brandão, o PCB pode ser considerado um partido diversificado. De cunho eminentemente urbano, conseguiu reunir, entre parte de seus dirigentes, um significativo número de intelectualidades – professores

---

[228] RIBEIRO, op. cit., p. 12.

[229] Ibid.

[230] RODRIGUES , L. M. . Partidos e Sindicatos - Escritos de Sociologias Política. 1. ed. S. Paulo, SP: Ática, 1989. v.1.

universitários, jornalistas, estudantes e etc, as forças armadas (média oficialidade), até mesmo o Exército – e o proletariado.[231]

A União da Juventude Comunista, apesar de ser relativamente autônoma com relação ao PCB, não era totalmente independente. O artigo 35 do Estatuto da III Internacional,[232] revela a ligação entre a Internacional Comunista e a organização mundial dos jovens comunistas, prescrevendo: "A Internacional Comunista Juvenil é uma seção com plenitude de direitos, da Internacional Comunista e encontra-se sujeito ao Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC)." E mais, o artigo 24 reforça: "Enquanto aguarda a decisão do organismo superior, o membro da organização não pode participar da vida ativa da UJC". Dessa forma, a UJC absorvia todos os ditames comunistas e apoiava as respectivas campanhas do partido. Em entrevista à Tribuna Popular, em 1947, Apolônio de Carvalho,[233] então dirigente da UJC na época, compactua com o PCB ao apoiar a paz e atribuir a responsabilidade da Segunda Guerra Mundial, aos "fascistas":

> A mocidade saiu a pouco de uma tragédia – a guerra desencadeada pelo fascismo. Por isso, a União da Juventude Comunista lutará decididamente pela consolidação da paz, pelo estabelecimento de laços fraternais entre as organizações juvenis do continente, contra todos os planos guerreiros que hoje ainda ameaçam o mundo e dos quais os jovens seriam as primeiras vítimas.

Os membros da UJC eram organizados nos locais de trabalho e até mesmo no local em que residiam. Assim, havia grupos constituídos nas fábricas, empresas, fazendas e escolas ou nos bairros das cidades. No Paraná, durante o início da década de 1940, João Saldanha – o qual, posteriormente viria defender a causa camponesa de Porecatu –, era um dos principais responsáveis pela UJC-PR, chegando a assumir a secretaria da Juventude Comunista no Estado. Engajado cada vez mais ao partido, João Saldanha e outros militantes, dirigiam o Comitê Regional do PCB no Paraná na época do movimento de Porecatu. Com esse exemplo, é possível perceber que a maioria das lideranças da UJC continuava no caminho da militância, atuando nas frentes de comando do partido.

O fato é que o PCB assumiu o movimento pela Paz no Brasil, fazendo uso de uma grande campanha que mobilizaria todo o país. Além disso, outra tarefa atribuída ao partido, era ajudar na organização do Iº Congresso Continental Americano que aconteceria no México.

---

[231] BRANDÃO, Gildo Marçal. *Esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997.

[232] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Estatuto da III Internacional.

[233] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal Tribuna Popular, 21 de mar. 1947.

Isso foi responsável pela pulverização da campanha nos estados brasileiros em busca de apoio. Nesse intuito, realizavam encontros, campanhas de rua e coletas de assinaturas.

No Paraná, o Conselho dos Partidários realizava campanhas, assim como o comitê nacional, para fomentar ações pela paz. Um exemplo disso seria a campanha, *Pró vinte mil assinaturas*, do apelo de Berlim[234], lançada em Londrina. O Apelo de Berlim consistia na exigência de organizações humanitárias, no firmamento de um pacto entre as "grandes potências, o Estados Unidos da América, União Soviética, República Popular da China, Grã-Bretanha e França." O plano de trabalho[235] elaborado pelo Conselho da Paz da cidade visava:

> Em reunião realizada ha poucos dias, o Conselho de Paz de Londrina elaborou o plano de trabalhos para o mês de maio, quando então irá colher 30% da quota fixada para o município, ou seja, 6000 assinaturas até o dia 31 de maio.

Desde 1949, no Paraná, esse movimento fundou comitês em diversas cidades do Estado. Todos os órgãos comunistas foram postos à disposição da campanha. No Paraná, o Movimento dos Partidários da Paz foi fundado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura. Os dirigentes estaduais eram os militantes Otávio da Silveira, Jorge Karan e Vieira Neto. Além desses, muitos outros compunham a diretoria do Conselho.[236]

Tendo em vista a problemática da paz no mundo, esses representantes convocaram em agosto de 1949, o Iº Congresso Estadual em Defesa da Paz a ser realizado em Londrina, cidade que contava com dois vereadores comunistas[237]. Nessa ocasião, também foram sugeridos delegados para a Conferência Regional de Porto Alegre, onde seriam escolhidos os delegados para o Congresso Nacional Pró-Paz, a ser realizado no Rio de Janeiro, e neste, por fim, seriam selecionados os delegados para o Congresso Internacional Pró-Paz, em Paris. A

---

[234] Importante lembrar que em março de 1950, o comitê permanente do Congresso Mundial dos Partidários pela Paz, reunido em Estocolmo, lançou uma campanha mundial de coleta de assinaturas pela paz e a proibição das armas atômicas. Este documento ficou conhecido como "Apelo de Estocolmo". Nessa campanha, o objetivo era coletar quatro milhões de assinaturas. Já em agosto de 1950, divulgaram que haviam conseguido dois milhões. De acordo com Diógenes Arruda, líder comunista, a campanha em defesa do Apelo de Estocolmo conseguiu mais de 4,2 milhões de assinaturas, e se encerrou com um ato público, em janeiro de 1951.

[235] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038. Congresso Estadual Pró-Paz.

[236] Quais sejam: "*Presidente*: Dr. Otávio da Silveira, médico; *1º Vice Presidente*: Felipe Chede, comerciante, 2º *Vice Presidente*: Joel Kuri, jornalista; *Secretário-Geral*: Dr. Jorge Karan, médico; *1º Secretário*: José Eduardo, universitário; *2º Secretário*: Dr. Vitor Barbosa, farmacêutico; *1º Tesoureiro:* Dr. Antenor Pupo, médico; *1º orador*: Vieira Neto, advogado; *Diretor de Publicidade*: Arnaldo R. Pinto, escritor." (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (DOPS/PR). Pasta: 0326, caixa: 38. Congresso Estadual Pró-Paz).

[237] Manoel Jacinto Correia e Newton Câmara.

extrema organização da campanha comunista, com vistas a atingir todos os recantos do mundo, fazia parte do cotidiano do Partido Comunista e de seus militantes. O panfleto de convocação para o Iº Conselho Regional de Londrina,[238] afirma que importantes membros da sociedade apoiavam e organizavam tal iniciativa:

> Amantes da paz e da liberdade, pelas tradições de nossa vida nacional e da orientação que sempre norteou a nossa política externa, é mister que todos compreendamos a importância suprema da defesa da Paz e do entendimento entre os povos, no momento em que as forças desesperadas dos fabricantes de canhões e dos provocadores da guerra, pretendem arrastar-nos para outra hecatombe mais terrível, mais sangrenta e mais destruidora que as anteriores, como todo seu cortejo de fome, de sangue, de mortos e mutilados e inválidos, sem falar no sacrifício, na humilhação e no luto de mulheres e crianças, pois a guerra moderna não poupa as populações civis. Essas as finalidades justas e democráticas com que convocamos o Povo de nosso Estado para a realização do Congresso Pró-Paz em Londrina, como preliminar da Convocação Nacional a 15 de agosto em Porto Alegre e do Congresso Continental da Paz a instalar-se no México no dia 5 de setembro deste ano.

Tentando enfraquecer o movimento, os agentes da Dops alegavam que, juridicamente, desde que considerado legal pela legislação partidária, só poderia haver um Partido Comunista em cada país. Este, por sua vez, não poderia ter ramificações, e no caso brasileiro, essa regra não estava sendo cumprida. Como menciona um relatório[239], no Brasil o PCB havia se expandido, desde a época de sua legalização, bem como posteriormente à sua proscrição, em outras associações, quais sejam: nos organismos de arregimentação sindical, clubes desportivos, comitês democráticos, comitês de assistência aos presos políticos, comissões de aumentos de salários, comissões de estudos e defesa dos direitos dos trabalhadores, comitê de intelectuais contra o processo de Prestes, comissões contra a cassação, associações de camponeses, ligas estudantis, ligas juvenis, federação de mulheres, ligas antifascistas, sociedades de amigos da Rússia, comitês de assistência e amparo aos órfãos da guerra, "fracções alienígenas rotuladas de ligas deste ou daquele país" e a "Campanha de Estudos e Defesa do Petróleo".

> Para a polícia política, da mesma forma que as demais organizações comunistas, a campanha da Paz "funcionou à moda das marés", ou seja, estabeleceu-se planos de ação na Central Comunista, "desceram elos" do Cominform às direções nacionais e destas, "aos organismos inferiores, num movimento de vazante". Realizados os trabalhos de base, "refluiu em proa-

[238] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ -DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 38. Congresso Estadual Pró-Paz.
[239] Ibid.

> mar, aos organismos nacionais, tocou nas grandes organizações continentais e voltou à Central Russa, no 'Congrês Mundial Dos Partisans de la Paix', reunido em Paris, de 20 a 23 de abril".

Mesmo assim, a coordenação do Movimento dos Partidários da Paz, convocou para o mês de agosto de 1949 o I Congresso Estadual em Defesa da Paz e Cultura, que seria sediado em Londrina. Em panfletagem distribuída a população[240], o conclave convidava:

> O CONSELHO MUNICIPAL PRÓ-PAZ E CULTURA convoca todo o povo desta cidade e de todo o Paraná para tornar parte, discutir e votar as resoluções em defesa da PAZ E CULTURA DOS POVOS, que serão apresentados no I CONGRESSO ESTADUAL DA PAZ, a se realizar nesta cidade, no próximo domingo, dia 7, às 9 horas da manhã, no Cine Avenida, com a presença de representantes de todo o Estado do Paraná e delegações de outros Estados irmãos.

O movimento considerado como abusivo para a polícia política – que via nele a expressão da "relativa ignorância do operariado nacional, com respeito aos problemas políticos, sociais e econômicos do país" –, não contou com o apoio dos Estados Unidos e muito menos do governo brasileiro. Dutra, aliás, por estar no momento fomentando uma política de aproximação entre os dois países, decretou a ilegalidade da campanha em todo o Brasil. Tanto que o Iº Conselho Regional de Londrina foi proibido pelas autoridades policiais, resultando na detenção da maioria dos organizadores e participantes, em função da interrupção do evento pela polícia.

Em comunicado[241], o chefe de polícia, Pedro Scherer Sobrinho e o delegado de Ordem Política e Social, Levy Lima Lopes, ordena a interdição do evento, e proíbe por lei, qualquer manifestação sobre a Campanha Pró-Paz no Estado, alegando possuir caráter subversivo, em função de ser partidária do comunismo:

> Para os devidos fins, levo ao seu conhecimento que o Ministério da Justiça, informou ao governo deste Estado, que as autoridades da República proibiram, no Distrito Federal e nos Territórios, as atividades do Congresso Pró-Paz e Cultura porque constataram a origem comunista desse movimento. Deve, portanto, essa Delegacia, tomar todas as medidas cabíveis para proibir semelhantes reuniões em todo o território desse Estado.

---

[240] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ -DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 38. Congresso Estadual Pró-Paz.

[241] Ibid.

Quadro 8: Panfleto de divulgação do Congresso Estadual Pró-Paz, sediado em Londrina, no dia 07 de agosto de 1949.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (Dops/PR). Pasta: 0326, caixa: 38. Congresso Estadual Pró-Paz.

A princípio, a realização do evento estava permitida pelo delegado Regional de Polícia, Cap. Palmyro G. Oliveira. O delegado alega ter conhecimento não só da realização da Campanha mas de uma conferência anterior a ela, presidida pelos militantes Jorge Karan e José Vieira Neto. O tema dessa reunião era discutir sobre o PRÓ-PAZ. Seu principal objetivo era arrecadar fundos para o Congresso Estadual Pró-Paz. Nessa conferência, anterior ao Congresso Estadual, a permissão foi concedida em função do desconhecimento do delegado de haver lei que impeça a realização do mesmo. Como o próprio Oliveira[242] declara:

> Permiti a realização da Conferência acima mencionada, pelo fato de ignorar proibição nesse sentido, pois nesta Delegacia só possuo um Ofício a respeito sob o nº 84 G., de caráter Reservado de 6-4-1949, o qual tem anexo outro Ofício nº 143 de 5-4-1949, pelo que se nota que não proíbe tais reuniões e Conferências e sim somente que sejam tomadas as necessárias providências no sentido de que os funcionários desta Chefatura se abstenham de participarem de qualquer atividade ligada ao referido Congresso.

Os comunistas tiveram conhecimento da proscrição do evento às vésperas de seu acontecimento, impedindo-os, por isso, de recorrer à revogação da decisão. Conforme declaração de Jorge Karam,[243] secretário-geral do Conselho Estadual de Defesa da Paz e da Cultura, e portanto, um dos organizadores do Congresso Estadual Pró-Paz, o banimento desta ação, impediu, totalmente, uma possível reação de seus organizadores:

> [...] em vésperas de viajar para aquela cidade [Londrina] a fim de assistir o referido congresso, o declarante [Jorge Karam] foi informado através de um telefonema de Londrina, de que a efetivação do mesmo havia sido proibida e, em seguida, em companhia do doutor José Rodrigues Vieira Neto, o declarante dirigiu-se à Chefatura de Polícia, a fim de melhor se inteirar da veracidade e procedência da proibição; que no gabinete do Excelentíssimo Senhor Coronel Chefe de Polícia, foram cientificados de que o congresso ou referência havia sido proibido por ordem da Chefatura que endossava a proibição dos mesmos no Distrito Federal e demais Territórios da União, que o declarante houve por bem a fim de esclarecer, perguntar a Sua Excelência, se nesse sentido havia sido baixada alguma portaria do Ministério da Justiça, tendo Sua Excelência respondido que ignorava; [...] o declarante e o doutor Vieira Neto viajaram para Londrina a fim de comunicar aos convocados de que o congresso não se realizaria a lançar seus protestos aos mesmos sobre a medida proibitiva, as quais consideravam ilegal e arbitrária; que assim pensavam em se desagravar, deixando de utilizar-se dos meios judiciários, porquanto não havia mais tempo de se dirigir ao judiciário, [...] que na manhã seguinte, dia aprazado

[242] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ -DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 38. Congresso Estadual Pró-Paz.
[243] Ibid.

> para a realização do Congresso, coincidentemente afluíram para aquela residência [de Newton Câmara], as pessoas convocadas, tendo o declarante de um dos terraços, falado às pessoas que lá se encontravam, cientificando da proibição do congresso, protestando contra o fato.

O movimento foi declarado ilegal pela polícia política, tendo como conseqüência a interrupção do evento e a prisão de lideranças e de participantes. Por não contar com o apoio dos Estados Unidos[244], o presidente Dutra, decretou que essa manifestação seria declarada ilegal no país. Ainda assim, o Congresso foi realizado para eleger os delegados que participariam da edição nacional do mesmo, o qual iria se realizar em Porto Alegre. Conforme relata a polícia política[245] sobre a persistência dos manifestantes mediante o decreto-lei:

> O gerente da agência do Banco do Brasil, determinou o comparecimento do declarante [Um dos organizadores do evento][246] na Delegacia Regional de Polícia, conforme solicitação da mesma e, lá comparecendo, foi o declarante cientificado de que a polícia não permitiria a realização do mencionado Congresso, bem como toda e qualquer manifestação em prol do mesmo, isso em conformidade com as instruções que resultara das altas autoridades da União e do Estado, que o declarante cessou suas atividades, e na manhã seguinte, dia designado para a realização do Congresso, dirigiu-se para o local apropriado e de lá, para a presidência do doutor Newton Câmara, local para onde também afluíram todos elementos convocados e convidados para o Congresso; [...], informando da proibição policial e manifestando o seu protesto contra o fato, denominando-o de arbitrário e ilegal, muito embora conhecimento tivessem de que a ordem proibitiva emanava das autoridades federais e estaduais [...].

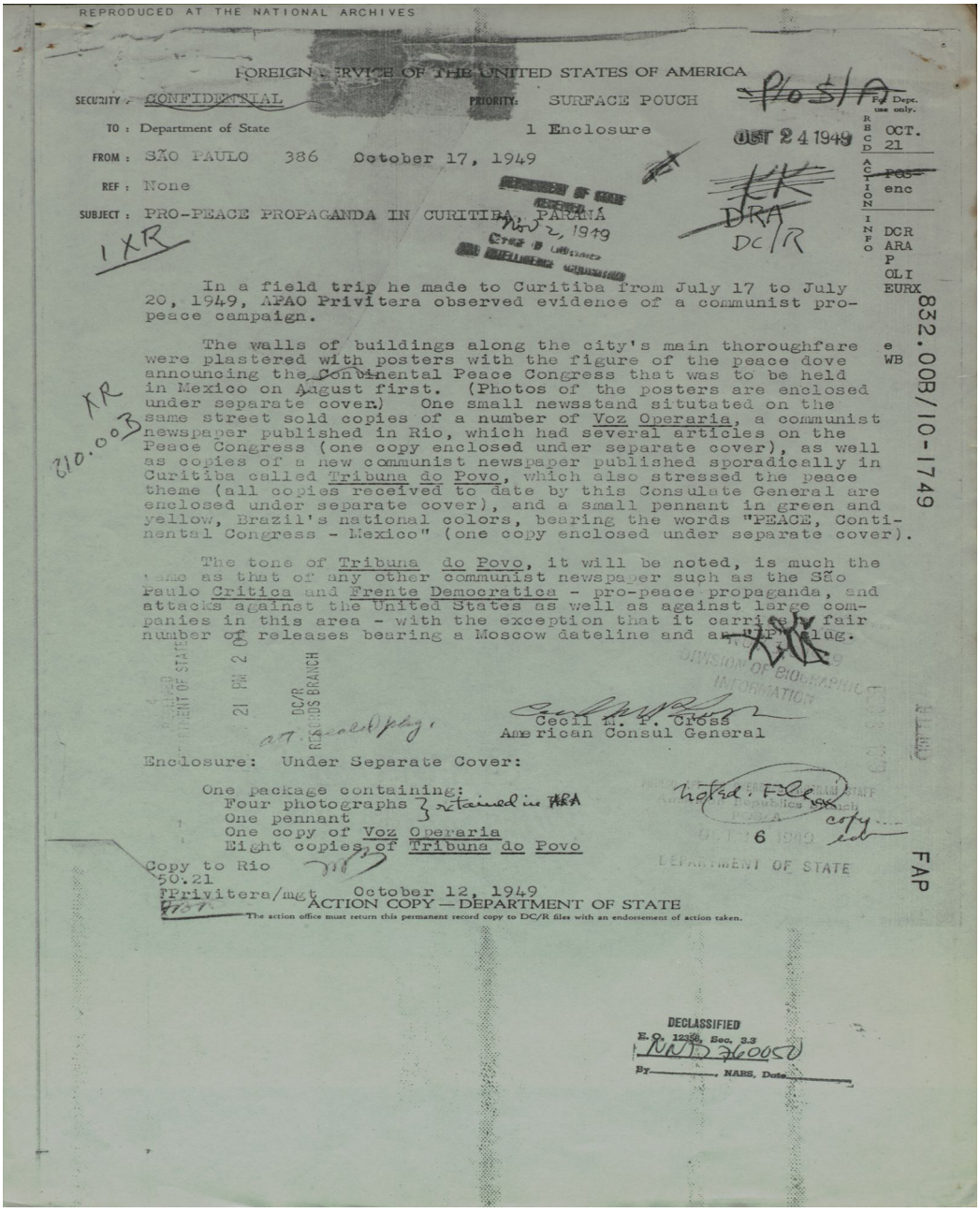
A polícia política estadunidense chegou a fazer uma investigação no Paraná sobre a atuação dos comunistas em Curitiba. Disseram que as principais ruas das cidades foram cobertas por cartazes com o objetivo de anunciar o Congresso Continental Pró-paz no México, realizado entre os dias 5 e 10 de setembro de 1949. Também criticaram o modo como a Tribuna do Povo – principal jornal comunista em Curitiba – atacava os Estados Unidos e a todos que o apoiassem. Abaixo, a foto do documento que relata essa investigação:

---

[244] Muito embora nos Estados Unidos a estratégia de repressão era diferente da aplicada no Brasil.

[245] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - DOPS/PR. Pasta: 0326, caixa: 38. Congresso Estadual Pró-Paz.

[246] Não cita o nome do declarante no documento, mas acredita-se tratar de José Rodrigues Vieira Neto, um dos líderes organizadores.



REPRODUCED AT THE NATIONAL ARCHIVES

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA

SECURITY: CONFIDENTIAL PRIORITY: SURFACE POUCH

TO: Department of State 1 Enclosure

FROM: SÃO PAULO 386 October 17, 1949

REF: None

SUBJECT: PRO-PEACE PROPAGANDA IN CURITIBA, PARANÁ

In a field trip he made to Curitiba from July 17 to July 20, 1949, APAO Privitera observed evidence of a communist pro-peace campaign.

The walls of buildings along the city's main thoroughfare were plastered with posters with the figure of the peace dove announcing the Continental Peace Congress that was to be held in Mexico on August first. (Photos of the posters are enclosed under separate cover) One small newsstand situtated on the same street sold copies of a number of Voz Operaria, a communist newspaper published in Rio, which had several articles on the Peace Congress (one copy enclosed under separate cover), as well as copies of a new communist newspaper published sporadically in Curitiba called Tribuna do Povo, which also stressed the peace theme (all copies received to date by this Consulate General are enclosed under separate cover), and a small pennant in green and yellow, Brazil's national colors, bearing the words "PEACE, Continental Congress - Mexico" (one copy enclosed under separate cover).

The tone of Tribuna do Povo, it will be noted, is much the same as that of any other communist newspaper such as the São Paulo Critica and Frente Democratica - pro-peace propaganda, and attacks against the United States as well as against large companies in this area - with the exception that it carries a fair number of releases bearing a Moscow dateline and an "UP" slug.

Cecil M. P. Cross
American Consul General

Enclosure: Under Separate Cover:

One package containing:
Four photographs
One pennant
One copy of Voz Operaria
Eight copies of Tribuna do Povo

Copy to Rio
50.21
FPrivitera/mgt October 12, 1949

ACTION COPY — DEPARTMENT OF STATE
The action office must return this permanent record copy to DC/R files with an endorsement of action taken.

DECLASSIFIED
E.O. 12356, Sec. 3.3
NND 760050
By ____ NARS, Date ____

Quadro 9: Documento da Embaixada Norte-americana no Rio de Janeiro, informando sobre órgãos de imprensa comunista em atividade e sobre a propaganda da Campanha Pró-paz em Curitiba.

Fonte: ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives. [247]

[247] "Pró-paz propaganda em Curitiba, Paraná. Em uma visita que fez a Curitiba de 17 a 20 julho, APAO Privitera observou indícios de uma campanha comunista pró-paz. As paredes dos edifícios ao longo da principal avenida da cidade foram cobertas com cartazes, nos quais, aparece a figura da pomba da paz anunciando o Congresso Continental da Paz que era para ser realizado no México, em primeiro de agosto. (Fotografias dos cartazes estão anexados). Uma pequena banca de jornal situada na mesma rua vendia cópias de um determinado número do Voz Operária, um jornal comunista publicado no Rio, que tinha vários artigos sobre o Congresso da Paz (uma

Os partidários da Paz, se mantiveram presentes no Paraná e, apesar do seu movimento ser concebido por lei como ilegal, eles ainda realizaram congressos até por volta de 1953. Os delegados membros do grupo também participaram de encontros nacionais e internacionais, ao todo cinco, sediados respectivamente no México, Polônia, França, Áustria e Argentina. E de fato, como ressaltou Hermógenes Lazier: "essa foi uma das lutas que mais empolgava naquela época, havia o perigo da guerra no mundo, a luta pela paz naquela época era decisiva, para o Paraná, até para a humanidade, devido ao perigo de uma nova hecatombe".[248]

Apesar de práticas políticas estreitas, intransigentes e sectárias, com uma "estrutura interna autoritária" e um "centralismo burocrático e mecânico", o PCB, mesmo com a vida difícil e problemática que levava logo após a proscrição de seu registro, contava com ações positivas, como foi o caso do Movimento dos Partidários da Paz. E não só a campanha da paz compõe essa obra do partido. Como vimos, esse movimento dos partidários da paz não era o único apoiado pelo PCB. Os comunistas apadrinharam outras campanhas, como por exemplo, contra o acordo militar Brasil-Estados Unidos, contra o envio de 20 mil soldados brasileiros para a Coréia, em favor dos "jornais do povo" (ajuda financeira aos periódicos comunistas), contra a carestia, em favor do Petróleo (Campanha "O Petróleo é nosso"), em favor da Reforma Agrária (com coleta de assinaturas), pela emancipação nacional e "Pró-Imprensa Popular" (campanha de ajuda ao jornal). No entanto, a diminuição de campanhas "sociais" pelo partido diminuiu consideravelmente devido ao choque sofrido em 1953 com o falecimento de Stálin, causando desânimo entre os militantes.

Por tudo isso, acreditamos que a influência da polícia política estadunidense sobre a polícia política brasileira e autoridades policiais paranaenses deixou suas raízes anticomunistas e feriu o direito de liberdade de expressão,[249] previsto na Constituição de 1946. O temor da expansão do "monstro vermelho" se intensificou na medida em que o Partido Comunista Internacional organizava campanhas nacionalistas (como a Campanha do

---

cópia anexada enviada separadamente), bem como cópias de um novo jornal comunista publicado esporadicamente, em Curitiba chamado de Tribuna do Povo, que também salientou o tema da paz (todos os exemplares recebidos até a data pelo Consulado Geral estão anexados separadamente), e um pequeno galhardete em verde e amarelo, cores nacionais do Brasil, com a menção 'PAZ, Congresso Continental – México' (uma cópia anexada em separado na capa). Os temas da Tribuna do Povo, que será observado, são sensivelmente os mesmos que o de qualquer outro jornal comunista, como os de São Paulo: Crítica e Frente Democrática - propaganda pró-paz, assim como os ataques contra os Estados Unidos e as grandes empresas nesta área" (tradução nossa; grifos do documento).

[248] LAZIER, Hermógenes. *Paraná*: terra de todas as gentes e de muitas histórias. Francisco Beltrão: Grafut, 2003, p. 13.

[249] "É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos [...]." (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946, Cap. II, art. 141, § 7º.)

Petróleo) e mobilizava as massas em favor da paz mundial (Movimento dos Partidários da Paz). Demonizando os Estados Unidos, o PC utilizava um discurso direto e sensibilizador. Diante desse quadro, os comunistas procuravam dividir o mundo em duas tonalidades distintas, indicando a luta do *bem* (comunismo - PCB) *versus* *mal* (capitalismo - EUA). Por outro lado, essa motivação provocou a ira das autoridades policiais brasileiras, as quais, embebidas do discurso anticomunista passaram a fazer uso da coerção ao seu extremo. Por isso, a violência física, assassinatos e repressões contra os comunistas foram intensos ou até mesmo superiores se comparado com o período getulista.

3 - A POLÍCIA POLÍTICA PARANAENSE: ÓRGÃO REPRESSOR OU NORMATIZADOR?

3.1. Histórico da polícia política no Brasil: organização, articulação e aplicação de normas a sociedade

Como se pôde observar, a polícia política, e em particular a Dops-PR, agiram como partidários do proibicionismo, como autoridades policiais que procuravam hierarquizar idéias, submetendo-as a um julgamento diário, com o objetivo de purificar a sociedade. Esses atos de "saneamento ideológico"[250] funcionavam por meio de uma censura preventiva e punitiva, com a finalidade de impedir a circulação de concepções subversivas e que ferissem o estatuto ideológico imposto pelo regime governista. Os indivíduos que violassem as ordens estabelecidas seriam tratados como "bandidos" e "criminosos", sobretudo aos olhos da lei.

Desde os primórdios do século XX, já havia um sistema de controle político-ideológico: o denominado Corpo de Investigação e Segurança Pública da Polícia Civil do Distrito Federal e também a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (1907). Ao contrário de outras seções que se subordinavam a subinspetorias, tais repartições receberam as seguintes competências:

> velar pela existência política e segurança interna da República (...) desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos.[251]

Com o Decreto nº 15.848, de 20 de janeiro de 1922, é extinta a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública e fundada a 4ª Delegacia Auxiliar, também subordinada à Polícia Civil do Distrito Federal. No entanto, a 4ª Delegacia Auxiliar foi suprimida pelo Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933, que criou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), subordinada à Polícia Civil do Distrito Federal. A DESPS, segundo a legislação de sua criação, organizou-se em três seções: Segurança Política, Segurança Social e a Seção de Armas e explosivos. Essas respectivas competências são assim expressas em 1943:

---

[250] CARNEIRO, op. cit., p. 15.

[251] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994, p. 12-13.

> - A Seção de Segurança Política é encarregada de 'inibir a reorganização dos serviços de espionagem (...)';
> - A Seção de Segurança Social cabe a observação e fiscalização do "problema trabalhista', encarado como as vicissitudes do movimento sindical (...);
> - A Seção e fiscalização de Explosivos, Armas e Munições providenciava autorizações para o 'sempre crescente aumento do comércio de explosivos usados nas indústrias químicas e correlatas, construções e desapropriações.[252]

Nota-se que desde o Corpo de Investigações e Segurança Pública até a efetivação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) – em 1933 – , a questão da ordem pública era anunciada de um modo amplo, porém vago. Os causadores da "desordem", não eram específicos de um só grupo, ou seja, os subversivos tanto podiam ser os anarquistas, os comunistas, os vadios, os mendigos e muitos outros grupos sociais passíveis em infringir as regras ditadas por superiores.

A partir do Decreto nº 6.378, de 28 de março de 1944, a Polícia Civil transforma-se em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), também subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo como funções a apuração das infrações penais e da sua autoria que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho. O DFSP é formado pela integração das seguintes unidades organizacionais: Divisão de Polícia Política e Social (DPS), Divisão de Polícia Técnica (DPT), Divisão de Política Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPM), além de delegacias especializadas em defraudações e falsificações, roubos e furtos, costumes, tóxicos e mistificações, jogos e diversões, vigilância e menores. É importante ressaltar, que foi com o Decreto nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945, o qual instituiu o regimento do DFSP que distingue entre crimes contra a segurança política e contra a segurança social.

Da DPS partem sugestões para a criação de um organismo de polícia internacional sul-americano. Era de responsabilidade da "seção internacional", a manutenção atualizada de todas as informações de caráter político ou criminal consideradas úteis à segurança das Américas. Nesse sentido, interessava, sobretudo a ficha de "líderes extremistas", "agitadores", "criminosos políticos", "delinqüentes internacionais", "ladrões e assemelhados", no caso de viagem para outro país. No Paraná, havia uma repartição própria para o assunto: o Serviço de Registro de Estrangeiros. E essa ordem era cumprida até mesmo na ocorrência de viagens interestaduais ou estaduais e em casos de transferência de domicílio:

---

[252] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994, p. 12-13.

> Senhor Delegado:
>
> Comunico a vossa senhoria que em data de ontem deferi o requerimento assinado pelo estrangeiro Hermann Bertelmann, de nacionalidade alemã, requerimento esse relativo à transferência de residência do elemento em apreço dessa cidade para Arapongas, município de Caviúna, deste Estado, a quem poderá ser expedido o respectivo salvo-conduto. Chefe do S.R.E, no Paraná.[253]

Observa-se que a dinâmica e autonomização da agência policial ocorreram no início dos anos de 1930, simultâneo à criação de agências estatais de regulação da vida social. Adolpho M. da Costa[254] afirma que diversos foram os períodos e os perseguidos pelo aparato policial. Segundo ele, os inimigos comuns da polícia política, mudavam de acordo com o contexto histórico. Dessa forma, o governo de Artur Bernardes (1922-1926) foi caracterizado pela organização da Dops e ascensão do fascismo, enquanto que a "Era Vargas" (1930-1945) foi marcada pela organização do Estado Novo e seus instrumentos repressivos – como a Constituição Polaca (de 1937), o Tribunal de Segurança Nacional, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a "famigerada Polícia Política, repressão brutal, mesclada de paternalismo. Ascensão irresistível do fascismo, nazismo, integralismo, período de mal.". Paralelo a isso, a época de Dutra (1946-1950) conviveu com o anticomunismo, repressão aos movimentos sociais de agricultores, ligas camponesas, proscrição do PCB; cassação de mandatos de parlamentares comunistas e oposicionistas, além de violências contra sindicatos e sindicalizados.

Mas, nessa conjuntura, o comunismo foi o que mais se destacou, pelo menos temporalmente. Afinal, essa ideologia foi consignada como "inimigo número um da nação" pela agenda de segurança nacional, entre a década de 1930 e os anos de 1970. E trilhando esse mesmo caminho, os órgãos de polícia política intensificaram a vigilância sobre os suspeitos. É lógico que, com o decorrer dos anos e com uma sociedade cada vez mais complexa, os alvos se multiplicaram, mas a fronteira da tolerância estipulou o desprezo ao comunismo, principalmente de seu papel nos movimentos sociais e políticos. Posteriormente amplificada pela Guerra Fria, a "Insurreição Comunista de 1935", tornou-se o símbolo do discurso anticomunista.

---

[253] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544c, caixa 61. Delegacia de Polícia de Londrina (1942 a 1945, 1969).

[254] COSTA, op. cit., p. 10.

Mesmo com a dinamização da polícia política no início dos anos de 1930 (com a criação da Delegacia), a sua institucionalização[255] como agência federal de investigação, informação e repressão aos crimes contra o Estado, a ordem política e social somente se concretizou pela organização da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), fundada em 1944 e regulamentada em 1946.

A Divisão de Polícia Política e Social (DPS) era uma instância subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), o qual possuía seus serviços restritos ao Distrito Federal, e só eventualmente atuava junto aos serviços policiais estaduais. Mesmo assim, a DPS foi responsável por rotinizar os procedimentos de investigação e estabelecer ligações formais com as Dops e as secretarias de segurança estaduais, com as seções de segurança nacional, com os serviços de informações e polícia política de vários países europeus, norte-americanos e latino-americanos, estruturando assim, uma rede nacional e internacional.

3.2. Traçando estratégias: os projetos da polícia política para garantir a segurança nacional

No momento do pós-guerra, o controle da sociedade civil encontrava fundamento nas respectivas Leis de Segurança Nacional dos anos de 1935 – que definia crimes contra a ordem política e social –, na de 1938 – a qual definia crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social – e o anteprojeto de 1947 –, o qual definia crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e a ordem política e social. Em certa medida, a revolta comunista de 1935 contribuiu para a formulação e efetivação dessas leis de segurança nacional, a ponto de eleger como tema a vigilância e defesa contra os extremismos. A liberdade e a repressão, apesar de contraditórias, estavam presentes no mesmo contexto. Isso porque, o pós-1945 foi marcado pela cassação do PCB ao mesmo tempo em que a Constituição de 1946 garantia a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência e crença e de defesa mediante qualquer acusação. Como afirma Luis Reznik[256], a política da época, considerada por muitos como "democrática"[257], garantia e

[255] *Institucionalização* no sentido de pôr em prática os trabalhos de investigação, análise e repressão através de um aparato de funcionários com funções específicas e hierarquia bem delimitada e também pelo estabelecimento de conexões locais, nacionais e internacionais. Cf. REZNIK, op cit.
[256] REZNIK, op. cit, p. 64.

restringia os direitos, por isso, para ele, o "Estado" atribuía um novo significado à palavra "democrático", distinta da definição que conhecemos atualmente:

> Estado democrático era aquele que construía suas defesas contra os que queriam desobedece-lo, isto é, devia impor limites ao próprio fazer democrático, ao livre jogo das manifestações de pensamento. Do contrário, sem nada fazer, ficando inerte, sucumbiria, pois os tempos eram outros, e os inimigos, mais experientes e poderosos.

Com esse objetivo, as Leis de Segurança Nacional desse período iriam servir de conotação para pensar o Estado pós-1946. Suas repercussões seriam sentidas já em 1947, quando o PCB teve seu registro cancelado. Os congressistas responsáveis por essa medida, argumentavam que a liberdade para os comunistas significaria a sua infiltração e predomínio no poder. Ainda assim, para os atores políticos, o período em questão foi marcado por um interregno democrático, assegurado pelas características liberais da Constituição de 1946. Contudo, restrições em vigor na Era Vargas, permaneciam ativas e liberdades continuavam sendo parcial ou formalmente cerceadas –, como a cassação do PCB, o fechamento de inúmeras associações supostamente controladas pelos comunistas e a permanência da repressão aos seus militantes e transgressores da ordem.

Enquanto isso, a discussão sobre a transformação do anteprojeto de 1947 em lei de Segurança Nacional dividia opiniões. Alguns debatedores abraçavam a causa, argumentado que se tratava de uma "lei de defesa do Estado", outros, em contrapartida, afirmavam que através dessa lei a "democracia estaria disposta a praticar a intolerância". Na opinião de Maria H. Moreira Alves,[258] "em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão".

A aprovação do anteprojeto em Lei de Segurança Nacional de 1953 confirmava que dentro dos moldes de uma nova concepção de democracia haveria a necessidade de instalação de uma outra segurança nacional. Sob a vigência da Constituição de 1946, a lei de 1953 "definia crimes contra o Estado e a ordem política e social". Nestes termos a guerra passa a ser "total", e a polícia política se centra nos movimentos sociais e nas atividades do PCB.

---

[257] Isso porque o período compreendido entre os anos de 1945 a 1964 é conhecido como o interregno entre "ditaduras". Limita-se entre o fim da "Era Vargas" (1930-1945) e entre o "Golpe de 1964", ambos conhecidos respectivamente como "ditadura" e "ditadura militar" pela historiografia.

[258] ALVES, op. cit., p. 27.

3.3. A Doutrina de Segurança Nacional: antecedentes

A coerção, tanto física quanto ideológica exercida pela polícia política, se alicerçava nas leis de ordenamento da sociedade. Citando Margaret Crahan, Maria Helena Moreira Alves[259] afirma que as origens da doutrina de segurança nacional na América Latina, e mais especificamente, no Brasil, remontam ao século XIX e são caracterizadas por teorias antimarxistas e até tendências conservadoras do pensamento social católico.

Podemos observar, no entanto, que há registros de censura no Brasil desde o período colonial, quando já em 1547, sob a ordem do Infante D. Henrique, publicou-se uma lista de livros proibidos, inaugurando o controle e repressão na divulgação de idéias.[260] Essa herança foi mantida nos anos precedentes, tanto que, circular com obras apontadas como "degenerativa" antes da década de 1920, "implicava no ato legal da detenção do autor, acompanhado da ordem de apreensão de seus livros", mas esta prática incentivou ainda mais as "leituras secretas, o funcionamento de gráficas clandestinas e a circulação camuflada de livros, panfletos, boletins e similares".[261]

Somente na década de 1920 houve a concretização e a formação de um aparato policial, que objetivava conter a ação dos revoltosos comprometedores da ordem pública. Este sistema, como vimos anteriormente, consolidou-se durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), e tinha como principal função, vigiar os opositores do Estado e evitar a formação de movimentos operários. A partir de então, a prática da vigilância tornou-se rotina e os inimigos do país variavam de acordo com o governo e a conjuntura mundial do momento.

Apesar da liberdade de imprensa, em vigor desde 1921, o Estado sentia a necessidade de fiscalizar a ameaça corrosiva que acreditava existir em torno dos princípios de "Religião, Pátria e Família". Com o objetivo de acompanhar a fundo essa questão instalou-se, a partir do governo de Artur Bernardes, um sistema de envios de relatórios diários, os quais mantinham a Presidência da República constantemente informada sobre a atuação das delegacias auxiliares, sedes do conjunto policial na época.[262] Mas a preocupação estava voltada em relação aos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas, acusados de alimentarem o movimento operário. Os "indesejáveis", como eram chamados estes instigadores e os operários que se juntavam a

---

[259] CRAHAN apud ALVES, op. cit., p. 33.

[260] Para maiores detalhes sobre este caso consulte: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas:* o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade-Arquivo do Estado/SEC, 1997.

[261] CARNEIRO, op. cit., p. 18.

[262] Adolpho Mariano da Costa (1993) explica como funcionava o sistema informativo de relatórios, bem como as medidas tomadas pelas delegacias auxiliares caso houvesse suspeitas.

agitação, passaram a ser identificados pela Delegacia de Ordem Política e Social através de fichas fornecidas pelo Centro Industrial. Neste arquivo, constava o "nome do delinqüente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia".[263] Com esses registros, a Dops passava a ter acesso a informações pessoais, podendo reconhecer o "atestado ideológico"[264] de cada indivíduo e, com isso, estabelecer o nível de perigo que este fornecia à ordem social, pontuando um grau de vigilância para cada caso.

Com o início da "Era Vargas" em 1930, houve a intensificação do papel da polícia, só que agora, preocupada em combater as "ideologias exóticas" como o fascismo, nazismo, integralismo e comunismo. A mudança aconteceu devido ao rompimento de relação do governo brasileiro com a União Soviética e, em seguida, a declaração bélica ao Eixo[265] durante a Segunda Guerra Mundial. Para Elizabeth Cancelli, nesse momento, "o governo passara a ser o Estado, e a polícia, o mais importante dos órgãos de poder na sociedade, uma vez que personificava o braço do executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político".[266] Mais do que nunca, governo e polícia política andavam juntos, agindo de acordo com normas e prerrogativas:

> Medidas extralegais tomadas pela polícia, como a prisão relativamente longa para averiguação de elementos considerados nocivos à ordem pública, foram rapidamente sendo substituídos por medidas ilegais, como a manutenção de prisioneiros que já haviam cumprido suas penas. Era próprio do terror e da polícia a implementação de uma espécie de estado dual, dividido em duas facetas: a normativa e a de prerrogativas. O estado normativo estava representado pelas atividades do governo que transcorriam de acordo com as normas e a ordem legal, como se expressavam os estatutos, as decisões das cortes e as várias agências administrativas. O estado de prerrogativas era representado pelo círculo do poder e pela polícia em uma esfera inatingível pela lei.[267]

---

[263] COSTA, op. cit., p. 09.

[264] Para Adolpho Mariano da Costa (1993, p.09)., "atestado ideológico" era utilizado pelo DOPS como "ardiloso instrumento de violência contra os direitos e garantias fundamentais do trabalhador". Segundo o autor, o atestado tinha como contrapartida a "lei do silêncio". No período de cinco anos, os considerados "suspeitos' pelo DOPS, ficavam sob vigilância permanente, sofrendo submissões e humilhações para provarem sua inocência ou assumirem sua oposição. Neste último caso, eram enquadrados na lista dos "indesejáveis" pela delegacia.

[265] Opositores dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, os países do Eixo, encabeçados pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki e do Imperador Hirohito, eram também conhecidos como "Eixo Roma-Berlim-Tóquio" pelos seus inimigos. Além dessas três nações principais, faziam parte outras menores como a Bulgária, Hungria e Romênia. Como se sabe, os países do Eixo saíram derrotados na Segunda Guerra, fato que chegou ao seu apogeu quando da invasão à Alemanha pelos Aliados e suicídio de Hitler, ao passo que no Japão, Hiroshima e Nagasaqui foram bombardeadas e sumiram do mapa.

[266] CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia da Era Vargas. São Paulo: Edumb, 1993, p. 47.

[267] Ibid., p. 27.

Além da Dops, durante o Estado Novo, multiplicaram-se os instrumentos repressivos. Surgiram a Constituição Polaca (de 1937), o Tribunal de Segurança Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A interferência dos Estados Unidos nessas organizações policiais era indireta e cada vez mais presente, sobretudo após a insurreição comunista de 1935, ocorrida no Rio de Janeiro. Com o argumento de impedir a penetração do nazi-fascismo, o Departamento Federal de Investigação (FBI), passa a auxiliar a polícia política não só do Brasil, mas de toda a América Latina. Palestras de policiais norte-americanos incorporados ao FBI foram apresentadas a escola de formação policial em conjunto com a Dops do Rio de Janeiro. Além disso, agentes do Special Intelligence Service (SIS), também foram destinados a missões de espionagem no Brasil, Argentina e Chile.[268]

Apesar dessa abertura ao sistema policial estadunidense, a vigilância durante os anos de 1930 a 1940 despertou nas instituições um sentimento nacionalista, impulsionado pela transição de país agrário ao objetivo de alcançar a categoria de economia industrial. O indivíduo deixou de ser representado como figura suprema da sociedade, a qual passou a ter a nação como justificativa de sua existência, e por isso, era atribuído aos homens seguirem as leis impostas pelo poder estatal. O controle político era algo psicologicamente internalizado.

Foi nessa perspectiva que a polícia política do governo Vargas agiu a partir de 1942, com os adeptos do Eixo (italianos, japoneses e alemães), por causa da ligação do Brasil à Tríplice Aliança. Contudo, a articulação política se intensificou de 1930 a 1937, quando houve a formação de movimentos tanto de esquerda como de direita, espalhados em várias cidades paulistas. Essas associações urbanas agiam na clandestinidade, mas já estavam organizadas em sindicatos operários sob o respaldo de comunistas, socialistas e integralistas.

Para a polícia política esses organismos disseminavam os ideais comunistas que pregavam um discurso de ameaça a supremacia do Estado, pois estimulava o operariado a contestar as condições de trabalho e exploração a que eram submetidos. A propaganda exigia uma unidade de todas as atividades e ideologias. Sua linguagem simples, imagética e agressiva visava provocar paixões para atingir diretamente as massas. Contrapondo a divulgação política de "insinuações indiretas" e práticas ameaçadoras executadas pelo sistema policial, a propaganda comunista fazia-se mais sedutora aos olhos do operariado, o que, para a polícia política, seria sinônimo de conspiração contra a ordem pública imposta pelo Estado. A

[268] Para Martha K. Huggins (op. cit., p. 233), essa infiltração era uma "chantagem protecionista" da ajuda policial que acabou por ampliar e fortalecer elites poderosas, tanto no Estado-nação protetor quanto no beneficiário".

vigilância e o aprisionamento de material subversivo no norte paranaense tornou-se comum, como podemos observar abaixo:

Quadro 10: Material subversivo apreendido na região de Londrina.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (Dops/PR). Pasta: 544 d; caixa: 61. Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

Mas a preocupação da Dops com o "perigo político" não estava centrada apenas no mundo urbano. No campo, a apreensão do PCB com os trabalhadores rurais[269] e camponeses vieram a tona em meados da década de 1940. De acordo com Angelo Priori[270], o apoio do partido aos movimentos rurais era uma questão já em pauta desde os anos de 1920, mas que na prática, demorou a ser aplicada:

> [O PCB] não tinha se negado a discutir e a ter uma presença mais efetiva na organização dos camponeses e trabalhadores rurais. Desde a sua fundação em 1922, passando pela experiência de Bloco Operário e Camponês (BOC) e a tentativa de tomada do poder em 1935, essa discussão estava colocada, embora pública e manifesta fosse a sinceridade do partido em lamentar a sua incapacidade de equacionar o' problema camponês' diante da falta de dados e de estudos confiáveis.

[269] Entenda-se por trabalhadores rurais os "posseiros, arrendatários, assalariados etc." Cf.: PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Córtex, 2003.
[270] MAZZEO; LAGOA, op cit., p. 61.

Sobre a vigilância e o perigo eminente fundamentado na "lógica da suspeição",[271] Emiliana Andréo da Silva[272] complementa:

> Geograficamente, todos os espaços eram vigiados pelo 'olhar' treinado das autoridades policiais que, ao longo do século XX, transformaram as fichas de identificação e os relatórios de investigação em registros de controle social.[273] Todo cidadão – de qualquer sexo, religião, raça e nacionalidade – era um suspeito em potencial. E o perigo de uma sublevação contra a ordem instituída não tinha endereço certo: tanto poderia vir do campo como da cidade, ser liderada por um homem simples, sem cultura ou por um intelectual renomado.

Como mencionado no primeiro capítulo, logo em seguida ao pós-guerra e o fim do Estado Novo, há um curto período de tempo "democratizado", que permitiu a legalização dos comunistas. Mas, já em 1947, apareceram restrições à suposta "liberdade" com a cassação do PCB. Nesta ocasião, tanto o partido como as associações e imprensa vinculadas a ele foram reprimidas. No governo Dutra (1946-1950), há uma cobrança maior quanto a manutenção da ordem e segurança pública, ameaçadas pela eclosão de movimentos sociais no campo.

Apesar do imediato pós-guerra ter marcado um interregno democrático e conseqüentemente a legalidade dos comunistas, deve-se levar em conta, que o cancelamento do registro do PCB em 1947 e a cassação dos mandatos parlamentares em 1948 "marcaram o trauma do nascimento da democracia brasileira".[274] O anteprojeto de julho de 1947 confirmou esse trauma na medida em que definiu o combate a crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e a ordem política e social, intensificando o controle da sociedade civil que nos anos anteriores encontrava fundamento nas respectivas Leis de Segurança Nacional de 1935 e na de 1938.

Promulgada em 5 de janeiro de 1953, no segundo governo Vargas e sob a vigência da Constituição de 1946, a Lei de Segurança Nacional foi reformulada num momento em que o campo político estava envolto, como vimos, da díade democracia e liberalismo. Aos conceitos de *democracia* e *liberalismo* foram dados novos significados no período da Guerra Fria. Cada lado, por exemplo, atribuía um nome ou característica à lei. Uns, como os

---

[271] "Lógica da suspeição": todos os indivíduos estavam "sujeitos" à subversão e, era papel do DOPS investigar e fichar os "suspeitos" de praticar a perturbação da ordem pública.

[272] SILVA, Emiliana Andréo da. *O despertar do campo*: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 18.

[273] "Geopolítica de controle: relação de controle e poder que o Estado exerce sobre um determinado espaço, território" (SILVA op cit., 2003, p. 18).

[274] REZNIK, op. cit., p. 40.

comunistas a chamavam de “Lei Monstro”, outros em oposição, a denominavam de “Lei de defesa do Estado”, ou simplesmente de “Lei de Segurança Nacional”. No entanto, legitimado pela aliança antifascista, durante a Segunda Guerra Mundial, o discurso liberal encontrou espaço para se expandir. Apesar da orientação autoritária do regime estadonovista, a oposição a Vargas conseguiu associar, no momento do pós-guerra, o Estado “ditatorial” da “Era Vargas” com o fascismo, que havia sido derrotado, acrescentando à retórica política, o termo *democratização*, conciliando, dessa forma o período democrático com os anos pré Getúlio.

3.4. A organização da polícia política no Estado do Paraná

O Paraná, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, era considerado uma terra de prosperidade, símbolo do progresso e da modernidade. No entanto, sendo ícone de oportunidades, atraiu “bons” e também “maus” elementos, muitos dos quais, de acordo com Moysés Lupion, governador do Estado no período de 1950 a 1955, interessados na fertilidade das terras ou por outros negócios[275]. Aliás, como ressaltou Evandir Codato,[276] o comportamento político de Lupion, está vinculado, assim como a maior parte dos partidos políticos da época, a uma linhagem do pensamento conservador, uma vertente de poder que representava os interesses empresariais do setor madeireiro, e além do mais, ligado às estratégias e lideranças do PSD, partido oposicionista ao PCB. Diante desse cenário, encoberto de tensões tanto sociais quanto políticas, o poder público irá desenvolver e aplicar diversos pontos que assegurem a ordem. Assim, por parte dos detentores do poder político, entendia-se que somente esse aparato poderia reorganizar a sociedade mediante as ameaças desarticuladoras dos desajustados, mendigos, criminosos comuns e infratores – dentre esses, principalmente os proliferadores de ideologias “exóticas”, com destaque aos comunistas, principal alvo da polícia política no período trabalhado.

As primeiras medidas tomadas nesse processo de organização da polícia política no Paraná, foi o desligamento da Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça e a formulação de um cargo comissionado para o Chefe de Polícia, no âmbito geral do serviço funcional público civil do Estado, argumentando que deveria existir autonomia nos serviços policiais. Até 1948 a estrutura básica da Chefatura de Polícia se dava da seguinte maneira:

---

[275] Para maiores informações, consultar o artigo: ROLIM, Rivail Carvalho. *A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950***.** Revista de História Regional, v. 5, nº 1, 2000.

[276] CODATO, E.. Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 07, n. 01, p. 09-45, 2004.

> I – Gabinete, II – Departamento de Protocolo, Expediente e Contabilidade, III – Penitenciária Central do Estado e Prisão Provisória da Capital, IV – Delegacia de Polícia, V – Guarda Civil, VI – Departamento Médico Legal, VII – Serviço de Trânsito, VIII – Instituto de Identificação, IX – Laboratório de Polícia Técnica.[277]

Outros órgãos também compunham a instituição policial no Paraná. São as Delegacias Especializadas de: "I – Ordem Política e Social, II – Vigilância e Investigações, III – Segurança Pessoal, IV – Falsificações e Defraudações e V – Economia Popular."[278]

Durante os anos de 1950, sempre foi assinalada pelos governantes a necessidade de criação de delegacias regionais. Em fins dessa mesma década, foram criadas duas em Ponta Grossa e mais doze Delegacias em vários municípios do interior do Estado. Construíram-se também Delegacias em Bandeirantes, São Jerônimo da Serra, Porecatu, Jaguapitã, Cruzeiro do Oeste, Toledo, Palmas, Santo Antônio da Platina, Palmeira, Reserva, São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul.

Ao que tudo indica, essa preocupação em instalar Delegacias Regionais[279] é uma resposta à organização comunista paranaense. Estes, desde fins dos anos de 1940, tinham construído duas estruturas de direção intermediárias[280], além de uma estrutura estadual centralizada e uma potente organização nos municípios. A polícia temia as conseqüências do forte controle político empenhado pelo partido, principalmente pelo caráter centralizador das células, a qual era a forma política mais utilizada entre os militantes. A organização do PCB, em nível nacional, acontecia a partir da célula – ou organismos de base –, seja ela do local de trabalho e estudo. Ainda assim, eram reforçadas e na maioria das vezes, atuavam na clandestinidade, já que corriam riscos de serem abordados pela polícia. No Paraná, a exemplo de outros estados, as células se organizavam de acordo com repartições, como: células de empresas, sindicatos e associações, diretórios municipais, um dos dois comitês distritais e, por último, o Diretório Regional.[281]

Pelo receio que a polícia política tinha mediante as ameaças oposicionistas dos comunistas, que prometiam "orientar e desencadear a agitação e realizar lutas efetivas que

---

[277] ROLIM, Rivail Carvalho. *A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950***.** Revista de História Regional, v. 5, nº 1, 2000. Não paginado.

[278] Ibid.

[279] No decorrer dos anos, algumas delegacias foram criadas e outras desdobradas. Assim, a Chefatura de Polícia chegou em fins dos anos de 1950 com 14 Delegacias Especializadas, oito a mais do que em 1948.

[280] Essas estruturas intermediárias localizadas eram o CD1 e o CD2. A primeira era responsável pelas atividades comunistas no norte do Estado, especificamente em Londrina, e a outra, para o sul do Estado, em Curitiba.

[281] GONÇALVEZ, op. cit., p. 49-50.

impressionem e abalem a todo o País, e coloquem e joguem a maioria da população contra o Governo", é que eles se viram encurralados pela ação revolucionária de cunho esquerdista, a qual, poderia levar a um novo levante, como aconteceu na insurreição de 1935. Em relatório,[282] comentando essa posição do partido, a polícia política paulista alerta:

> Por esse trecho contendo abertamente instruções aos comunistas de todo o País, vemos o perigo constante em que vive o Governo, e a necessidade da vigilância policial, sobre todos os ativistas e principais elementos comunistas, para se evitar uma surpresa desagradável, como a chacina de 1935, no quartel do 3º R.I., em que os comunistas assassinaram friamente, no leito, seus companheiros e irmãos, em benefício da Rússia.

No início dos anos de 1950, o governo do Paraná propôs algumas mudanças em relação às Delegacias Especializadas. A fim de controlar o fluxo de pessoas que adentravam no Estado, o governo resolveu desmembrar o Serviço de Estrangeiros da Dops, criando mais tarde, em 1956, a Delegacia de Estrangeiros, através do Decreto nº 7249, de 15/12/1956, com a finalidade de registrar todos os imigrantes que viriam a residir e até mesmo aqueles que já haviam fixado sua morada no Estado, seja em caráter provisório ou permanente. Mas já na década de 1940, para se registrar, o estrangeiro teria que tirar a Carteira de Identidade Modelo 19, para que fossem anotadas as mudanças de endereço, se exerciam ou não atividades remuneradas e até mesmo se pretendiam fazer alguma modificação em sua situação no território nacional. Além dessa função, competia a Delegacia de Estrangeiros, em conjunto com o Ministério da Justiça e o Instituto de Imigração e Colonização, fiscalizar os embarques e desembarques de estrangeiros e também alertar aos que moravam em residências ou hotéis, o prazo que deveriam sair do país. Mediante comunicado, a polícia política avisava a emissão da carteira. Vejamos um exemplo:

> Em conformidade com os ofícios ns. 1412 e 1429 dessa D.R., devolvo a Vossa Senhoria as carteiras modelo 19 ns. 76 617, 80 786, 207 688 e 210 046, devidamente assinadas a fim de serem entregues respectivamente aos estrangeiros Basílio Jeftor, Ignes Anires Hernandes Ramos, Raphael Iniesta Ramos, Lajew Caucauly e Bernardino da Silva, residentes nesse município.[283]

Acusados, em sua maioria, de facilitar e até mesmo ser adepto de uma "ideologia exótica", muitos estrangeiros eram delatados pela infiltração e crescimento do ideário

---

[282] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038. Congresso Estadual Pró-paz. (Relatório da Polícia Política de Sorocaba/SP).

[283] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544c, caixa 61 – Delegacia de Polícia de Londrina (1942 a 1945, 1969).

comunista no Estado. A vigilância ultrapassava os registros documentais do imigrante e adentrava no seu ambiente de trabalho. Era comum nas fábricas, o recolhimento do percentual de estrangeiros pelos agentes da Dops que se preocupavam em fazer uma escala por nacionalidade. Observe a cautela com que eram tratados os "elementos do eixo", que penetrassem no Estado, na circular,[284] enviada pelo Delegado-Chefe de Ordem Política e Social de Curitiba, ao Delegado da Dops – Região de Londrina:

> De ordem do Exmo. Sr. Capitão Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, deve, essa D.R., providenciar junto a todas as autoridades que lhe estão subordinadas, no sentido de que se intensifiquem as vigilâncias em torno aos súditos do 'eixo', não se permitindo qualquer viagem desses elementos, sem a necessária licença daquela secretaria. [...]. Deve, V.S., orientar da melhor forma possível as autoridades dessa Região, a fim de ficarem cerceadas e conhecidas as atividades dos referidos elementos, insistindo, sempre, V.S., junto às Delegacias e Sub-Delegacias para o bom êxito dessa vigilância. Recomenda o Exmo. Sr. Capitão Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, sejam exigidos, por V.S., relatórios quinzenais das autoridades dessa Região a respeito destes serviços preventivos e repressivos, como de outros que pensam interessar à segurança nacional. Esses relatórios V.S. os remeterá a esta DOPS, acompanhados de uma apreciação geral, de V.S..

Em sentido estrito, os comunistas, anarquistas e anarco-sindicalistas, eram os suspeitos mais comuns a serem eliminados. A troca de informações entre as polícias de outros países passou a ser constante. As próprias nações trabalhavam, tanto individual quanto coletivamente para que as ligações entre as polícias se tornassem uma realidade. Apesar da contribuição recíproca, esse elo também cooperou para a grande rivalidade entre os países, fazendo-os com que disputassem entre si a liderança, símbolo de influência e poder. Desde a década de 1930, a rede internacional de troca de informações e repressão se tornava cada vez mais "complexa e completa".[285] Já nos anos de 1940, as forças militares começariam a ser o principal meio de "intercâmbio" entre as nações. O foco da subversão seria complementado pelos de serviços de contra-espionagem e busca de participantes estrangeiros.

Todos os suspeitos perdiam, mediante o Estado, o estatuto de cidadão. Era responsabilidade da polícia, e também – a partir dos anos de 1940 – dos militares, introjetar na mentalidade popular, mesmo que pelo uso da força ou pela homogeneização ideológica, a crença de que atingir os suspeitos era propiciar o desenvolvimento do nacionalismo. A partir

---

[284] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544c, caixa 61 – Delegacia de Polícia de Londrina (1942 a 1945, 1969).

[285] CANCELLI, Elizabeth . Ação e repressão policial num circuito integrado de polícias. In: Dulce Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, v. 01, p. 309-326, p. 323.

da junção da polícia com o Exército, incorporava-se, definitivamente o serviço repressivo, complementando o *know-how* de controle, vigilância, repressão e brutalidade.

Isso justifica a preocupação que os governadores paranaenses, sobretudo na década de 1950, tinham em reafirmar a necessidade de criação de Delegacias. A segurança disciplinada no plano policial, tão marcante nos governos de Moyses Lupion e de Bento Munhoz da Rocha[286], era a de expandir a presença da polícia política por todo o Estado, tornando-a ativa, inclusive nas cidades de menor porte. Para os governantes, o primordial era que nenhuma localidade, por mais isolada que fosse, ficasse sem a cobertura do sistema policial. O objetivo era garantir que no Paraná, a maioria dos centros urbanos dispusessem de mecanismo policial através de Delegacias Regionais abrigadas nas sedes dos municípios ou por Delegacias Distritais, situadas nos municípios e distritos. Como os transgressores da ordem cometiam atos ilícitos em uma cidade e fugiam para outra, entendia-se que o melhor método de se evitar isso seria a compartimentação do Paraná em regiões, municípios, distritos e quarteirões, a fim de facilitar a aplicação dos serviços policiais. Com esse esquema, o Estado ficou dividido em 44 regiões policiais, tendo como critério às áreas geo-econômicas. As mesmas instituições foram classificadas em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª categorias:

> As Delegacias de 1ª categoria, num total de 12, foram instaladas em cidades de maior destaque econômico, e, sendo responsáveis pelo policiamento de áreas maiores, foram constituídas de Seção de Furtos e Roubos, Investigação e Capturas, Hotéis e Pensões, Transporte e Manutenção, além dos órgãos de Identificação, Serviço Médico Legal e de Polícia Técnica. Por sua vez, as Delegacias das outras categorias tinham uma organização mais simples, composta pelas Seções de Investigação e Capturas e de Carceragem.[287]

O fato do PCB estar presente nas regiões em que não havia um sistema de policiamento tão eficaz, deixava os governantes ainda mais aflitos. Além da estrutura estadual centralizada e das respectivas direções intermediárias – CD1: responsável pelas atividades comunistas no norte do Estado, especificamente em Londrina, e CD2: que tinha como principal campo de atuação o sul do Estado e era sediado em Curitiba – os comunistas possuíam marcante presença de organização nos municípios, o que em oposição, reforçava a necessidade não só da reorganização do aparato policial no Paraná. Muito mais do que isso, justificava algumas transformações no âmbito científico, com o objetivo de auxiliar os serviços policiais e de reafirmar a necessidade de uma polícia científica.

---

[286] O governador Lupion teve dois mandatos políticos: o primeiro em 1946-1950 e o segundo em 1956-1960, enquanto que Munhoz da Rocha governou de 1951-1955.

[287] ROLIM, op. cit., Não paginado.

Em caráter de emergência, o Instituto de Identificação, criado desde as primeiras décadas do regime republicano e exclusivo somente a capital do Estado, ampliou sua esfera às regiões do interior paranaense em fins da década de 1940. Cidades como Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá, Tomasina e Londrina passaram a dispor desse serviço.

Desde a vigência do "Estado autoritário varguista", houve a preocupação em distinguir os "homens de bem" dos criminosos e marginais. O governo de Vargas, imbuído de um sentimento "nacionalista e xenófobo", buscou em seu programa étnico-político, introjetar a imagem do trabalhador ideal, tanto no mundo rural quanto no urbano. Seguindo o modelo de cidadão divulgado nas fronteiras do continente europeu, Vargas optou por parâmetros ideais. A figura eleita como "ideal", funcionou como base para a política de imigração e povoamento incorporada pelo Estado já na década de 1930. Em meio a esse contexto de exaltação dos "bons" e banimento dos "maus", o discurso da brasilidade incentivava a valorização do *novo* homem do campo, o qual, deveria ser obediente ao patrão e trabalhar em prol do enriquecimento da Nação. Tanto o trabalhador rural quanto o urbano, eram vistos como elementos de auto-estima da população. Portanto, deveriam se proteger e serem protegidos pela ação de doutrinas "exóticas".

3.5. A presença da polícia política na Revolta de Porecatu

Talvez o caso mais explosivo de luta camponesa no Paraná ocorreu entre os idos de 1948-1950, no norte do estado. Desde 1946, 1500 famílias de posseiros, ocupando terras devolutas no norte do Paraná, especificamente em Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, estavam sendo ameaçadas de desapropriação, pelo fato de o governo estadual ter doado as terras, já ocupadas pelos posseiros, a grandes proprietários. Em meio a turbulência, houve reação violenta de ambas as partes e os posseiros formaram grupos armados para se defender. Mas, no final de 1950 a situação chegou ao seu ápice. Com a influência do PCB, veio eclodir ao que a pequena historiografia existente sobre o assunto consagrou como a "Revolta Camponesa de Porecatu". O período considerado "crítico" do levante, durou alguns meses, até o governo declarar as terras desapropriadas por interesse social.

A polícia política, obviamente, opunha ao movimento e tentava usar todos os mecanismos existentes para combate-lo, inclusive alertava o país da periculosidade do episódio. Em julho de 1951, o Diretor da Divisão Polícia Política e Social, major Hugo Behtlem, recebeu um relatório do delegado de Ordem Política e Social do Paraná, Celso

Nicolau dos Santos,[288] no qual constavam informações referentes ao esforço empenhado pelas autoridades a fim de reprimir o episódio de Porecatu. Nele, o delegado da Dops-PR, se refere ao levante como o local onde o "desentendimento se verifica" e "um desajustamento se constata", atribuindo ao órgão comunista o símbolo do afloramento natural das "imperfeições da sociedade humana", além de acusar o Partido de sempre estar presente "para explorar, para agitar e para mais fundo cavar na discórdia". No documento, é perceptível também, a concepção de que os camponeses eram meros instrumentos para rebeldia utilizados pelo Partido Comunista, salientando a ignorância da massa rural em detrimento da ganância do PCB:

> Um menor cuidado na distribuição das terras, uma evolução imprevista na economia de toda a região conhecida como Norte do Paraná, um afluxo de aventureiros de toda a espécie, provindos de toda a parte, a ganância desses aventureiros, a ignorância de grande massa dos proletários do campo, tudo isso gerou uma situação complexa, de desajustamento e incompreensão, da qual se apoderou a agitação comunista, agravando o mal e estabelecendo em toda essa zona, um clima de insurreição e subversão da ordem.

O envio de correspondências reforça não só o conhecimento do que se passava nas diversas regionais do país, mas ajudava a polícia política estadual a buscar opiniões de seus superiores, fazendo com que retomem resoluções nacionais e as apliquem à realidade local e regional para enfraquecer os intermediários do Partido. Da mesma forma, o Partido Comunista sempre se moldou em decisões gerais, principalmente pelo fato do Partido seguir uma relação verticalizada com o núcleo central, que comandava, por meio da disciplina lenilista, as estruturas do Partido de acordo com a hierarquia.

Para os agentes da Dops, os comunistas contavam com o apoio de órgãos de imprensa, para difundir seu credo entre os "ignorantes". Viam o partido como um instrumento meticulosamente ordenado. Em virtude da presença do PCB em Londrina, afirmavam que, diante da situação crítica de movimentos sociais, residia nessa cidade "alguns dos mais operosos dirigentes da agitação comunista do Paraná", e devido a essa repercussão doutrinária entre as massas, "havia o Partido Comunista situado o comando da ação subversiva", os quais contavam, principalmente com um "periódico de agitação coletiva", denominado de *"O Momento"*, responsável por difundir toda a gama de informes, boletins, panfletos, impressos e jornais "que tinham por fim manter o descontentamento". Além disso, o PCB, contava com

[288] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

militantes, os quais, tinham "a missão específica de não permitir que se apagasse a fogueira acesa em Porecatu", pois "provocaram" o episódio e fizeram da população rural meras "vítimas" para alcançar o objetivo da doutrina comunista no Brasil, a qual, encabeçando o levante de Porecatu, pretende "estabelecer um clima de desentendimento que enfraqueça o Estado, desmoralize a sociedade, solape a economia e lhes propicie meios para a conquista revolucionária do poder e o estabelecimento de mais uma dessas infelizes e caricatas 'democracias populares'".[289]

Apesar do jornal *Tribuna do Povo*[290] ser considerado oficialmente como órgão de divulgação do Partido no estado, é importante ressaltar que o PCB, gerenciava vários periódicos no Brasil, os quais noticiavam sobre a atuação, lutas e conquistas do PCB em vários estados do país. Mesmo com a existência do jornal *O Momento* e a *Tribuna do Povo*, no Paraná, é considerável o enorme arsenal gráfico sob responsabilidade do partido, existente no país, como: *A Classe Operária, Tribuna Operária, Hoje, Imprensa Popular, Jornal Novos Rumos, O Cruzeiro etc.*

O jornal *Imprensa Popular*[291], de 16 de fevereiro de 1951, com a reportagem intitulada *"Odisséia do Zé Sem Medo"*, contrapondo o argumento da polícia política e também da versão apresentada nos "jornais feudais-burgueses" de que, a Revolta de Porecatu estava ocorrendo em função de influência direta do PCB, afirma que os camponeses sequer sabiam o que compunha a doutrina comunista, e por isso mesmo, os "agentes do governo", não deveriam "criar a ilusão de que se trata de um levante comunista, de uma luta de caráter político organizada pelos comunistas". A fim de sustentar essa tese, o periódico cita o depoimento de um posseiro envolvido no conflito:

> Nunca fui comunista nem estudei o comunismo, como posso ser? Sei tratar da terra, isso sim e desde de que me entendo por gente labuto na lavoura. Não, não sou comunista mas se defender minha posse é ser comunista então eu sou.

Em outra fala, o posseiro complementa:

---

[289] Relatório de julho de 1951, enviado por Celso Nicolau dos Santos, delegado de Ordem Política e Social do Paraná, e endereçado ao Diretor da Divisão Polícia Política e Social, major Hugo Behtlem. No documento, constam informações referentes ao esforço empenhado pelas autoridades a fim de reprimir o episódio de Porecatu. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81)).

[290] A *Tribuna do Povo* funcionou no Paraná entre o final da década de 1940 até o Golpe Militar, em 1964.

[291] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Registros do jornal *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de fev. 1951.

> E pra que foi que elegemos o homem [Dutra]? Além do mais Dr. Bento Munhoz da Rocha prometeu durante a campanha eleitoral, declarou que as terras devolutas que estivessem cultivadas seriam igualmente entregues aos posseantes. Prometeu, tem que cumprir.[292]

Desde 1945, com a demarcação dos lotes na região de Porecatu, os posseiros tinham esperanças de terem a posse legal de suas terras. De início, com a limitação de aproximadamente 40 alqueires por lote, estavam satisfeitos e praticamente convencidos da certeza da posse formal. Mas, quando viram os engenheiros e agrimensores demarcando lotes de 200, 300 e até 400 alqueires, perceberam que não seriam eles os beneficiados.[293] Viram então, que as promessas de campanha de Moisés Lupion no sentido de resolver o problema dos posseiros, não passava de uma farsa. Até mesmo porque, Lupion, além de governador do Estado (1946-1950) no momento da eclosão do levante, tinha ampla participação nos grilos de terra. Foi sob a vigência de seus mandatos[294] que ocorreram os dois movimentos que mais chamaram a atenção no cenário político da época: a "Revolta de Porecatu" (no norte do Paraná) e o "Levante do Sudoeste" (na antiga cidade de Marrecas, atual município de Engenheiro Beltrão). Nesses litígios, pode-se salientar a corporificação da postura radical adotada pelo partido logo após a sua proscrição. Em entrevista à Teresa Urban, o militante e escritor comunista Jacob Gorender,[295] faz uma breve análise da prática da nova política adotada pelo PCB no Paraná, relacionando-a com o conflito de terras na região de Porecatu:

> A novidade que ocorre a partir de 48 é que, tendo o PCB o seu registro legal cassado, ele deu uma guinada em sua linha política no sentido da esquerda, num sentido em que foi se extremando cada vez mais para a esquerda e a idéia de uma reforma agrária através de lutas armadas foi se difundindo e em 50 essa idéia se corporifica no famoso Manifesto de Agosto. Eu não quero analisar este manifesto, é realmente um documento que se provou errado, mas nele há uma pregação da luta armada pela terra. Isso vai influir na questão de Porecatu, se bem que as lutas de Porecatu venham de antes de 50, mas a atuação do partido no local, sua influência vai se exercer no sentido de radicalizar, e levar a uma luta armada.

---

[292] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Registros do jornal *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de fev. 1951.

[293] Apesar de ser um assunto muito pouco trabalhado pela historiografia, principalmente quanto à relação do PCB com o movimento, alguns trabalhos atuais tem dado enfoque a esse aspecto. Um deles, que trabalha detalhadamente a Revolta de Porecatu é o trabalho: PRIORI, Angelo A. *A Revolta Camponesa de Porecatu*: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

[294] O primeiro em 1946-1950 e o segundo em 1956-1960.

[295] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender – São Paulo, 19 de março de 1985.

A questão da posse da terra nessa região surgiu desde 1946, ano em que grileiros, vinculados ao governador do Estado, iniciaram a expulsão dos posseiros e passaram a vender as terras que eles ocupavam. Essa expropriação foi motivada por interesses econômicos, pois já nessa época surgia uma nova política para a agricultura, a de "acumulação capitalista".[296] Mas até a eclosão da Revolta de Porecatu em 1950, diversos combates e mortes ocorreram em vários lugares envolvendo posseiros, jagunços e policiais.

Foi em 1951, quando o conflito ameaçou alastrar-se, que o governo enviou tropas para a região com o objetivo de desarmar os posseiros. Muitos desses se embrenharam nas matas, mas atraídos a um acordo acabaram sendo desarmados. As famílias envolvidas nessa revolta mudaram-se, para as cidades de Centenário do Sul, Paranavaí, Iporã e Campo Mourão. Segundo José de Souza Martins,[297] "A Revolta de Porecatu provocou a primeira desapropriação de terras por interesse social havida no Brasil".

A presença marcante e organizada do PCB nesse movimento deu destaque a alguns nomes de lideranças comunistas, como o de Manoel Jacinto Correia[298] e Flavio Ribeiro[299],

---

[296] LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de janeiro: Campus, 1999, p. 144.

[297] MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 81.

[298] Estruturado no PCB, aproximadamente no ano de 1946 e filiado ao partido até a sua extinção, em 1947. Depois da extinção do partido trabalhou em várias campanhas políticas, sempre apoiadas pelos comunistas. Em 1948 foi eleito vereador da comarca de Londrina, pelo então Partido Trabalhista Brasileiro. É considerado pela DOPS como um dos grandes mentores e chefe do Partido Comunista em Londrina. (Arquivo Público do Estado do Paraná – DOPS/PR. Pasta 2544, caixa 422 – Manoel Jacinto Correa).

[299] Comunista, jornalista e advogado encarregado das questões jurídicas do PCB. Tido pela DOPS como um dos "líderes vermelho e grande agitador do norte do Paraná." Considerado também, pela polícia política como um "elemento muito ativo". A investigação policial aponta um alto grau de envolvimento de Flavio Ribeiro com atividades "subversivas." Só em 1945, por exemplo, Flavio Ribeiro havia fundado e estruturado politicamente uma célula do Partido Comunista, comunicando-se com o secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes a respeito da sua candidatura para Deputado Federal. Foi ainda, jornalista e defensor responsável do "Jornal do Povo", escrevendo vários artigos para o jornal "Diário da Tarde." O DOPS não só via essas atividades como ameaça à ordem instituída, mas, principalmente o fato de Flavio Ribeiro ter voz ativa e "ouvida" no Comitê Municipal do PCB em Curitiba. Nota-se aí, a suspeita constante emitida pela polícia política – a *"lógica da desconfiança"* – ao afirmar que "pelo que se deduz de sua ficha e de informes trata-se de elemento responsável pela propagação doutrinária [refere-se ao comunismo] e divulgação das atividades partidárias [que dizem respeito ao PCB]."[299] Como jornalista, Flavio Ribeiro analisa em todos os seus artigos a luta mundial antifascista e propõe um caminho para alcançar a verdadeira democracia. Em sua visão, o trajeto para o progresso e a solução para a crise política, econômica e social não pode ser mérito das lideranças, mas sim de grupos, como o PCB, que representa os anseios populares. Para Flavio Ribeiro, a extinção dessas crises, não se dá, pura e simplesmente, através da substituição dos governantes, mas sim por meio da elaboração de uma Constituição que priorize o direito dos trabalhadores. (Arquivo Público do Estado do Paraná – DOPS/PR. Pasta 1216 – cx 341. Informação nº34. Histórico sobre Flávio Ribeiro. Fichário provisório individual nº34480).

sem falar nos militantes reconhecidos a nível nacional, e que também estiveram deliberando o episódio, que são o caso de Gregório Bezerra[300] e João Saldanha.

Em entrevista a Teresa Urban, o ativista João Saldanha,[301] ao falar da sua participação em Porecatu, relata que na região havia se instalado muitas companhias de terras, dentre as quais, a "mais séria", citada por ele, em termos de exploração, era a companhia pioneira do Sr. "Willie Davis". Apesar de o proprietário ser inglês, não se tratava de uma empresa estrangeira, o que não significa dizer, que o mesmo não tirava proveito da situação. "Ele fez aquela estrada que vai de Cornélio Procópio até Maringá, abriu também aquela outra que vai por trás, por Astorga [...] e outra que vai dar em Assis [...]. E foi vendendo em bruto. Dizem que ele vendia até pedaço de papel de embrulho". O preço dos lotes era repassado por valores abusivos. Mesmo com os gastos no investimento da infra-estrutura, a margem de lucro era extensa para os donos dessas companhias. Dando continuidade ao relato da companhia de "Willie Davis", Saldanha ressalta como era feito o esquema de vendas das terras: "Ele compro a oito cruzeiros o alqueire e vendia, depois de abrir estradas, gastar dinheiro – não sei se ele tinha dinheiro próprio – ele vendia a 300, 400".

Já Manoel Jacinto Correia,[302] atenta para a complexidade da questão do processo de colonização do Paraná. Segundo ele, para compreender os motivos pelos quais apenas algumas regiões do Estado entraram em litígio em razão de demanda por terras, é necessário conhecer o histórico de posse das mesmas. "Primeiro, existia a companhia de terras, tinha uma concessão enorme que vai de Jataizinho até para lá de Maringá, até Cianorte. Estas terras eram cuidadosamente cortadas e divididas em grandes, médias e em várias pequenas propriedades. Mas existia também no Estado, algumas regiões de terras devolutas". Essas últimas, apesar de terem sido requeridas por fazendeiros, pequenos e médios lavradores na maioria dos casos, já estavam ocupadas por posseiros. Para a polícia política,[303] não passavam de intrusos, sem garantia legal, mediante a lei, de serem possuidores dos lotes:

> Gente da roça, geralmente ignorante e animada de espioneiro, estabeleceu-se em terras da região, compreendida e situada entre os ribeirões Centenário e Tenente, num sentido, o Rio Paranapanema e a estrada que vai de Porecatu a Centenário, noutro sentido, e aí não distinguindo entre o aposseamento do devoluto e a invasão de propriedade alheia, instalaram-se como donos e

[300] Boa parte da ação do militante Gregório Bezerra neste período, está reunida no livro *Memórias:* segunda parte (1946-1969).

[301] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista de João Saldanha. São Paulo, 23 de mar. 1985.

[302] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correia.

[303] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544d, caixa 061. Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

> senhores, derrubaram matas, formaram roças e lavouras e [praticaram] o fenômeno conhecido como 'intrusamento'. Nos outros municípios do Estado, como Jaguapitã e Centenário entre outros, esse problema pode ser resolvido, porque o Estado se adiantou à agitação comunista, empolgou os intrusos e, num regime de verdadeira insurreição armada, os atirou contra os proprietários do solo e dos agentes do poder constituído.

Contrariando o que alegava a polícia política, Manoel Jacinto afirma que essas terras já haviam sido ocupadas pelos posseiros antes mesmo de serem negociadas. Muitos até haviam requerido o direito de posse. Portanto, para Correa,[304] não se tratava de "invasão" pois chegaram primeiro, "derrubavam o mato, plantavam a mandioca, faziam um rancho, estabeleciam a posse. Muitos deles se acomodaram e não requereram a posse, outros requeriam a posse e recebiam um protocolo do Departamento de Terras". Nesse sentido, para ele, os agentes da Dops-PR faziam confusão com o direito de propriedade, porque muitos dos requerimentos dos pequenos posseiros se localizavam dentro de grandes glebas, as quais já haviam sido agenciadas por grandes latifundiários. Estudos recentes apontam que o levante ocorreu em função da "política nacional do Partido de estreitar o seu discurso de luta com a burguesia em busca de uma reforma agrária radical",[305] característica essa, herdada com a nova postura adotada no Manifesto de Agosto de 1950 e ratificada pelo IV Congresso do PCB.

Entre as terras mais disputadas e passíveis de litígio no Paraná, estava a região que compreendia os municípios de Guaraci, Jaguapitã, Nossa Senhora das Graças e Centenário do Sul. Também houve aí, um grande conflito entre posseiros, polícia, jagunços e os "chamados donos das terras". Conforme relata Manoel Jacinto:[306] "certa vez, chegou a reunir em Guaraci, mais de 150 homens armados para protestar pela invasão de suas terras pelos latifundiários, polícia, jagunços." Embora a insurreição tivesse grandes proporções, chegando a ponto de o governo ter que enviar um correspondente – o deputado Anísio Luz – para apaziguá-la, não alcançou a repercussão que teve o caso de Porecatu. Em Guaraci, a revolta foi praticamente pacificada: "Houve distribuição de terra para grandes fazendas, mas também houve distribuição de lotes para posseiros e foi possível o apaziguamento nestas terras."

Em Porecatu o caso teve um desfecho um pouco diferente. Eram terras mais férteis, abrangidas pela usina da família Lunardelli e por grileiros de São Paulo, como Antonio

---

[304] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correa.

[305] Dentre a escassa historiografia que versa sobre o tema, principalmente na dissertação de mestrado de Márcio Mauri Kieller Gonçalves, intitulada *Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945 a 1964.*

[306] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correa.

Angelo, citado por Manoel Jacinto. Nessas terras, cultivava-se principalmente a cana-de-açúcar e o café. Atraídas pela produtividade das terras, muitas famílias afluíram para essa região,[307] principalmente nas margens do rio Centenário, Ribeirão do Tenente até o Paraná Grande.

A partir de 1945, esses posseiros começaram a ser pressionados pelos grileiros, a fim de desocuparem as terras. Até aí, de acordo com Manoel Jacinto,[308] a tentativa de desapropriação estava sendo tranqüila, mas os posseiros não queriam abandonar seu "pedaço de chão". Os grileiros vieram com "propostas de indenização insignificantes, proposta de dar terra em outro local, mas eles [os posseiros] queriam a terra conquistada com o maior sacrifício do mundo. Ali estavam criando seus filhos, seus netos, e ninguém queria sair e tampouco aceitar as propostas." A medida que a legalização da terra torna-se praticamente inviável, paralelo a ação dos grileiros em apertar o cerco contra os posseiros, é que se dá então a resistência. Manoel Jacinto[309] explica:

> A verdade é o seguinte. É que a ganância pelas terras boas, mesmo a ganância para ficar com as posses, como é o caso dos Billar, onde o cafezal já estava formado, já estava produzindo a ganância dos latifundiários pela extensão de terras. Não admitiam pequenas propriedades de terras de posseiros encravadas no meio de suas grandes fazendas. (...) Então as coisas aqui eram desse jeito. Era uma lei bruta que existia aqui no Paraná. Como era brutal a situação, a resistência também tinha que ser igual, não podia ser de outra maneira. Muito bem. Então foi nessas condições, nesta situação terrível, que as pessoas, os posseiros que tinham propriedade perto da Usina de Porecatu, terra boa aqui e em tantas outras que existiam na região, tinham que ceder essas posses aos grandes latifundiários e emigrar para outras regiões do Estado, com terra mais ou menos e quando não concordavam, eram despejados, expulsos nas estradas, outros assassinados e alguns camponeses que tiveram orientação política terminaram fazendo esses tipos de escaramuças que houve em Porecatu, que houve em FORMOSO, em TROMBAS, que houve em PATO BRANCO, que houve em DOIS VIZINHOS, que houve em CAPANEMA e por aí afora, fruto de uma injustiça social reinante que vem das [ilegível] em que os donos de terras são os poderosos.

No entanto, para a polícia política, os constantes movimentos na região de Porecatu tinham uma só explicação: a infiltração comunista. Diante da situação, o delegado da Dops-PR, Celso Nicolau dos Santos,[310] afirma que os militantes do PCB, residentes em Londrina, "a

---

[307] Como as famílias Billar e Padilha, oriundas de São Paulo.

[308] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correia.

[309] Ibid.

[310] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81).

coberto de posições sociais, melhor esclarecidos e mais cultos, muitos deles de formação universitária", arregimentaram "gente simples", geralmente ignorante e animada de "espírito pioneiro", para a resistência armada, sendo estes, convencidos de que auferiam direitos sobre as terras que ocupavam. Nesse contexto, "onde agiam alguns dos mais operosos dirigentes da agitação comunista do Paraná, havia o Partido Comunista situado o comando da ação subversiva."[311] A hierarquização do delegado é clara: a organização comunista e intelectual manipulando roceiros simplistas.

Em relação a acusação de subversividade atribuída pela polícia política ao partido, Manoel Jacinto Correia[312] rebate:

> [...] inegavelmente, só existiu no Brasil, resistência de ordem ideológica, a resistência de CANUDOS, se bem que fosse considerado o CONSELHEIRO de subversivo ou a resistência de CONTESTADO que o monge JOSÉ MARIA também foi acusado de subversivo, CRISTO também foi subversivo. Qualquer coisa que atente contra os poderosos, as pessoas que estão na vanguarda são consideradas subversivas."

Correia[313] ressalta que o PCB não foi invasor do processo. Em fins da década de 1940, quando ele cumpria o mandato de vereador em Londrina, soube da "calamidade" e decidiu visitar a região litigada, com o objetivo de se "inteirar dos horrores que havia em relação a despejos, inclusive de juiz de Direito, como o tal Bezerra, que era tipicamente um pau mandado dos grileiros, que chegou a grilar posse, despejar, ficar com o café e com a posse". Diante dessa situação, o militante comunista menciona que o trabalhador "se sentiu, completamente desamparado, mormente quando foi fechado o PC" pois, a partir de então, não poderia contar com o apoio dos deputados, já que eles foram cassados em decorrência do cancelamento da legenda. Nesse sentido, ele próprio, que havia sido eleito pelo Partido Trabalhista, e que passou depois a compor o quadro do "PC 'fechado'", se viu na necessidade, "do contato com os posseiros [...], de lutar pela posse da terra."

Mas, será que os camponeses de Porecatu se apegavam tanto ao PCB, conforme exposto por Correia? Tinham eles, conhecimento dos princípios ideológico-políticos norteadores do partido?

---

[311] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 544d, caixa 061 – Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 61, 76, 78, 81). Relatório de julho de 1951, enviado por Celso Nicolau dos Santos, delegado de Ordem Política e Social do Paraná, e endereçado ao Diretor da Divisão Polícia Política e Social, major Hugo Behtlem. No documento, consta informações referentes ao esforço empenhado pelas autoridades a fim de reprimir o episódio de Porecatu.

[312] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correia (grifos da jornalista).

[313] Ibid.

O próprio Gregório Bezerra,[314] ativista comunista reconhecido a nível nacional e que veio prestar assistência no conflito juntamente com João Saldanha, reconhece a desinformação dos trabalhadores em relação à teoria do partido, afirmando que as "idéias do nosso partido eram mal assistidas". E isso era até mesmo um problema interno, vivenciado pelos próprios militantes, tudo isso "em conseqüência da pobreza de quadros capacitados, em todos os escalões do partido", teoricamente, "éramos um grupo de camaradas dedicados, dispostos a tudo, porém, uns praticistas inverterados".

O camponês adota o comunismo, paulatinamente – apesar de não saber de sua doutrina –, até o ponto em que o plano político do partido defenda os interesses de seu grupo social. Em uma reportagem do jornal *Imprensa Popular*[315], o próprio posseiro reconhece: "nunca fui comunista, nem estudei o comunismo, como posso ser? Sei tratar da terra, isso sim, e desde que me entendo por gente labuto na lavoura. Não, não sou comunista, mas se defender minha posse é comunismo, então eu sou."

3.6. A relação do Manifesto de Agosto de 1950 com o caso de Porecatu

Além do episódio da Intentona Comunista em 1935, como relata Ronald Chilcote,[316] outro momento no qual o PCB abraçou uma postura de caráter demasiadamente revolucionária, foi logo após a sua cassação, em 1947, período que se iniciava a Guerra Fria, e com ela, o dinamismo no combate à doutrina comunista. Sendo assim, em função de influências externas, o partido teve que radicalizar sua postura, pondo em prática uma política já anunciada por Prestes nos anos de 1948/1947, e que apontava a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Essa postura radical, foi confirmada em 1954, no IV Congresso do PCB. De certa forma, a adoção dessa prática revolucionária, fomentou inúmeras revoltas, com ênfase maior às revoltas camponesas, como a de Porecatu. Ao mesmo tempo, propiciou uma discussão interna entre seus componentes: de um lado, a *linha da luta armada*, acreditando que aquele era o momento ideal de tomada do poder; por outro a *linha pacifista*, que estava muito mais preocupada com a volta à legalidade de acordo com os ditames políticos, do que em efetivar a via revolucionária. Tal debate iria resultar na cisão do partido entre PCB e PCdoB em 1960.

---

[314] BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

[315] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recorte do jornal *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 16 de fev. 1951.

[316] CHILCOTE, op. cit.

O PCB tinha uma visão razoavelmente definida sobre a questão agrária antes de 1945. Como afirma Jacob Gorender – membro do PCB em São Paulo a partir de 1951 –, a problemática vem de anos anteriores, com as discussões acerca dos latifúndios e que se encontra no manifesto da ANL e já na Constituinte, "Prestes teve ocasião de fazer um discurso sobre a questão da terra, referindo-se ao latifúndio e ao que ele chamava de reminiscências feudais." A preocupação do partido com a questão das terras, e principalmente com os trabalhadores do campo (posseiros, arrendatários, assalariados e afins), além de ganhar maior intensidade em meados da década de 1940,[317] se constituiu em arma política: a "questão da distribuição dos latifúndios pelos trabalhadores rurais sem terra era um ponto programático dos comunistas." Inclusive, na Constituição de 1946, houve uma discussão em torno desse assunto. Mas, a Constituição de 1946[318] "bloqueou qualquer reforma agrária com aquele famoso dispositivo pelo qual a desapropriação de terras para fins sociais devia ser feita mediante pagamento e dinheiro imediato".[319]

Como, a partir de 1948 o PCB mudou radicalmente sua linha de política no sentido cada vez mais extremado para a esquerda, especificamente em razão de sua proscrição em 1947, a concepção de Reforma Agrária por meio da luta armada foi se infiltrando. Em 1950, essa idéia dá corpo ao *Manifesto de Agosto*, causando divergências no interior do partido. Sobre esse documento, Gorender[320] afirma:

> Eu não quero analisar este Manifesto, é realmente um documento que se provou errado, mas nele há uma pregação da luta armada pela terra. Isso vai influir na questão de Porecatu se bem que as lutas de Porecatu venham antes de 50, mas a atuação do partido no local, sua influência vai se exercer no sentido de se radicalizar, e levar a uma luta armada. [...]. O Manifesto de Agosto é um documento descabelado – típico do Prestes – aquele tom apocalíptico recorda um tanto o documento da Aliança Nacional Libertadora. Aquele dilema: ou está conosco ou está contra nós. Quem não está conosco agora pela luta armada é traidor. É mais ou menos assim. Propunha a derrubada do governo existente na época e uma transformação antiimperialista e antifeudal, isto num momento em que o país está num acelerado desenvolvimento capitalista [...]. Nestas circunstâncias, aquele manifesto soava vazio. Não era a época. Era uma coisa delirante. Então a idéia era convulsionar o país e formar o que se chamava os Comitês de

[317] PRIORI, op. cit., p. 61.

[318] "§ 16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo eminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar de propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior." (BRASIL, Cap. 2 – *Dos direitos e das garantias individuais*. Art. 141, § 16).

[319] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo, 19 de mar. 1985.

[320] Ibid.

> Libertação Nacional, quer dizer, tornar permanente aquela luta e estende-la. Não havia a teoria do foco naquela época. Os dois casos em que houve certo tipo de luta armada, que se procurou desenvolver, foram Porecatu e Formoso. Outros casos eu não conheço.

Até João Saldanha[321] reafirma a inaplicabilidade do Manifesto de Agosto, salientando que somente os grupos mais sectários do PCB deveriam tê-lo adotado, porque o mesmo havia sido rejeitado pelos próprios comunistas. E menciona que o Manifesto de 1950 "nunca foi aplicado".

Conforme afirma Priori,[322] a liderança do PCB entendia que deveriam enfatizar seu trabalho nas regiões que agregassem grande parte de camponeses. Sendo assim, o partido decidiu concentrar suas atividades nos estados de São Paulo, no norte do Paraná e no Triângulo mineiro. Com a proposta de "esquerdizar" sua linha política, o PCB depois de 1950, tinha a idéia de transformar Porecatu em "uma base permanente de luta armada e estende-la, formar ali uma espécie de território libertado. Essa era a idéia".[323]

Porém, ressaltando mais uma vez as contradições que existia entre os militantes comunistas, o próprio Manoel Jacinto Correia, nega as afirmações expostas por Gorender. Para Correia[324], a questão era apoiar a luta dos camponeses, a fim de lhe assegurar a posse da terra. Esse era para Manoel Jacinto o principal e único motivo que levou o PCB a se infiltrar no movimento: "Nestas condições que passou-se a organizar um tipo de resistência, não com o objetivo de mudar o regime, nem de tomar o poder, o objetivo era de conquistar as posses". Mas, sob ambas as perspectivas, o plano do partido se tornou inviável na prática. Para Gorender,[325] isso aconteceu pois, por um lado, o que havia ali era mais uma luta de posseiros dentre tantas que existiram no Paraná. Essas lutas eram típicas de regiões novas, as quais também abrigavam grandes posseiros:

> Pelo que me lembro, havia posseiros com 800 hectares de posse e com um grande número de cabeças de gado. Eram homens ricos." Acontece que, havia homens mais ricos e poderosos que insistiam na posse das terras, seja pela quantidade ou fertilidade das mesmas: "aquelas terras eram muito boas e eram cobiçadas pelo Lunardelli, dono daquela grande usina de Porecatu. O nome execrado era Lunardelli, que era o maior cultivador de café do Brasil.

---

[321] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com João Saldanha, 23 de mar. 1985.

[322] PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia Helena (Org.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005, p. 155-191.

[323] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo, 19 mar. 1985.

[324] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correia.

[325] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo, 19 de mar. 1985.

Tendo em vista a ajuda aos posseiros, como diz Correia, ou a implantação de uma sede "permanente de luta armada", assegurado por Gorender, o que se verifica é que, antes mesmo da formação dos grupos armados, em fins de 1948, o PCB de Jaguapitã chegou a recorrer ao comitê de Londrina, e conseguiram levar a região, o militante Manoel Jacinto Correia, vereador londrinense na época. Correia, como citado anteriormente, constata a gravidade da situação e pede reforços ao diretório de Curitiba. Desde então, passaram a visitar, com freqüência, as terras ocupadas, sobretudo os integrantes do comitê comunista de Londrina, como o advogado e jornalista Flavio Ribeiro, o médico Newton Câmara e o próprio Manoel Jacinto.

Como diz Priori,[326] é difícil afirmar com precisão o que aconteceu após os posseiros optarem pela luta armada. O que se sabe é que o PCB passou a atuar por meio de grupos armados, cujos embriões já existiam há algum tempo devido a ação do Comitê Municipal do Partido em Jaguapitã, através de alguns militantes como Arildo Gajardoni e das ligas camponesas[327], dirigidas por Hilário Gonçalves Pinha. Correia[328] afirma que a decisão de organizar ligas camponesas na região, surgiu pelo fato de os camponeses não terem suprimentos (roupas, mantimentos, remédios, dinheiro e principalmente armas) para enfrentar uma insurreição sem data prévia pra acabar.

> [Daí] surgiu a idéia de formar na região algumas ligas camponesas, que dessem apoio para esse tipo de luta aos posseiros que se dispunham a desencadear na região de Porecatu." Então criaram as ligas camponesas de Água de Pelotas, Centenário do Sul, Guaraci, Maringá, Água Mandacaru, "que se encarregaram de lançar os primeiros manifestos contra a violência contra os posseiros. Foi quando surgiu a perspectiva de uma luta.

Correia assegura que a luta desencadeada na região foi de iniciativa própria dos posseiros. No entanto, como alerta Priori,[329] curiosamente, o contato de militantes do Partido com os posseiros se deu justamente no momento em que o registro eleitoral do PCB, bem como os mandatos de seus deputados, havia sido cassado. Desse modo, "os militantes que

---

[326] PRIORI, Angelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu*: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2000.

[327] De acordo com Osvaldo H. da Silva (op. cit., p. 101), em 1945, logo após a legalização do PCB, já havia os primeiros indícios das ligas camponesas no Paraná. Em 1946, o próprio partido confirmava a existência de três delas. Durante os acontecimentos de Porecatu alcançaram o seu ápice, contabilizando 12 ligas. Com o fim do conflito, em meados de 1951, nunca mais se ouviu falar em ligas camponesas no Paraná.

[328] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correa.

[329] PRIORI, op. cit., p. 220.

atuavam na área souberam aproveitar daquele momento para incutir em alguns posseiros a proximidade dos princípios do partido com as suas lutas."

Assim, os militantes questionavam a concentração da propriedade de terra nas mãos de poucos e também no que tange as relações de trabalho, pois achavam que quanto maior a penetração do capitalismo, maiores os riscos em se acentuar traços feudais e semi-escravistas, caracterizando uma regressão no sistema. E é por meio do Manifesto de Agosto de 1950, que o PCB propõe alguns pontos a fim de extinguir essas práticas que impediam o "progresso" da nação. Com o objetivo de mudar essa realidade, o partido defendia a destruição imediata do regime latifundiário através da confiscação de terras dos grandes proprietários e a entrega dessas terras aos camponeses sem terra, aos pequenos proprietários ou a quem nelas quisesse trabalhar, de forma gratuita e em regime de propriedade privada.[330]

Especificamente sobre Porecatu, Jacob Gorender[331] comenta que a estratégia do partido era, primeiramente, "manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir que o poder militar e as autoridades do estado constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros". Isso era na verdade, o resumo do Programa dos 12 pontos. Esse documento[332] registrou os futuros passos a serem tomados caso a frente camponesa e comunista alcançasse a vitória. Eis o que exige o documento:

> 1- A entrega imediata das posses e títulos a seus primitivos ocupantes e a distribuição das terras griladas e devolutas aos camponeses.
> 2- Indenização dos prejuízos causados pela polícia e pelos grileiros.
> 3- Anulação de qualquer processo ou perseguição aos camponeses que lutam.
> 4- Remoção da polícia e prisão dos jagunços.
> 5- Punição dos assassinos e mandantes de crimes entre os quais Lupion e Lunardelli.
> 6- Divisão de terras feita pelos próprios posseantes.
> 7- Inteira liberdade de organização para os trabalhadores do campo.
> 8- Pagamento de 3 mil cruzeiros pelo trato de mil pés de café, com direito a plantar e de 40 cruzeiros por saca de 110 litros colhida, direito de livre venda dos produtos.
> 9- Pagamento em dinheiro de todas as quinzenas.
> 10- Dia de oito horas de trabalho a 50 cruzeiros livres para volantes e colonos.

---

[330] Maiores informações, ver: PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. *In*: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Córtex, 2003.

[331] Jacob Gorender, em 1951, fazia parte do secretariado do Comitê Estadual de São Paulo, e por isso pôde acompanhar o caso como militante e integrante ativo da comitiva do PCB. (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo, 19 mar. 1985).

[332] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Recortes do Jornal *Voz Operária*. Registros da edição de 18 de ago. 1951.

> 11- Pagamento das férias, inclusive das atrasadas.
> 12- Três mil cruzeiros para a formação de mil pés de café com direito de colheita até o quinto ano e abolição das multas.

Mesmo com a tentativa de trabalho conjunto dos militantes, inclusive de outros Estados, não foi possível amenizar as divergências internas existentes no partido. O próprio Manoel Jacinto atribui a perca das terras, no fim do conflito, a alguns membros do PCB oriundos de outros Estados e que vieram para Porecatu a fim de prestar assistência, mas que segundo Correia,[333] se sobreporam às pessoas humildes que ocupavam aquelas terras:

> As pessoas que dirigiam esta luta eram gente daqui mesmo, de pouca experiência, e para lá foram mandados alguns elementos que se dizia mais experientes, mas que confundiram muito as coisas, violaram nosso estatuto em matéria de saída e entrada de pessoas, e que terminaram prejudicando profundamente, por falta de respeito aos dirigentes locais, falta de respeito aos posseiros e famílias de alguns posseiros, enfim, à sua luta. De maneira que reputo a influência destes elementos, responsáveis pelo desfecho que teve o movimento. Houve descontentamento por parte de alguns destes posseiros, alguns fugiram da luta e denunciaram para a reação a realidade da luta.

Provavelmente a crítica de Jacinto Correia esteja fundamentada no fato de que, como afirma Gorender,[334] "o próprio partido tenha designado um militante do Rio para dirigir o comitê de Londrina e um membro do comitê central, Celso Cabral – o nome dele pode ser dado porque ele foi preso – passou a ser o responsável militar da guerrilha." Nesse sentido, a indignação de Correia se sustenta no fato de que toda a região norte do Paraná, incluindo Porecatu, ficou subordinada a orientação do Comitê Estadual de São Paulo – já que Celso Cabral pertencia a esse comitê. A decepção do até então vereador londrinense com o partido, se manifesta em razão de o PCB não nomear responsáveis locais, que estavam convivendo com a situação, e portanto tinham melhores condições de gerenciar a luta e o comitê da região.

Elza Pereira Correa Muller,[335] filha de Manoel Jacinto, ao falar de conversas que teve com seu pai, menciona as críticas do mesmo em relação a liderança do PCB na região litigada, ressaltando sempre que Manoel Jacinto afirmara que esse "foi o erro mais grave do PCB":

> As promessas, era que eles seriam respaldados, seriam assegurados, seriam assistidos. Isto não aconteceu porque na hora em que a coisa estava

[333] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Depoimento de Manoel Jacinto Correia.
[334] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo: 19 de mar. 1985.
[335] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. Campinas, 20 mar. 1985.

> realmente difícil, o pessoal meio perdido, arma chegando. Quem comandava na verdade era um desertor da marinha, João Ortiz. Ele era um desertor. E eu me lembro também que meu pai falava em Celso Cabral, que foi preso depois e delatou tudo. Então o Ortiz era que estava no comando da coisa e havia muita briga dele com meu pai por encaminhamento. Meu pai teve sérias brigas dentro do partido por essas questões.

Nota-se aí, a essência que fundamenta a acusação ao partido, o qual, pela atitude de enviar militantes ditos mais "experientes", renega os próprios ativistas locais que viviam e conheciam a realidade em que foi gestado o conflito. Além do descaso com os partidários locais, outra crítica que complementa a afirmação de "erro mais grave do PCB", feita por Manoel Jacinto,[336] foi a prematuridade e desorganização com que o partido presidiu a Revolta. De acordo com ele, "o partido não tinha estrutura para arcar com este tipo de ação, não estava preparado para assumir a responsabilidade". Como militante e dito fiel a causa partidária, ele prosseguiu cumprindo as ordens do partido. Como diz Correia Muller, "ele criticava, argumentava, mas voto vencido é voto vencido e vamos lá."

Até porque, a questão balizada pelo PCB era em virtude da teoria. Sendo assim, em muitos casos, os ativistas políticos, aos quais eram atribuídas as funções de liderança, portavam diploma de ensino superior. Algumas estatísticas comprovam isso. Do total de dirigentes, 27% tinham escolaridade ao nível de primário; com o grau secundário, esse índice se eleva para 36% dos casos, e 33,7% freqüentaram os bancos escolares de instituições de ensino superior, ocorrendo apenas 1,2% no caso de nível superior incompleto. É preciso fazer algumas ressalvas para que não se chegue a conclusão de que o partido possuía um quadro referente de baixo nível em relação aos dirigentes. Lembrando pois, que no período de 1940 a 1950, a educação no país era privilégio de uma minoria, pertencentes as classes mais abastadas. Por outro lado, foi nesse período que se deu os primeiros passos da industrialização, forçando o governo a voltar seus olhos para o sistema educacional. Por isso, podemos considerar a participação relativamente grande dos dirigentes comunistas que possuíam ensino superior.[337]

Isso pode comprovar que o PCB enviou militantes do eixo Rio-São Paulo, considerados como mais preparados teoricamente, para a região do conflito por se tratar de um caso extremamente relevante para o partido, já que a idéia era implantar uma luta armada

---

[336] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Elza Pereira Correia Muller. Campinas, 20 mar. 1985.

[337] Um estudo detalhado sobre o assunto é o trabalho: GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha*: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

pela Reforma Agrária. E como se refere Gorender,[338] "o núcleo do partido no norte do Paraná era formado por imigrantes, muitos nordestinos, como ele [Manoel Jacinto] também". Gorender consagra com essa frase o nível escolar relativamente baixo para os militantes da região, já que nordestinos e imigrantes, de um modo geral, vieram para o local em busca de trabalho ou de terras, e portanto, não teriam uma formação acadêmica. Continuando, Gorender[339] deixa mais clara essa perspectiva, ao se referir a Manoel Jacinto:

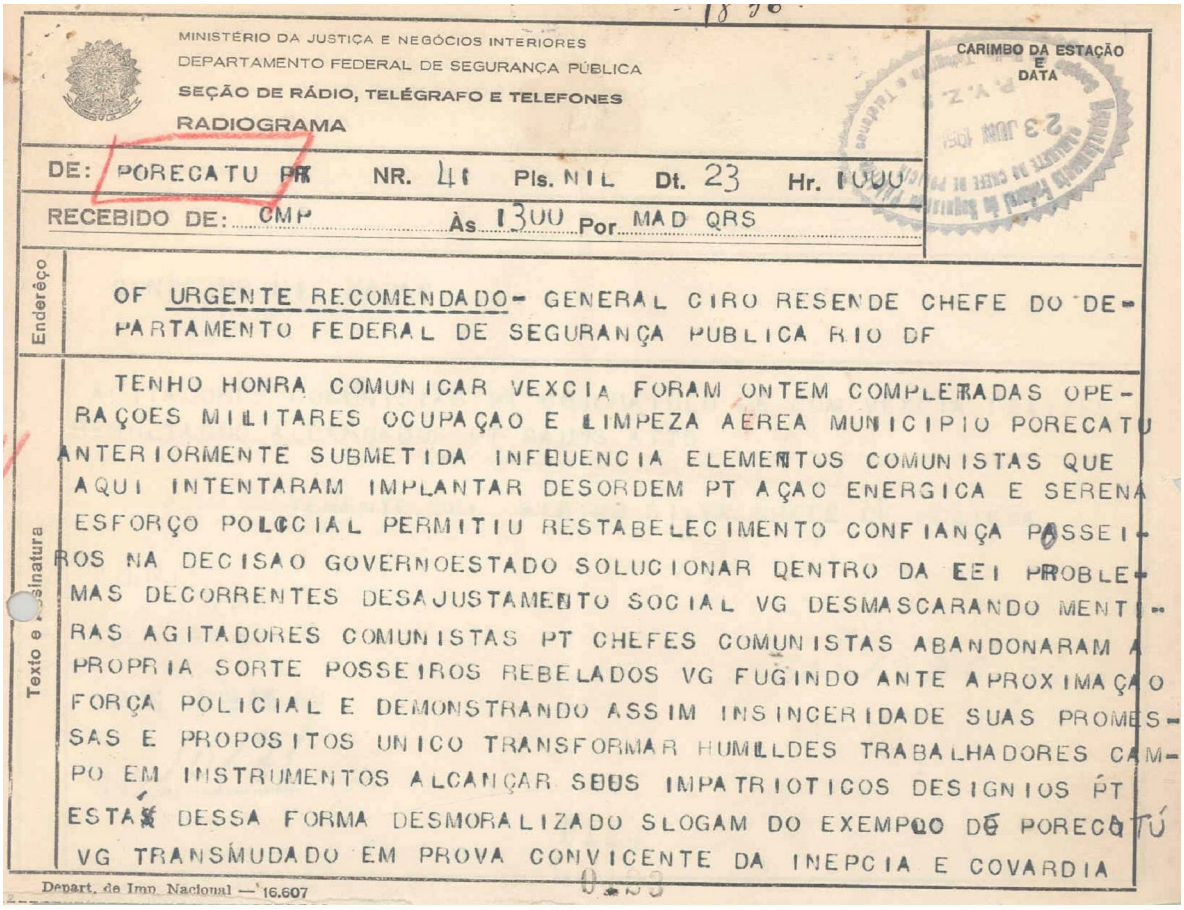
> Não sei até onde ele cursou, mas não deve ter ido muito longe, um brasileiro típico neste particular, mas que nessas condições, sem ter tido a cultura formal, conseguiu ter idéias claras sobre a realidade social brasileira. Nisso o partido o ajudou. Não tenho muita certeza mas é bem possível que Manoel Jacinto tenha participado de cursos, de pelo menos algum curso do partido.

Nesse sentido, entendemos que os dirigentes enviados pelo partido, no caso de Porecatu, além de serem membros da "elite intelectual", diplomados, preparados teoricamente e como assim exigia o partido, eram militantes oriundos dos comitês centrais de relevância nacional. Todo esse cuidado do partido, em dar a liderança do movimento a ativistas considerados aptos tanto na prática quanto na teoria, confirma que nem sempre a boa vontade de lutar e pôr em execução o anseio revolucionário, garantiria um lugar ao sol, ou a um cargo de importância no partido. Garantias a parte, o que de fato ocorria eram promoções internas no próprio PCB, cujo beneficiado era sempre quem estava próximo do centro energético do partido, que no caso era São Paulo e Rio de Janeiro, daí o porquê de os principais dirigentes da Revolta de Porecatu serem oriundos dessas cidades. Afinal, regra ditada era regra obedecida, caso contrário o militante era sumariamente expulso do partido. Um exemplo dessa rigidez foi com relação ao Manifesto de Agosto de 1950. Como vimos, apesar de sofrer muitas críticas entre os próprios ativistas políticos, deveria ser aceito ao menos no plano teórico, pois, como afirmam alguns comunistas da época, a sua aplicação real era inviável.

Em suma, a Revolta de Porecatu, caracterizou-se por ser um conflito armado, em que os trabalhadores rurais tentaram defender o direito de posse e trabalho das terras em que residiam. Em 1951, quando o conflito ameaçou alastrar-se, o governo enviou tropas para a região com o objetivo de desarmar os posseiros. Muitos desses se embrenharam nas matas, mas atraídos a um acordo acabaram sendo desarmados (ver Quadro 11). As famílias envolvidas nessa revolta mudaram-se, para as cidades de Centenário do Sul, Paranavaí, Iporã e Campo Mourão. O fato é que Porecatu foi o ponto inaugural de vários conflitos na década

[338] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Entrevista com Jacob Gorender. São Paulo, 19 mar. 1985.
[339] Ibid.

de 1950 em todo o Brasil, além de ser o primeiro evento de natureza rural em que o PCB atuou.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
SEÇÃO DE RÁDIO, TELÉGRAFO E TELEFONES
RADIOGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO E DATA

DE: POREGATU PR NR. 41 Pls. NIL Dt. 23 Hr. 1000
RECEBIDO DE: CMP Às 1300 Por MAD QRS

Endereço

OF URGENTE RECOMENDADO- GENERAL CIRO RESENDE CHEFE DO DE-
PARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PUBLICA RIO DF

Texto e assinatura

TENHO HONRA COMUNICAR VEXCIA FORAM ONTEM COMPLETADAS OPE-
RAÇOES MILITARES OCUPAÇAO E LIMPEZA AEREA MUNICIPIO POREGATU
ANTERIORMENTE SUBMETIDA INFLUENCIA ELEMENTOS COMUNISTAS QUE
AQUI INTENTARAM IMPLANTAR DESORDEM PT AÇAO ENERGICA E SERENA
ESFORÇO POLICIAL PERMITIU RESTABELECIMENTO CONFIANÇA PASSEI-
ROS NA DECISAO GOVERNOESTADO SOLUCIONAR DENTRO DA LEI PROBLE-
MAS DECORRENTES DESAJUSTAMENTO SOCIAL VG DESMASCARANDO MENTI-
RAS AGITADORES COMUNISTAS PT CHEFES COMUNISTAS ABANDONARAM A
PROPRIA SORTE POSSEIROS REBELADOS VG FUGINDO ANTE APROXIMAÇAO
FORÇA POLICIAL E DEMONSTRANDO ASSIM INSINCERIDADE SUAS PROMES-
SAS E PROPOSITOS UNICO TRANSFORMAR HUMILDES TRABALHADORES CAM-
PO EM INSTRUMENTOS ALCANÇAR SEUS IMPATRIOTICOS DESIGNIOS PT
ESTA DESSA FORMA DESMORALIZADO SLOGAM DO EXEMPLO DE POREGATÚ
VG TRANSMUDADO EM PROVA CONVICENTE DA INEPCIA E COVARDIA

Depart. de Imp. Nacional — 16.607

Quadro 11: Radiograma informando a derrota dos posseiros e camponeses em Porecatu.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 1486, caixa 178 – PCB.

Podemos concluir que no caso de Porecatu a luta dos camponeses era pela posse legal da terra.[340] Portanto, não reivindicavam o poder, mas sua ação não deixava de ser política, muito embora não se limitasse ao campo institucional. Esses atores sociais levaram sua experiência para a ação. Os integrantes do PCB eram os responsáveis pela politização das ações sociais no campo e nas cidades. Apesar dos comunistas serem os dirigentes da fundamentação ideológica, isso não significa dizer que os trabalhadores não participavam

[340] Os camponeses queriam a posse da terra não pelo seu valor capital, mas sim com o intuito de ter em mãos a sua fonte de trabalho e sustento. Cf.: HOBSBAWN, Eric. *Pessoas extraordinárias*: resistência, rebeldia e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

dentro do campo da política. Muito pelo contrário. A questão é que não era preocupação desses últimos personagens atuar na esfera da macropolítica.[341] E, até sobre esse ponto de vista, os comunistas não poderiam operar como um partido ativo em sociedade se não houvesse reivindicações por parte da massa.[342]

Por isso, podemos afirmar que a DOPS-PR adotou o imaginário anticomunista, tal como a polícia política nacional. Esse projeto, como vimos, recebeu influências do aparato policial estadunidense, fundamentando-se na Doutrina de Segurança Nacional e tendo, por objetivo, a manutenção da ordem política e social. Nesse sentido, a ordem política estava relacionada à vigilância, enquanto a ordem social estava vinculada às ações cotidianas. A polícia política paranaense, ao atuar nas agitações ocorridas no norte do estado, identificou os comunistas como o oponente da ordem política e social. Muito mais do que a preocupação com a manutenção dessa ordem, a DOPS-PR, ultrapassou os limites da vigilância e partiu para ações práticas, como a repressão aos movimentos sociais dessa época. A Revolta Camponesa de Porecatu (1948-1951) foi um exemplo disso. Assim, podemos dizer que a polícia política, em sua atuação no norte do Paraná, tomou a posição legitimadora perante o estado e a sociedade, adquirindo a autoridade de intervenção no espaço social e político. No entanto, esse domínio só foi possível pelo fato de existir um inimigo responsável por infringir a ordem. A autonomia conquistada pela polícia política, foi, em grande medida, motivada em função do temor da expansão da "ameaça vermelha". Isso, provavelmente, se constituiu em fator imprescindível para a especialização e formulação de setores nas forças policiais e impulsionou reformas institucionais de controle político e social.

[341] Política atribuída ao Estado e as instituições.

[342] Cf. BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos**.** In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos de 1940, em termos de guerra mundial, experiências, práticas e valores, foram pensadas em torno do conflito, mesmo quando "canhões se calava e as bombas não explodiam".[343] Tendo isso como referência, atentamos para o aspecto de que a guerra ultrapassava suas fronteiras e se fazia presente em conflitos locais. No âmbito ideológico, tentamos mostrar o cenário do contexto expansionista do comunismo, convivendo por outro lado, com o anticomunismo. Apresentamos a polícia política paranaense, na conjuntura de 1945 a 1953, como um instrumento governamental de ordenamento às concepções contrárias ao poder vigente. Nesse sentido, apesar de se considerar um período democrático com o fim do Estado Novo, a promulgação da Constituição de 1946 e a legalização do PCB, procurava-se homogeneizar o pensamento a fim de minimizar os riscos de contestação e seguir a linha do padrão de construção do consenso. Exemplo disso são as Leis de Segurança Nacional, as quais, desde os anos de 1930 procuravam pôr rédeas curtas a liberdade de expressão da sociedade civil.

Ao analisarmos o embate do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da polícia política paranaense, bem como o imaginário policial formulado em relação aos comunistas no período compreendido entre 1945 e 1953, propusemos nessa pesquisa, apresentar que a ideologia comunista se constituía em um obstáculo nada desprezível no interior do partido. Entre a "revolução rápida" e a "ascensão do trabalhador", o Partido Comunista apelava para a ação[344]. Mas esse era o ponto fundamental que diferenciava o PCB das demais agremiações políticas. Apesar da direção do partido ser formada por uma oligarquia, como afirmam alguns autores[345], era inegável que seus objetivos procuravam atender as necessidades dos trabalhadores.

---

[343] HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 30.

[344] Sobre isso, Lyndolpho Silva dá um testemunho *ex-post*: "Nossa posição sectária e esquerdista contribuía para os ataques da reação. A nossa linha política naquele período nos levava a ver os sindicatos rurais mais como um instrumento de agitação para a luta armada, dentro da tese errônea da revolução a curto prazo. A preocupação principal, logo que surgia um sindicato, não era conseguir o seu registro nem lutar pela sua consolidação e educação das massas de assalariados, por suas reivindicações mínimas, imediatas ou parciais, de acordo com seu nível de consciência. Ao contrário, era marchar para exigências muito elevadas, para lutas violentas, armadas, inclusive, se fosse o caso, arrancar greve sem que a massa estivesse preparada, etc., o que nos levava a cometer aventuras sem conta que só causavam prejuízo". (SILVA apud SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Camponeses e política no pré-64*. S/l, Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p. 83-117, abril 1997, p. 92).

[345] Cf. GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha*: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do PCB no Paraná – 1945-1964. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. A pesquisa baseia-se na teoria de Robert Michells.

Um exemplo, conforme trabalhado, foi o caso de Porecatu. Pudemos constatar que de início o anticomunismo não estava compenetrado na população, pois a própria etimologia da palavra "comunismo", no senso comum, era sinônimo de algo ruim, ainda que os trabalhadores não soubessem ao certo defini-la e muito menos meditar sobre a sua influência na prática, porque até então, não tinham convivido com nenhum acontecimento que os deixassem tão próximos da doutrina. Enquanto necessidade social, o episódio de Porecatu concretizou a aproximação do PCB com os trabalhadores na área litigada. Fez, aos poucos, os camponeses e outras pessoas envolvidas no conflito, inverterem sua concepção de "comunismo". Por conseguinte, ofereceu condições para que o "Partidão" ganhasse espaço, e como conseqüência, foi o principal fator responsável para o aumento da vigilância e repressão policial, a qual tinha por critério a manutenção da ordem instituída, guiada por parâmetros estadunidenses de combate a doutrina "vermelha", visto que os norte-americanos eram os principais interessados na extinção do comunismo e de seu principal órgão gerenciador, o Partido Comunista Internacional.

Portanto, toda a ação social era justificada na medida em que a desconfiança contra as autoridades políticas e policiais, tanto nos movimentos sociais urbanos quanto nos rurais, crescia em virtude do não cumprimento de promessas de campanha. Assim, por exemplo, conforme fez Moysés Lupion em abril de 1947 ao prometer pacificar a região através de concessões de 10 alqueires de terras devolutas fora da comarca para cada posseiro. Acreditando se tratar de um fato verídico, os trabalhadores aguardavam serem assentados pelo governo no município de Paranavaí. Passado a época de eleições, viram que o compromisso firmado pelo então governador, não passava de mais uma promessa de campanha. Isso contribuiu para o aumento da desconfiança para com as autoridades públicas, favorecendo o crescimento da organização camponesa e a penetração dos comunistas – principais opositores da política instituída. Nesse sentido, podemos entender o fato de alguns camponeses se pronunciarem como "não comunistas" pois não sabiam do que se tratava realmente, mas afirmavam que, se ser comunista era defender a posse de terra, então o seriam.[346]

Muito embora, nesse trabalho, a maioria dos relatos se refere aos dirigentes do PCB-PR e as autoridades políticas e policiais, é lamentável o fato de não sabermos quase nada dos posseiros que foram relegados a sua própria sorte. O fato, porém, é que a Revolta de Porecatu, além de ser marginalizada pela história oficial, não pode ser considerada de forma simplista.

---

[346] ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Registros do jornal *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de fev. 1951.

O “bem *versus* mal”, ganha tonalidades muito mais complexas nesse evento. Primeiramente, porque não pode ser considerado um episódio entre dois grupos opositores. Temos trabalhadores rurais, militantes comunistas, a polícia política e as autoridades públicas em geral e seus subordinados.

Os primeiros desejavam lutar pela posse da terra ou serem remetidos a outros lotes equivalentes aos que trabalhavam. Os comunistas, tentavam fazer do evento, um laboratório de testes para a aplicação de sua política radical adotada quando da proscrição de sua legenda e a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950, com objetivo comum de pressionar o governo, ganhar a confiança das massas e tentar tomar as rédeas do poder. Para isso, dispunham de um quadro de integrantes cujo capital social e cultural não deixava a desejar. Seus componentes, e principalmente, seus dirigentes, eram médicos, advogados ou professores. Em resumo, compunham um corpo profissional liberal e por isso, dispunham de uma capacidade de persuasão e influência aceita na população de modo geral e também entre alguns quadros das elites políticas. Tanto a polícia política quanto as demais autoridades políticas trabalhavam para perpetuar o discurso da “ordem”, favorecendo interesses de seus aliados, mascarando a violência e repressão num momento considerado “democrático”.

Podemos afirmar que foi por intermédio do PCB que as organizações de lutas no Paraná foram efetivadas. Desde a criação das ligas camponesas na Revolta de Porecatu, até o desenvolvimento das mesmas em “uniões gerais dos trabalhadores”, no início da década de 1950, e na ampliação dessas em primeiras organizações sindicais no norte do Estado, nota-se que os comunistas apelavam para questões sociais a fim de conseguir apoio e adesão da massa. Assim, também foram no caso de diversas mobilizações – cujo campo de atuação se deu principalmente nas cidades – como a Campanha do Petróleo, a Campanha dos Partidários da Paz e de muitas outras de difusão nacional. O PCB buscava o apelo no seio da sociedade com questões que dessem ao partido, o *status* de visibilidade e defesa dos interesses sociais.

Essa postura do PCB tornou mais forte a reação policial, mediante o crescimento da popularidade do partido. Em nível internacional, temia-se a expansão do comunismo e isso, de certa forma, justifica a interferência do aparato policial norte-americano nas polícias políticas da América Latina já no início da década de 1940, em especial no Brasil.

Por isso, podemos considerar o anticomunismo, presente nas esferas governamentais e expandidos para a população de modo geral, como uma “herança” estadunidense, visto que o comunismo, antes de ser concebido como inimigo “número um da nação”, era oponente mortal dos Estados Unidos. Nesse sentido, para os norte-americanos, a única via de se obter progressos na luta contra o comunismo era “modernizar, internacionalizar e coordenar de

maneira centralizada o planejamento e as operações dos serviços norte-americanos de inteligência".[347] A solução seria, portanto, treinar as polícias latino-americanas a fim de que tivessem esse mesmo objetivo. Assim, além de serem convencidos do perigo iminente, os governos latino-americanos deveriam ser persuadidos da hipótese de que somente o reforço da segurança interna propiciaria o desenvolvimento econômico do país. Adotando essa postura, a polícia política brasileira, em particular a paranaense, tomou como missão, impedir a manifestação de opositores, com destaque ao monitoramento e repressão às insurreições e aos comunistas.

Partindo da tentativa de compreender o comportamento político da polícia política paranaense entre os anos de 1945-1953, procuramos demonstrar que o aparato policial do Paraná, se identificou com os projetos políticos a nível nacional e mundial, reagindo de forma repressiva principalmente contra os comunistas. Isso não ocorreu em função de alguma presença de violência social que ameaçasse os planos políticos, mas porque foi partilhada de valores, atitudes e crenças de um imaginário anticomunista, construção essa que precede a tentativa de tomada do poder, feita pelos comunistas em novembro de 1935.

Dessa forma, o PCB, em oposição às autoridades policiais, exercem o papel de "mediação política", procurando interpor as necessidades da sociedade até elas serem atendidas na esfera pública. "É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades e ou as aspirações mais ou menos confusas das populações".[348]

Ainda hoje, podemos notar que os partidos tentam exercer essa mediação política. Da mesma forma, percebemos atualmente, a tenacidade dos modelos autoritários de polícia, e como conseqüência, do isolamento dessa instituição para com a sociedade. É questão de se pensar a violência policial na ordem do dia, e mais ainda, se essa repressão não tem heranças, ligações ou persistência nas práticas abusivas constantemente exercitadas pelas autoridades policiais em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950. As leis de segurança nacionais, nos últimos anos, têm acentuado seu caráter totalitário e antidemocrático, ratificando com isso, o fato de que a justiça militar se transforma num poder repressivo terrível, que trabalha contra a democratização do país. Vivemos agora novos tempos. Há hoje, consciência nacional da necessidade urgente de reformulação do aparato político e policial, os quais, devem ser submetidos às exigências fundamentais da defesa do Estado num regime de liberdade.

---

[347] HUGGINS, op. cit., p. 83.
[348] BERSTEIN, op cit., p. 61.

FONTES

Relação de pastas temáticas consultadas (Arquivo Público do Estado do Paraná – Fundo Dops)

Pasta	Letra	Caixa	Título da pasta	Período
121	-	15	PCB – Atividades comunistas	1937, 1938
180	a	21	Comitê do PCB – Curitiba	-
264	-	29	Comitê comunista da capital	-
268	-	29	PCB	-
270	-	30	Lista de Comunistas no interior do Paraná	-
313	-	35	Comunistas fichados até 1955	1955
0326	-	38	Congresso Paranaense dos Partidários da Paz	1949
454	-	-	Campo Mourão	-
506	-	-	Guaraniaçú	-
544	a	60	Delegacia de Polícia de Londrina	-
544	b	60	Delegacia de Polícia de Londrina	1943, 1944
544	c	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1942-1945, 1969
544	d	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1941-1943, 1961, 1976, 1978, 1981
544	e	61	Delegacia de Polícia de Londrina	1943, 1944, 1946, 1948, 1950-1954, 1956, 1962, 1963, 1970, 1975
556	b	-	Maringá	-
840	-	-	Relatórios 1950	-
847	-	104	Relatórios 1957	-
997			Londrina	-
1003	-	-	Londrina	-
1178	a	142	Jornal *A Voz Operária*	1951
1205	-	143	Jornal *Diário da Tarde*	1942-1945, 1957, 1973
1227	-	145	Jornal *O Momento*	1951
1252	-	147	Jornal *Tribuna do Povo*	1953, 1957
1405	-	166	Movimento Paranaense dos Partidários da Paz	-
1465	-	173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	-
1465	-	173	Organização no Paraná	-
1466	b	173	Atividades comunistas no norte do Paraná	Década de 1950
1466	c	-	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	-
1466	d	173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1950
1466	d	173	PCB no Paraná	1960-1964
1468	c	174	PCB geral no Paraná	1950
1476	-	177	PCB de Londrina – volume 1	-
1477	-	177	PCB de Londrina – volume 2	1959, 1960, 1962
1486	-	178	O PCB em Londrina	
1489	-	178	PCB – geral do Paraná	-
2222	-	-	Londrina	-

Relação de pastas individuais consultadas (Arquivo Público do Estado do Paraná – Fundo Dops)

Pasta	Letra	Caixa	Título da pasta	Período
1216	-	341	Flavio Ribeiro	-
1567	-	362	Hermógenes Lazier	-
2544	-	422	Manoel Jacinto Correa	-
2689	-	430	Maurício Grabois	-
2746	-	434	Miguel Pan	-

Relação de documentos consultados (Arquivo Pessoal de Teresa Urban)

AMERICAN EMBASY. *Resume of Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives. abr. 1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. *Atas da Câmara Municipal de Londrina*. 12 jan., 29 jan., 29 mar. – 1948; 14 fev. - 1951.

CORREIA, Ana Pereira (Anita). *Entrevista*. Londrina, 25 mar. 1985.

CORREIA, Manoel Jacinto. *Entrevista*. S/d.

FERNANDES, Florestan. *Entrevista*. S/d.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. *Anti-Communist Handbills Published by "Lei e Política"*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, set. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. *Publication of Communist Pamphlet and Leaflet*. São Paulo, Reproduced at the National Archives, set. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA; AMERICAN CONSULATE GENERAL. *Transmitting Report Propered by Rio de Janeiro Police on Activies of the Outlawed Communist Party of Brazil*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jul. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY. *Communist Leader Prestes outlines his view of communist position and Program*. São Paulo, Reproduced at the National Archives, jun. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY *Cópia do Estatuto da Juventude Comunista*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, s/d.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA - AMERICAN EMBASY. *Expulsion of Communists from public positions*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, dez. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Activies of the Communist Party in Brazil from the time it was closed to the present*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jul. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Communist Activies in Curitiba*. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Communist Plans in Anticipation of Annulment of Parliamentary Mandates of Communists*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, set. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Jornal *Tribuna do Povo*. Curitiba, diversos números. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Jornal *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, diversos números. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Jornal *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 7 jul. 1949, ano 1. Reproduced at the National Archives.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Organization of Union of Communist Youth*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Pro-peace propaganda in Curitiba, Paraná*. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Printing and distribution of anti-communist poster and pamplet*. São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Registration of Brazilian Communist Party*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, jan. 1947.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Resume of Press and Official reaction to establishment of Communist Youth Union*. Rio de Janeiro, Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina. diversos números, 1985.

FOLHA DA TARDE. São Paulo. 18 de jun. 1951.

GORENDER, Jacob. *Entrevista*. 19 de mar. 1985.

IMPRENSA POPULAR. Rio de Janeiro. 9, 16 fev. – 1951; 24, 26, 29 jun. – 1951; 7 jul. – 1951.

MARÉS. *Entrevista*. S/d.

MULLER, Elza Pereira Correia. *Entrevista*. 20 mar. 1985.

PINHA, Hilário Gonçalves. *Entrevista*. 23 mar. 1985.

SALDANHA, João. *Entrevista*. 23 mar. 1985.

UNITED STATES GOVERNMENT. *Office Memorandum*. Reproduced at the National Archives, abr. 1947.

Documentos consultados (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo DPS)

VOZ OPERÁRIA. Rio de Janeiro, diversos números, 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, L. F. R. . Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: Antonio Carlos Mazzeo; Maria Izabel Lagoa. (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2003, v. 1, p. 83-122.

ALVAREZ, Sonia; et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANDERSON, Perry. Origins of the present crises. *New Left Review*. London, n.23, Jan./Feb. 1964.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Por uma história da esquerda brasileira*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, p. 323-353, dez. 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985, 26ª ed.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

BATALHA, Cláudio H. M. I. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista/São Paulo: Universidade São Francisco/Contexto, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e integração na América Latina*: Brasil, Argentina e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, v. 3.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas. 1996, p. 57-98.

BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH (Org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 163-207.

BRETAS, M. L. . Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

BUONICORE, Augusto César. Partido Comunista do Brasil: do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de março de 1958. *Revista Princípios*. [S.l.], s/v., n. 67, 2005. Não paginado.

BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. *Cadernos AEL*, [S.l.], v. 7, n. 12/13, 2000. Não paginado.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2000.

BURLINGAME, Roger. *A sexta coluna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 23-34, fev. 1997.

BRASIL. Constituição (1986). *Constituição do Brasil*: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Índice Ana Valderez A. N. de Alencar e Leila Castelli Branco Rangel. Brasília, Subsecretaria de Edições técnicas.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. A Nova Esquerda: Uma Visão a Partir do Sul. *Filosofia e Política*, Porto Alegre, v. 6, p. 144-178, 2000.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na boca do sertão*: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CANALE, Dário. Problemas da construção da história do Partido Comunista Brasileiro. *Novos Rumos,* São Paulo, v.1, n. 1, p. 77-92, jan.-mar. de 1986.

CANCELLI, Elizabeth . Ação e repressão policial num circuito integrado de polícias. In: Dulce Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, v. 01, p. 309-326.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência*: a polícia da Era Vargas. São Paulo: Edumb, 1993.

CAPELATO, M. H. R. . Historia Política: Historiografia. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. n.17, p. 161-165, 1996.

CARNEIRO, M.L.T; KOSSOY, B. (Org.) *A Imprensa Confiscada Pelo DEOPS*. São Paulo: Ateliê Editorial. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas*: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade- Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARONE, Edgar. *O PCB*. 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982, v. 2.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CODATO, E. . Personalismo político nos anos cinquenta. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 07, n. 01, p. 09-45, 2004.

CORREIA, Hércules. *A classe Operária e seu Partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Adolpho Mariano da. O Dops e os trabalhadores. *Cadernos da UPT*. Curitiba, UPT, ano 1, n. 1, 1993.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos*: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza R. *Apresentações de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 2. ed. Maringá: Dental Press, 2006.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 61-101.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil republicano*: o tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos históricos.* Rio de Janeiro, v. 9, n. 17. p. 123-149, 1996.

DE DECCA, Edgar. Rebeldia e revolução na história social. In*:* BRESCIANI, M. S. (Org.). *Jogos da política*: imagens, representações e práticas. São Paulo: Marco Zero, 1992, p. 13-29.

DELEUZE, Gilles. Dúvidas sobre o imaginário. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIAS, Reginaldo. *Sob o signo da revolução brasileira*: a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http:// www. cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp.>

DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 323-340, 1989.

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil (1935-1945)*: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUVERGER, M. *Sociologia Política*: Rio de Janeiro: Forense, 1968.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERREIRA, Argemiro. *Caça às Bruxas*: macartismo: uma tragédia americana. Porto Alegre: L&PM, 1989.

FERREIRA, A. D.D. *Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná*: a região de Porecatu (1940-52). 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história política": o retorno da história política. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FILHO, Ivan Alves. *Genealogia Comunista*: João Saldanha. S/l: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

FRANCHETTI, Claudinéa Justino. *Páginas de intolerância política*: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Política (1948-1950). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

GIMENEZ, Andrea Beatriz Wozniak. *O medo da revolução social na "Terra dos Pinheirais"*: imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, p. 59-84, 1996.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha*: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GONÇALVES, Marcos. Para nunca mais esquecer: elementos do mito da conspiração no imaginário anticomunista brasileiro. S/l. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 04. Não paginado.

GONÇALVES, Marcos. *"Os arautos da dissolução"*: mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. 3. ed.São Paulo: Ática, 1987.

HENTSCHKE, Jean R. . A Era Vargas e os seus legados a longo prazo. Entrevista a Napoleão Sabóia) *O Estado de São Paulo*. Paris, 2001. Não paginado.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. N. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias*: resistência, rebeldia e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América. São Paulo: Cortez, 1998.

JOHNSON, Richard. (Ed.). *Making Histories*: studies in History writing and politics. London: Hutchinson, 1982.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História*: novas abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas britânicos*: un análisis introductorio. Zaragosa: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná*: terra de todas as gentes e de muitas histórias. Francisco Beltrão: Grafut, 2003.

LENHARO, Alcir. *Nazismo*: o triunfo da vontade. São Paulo: Ática, 1986.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIM, Jie-Hyun. Guerra da Coréia. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Coord.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2004, p. 398-399.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de janeiro: Campus, 1999.

LOPES, A. Y. D. P. *Pioneiros do capital*: a colonização do norte novo do Paraná. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS FILHO, J. R. . As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). *Teoria & Pesquisa*, [S.l], v. 14, p. 101-135, 2005.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização* (Brasil 1945/1950). São Paulo: Brasiliense, 1979.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. [S.l], n. 4, p.50-65, julho 1995.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MONTEIRO, C.. Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 12, p. 1, 2007.

MORAES, Dênis de ; VIANA, Francisco. *Prestes*: Lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

MÜLLER, Ricardo G.. Razão e Utopia: Thompson e a História. *Diálogos*, Maringá, v. 6, p. 231-235, 2002.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). *Diálogos* Maringá, v. 6, p. 41-59, 2002.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, p. 153-185, 1997.

MUNHOZ, Sidnei. Thompson, o marxismo, a New Left e a ação política. In: PELEGRINI, S.; ZANIRATO, S. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005.

MUNHOZ, Sidnei. Thompson, o marxismo e os estudos dos protestos populares. *Revista Esboços*, Florianópolis, p. 107-122, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O Brasil Republicano*: tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 181-211.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros*: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2003

PANDOLFI, Dulce C.. *Camaradas e companheiros*: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia; et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 103-147.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Org.) *Cultura e identidade operária*. Marco Zero: Rio de Janeiro, 1987.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Os comunistas e a reforma agrária no Paraná*. São Paulo: Novos Rumos, 1996.

PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. *Panorama da Era Vargas*. Entrevista a Clóvis Molinari Júnior e Raul Mendes Silva. [S.l]. Não paginado.

PELLEGRINI, D. *Terra-vermelha*. São Paulo: Moderna, 1998.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935). Petrópolis: Vozes, 1998.

PRESTES, Luiz Carlos. *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista*. Revista Problemas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

PRIORI, Angelo. *A Revolta Camponesa de Porecatu*: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis – SP, 2000.

PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A. ; ZANIRATO, Silvia Helena (Org.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005, p. 155-191.

PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Córtex, 2003.

PRIORI, Angelo. *O protesto do trabalho*: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

PROGRAMA E ESTATUTOS DA INTERNACIONAL COMUNISTA. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei*: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética.

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da Paz"*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2003.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *A "Paz vermelha"*: a imprensa comunista brasileira e a "Campanha por um Pacto de Paz" (1951-1952). XII Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, Anpuh, p. 1-10, [s/a].

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho:* imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

RODHEGERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo*: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. Revista Brasileira de História, são Paulo, n. 44, 2002.

RODRIGUES , L. M. . *Partidos e Sindicatos*: Escritos de Sociologias Política. 1. ed. S. Paulo, SP: Ática, 1989, v. 1.

ROLIM, Rivail Carvalho. *A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950***.** Revista de História Regional, v. 5, nº 1, 2000. Não Paginado.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v. 15, nº 30, p. 9-22, 1995.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Jean Rodrigues. *O PC do B conta a sua história*: tradição, memória e identidade política. Maringá, Revista Diálogos, DHI/UEM, v.6, p. 155-171, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio. *Entre a ruptura e a continuidade*: visões da história do movimento sindical brasileiro. S/l, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, p. 103-120, outubro 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2001.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Camponeses e política no pré-64*. S/l, Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p. 83-117, abril 1997.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

SEGATTO, José Antonio. *PCB*. Memória fotográfica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro. 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista.

SILVA, C.L. *Onda vermelha*: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPURCS, 2001.

SILVA, Emiliana Andréo da. *O despertar do campo*: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SILVA, J. C. *Terra roxa de sangue*: a guerra de Porecatu. Londrina: Editora da UEL, 1996.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz*: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

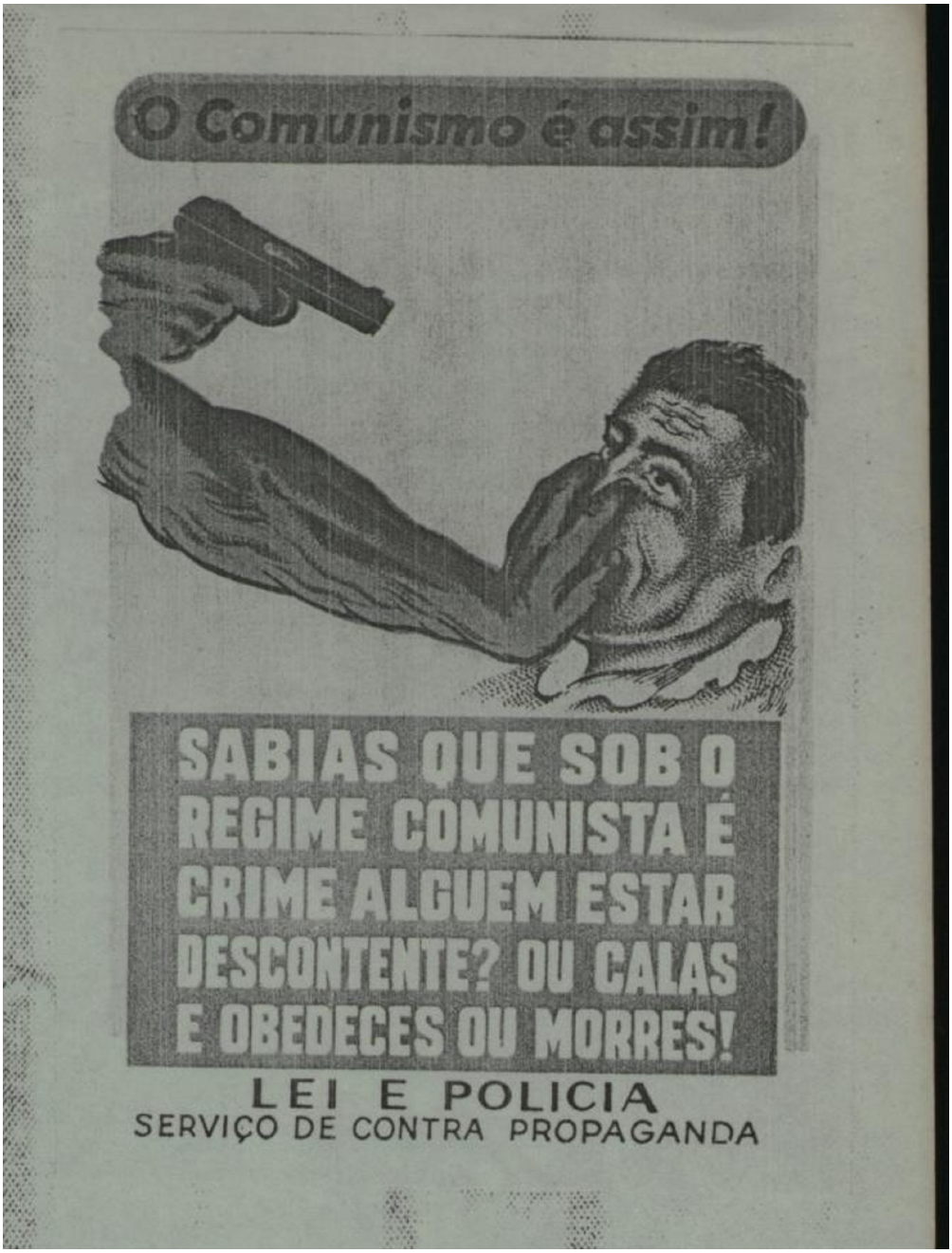
THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALIM, Alexandre Busko. *Apontamentos para uma História Social do cinema no estudo da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, História e Biografias, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

VINHAS, Moisés. *O Partidão*: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

WESTPHALEN, Cecília Maria; *et all*. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim da Universidade Federal do Paraná – Departamento de História, Curitiba: n. 7, p.11, set. 1968.



Quadro 12: Panfleto de propaganda anticomunista.
Fonte: ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives.

Quadro 13: Panfleto de propaganda anticomunista.
Fonte: ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Documentos da Embaixada Norte-americana no Brasil. Reproduced at the National Archives.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo